



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO-CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS

QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO:
O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE
EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

MAMANGUAPE-PB
2024

QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO:
O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE
EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS - da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, na área de Concentração: Linguagens e Letramentos e na linha de pesquisa Leitura e Produção Textual: diversidade social e práticas docentes, em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio.

**MAMANGUAPE-PB
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Queite Diniz dos Santos da.

As relações étnico-raciais em foco: o ensino de leitura do artigo de opinião como instrumento de empoderamento discursivo para transformação social / Queite Diniz dos Santos da Silva. - Mamanguape, 2024. 273 f. : il.

Orientação: Carla Alecsandra de Melo Bonifácio.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCAIE.

1. Artigo de opinião. 2. Empoderamento discursivo.
3. Leitura crítico-discursiva. 4. Relações étnico-raciais. I. Bonifácio, Carla Alecsandra de Melo. II. Título.

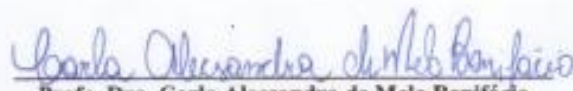
UFPB/CCAIE

CDU 37.06

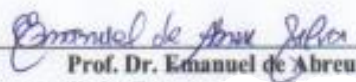
TERMO DE APROVAÇÃO

QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO:
O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE
EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL


Profa. Dra. Carla Alessandra de Melo Bonifácio
Orientadora – PROFLETRAS/UFPB


Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
Avaliador Interno – PROFLETRAS/UFPB


Prof. Dr. Emanuel de Abreu Silva
Avaliador Externo UFPB


Prof. Dr. João Wandemberg Gonçalves Maciel
Avaliador suplente – PROFLETRAS/UFPB

**Aos que coadjuvaram no ativismo das causas
negras e aos que lutam constantemente por uma
educação e uma sociedade antirracista.**

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Olindina Diniz Reis por todo conhecimento oportunizado e compartilhado ao longo da minha trajetória.

Ao meu amigo e esposo Paulo Silva pelo acompanhamento e parceria junto às minhas filhas, Maria Antônia Diniz e Maria Vitória Diniz, pelo encorajamento, compreensão e sinergia ante os desafios do Mestrado e da vida.

À Maria Antônia Diniz pela assessoria, suporte crítico e tecnológico nos ofícios do mestrado.

À minha professora e orientadora Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio, por toda contribuição pedagógica e intelectual aos meus conhecimentos, e pela paciência, alegria e direcionamento no caminhar dessa orientação.

A todos os docentes do Programa de Mestrado pela dedicada contribuição prestada durante todo o avanço pedagógico, sobretudo ao professor Dr. Sávio Freitas pela rica contribuição bibliográfica e direcionamento ao meu letramento racial.

À professora Dra. Laurênia Souto pela assistência dispensada no período de orientação do Sempletras, entre outras. À professora Dra. Fernanda Barboza e ao professor Dr. Veranildo Lopes pelas diretivas no VII Seminário de Pesquisas do PROFLETRAS.

Ao professor Dr. Erivaldo Pereira pelo parecer crítico e detalhado no processo da qualificação e defesa, e ao professor Dr. Emanuel Abreu com seu olhar atento na defesa desta dissertação.

À minha turma oito, querida, participativa e contributiva ao longo de todo o processo instrutivo já vivenciado.

Às Secretarias de Educação do município de Paulista e do Estado de Pernambuco que têm contribuído com o meu aprimoramento no processo de ensino-aprendizagem.

À UFPB e a CAPES, pelo incentivo à melhoria do ensino público e pelo investimento no Programa de Mestrado Profissional em Letras.

Enfim, a todos que de alguma forma cooperam para o bem da educação em seus desafios contemporâneos.

“Fomos acostumados, por meio da escola e, posteriormente, através dos veículos de comunicação de massas, a pensar o lugar do negro, na sociedade brasileira, como o lugar da exclusão, da não representação, da fantasmagoria e do exótico. Fomos acostumados e quase nos acomodamos aos lugares para os quais fomos empurrados.”

**Luiz Carlos dos Santos
Museu Afro Brasil**

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre as relações étnico-raciais em razão dos recorrentes episódios de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo nos espaços sociais, partindo do princípio de que a escola é o segundo principal agente de socialização e, por isso, não pode estar alheia a esta discussão, tendo em vista que, depois da família, é no ambiente educacional que se dá a formação de cidadãos críticos e atuantes. Assim, esta pesquisa faz parte de experiências observadas, vivenciadas e avaliadas na esfera pessoal, profissional e social e tem por objetivo ensinar a leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião voltado à reflexão das relações étnico-raciais, para contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social. A investigação apoia-se nos pressupostos da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e da Lei 12.288/10 do Estatuto da Igualdade Racial, que apresenta um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias que busca garantir direitos fundamentais a população negra do Brasil. Alinha-se, ainda, às ideias de Almeida (2021); Bento (2022); Gomes (2013, 2017); Munanga (2005, 2009, 2023); Ramos (2017); Ribeiro (2019) e Silva (2007, 2012, 2015). As frações que fazem referência ao desenvolvimento do incentivo à leitura estão fundamentadas em Brandão (2004); Bonifácio (2015); Koch e Elias (2010); Orlandi (2012) e Solé (1998). O estudo do gênero, por sua vez, está alicerçado em Bakhtin (2011) e Marcuschi (2008). Portanto, trata-se de uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa e de caráter intervencionista, fundamentada pela teoria da Análise do Discurso na perspectiva crítico-discursiva. Os procedimentos e instrumentos utilizados para obtenção de dados foram a observação participante, o questionário sócio-histórico, a avaliação diagnóstica e oficinas pedagógicas implementadas numa turma do ensino fundamental de correção de fluxo do Projeto Travessia. Após a análise de intervenção pedagógica, realizada por meio das oficinas, constatou-se que o ensino da leitura proporcionou aos estudantes mais desenvoltura, reflexão e criticidade, tornando-os letrados racialmente, com maior empoderamento discursivo e conscientes da sua identidade racial para intervir junto à perspectiva antirracista. Além desses resultados, foi produzido um caderno pedagógico com a intenção de auxiliar professores na efetivação da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Artigo de opinião. Empoderamento discursivo. Leitura crítico-discursiva. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This research presents a study on ethnic-racial relations due to the recurrent episodes of prejudice, discrimination, racial injury and racism in social spaces, assuming that school is the second main agent of socialization and therefore, it cannot be alien to this discussion, considering that, after the family, it is in the educational environment that critical and active citizens are trained. Thus, this research is part of experiences observed, experienced and evaluated in the personal, professional and social sphere. And aims to teach reading, in the critical-discursive perspective, having as support the discursive genre article of opinion focused on the reflection of ethnic-racial relations, to contribute to the expansion of knowledge, argumentation, discursive empowerment for social transformation. The research is based on the assumptions of Law 10.639/03, which makes compulsory the teaching on History and Afro-Brazilian Culture and Law 12.288/10 of the Statute of Racial Equality, which presents a set of affirmative actions, reparatory and compensatory measures that seek to guarantee fundamental rights to the black population of Brazil, and is also aligned with the ideas of Almeida (2021); Bento (2022); Gomes (2013, 2017); Munanga (2005, 2009, 2023); Ramos (2017); Ribeiro (2019) and Silva (2007, 2012, 2015). The fractions that refer to the development of incentive to reading will be based on Brandão (2004); Bonifácio (2015); Koch and Elias (2010); Orlandi (2012) and Solé (1998). The study of gender, in turn, will be based on Bakhtin (2011) and Marcuschi (2008). Therefore, it is action research of qualitative approach and interventionist character, based on the theory of Discourse Analysis in the critical-discursive perspective. The procedures and instruments used to obtain data were participant observation, socio-historical questionnaire, diagnostic evaluation, workshops implemented in a class of elementary school flow correction Project Crossing. After the analysis of pedagogical intervention, carried out through the workshops, it was found that the teaching of reading provided students with more desenvolta reading, more reflective and critical, better literate racially, with greater discursive empowerment and aware of their racial identity to intervene with the anti-racist perspective. In addition to these results, a pedagogical notebook was produced with the intention of helping teachers in the implementation of the law 10.639/03.

Keywords: Opinion Article. Discursive Empowerment. Critical-Discursive Reading. Ethnic-Racial Relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Exemplo de questão com Concepção Ascendente.....	50
Quadro 02 - Exemplo de questão com Concepção Descendente.....	52
Quadro 03 - Exemplo de questão com Concepção Sociointeracionista.....	54
Quadro 04 - Exemplo de questão Crítico/discursiva.....	55
Quadro 05 - Exemplo de questão com Concepção crítico/discursiva.....	56
Quadro 06 - Participantes do questionário.....	86
Quadro 07 - Respostas na primeira questão da avaliação diagnóstica inicial	92
Quadro 08 - Respostas na segunda questão da avaliação diagnóstica inicial.....	93
Quadro 09 - Respostas na terceira questão da avaliação diagnóstica inicial.....	94
Quadro 10 - Respostas na quarta questão da avaliação diagnóstica inicial.....	95
Quadro 11 - Respostas na quinta questão da avaliação diagnóstica inicial.....	96
Quadro 12 - Resumo da oficina 1- Tema - A importância da leitura.....	100
Quadro 13 - Resumo da oficina 2 - Tema - Gênero artigo de opinião.....	101
Quadro 14 - Resumo da oficina 3 - Tema - Relações étnico-raciais.....	103
Quadro 15 - Resumo da oficina 4 - Tema - Racismo no esporte.....	106
Quadro 16 - Resumo da oficina 5 - Tema aula-passeio.....	107
Quadro 17 - Resumo da oficina 6 - Tema - Culminância do projeto.....	110
Quadro 18 - Respostas para primeira questão da avaliação diagnóstica final.....	116
Quadro 19 - Respostas para segunda questão da avaliação diagnóstica final.....	117
Quadro 20 - Respostas para terceira questão da avaliação diagnóstica final.....	118
Quadro 21 - Respostas para quarta questão da avaliação diagnóstica final.....	119
Quadro 22 - Respostas para quinta questão da avaliação diagnóstica final.....	120
Quadro 23 - Análise comparativa da primeira questão.....	123
Quadro 24 - Análise comparativa da segunda questão.....	124
Quadro 25 - Análise comparativa da terceira questão.....	125
Quadro 26 - Análise comparativa da quarta questão.....	126
Quadro 27 - Análise comparativa da quinta questão.....	128
Quadro 28 - Respostas sobre a avaliação do projeto.....	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Artigo científico sobre as relações étnico-raciais.....	65
Figura 02 - Poema sobre as relações étnico-raciais.....	66
Figura 03 - Propaganda formal.....	67
Figura 04 - Piada informal.....	67
Figura 05 - Artigo de Opinião.....	68
Figura 06 - Convite.....	69
Figura 07 - Slide da apresentação da pesquisa.....	83
Figura 08 - A comunidade escolar.....	86
Figura 09 - Apresentando a proposta.....	86
Figura 10 - Respostas nos questionários.....	88
Figura 11 - Aplicação do questionário.....	89
Figura 12 - Artigo de opinião Burrice é o racismo.....	91
Figura 13 - Respostas na avaliação diagnóstica inicial.....	96
Figura 14 - Atividade diagnóstica inicial.....	97
Figura 15 - Estímulo à leitura com Mandela.....	98
Figura 16 - Mandela: o africano de todas as cores.....	98
Figura 17 - A importância da leitura.....	101
Figura 18 - Gênero artigo de opinião.....	103
Figura 19 - Relações étnico-raciais.....	105
Figura 20 - Racismo no esporte.....	107
Figura 21 - Livro Massangana e Nabuco: o tempo revisitado.....	108
Figura 22 - Visita ao Engenho Massangana.....	109
Figura 23 - Interação no Engenho Massangana.....	109
Figura 24 - Relaxamento no espaço Massangana.....	110
Figura 25 - Palestra para EJA e Travessia.....	112
Figura 26 - Palestra para o Ensino Médio.....	112
Figura 27 - Aplicação da avaliação diagnóstica final.....	113
Figura 28 - Artigo de opinião Os desafios do racismo e um sopro de esperança.....	114
Figura 29 - Respostas na avaliação diagnóstica final.....	121

LISTA DE SIGLAS

AD - Análise do Discurso

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

IPL - Instituto Pró-Livro

LD - Livro Didático

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LP - Língua Portuguesa

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIR- Promoção da Igualdade Racial

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLE – Política Nacional de Leitura e Escrita

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROFLETRAS – Programa de Mestrado Profissional em Letras

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SINAPIR - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
--	-----------

CAPÍTULO II

2 DA PERCEPÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS.....	19
--	-----------

2.1 SUJEITOS E IDENTIDADES RACIAIS.....	19
---	----

2.2 EMPODERAMENTO DISCURSIVO.....	20
-----------------------------------	----

2.3 ANÁLISE DO DISCURSO.....	23
------------------------------	----

CAPÍTULO III

3 DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	25
---	-----------

3.1 REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03.....	32
--	----

3.2 REFLEXÕES SOBRE O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL LEI 12.288/10.....	
---	--

3.3 REFERÊNCIA ÉTNICO-RACIAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	41
---	----

CAPÍTULO IV

4 DAS NECESSIDADES DO ATO DE LER.....	46
--	-----------

4.1 CONCEPÇÕES DE LEITURA.....	49
--------------------------------	----

4.1.1 Leitura com característica da Concepção Ascendente.....	49
---	----

4.1.2 Leitura com característica da Concepção Descendente.....	51
--	----

4.1.3 Leitura com característica da Concepção Sociointeracionista.....	53
--	----

4.1.4 Leitura com característica da Concepção Crítico/Discursiva.....	55
---	----

4.2 REFERÊNCIA À LEITURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	57
---	----

CAPÍTULO V

5 DO GÊNERO DISCURSIVO.....	61
------------------------------------	-----------

5.1 TEMA, ESTILO E COMPOSIÇÃO	64
-------------------------------------	----

5.1.1 Conteúdo temático.....	65
------------------------------	----

5.1.2 Estilo verbal.....	66
--------------------------	----

5.1.3 Estrutura composicional.....	68
------------------------------------	----

5.2 REFERÊNCIA AO GÊNERO DISCURSIVO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	69
--	----

5.3 GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO.....	71
--	----

CAPÍTULO VI

6 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	76
---	-----------

6.1 TIPO DE PESQUISA	77
----------------------------	----

6.2 TRABALHO DE CAMPO.....	78
----------------------------	----

6.3 LOCAL DE PESQUISA.....	79
----------------------------	----

6.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	80
------------------------------------	----

6.5 INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE GERAÇÃO DE DADOS.....	80
--	----

6.6 A INTERVENÇÃO.....	81
------------------------	----

6.6.1 Observando o processo.....	82
----------------------------------	----

6.6.2 Questionário sócio-histórico e análise.....	86
6.6.3 Avaliação diagnóstica inicial e análise.....	89
6.6.4 Oficinas pedagógicas.....	99
6.6.5 Avaliação diagnóstica final e análise.....	112
CAPÍTULO VII	
7 DA ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS.....	122
CAPÍTULO VIII	
8 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICES.....	141
ANEXOS.....	237

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho faz parte de experiências observadas, vivenciadas e avaliadas na esfera pessoal, profissional e na sociedade em geral, sendo partícipe enquanto mulher preta, mãe de pretas e crespas, militante autônoma de causas antirracistas, professora da rede pública de ensino, vivente e testemunha das dores do preconceito, da discriminação, da injúria e do racismo estrutural tanto em si mesma quanto naqueles que direta ou indiretamente estão presentes no entorno dos espaços sociais. Também considerando que, desde a adolescência, observamos e refletimos sobre expressões, comportamentos, atitudes sociais, reportagens, manchetes noticiadas e práticas pedagógicas da não valorização da pele preta, das características, da história e da cultura do povo negro e de toda sua ancestralidade.

Então, já no ambiente de ensino-aprendizagem, enquanto profissional de educação, as observações e as reflexões se ampliam diante dos comportamentos dos estudantes nas relações étnico-raciais dentro do espaço acadêmico. Percepções de ofensas, apelidos, xingamentos, piadas, músicas com letras pejorativas, referência aos corpos, aos cabelos crespos e ao tom da pele dos alunos tornam-se mais fortes e mais dolorosos, levando a uma ação e reação, a fim de amenizar tal constrangimento. Muito desse comportamento advém do que é presenciado na coletividade, pela falta de valorização e representação adequada do povo negro nos espaços sociais de prestígio.

Assim posto, percebemos que a sociedade tem tentado se movimentar para a urgente necessidade de soluções para sanar ou atenuar a problemática das relações étnico-raciais na contemporaneidade, por todos os entraves que estão sendo presenciados, denunciados, compartilhados, no que se refere ao povo negro brasileiro. Porém, observa-se que isto ocorre de forma ainda muito lenta e espaçada frente às transgressões que se sucedem diariamente no corpo social, referenciadas pela ausência de propostas resolutivas de comunhão e de atitudes responsivas entre os povos de diferentes etnias, causando aparente prejuízo físico, político e psicológico a diversos cidadãos brasileiros, que não conseguem alcançar ascensão social com equidade e respeito nos vários espaços sociais onde vivem, convivem e sobrevivem.

No espaço escolar - segundo nossas observações - e conforme veiculação na mídia de dados de pesquisas estatísticas (e por outros estudos que serão explorados mais à frente), constata-se a frequente ocorrência de muitos conflitos por preconceitos, discriminações, injúrias e práticas racistas entre todos os atores da escola, estudantes, professores, gestores e sucessivos

colaboradores.

Os negros retintos e até mesmo os pardos, com cabelos crespos, frizzados, trançados ou com *dreads*, com características étnicas marcadas ou atenuadas, pelos outros ou por eles mesmos, vivem situações explícitas ou, muitas vezes, veladas em contextos pouco explícitos, sob o olhar de algumas pessoas, ou sendo ocasionalmente absorvidas como banais do cotidiano. Nessa circunstância, é comum também ouvir nas salas de aulas ou nos ambientes escolares: piadas, palavras pejorativas, músicas racistas, entoadas pelos companheiros em ofensas aos alunos retintos ou com características fenotípicas negras, causando constrangimento, sofrimento e desestímulo no desenvolvimento pedagógico e até a desistência da escola. Quando não desistem, respondem aos ataques com violência verbal, física, psicológica e, outras vezes, se retraem às agressões, fogem dos agressores na escola, ademais, perpetuam comportamentos agressivos na vida adulta.

Além do mais, também observamos que outras dificuldades presentes nas escolas são os problemas enfrentados pelos estudantes em relação à leitura, seja ela do verbal, não verbal, de situações, entre outras possíveis. Obstáculos presentes não apenas na disciplina de língua portuguesa, mas em todas as outras disciplinas que necessitam dessa prática para o desenvolvimento do conhecimento. Nesse âmbito, acreditamos que essas dificuldades se iniciam, ainda, nos primeiros anos de estudo, posto que muitas vezes a leitura não é trabalhada de forma expressiva, a partir de temas geradores que produzem sentidos à vivência dos alunos. Sob essa ótica, acreditamos que a promoção de leituras, de discussões e de debates sobre temas problematizadores, primordialmente com os alunos de escolas públicas, que além das controversas nas relações étnico-raciais - por vivenciarem situações constrangedoras em condição de sua cor, raça, cultura, religião, desigualdade social - ainda sofrem com a precariedade do ensino público e, por isso, são merecedores de atenção especial.

Tendo em vista a relevância e a necessidade da geração de sentidos nas aulas, sobretudo, as de língua portuguesa, defendemos que várias são as temáticas que podem ser inseridas na dinâmica de uma aula que tenha significação para os estudantes, tais como: família, sexismo, orientação sexual, violência doméstica, diversidade étnica, raça e espiritualidade, pedofilia, drogadição, doenças sexualmente transmissíveis, meio ambiente, educação, mercado de trabalho, dentre outros. Tópicos que indubitavelmente trazem discussões complexas, porém contextualizadas, com a realidade desse público. Nesse sentido, de formação do sujeito por seu contexto, defendemos ser possível despertar esses estudantes para as possibilidades de ativismo construtivo diante da realidade vivenciada por eles, em geral, de desigualdade, de desestímulo, de apatia para a promoção do conhecimento através da construção do empoderamento

discursivo¹, mediante temas motivacionais contextualizados, tal como das relações étnico-raciais, na perspectiva de fortalecer o discurso antirracista. Assim, em intervenção por uma educação mais significativa e contextualizada, acreditamos que essa controvérsia se dá, principalmente, pela falta da promoção de conhecimento, de leituras, de debates sobre as movimentações sociais desencadeadas diariamente.

Para esse fim, justificamos nosso estudo por defendermos que todo sujeito, dotado de aprendizagem contextualizada com questões presentes, a exemplo das relações étnico-raciais, agrega informação, reflexão crítica, desenvolvimento argumentativo, empoderamento de si mesmo e do seu discurso e autonomia para atuação em prol da transformação social de suas vidas e dos outros de forma contínua durante toda a vida. Logo, essa aprendizagem poderá se dar através das aulas de língua portuguesa, uma vez que oportuniza a leitura atenta, investigativa e crítica; por debates acolhedores e respeitosos e por atividades dinâmicas numa intervenção para além da escola. Ademais, acreditamos que todo profissional da educação tem o poder de perceber, de avaliar as deficiências nos relacionamentos existentes na escola e se tornar um educador atuante a fim de que os estudantes envolvidos nesse processo estejam melhor preparados para aquisição de conhecimento proposto, entendimento do seu lugar no mundo, capacidade argumentativa para melhorar sua realidade e a do outro.

Nessa sequência, reconhecemos a responsabilidade da escola e de todos aqueles que compõem o corpo escolar no desenvolvimento de ações afirmativas para a extinção de situações ofensivas e constrangedoras das relações étnico-raciais mediante o estímulo à leitura crítico-discursiva, através de gêneros que impactem os estudantes para a realidade que os cerca, a exemplo do artigo de opinião, que forma opiniões e posicionamentos apoiados nos temas geradores. Por fim, acreditamos que é dever de toda comunidade escolar, enquanto instituição, intervir em situações inadequadas no quesito raça/cor. Nesse cenário, a escola se mostra o espaço ideal e privilegiado para efetivar esse tipo de ação.

Em face do exposto, a perspectiva desta investigação tem por questionamento geral: Como o ensino da leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode favorecer para a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social?

¹ Por empoderamento discursivo entendemos o “[...] trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual” (Berth, 2019, p.22).

Diante do questionamento observado, almejamos por objetivo geral: Ensinar a leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião voltado à reflexão das relações étnico-raciais, para contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social.

A fim de alcançá-lo, especificamente, buscamos:

- Averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade;
- Planejar um caminho interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade;
- Contribuir para implementação da Lei 10.639/03 com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos;
- Elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da Lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e construção de discursos antirracistas.

Nessa perspectiva, nosso estudo intitulado *“As Relações Étnico-Raciais em foco: o ensino da leitura do artigo de opinião enquanto instrumento de empoderamento discursivo para transformação social”* expõe uma proposta de investigação com foco para as relações étnico-raciais, frente às exigências advindas para a necessidade de discussões sobre a situação do negro voltado ao cenário educacional brasileiro. A partir, também, da implementação da Lei 10.639/2003 modificada pela 11.645/08 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e ainda, da reflexão sobre o Estatuto da Igualdade Racial regido pela Lei 12.288/10, que apresenta um conjunto de movimentações que deverá corrigir e garantir direitos fundamentais ao povo negro brasileiro. Alinha-se, ainda, aos estudos de Almeida (2021); Bento (2022); Gomes (2013, 2017); Munanga (2005, 2009, 2023); Ramos (2017); Ribeiro (2019) e Silva (2007, 2012, 2015); além dos documentos orientadores que, também, respaldam nossa discussão.

Em referência ao ensino da leitura crítico-discursiva, intentamos letrar racialmente, mediante apresentação de textos e promoção de discussões voltadas à conturbada relação raça/cor, que produzam sentidos, que fortaleçam o conhecimento e empoderamento discursivo e, assim, construam novos discursos sob orientação dos documentos oficiais e de Brandão (2004); Bonifácio (2015); Koch e Elias (2010); Orlandi (2012) e Solé (1998).

No tangente ao gênero, escolhemos o discursivo artigo de opinião por acreditar nas características de apresentarem temas relevantes que circulam na sociedade, geralmente polêmicos, e sua necessidade da tomada de uma posição, exposição de um ponto de vista, poder de persuasão e leitura analítica, para assim direcionar o poder discursivo dos alunos, que, por sua vez, estará alicerçado em Bakhtin (2011) e Marcuschi (2008), além dos currículos norteadores.

No que se refere aos mecanismos metodológicos, adotamos a pesquisa-ação intervencionista, numa perspectiva qualitativa, a ser desenvolvida com estudantes do ensino fundamental de uma turma do Projeto Travessia² da rede estadual no município de Paulista, em Pernambuco. Para geração de dados, direcionamo-nos pela observação participante mediante diário de bordo, pelo questionário inicial para averiguar o perfil sócio-histórico nas relações étnico-raciais, pela avaliação diagnóstica inicial e final sobre o perfil leitor na compreensão e pela interpretação do artigo de opinião, das oficinas pedagógicas para alcance dos objetivos, da análise discursiva para avaliação dos resultados e das considerações sobre uma problemática constante e recorrente nas relações étnico-raciais no contexto escolar e social, que estão fundamentados em Brandão (2004); Bonifácio (2015); Bortoni (2008); Gil (1999); Luckesi (2011); Minayo (2009); Neires e Niura (2009); Orlandi (2012); Paiva (2019); Sandín (2010); Tripp (2005); Thiollent (2011); Vianna (2003) e Vieira (2009).

Para tanto, no sentido de atingir tais objetivos, nosso trabalho está organizado em sete capítulos.

Neste primeiro capítulo, fizemos a exposição introdutória da investigação com apresentação da justificativa e da relevância dessa discussão basilar ao ambiente escolar e social; das motivações existentes para o anseio dessa discussão ao longo da trajetória pessoal, profissional e social; e por fim desse contexto, tratamos do questionamento principal e dos objetivos geral e específicos que nos inquietam nessa temática pesquisada. Na sequência, destacamos a fundamentação dos eixos apoiadores desse estudo.

No segundo capítulo, discutimos alguns conceitos que norteiam nossa investigação, para maior entendimento do leitor com nosso estudo, a exemplo dos sujeitos e identidades, empoderamento discursivo e sobre a Análise do Discurso.

No terceiro capítulo, manifestamos a problemática e a necessidade da discussão sobre as relações étnico-raciais, trazendo um recorte dos conceitos em uso, histórico da temática,

² **Travessia** – Programa de Aceleração de Estudos de Pernambuco configura-se como uma política pública de ensino do governo de Pernambuco, cuja finalidade é reduzir a defasagem idade/série dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de educação pública.

frustrações e colaborações de estudiosos e do Movimento Negro; para mais, divididos em subcapítulos traremos reflexões sobre as contribuições e dificuldades no cumprimento das Leis 10.639/03 e 12.288/10, além da menção ao tema nos documentos orientadores educacionais.

No quarto capítulo, evidenciamos a importância e as necessidades do ato de ler, assim como, em subcapítulos, a análise crítica das contribuições das concepções de leitura (ascendente, descendente, sociointeracionista e crítico-discursiva) no processo de evolução e das viabilidades para uma leitura histórico-social, além da referência ao ensino da leitura nos documentos oficiais norteadores para esse estudo.

No quinto capítulo, explanamos sobre a eficácia da abordagem e dimensão dos gêneros discursivos no processo de ensino-aprendizagem; bem como uma exposição comparativa referente ao tema, estilo e composição dos gêneros, e, sobre o gênero artigo de opinião por seu poder de questionar o social, de despertar para análise crítica e do incitamento à leitura crítica, à fala e à defesa de pontos de vista de problemas do cotidiano, a exemplo das relações étnico-raciais, com alusão dos documentos oficiais.

Só a partir do sexto capítulo, tratamos dos procedimentos metodológicos, cronologicamente marcados, que deverão conduzir essa pesquisa-ação qualitativa de caráter intervencionista como técnica de geração de dados expostos em pequenos textos segmentados sobre a observação participante, o questionário inicial sócio-histórico, a avaliação diagnóstica inicial e final, e as oficinas temáticas.

No sétimo capítulo, analisamos o *corpus* com representação de cinco estudantes, sobre os efeitos das movimentações (questionário e avaliações diagnósticas) que foram realizadas, da provável eficácia para as ações (oficinas) que foram experimentadas acerca do objeto investigado e do produto final (caderno pedagógico) na perspectiva de orientação para futuros estudos no fortalecimento dessa discussão da leitura crítica, do gênero discursivo artigo de opinião, das relações étnico-raciais para conhecimento, argumentação, empoderamento e desenvolvimento da transformação social em jovens adolescentes e adultos do ensino fundamental para além dos muros da escola. O último capítulo é o das considerações finais, trazendo a explanação sobre as constatações e conclusões a que chegamos, ao término da pesquisa.

Em vista disso, não se pode dar continuidade a educação pública sem que sejam incluídos projetos de leitura crítica, reflexiva, discursiva e investigativa, nas escolas, em todos os níveis de ensino e interligados a discussão de temas que movem a sociedade na luta pelo respeito, tolerância e equidade.

Empodere-se!

CAPÍTULO II

Antes de iniciar nossa discussão, entendemos ser necessária a exposição de determinados conceitos, a fim de favorecer a percepção, a compreensão e a interação do leitor com a nossa investigação.

A princípio, refletimos sobre os sujeitos estudantes e sua identidade racial nessa discussão. Em seguida, discorremos sobre nosso entendimento do conceito do empoderamento discursivo, e, por fim, sobre a concepção da Análise do Discurso nesse estudo.

2. DA PERCEPÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS

O debate sobre cor de pele, negritude e cidadania é bastante amplo e complexo no Brasil, isso advém das problemáticas relacionadas às características étnico-raciais referentes à raça/cor expostas e vivenciadas nesse país. Nesse tocante, estão os sujeitos subjugados, constrangidos e sujeitados.

Diante disso, voltamos nossa discussão aos sujeitos estudantes, da educação noturna, de escolas públicas que estão numa busca constante por sua **identidade racial**, o reconhecimento do seu lugar no mundo, a importância da sua condição enquanto exercício da cidadania.

2.1 SUJEITOS E IDENTIDADES RACIAIS

Nesse cenário, consideramos ser primordial a autoidentificação do estudante em relação a sua raça/cor, em detrimento da classificação observada pelas características físicas externas, pela conceituação que as pessoas fazem das características do outro. Também reconhecemos a importância do entendimento dessas questões, a discussão dessa temática em razão da leitura que esse sujeito poderá fazer da sua realidade, para melhor exercer sua cidadania e estabelecer discursos para a transformação da sua realidade e da realidade do outro. Sobre isso, o antropólogo, professor e autor da obra *Negritude usos e sentidos*, Munanga (2009, p.52, grifo nosso), afirma que “[...] **a identidade** consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: **sou negro**”. Além desse nível de consciência, queremos alcançar a transformação social.

Os sujeitos pertencentes a esse estudo são estudantes da educação de jovens e adultos, no projeto “Travessia”, numa construção heterogênea de idades, de conhecimentos e de

experiências. Sujeitos que estão em contato com outros sujeitos em suas comunidades e instituições sociais, vivenciando suas crenças e buscando objetivos distintos. Nessa realidade, é preciso agir para trabalhar a autoestima individual e coletiva desses sujeitos, agir na construção do acesso ao conhecimento e na formação social desses sujeitos, na identificação da sua identidade racial e reconhecimento da diversidade étnica coletiva para que eles possam se apropriar e se posicionar diante das adversidades presentes em suas conjunturas.

A célebre pesquisadora das relações étnico-raciais, no artigo *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*, destaca que

Nós, brasileiros oriundos de diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos –, aprendemos a nos situar na sociedade, bem como o ensinamos a outros e outras menos experientes, por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal –, aprendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos. (Silva, 2007, p.491)

A partir de tal construção da identidade individual de cada um, nesse corpo miscigenado, é que podemos situar nossos estudantes ao acolhimento de sua identificação, dentro da escola, associado também às relações fora da escola, uma vez que acreditamos que os sujeitos negros e não negros podem construir representações sociais positivas por desenvolvimento dos conhecimentos empíricos e dos conhecimentos alimentados. Assim, “[...] a construção das identidades negras passa, pois, necessariamente, pela forma como os negros são representados e como representam a si próprios nos mais variados locais da cultura” (Zubaran; Silva, 2012, p.134).

Desse modo, a partir das necessidades dos sujeitos estudantes investigados — somadas às identidades fortalecidas por conhecimento e representações positivas de si mesmo — é que pretendemos elaborar propostas de ensino de leituras possíveis para alcançar discursos empoderados como entenderemos a seguir.

2.2 EMPODERAMENTO DISCURSIVO

O **empoderamento** é um conceito relativamente novo nas investigações científicas, por isso, defendemos a necessidade de entendimento desse conceito, que tem movimentado a sociedade nos últimos anos e vem ganhando notoriedade em vários espaços sociais.

Estudiosa desse assunto e autora do livro *Empoderamento* na coleção *Feminismos Plurais*, Berth (2019) afirma que o termo “empoderamento” significa “dar poder”. Mas de que

tipo de poder estamos nos referindo?

Assumimos que as pessoas devem buscar cada vez mais seu lugar no mundo, seu reconhecimento e se sentirem fortalecidas nesse processo, seja por meio dos movimentos sociais, das redes sociais, da leitura crítica ou da educação em seus diversos níveis acadêmicos. Muitos são os estudiosos que também defendem que as pessoas devem buscar por um poder que possa transformar sua realidade e, assim, associarem-se a sistemas que abram essas possibilidades. Na perspectiva do entendimento desse conceito, estudiosos desse tema “[...] são pensadores que entendem empoderamento como a aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência” (Ribeiro, 2019 *apud* Berth, 2019, p.13). Portanto, “empoderar” é dar esse poder aos sujeitos, que de alguma forma possam estar à margem do conhecimento que lhes cabe.

Dessa forma, corroboramos com Berth (2019, p.32), quando ela afirma que

Empoderamento como teoria está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual.

É na perspectiva da autora, de libertar socialmente, dar poder ao indivíduo, desenvolver potencialidades e emancipar a intelectualidade de adolescentes e jovens adultos nos espaços de aprendizagem, que os estudiosos direta ou indiretamente comprometidos na transformação educacional podem pautar suas estratégias pedagógicas em sala de aula.

Por outro olhar, entendemos que

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a auto aceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (Berth, 2019, p.18).

Berth define perfeitamente o poder que os sujeitos necessitam para se firmarem como sujeitos autorreconhecidos, autopolitizados, autofortalecidos com conhecimento e consciência crítica da sua realidade para ganharem voz e vez e, dessa forma, atuarem em prol de si mesmo e do outro. Esta atuação se dará por meio de discursos empoderados de amor próprio, de autovalorização, de cidadania ativa com reflexão crítica de “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (Berth, 2019, p.39). Assim, estaremos

formando jovens com empoderamento discursivo. Mas, o que é discurso? Como compreender esse empoderamento discursivo?

Apresentado o conceito de empoderamento e seu sentido nessa discussão, agora nos questionamos o que entendemos por discurso. Brandão (2004) vai afirmar em sentido comum que “[...] discurso é simplesmente fala, exposição oral, às vezes tem o sentido pejorativo de fala vazia, ou cheia de palavreado ostentoso, ‘bonito’” (Brandão, 2004, p.02). Nesse sentido comum, se discurso é fala, e por palavreado ostentoso, podemos entender - ser possível agir sobre o outro e produzir sentido no outro: é preciso falar com propriedade, falar a coisa certa, fundamentada e persuasiva.

Para mais, Brandão (2004, p.05) defende que

Todo discurso se constrói numa rede de outros discursos; em outras palavras, numa rede interdiscursiva*. Nenhum discurso é único, singular, mas está em constante interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos. Nessa relação interdiscursiva (com outros discursos), quer citando, quer comentando, parodiando esses discursos, disputa-se a verdade pela palavra numa relação de aliança, de polêmica ou de oposição. É nesse sentido que se diz que o discurso é uma arena de lutas em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros.

Sob tal disputa interdiscursiva, ganha o sujeito que estiver mais convicto de seus conhecimentos, de suas definições e atuações, mais alinhado com o processo histórico e social, aquele que estabelecer maior interação com sua realidade e anseios, aquele que conseguir fazer uma leitura mais crítica do processo e conseguir atuar com maior poder discursivo, ou seja, maior empoderamento discursivo.

Ainda por esse ponto de vista, defendemos que esse viés oportuniza jovens pensantes a desenvolverem suas habilidades na competência leitora, a fim de instituir empoderamento nas situações em que haja necessidade de atuação em defesa própria e/ou em prol da coletividade, empoderando-se dos conhecimentos relacionados à sua história, assim como defende Ramos (2017, p. 117) sobre o que significa empoderamento:

Ganhar autoestima, ter coragem, compartilhar poderes e informações são lados importantes, pois é também disso que se trata empoderar-se. São conquistas árduas, que demandam força interior e uma vontade coletiva imensa. Que fique em nós uma constante reflexão: estamos realmente influenciando a opinião pública e os lugares de decisão, de poder? Estamos realmente empoderados? O que é empoderar-se? Qual a dimensão das mudanças simbólicas e como elas podem ser um disparador de mudanças mais complexas? E a representatividade? Ela dá conta das individualidades?

Por essas perspectivas, por **discursos empoderados** e por todas essas inquietações, utilizamos a Análise do Discurso, via mais pertinente ao êxito da nossa proposta, ante a expectativa crítico-discursiva, como exporemos a seguir.

2.3 A ANÁLISE DO DISCURSO

O termo **discurso** tem muitos significados e objetivos. Esse vocábulo é bastante investigado por muitos estudiosos e por várias correntes teóricas por seu poder de atuação e de sustentação de ideias, opiniões, sentimentos e ideologias.

No tocante à Análise do Discurso (doravante AD), a presente teoria se refere aos estudos que surgiram entre as décadas de 60 e 70, na França, por uma corrente teórica denominada “escola francesa de Análise do Discurso”. No período em questão, tanto no Brasil quanto na França ocorriam diversas movimentações políticas e culturais reivindicatórias em prol de melhorias ao povo em diferentes vertentes. Como na França esse movimento já estava muito forte, vai influenciar muitos outros países a promoverem reivindicações, a exemplo do Brasil que, estava passando por uma ditadura, entre outras situações.

Dessa forma, a AD vai se debruçar sobre os discursos dos movimentos reivindicatórios, para entender e analisar o que está por trás desses discursos que estão sendo produzidos e todo processo histórico, social, cultural, ideológico que circula nesses movimentos. Não só no aspecto linguístico/gramatical que estão nos bastidores desses discursos, mas nas relações entre os espaços e os aspectos ideológicos, sociais que vão ser evidenciados nas relações de conhecimento sócio-ideológico (Brandão, 2004).

De uma forma elucidativa, Orlandi (2015, p.13) define que

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

É nessa percepção, de palavra em movimento, com sentido, simbologia e significância, que os discursos se desenvolvem e envolvem pessoas, posicionamentos, atitudes mediante seus contextos de produção. Dessa forma, “[...] a Análise de Discurso visa a compreensão de como o objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2015, p. 24). Sujeitos que são o elo fundamental entre o discurso e o sentido, entre a percepção da realidade e a significância dos discursos, que, por meio do uso desse artifício e pela perspectiva da transformação do meio, pela leitura crítico-discursiva das relações étnico-raciais, será o foco do nosso estudo; bem como, dos discursos dos sujeitos empoderados que poderão ser desenvolvidos após nossas discussões.

Orlandi (2012, p.22) afirma que “[...] na perspectiva da análise do discurso, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.” Com esta tese da autora, ratificamos que a AD oportuniza a ação pela palavra e pela construção de discursos recheados de ideologias contextualizadas socialmente, com intuitos transformativos.

Em relação a isso, Brandão (2004, p.03) afirma:

É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não. Nem sempre digo tudo que penso, deixo nas entrelinhas significados que não quero tornar claros ou porque a situação não permite que eu o faça ou porque não quero me responsabilizar por eles, deixando por conta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos*, subentendidos.

Nessa afirmação, Brandão (2004) defende o poder da palavra, do discurso produzido e das produções de sentidos que ele pode oferecer, que todo discurso traz posicionamentos, sendo eles óbvios ou não, cabendo ao leitor tornar-se apenas expectador, produtor ou quem sabe até questionador da problemática incômoda no contexto histórico-social. A autora reitera que “[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente” (Brandão, 2004, p.7).

É nessa defesa que a linguagem intervém fazendo parte dessa construção discursiva, empoderando àqueles que se apropriam das oportunidades ofertadas para construção de sentidos para intervir junto à realidade. A AD se materializa na linguagem por meio da leitura crítica com produção de sentidos ideológicos, históricos, culturais e sociais contextualizadas à realidade do sujeito aprendiz.

Para esse fim, passaremos a compreender o contexto histórico e social das relações étnico-raciais e todas as problemáticas e processo evolutivo que acompanham essas relações no contexto pedagógico e societário contemporâneo.

CAPÍTULO III

Neste capítulo, abordamos as relações étnico-raciais, voltadas ao processo histórico, somada às contribuições do movimento negro até a forma discursiva e em como essa história, cultura e problemática é levada à sala de aula. Logo, refletimos as Leis 10.639/03 e 12.288/10 enquanto pressupostos de avanços estabelecidos nas garantias de direitos ao povo negro. Por fim, discorreremos sobre a menção das discussões étnico-raciais nos documentos oficiais educacionais.

3 DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O estudo das relações étnico-raciais ainda gera muita controvérsia no meio social e acadêmico. Durante muito tempo, alguns estudiosos - como Samuel George Morton - defenderam o conceito de *raça* com sentido estritamente biológico e tentaram provar, por teorias, a hierarquização das raças, disseminando a ideia de que a raça branca ou ariana estaria em condição superior às demais raças pelas diferenças físicas significativas, sobretudo a raça negra que, segundo estudos, estariam na base da pirâmide como os menos favorecidos em inteligência, alegação que constitui o racismo científico.

Por outra perspectiva, outros estudiosos - como Raymundo Nina Rodrigues - defenderam e defendem o conceito de raça no sentido étnico, identitário, cultural e sociológico da discussão, ou seja, o conceito da heterogeneidade cultural socialmente estruturada por esferas humanas culturalmente inferiorizadas, criando definições de quanto maior a miscigenação, maior a criminalidade, constituindo, dessa forma, o racismo cultural (Brym, 2006).

Sendo assim, o que apreendemos dessa polêmica é que esse termo está diretamente ligado à classificação de pessoas por suas características físicas ou culturais. Em vista disso, o advogado, professor e atual ministro dos Direitos Humanos, Almeida (2021), em seu livro *Racismo Estrutural*, pondera sobre essa polêmica e expõe a definição de como o termo *raça* poderá ser descrito:

1. *Como característica biológica*, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo;
2. *Como característica étnico-cultural*, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir” (Almeida, 2021, p.30-31).

Por conseguinte, entendemos que, na sociedade brasileira, as características fenotípicas de cor de pele, estrutura do cabelo, largura do nariz e espessura dos lábios vão demarcar a

condição de como proceder diante do negro e diante do branco no meio social, assim como, de respeito ancestral, da inserção cultural e da representatividade étnica na sociedade contemporânea. Por esse ângulo, defendemos a ideologia de que: “[...] as noções de raça e etnia estão relacionadas à produção de critérios de pertencimento e de construção de fronteiras étnico-raciais que classificam aqueles que pertencem e os que não pertencem a determinados grupos sociais” (Zubaran; Silva, 2012, p.131). Ou seja, escolhemos não considerar o conceito biológico, ainda que estejam imbricados sociologicamente, mas das relações de pertencimento, do exercício da cidadania e das possibilidades não oportunizadas em detrimento da condição raça/cor.

Nesse ínterim, outro fenômeno foi postulado na sociedade brasileira: o do mito da democracia racial. Aquele que desconhece a existência do racismo; que prega que todos são iguais em direitos, deveres e oportunidades; que institui a representação mental de que o negro que não ascendeu socialmente é o próprio responsável por não saber aproveitar as muitas possibilidades a ele concedidas e desperdiçadas por ele mesmo - fato que faz parte do pensamento meritocrático oriundo do neoliberalismo – perpetuando, assim, o sentimento de inferioridade e impotência, até a atualidade. Por consequência disso, assentimos mais uma vez com Zubaran e Silva (2012, p.132), de que “[...] o discurso da democracia racial contribuiu também para camuflar o racismo e encobrir as desigualdades e os conflitos étnico-raciais, dificultando a construção de identidades específicas e o poder de contestação dos excluídos”. Logo, precisamos desmistificar conceitos, problematizando discursos em prol de menos exclusão e mais igualdade racial.

Desde os primórdios da escravização, uma série de eventos históricos, dentre os já citados, foram e são observados referentes às excludentes formas de acesso aos direitos, que direta ou indiretamente são negados à população negra do Brasil. Um panorama de inúmeras desigualdades, desrespeito e violações étnicas e raciais que burlam o direito de ser e de pertencer. Ainda fazemos parte de um país que desigual, hostiliza, humilha, discrimina, maltrata e que mata de forma desproporcional e desequilibrada os negros e negras, pardos e pardas, desde a escola (quicá do nascimento), até os vários contextos existentes na sociedade.

Historicamente, sabemos que as causas dessas problemáticas nas relações étnico-raciais, presentes na sociedade atual, estão diretamente associadas ao infeliz histórico de escravização e ao processo desastroso da abolição da escravatura, que mesmo este sendo o último país ocidental a abolir esse sistema insensato de vida, não teve como elementar preocupação a garantia dos direitos fundamentais e de sobrevivência digna aos povos negros após a aprovação da lei de “libertação”, levando à situação de desigualdade de oportunidades testemunhadas até

os dias atuais. Como bem pontuou Alencar (2022, p.34), pesquisadora e autora do livro *Saber-se Negra*:

Ao observar a historiografia oficial do país, percebe-se que libertaram os escravos, porém não deram nenhum tipo de suporte financeiro, social e educacional para que estes indivíduos pudessem se integrar e se sociabilizarem. Assim, muitos negros e negras ex-escravos e/ou libertos retornaram, por um lado, para seus antigos senhores sem receber nenhum retorno financeiro pelos seus árduos trabalhos; e, por outro lado, passaram a ocupar as áreas periféricas e abandonadas das cidades brasileiras.

Por consequência disso, a sociedade internalizou e naturalizou o conceito de raça superior em detrimento da cor negra, permitindo diferenciação e situações conflitantes de tratamento em vários ambientes da sociedade e perpetuando a problemática das relações étnico-raciais na contemporaneidade. Sobre isso, Bento (2022), em seu livro *O Pacto da Branquitude*, reflete que

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. (Bento, 2022, p.76-77)

Sob tal conjuntura, destacamos ainda que, por mérito das intervenções do Movimento Negro iniciadas no século XX, a conveniência da sociedade passou a ser provocada, o que gerou uma série de discussões que agrediam a população negra - a exemplo do racismo, da desigualdade e da discriminação racial - fomentando, assim, reflexões críticas à democracia racial e africanidades. Por conseguinte, originou-se a preocupação com a saúde da população negra, com a educação das relações étnico-raciais, com a problemática da intolerância religiosa sobre religiões afro-brasileiras, com questões quilombolas e antirracistas e, ainda, com a violência praticada com o povo negro. Nesse seguimento, o Movimento Negro também instigou discussões em relação à arte, à corporeidade, ao cabelo crespo, às cores da África para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade, promovendo encontros, palestras, publicações, minicursos, *workshops*, projetos de extensão, debates em articulação com intelectuais antirracistas para que as ações afirmativas se transformassem em questões sociais, políticas, acadêmicas e jurídicas em nossa sociedade (Gomes, 2017).

Por tudo isso, avançamos e tendenciamos avançar muito mais. Sendo assim, com nosso estudo encorajado pelas ações do Movimento Negro, expostas por Gomes (2017) em sua obra *O Movimento Negro educador*, habilitamos nossas ações no campo acadêmico sobre as relações étnico-raciais no espaço escolar e social. Em razão disso, argumentamos que o preconceito, as discriminações raciais, as situações de injúrias e as práticas racistas configuram-se como um

dos principais problemas do século XXI, sendo essa adversidade presente não só na sociedade contemporânea, mas inerente ao ambiente escolar, fazendo necessária uma movimentação urgente por parte de todos os atores da comunidade acadêmica.

Por ocasião dessa movimentação, entendemos que lutar contra o racismo em suas várias vertentes precisa ser um ato resistente e persistente com consciência da importância dessa luta, em conformidade com o professor Bonfim (2019), um dos organizadores do *I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo* e autor do artigo *Ser negro no Ceará: dor, racismo e reexistência*, o qual observa:

É **pensar** que uma **luta** eficaz contra o racismo se faz com **formação**, principalmente histórica. Essa é a tônica de um movimento negro forte e combativo. É **entender** que o racismo não se restringe a ‘preconceito’, é **compreender** o funcionamento estrutural do racismo em suas várias dimensões (Bonfim, 2019, p.30, grifo nosso).

Dessa forma, depreendemos que, para tal empreitada de luta, de formação e de compreensão do racismo estrutural imposto ao povo negro tem como sentido principal de refletir o contexto das relações étnico-raciais, que se evidencia nas palavras de Silva (2007), quando afirma

[...] que o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (Silva, 2007, p.490).

Assim posto, precisamos atentar que, educar para as relações étnico-raciais, entendendo como se dão as relações entre pessoas e suas posturas, como as pessoas presentes no ambiente escolar e social tratam umas às outras, faz-se necessário compreender o significado de cada prática observada, cada prática sofrida, para assim construir o plano da luta antirracista, da autodefesa, e defesa da coletividade. Em vista disso, seguimos as concepções de Almeida (2021), quando define que

O **racismo** é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e/ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2021, p.32, grifo nosso).

Já o **preconceito racial** é explicado por como “[...] o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (Almeida, 2021, p.32, grifo nosso). Diferenciando dos conceitos acima, a **discriminação racial** “[...] é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (Almeida, 2021, p.32, grifo nosso).

Por consequência desses atos, o povo negro se mantém amedrontado, em constante

temeridade, por vivenciar qualquer um dos tipos de situações das definidas acima. Isto porque, desde os primórdios do processo escravagista, a população negra brasileira vive em constante luta de pertencimento e reconhecimento frente à riqueza cultural, ao aporte linguístico e à contribuição estrutural promovida no processo histórico desse país e dessa sociedade.

Em face do exposto, compartilhamos das inquietações de Ramos (2017) em seu livro *Na Minha Pele*, quando suplica: “[...] Quais são as armas mais eficazes de combater o racismo? A reverência à nossa origem africana, a afirmação estética, medidas políticas?” (Ramos, 2017, p.73). Nesse contexto inquietante, apontamos que uma das causas do enraizamento e perpetuação desse problema está, continuamente, relacionada à maneira como essa história negra é contada, como essa trajetória negra é transmitida, em como esse tema negro é discutido ou até mesmo da supressão dessa discussão em sala de aula. Assim, entendemos que precisamos discutir mais sobre esse problema e fomentar ações para o encorajamento de novas práticas em sala de aula para que não leiamos frustrações de alunos negros por práticas pedagógicas, nas quais se desconsidera toda resistência do povo negro antiescravidão. Como as refletidas nas palavras de Ribeiro (2019), em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, que denuncia:

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que ‘aceitou’ a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. [...] O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata (Ribeiro, 2019, p. 7-8).

É com base na denúncia de Ribeiro (2019) que ratificamos a problemática de que, dependendo da forma como a história é contada e a temática trabalhada em sala de aula, levará os alunos a compreenderem as relações do passado interligadas às relações do presente. Desse modo, continuamos nossa reflexão nas palavras de Lázaro Ramos que declara ter estudado numa escola de Salvador com um número bem equilibrado de negros e brancos e delata que nas aulas, “[...] o curioso é que nessa escola, tão mista, ignorava-se a história dos negros. Aprendi sobre a luta de Zumbi de forma muito superficial e breve. Nas aulas sobre escravidão no Brasil, ele parecia um rebelde. E ponto” (Ramos, 2017, p.33). Rebelde que se foi e se eternizará como um dos grandes ícones da luta antiescravagista.

Bento (2022), em discussão atual, também reflete essa problemática de que

Nas escolas, por exemplo, sempre professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos político-pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude. É na organização da instituição, ao longo da história, que se constrói a estrutura racista. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura

negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados (Bento, 2022, p.77-78).

Por essa realidade, estudiosos estão em constante dedicação em busca de soluções para que, num futuro bem próximo, tenhamos realidades diferentes compostas por educadores mais atentos e mais ativos, com material didático mais adequado e efetivo na luta antirracista. Essa preocupação também é de Munanga (2005), organizador da obra *Superando o racismo na escola*, quando expõe que

Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do ‘Outro’ e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. [...] O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. (Munanga, 2005, p.16)

Em virtude dos fatos mencionados, comungamos, mais uma vez, da compreensão de Silva (2007) quando estimula que

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípuo de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (Silva, 2007, p. 490).

Palavras que estimulam o desenvolvimento do empoderamento da comunidade negra pelo seu poder de competência instrutiva e argumentativa “correm o risco” de criar disseminadores de consciência crítica, revestida de direito numa atuação de constância antirracista. Todavia, sabemos que não é fácil empreender um projeto com proposta de mudança da realidade, de opiniões e de comportamentos no contexto de uma sociedade e/ou, mais especificamente, de uma instituição escolar, contudo, pensadores, leis e normativas são portas largas de entrada em prol de uma escola com ambiente mais equilibrado, construtivo com plenas condições de causar pertencimento do outro, para o conhecimento da diversidade e do respeito mútuo coletivo. Conforme as *Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*,

Precisamos compartilhar uma visão de escola como ambiente que pode ser de felicidade, de satisfação, de diálogo, onde possamos de fato desejar estar. Um lugar de conflitos, sim, mas tratados como contradições, fluxos e refluxos. Lugar potencializador da existência, de circulação de saberes, de constituição de

conhecimentos. Lugar onde, a exemplo das culturas africanas Yorubá, Bantu e outras, reverencia-se a existência, a vida das pessoas, que independentemente de faixa etária, de comportamento, de saúde, etc., pode ser vista como divina (Brasil, 2006, p.55).

Assim, a valorização da escola e das pessoas que aprendem nela deve ser a preocupação impreterível para a educação do século XXI, e quando estamos tratando de pessoas do ensino fundamental com idade entre 7 a 17 anos, essa preocupação deve se tornar ainda mais atenta, uma vez que é nessa idade que a criança e o adolescente produzem sentidos, moldam seu caráter e posicionamentos. Silva (2015), no artigo *Crianças negras entre a assimilação e a negritude*, já expunha essa preocupação e já alertava para consciência pedagógica dos educadores quando clamava que

As crianças negras se constroem pessoas e cidadãs em situações de conflito, de reconhecimento e de desqualificação do seu pertencimento étnico-racial, da sua negritude. Constroem-se, no seio de suas famílias, da comunidade negra, do Movimento Negro, em clima de acolhimento. Já na rua, na escola e em outros ambientes sociais, cotidianamente sofrem com rejeição, desconfianças a respeito de seu valor, intenções, comportamento. Como professores, posicionamo-nos diante desse quadro? Que propostas já temos? Que outras precisamos construir? Somos capazes de abandonar, desconstruir pedagogias que visam assimilar todas as crianças a uma visão de mundo eurocêntrica? Temos condições de avaliar o quanto nossos gestos e olhares ensinam? Sentimo-nos encorajados a criar materiais de ensino que promovam o fortalecimento étnico-racial das crianças negras? Como as mais variadas atividades escolares podem valorizar sua negritude? Como podemos construir condutas de acolhimento em contraposição a de rejeições? Que responsabilidade temos para construção de aprendizagens e da felicidade de nossos alunos? (Silva, 2015, p. 181-182).

Por meio dessas inquietações de Silva (2015) e da reflexão da prática pedagógica adotada no processo de ensino-aprendizagem da escola, das ações das pessoas e das garantias legais, acreditamos ser possível mudar posturas, refazer comportamentos e transformar vidas. Muitas vezes, não nos sentimos encorajados pela realidade inadequada de trabalho na educação pública, porém, julgamos ser lá onde estão os mais vulneráveis e necessitados dessa aproximação. Assim, dialogamos e marchamos juntos por um mesmo objetivo com Almeida (2021); Bento (2022); Gomes (2013, 2017); Munanga (2005, 2009, 2023); Ramos (2017); Ribeiro (2019); Silva (2007, 2012, 2015), quando acreditamos ser possível falar sobre as diferenças e combater as indiferenças no espaço e na responsabilidade que nos cabe.

Pois, como ratifica Munanga (2005, p.16),

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco.

Portanto, diante desse cenário com contextos tão conflitantes, refletiremos sobre a Lei 10.639/03, criada para tentar sanar uma realidade dolorosa que precisa mudar, bem como sobre o acompanhamento da eficácia dessa lei, após 20 anos de sanção.

3.1 REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03

A Lei 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, que “[...] torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” e “[...] institui no calendário escolar o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra”, está comemorando 20 anos, ainda, com muitos desafios a serem superados. Modificada pela Lei 11.645/08, que inclui também a história e cultura indígena na escola, pretende que a partir da inclusão, nessa proposta, do estudo da História da África, dos Africanos e da Cultura Afro-Brasileira, sejam desenvolvidas nas escolas ações de combate a todas as formas de preconceito, discriminação, injúrias, práticas racistas e forças negativas que caracterizam exclusão de todas as formas.

Gomes (2013), por meio do artigo *A questão racial na escola*, reflete que

A implementação da Lei 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem somar às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma escola antirracista (2013 p.68-69).

Nessa conjuntura, a escola não pode estar alheia a tudo que está acontecendo dentro dela e na sociedade, sobretudo a escola pública, que comporta os principais atores e espectadores de situações racistas, preconceituosas e discriminatórias, porque é a partir dela que formamos novos cidadãos críticos, atuantes e atentos aos acontecimentos sociais.

Logo, dada a necessidade da criação de uma lei para instaurar algo que já deveria ser uma prática contínua escolar do conhecimento da História Africana, da luta dos negros no Brasil por sua independência, da luta dos líderes africanos por maior reconhecimento, da luta dos brasileiros em busca de uma sociedade igualitária e da contribuição que a cultura negra veio trazer para a formação da sociedade brasileira, argumentamos que é possível a formação de um novo olhar sobre a história supracitada e, conseqüentemente, uma nova consciência crítica da identidade cultural e social desse povo, diante das muitas situações presenciadas e ou vivenciadas por exclusão e hostilidade em relação à raça/cor.

Mesmo a lei evidenciando o termo “obrigatório”, termo este questionado por muitos

educadores, o intuito na verdade é o de compor o currículo escolar para a percepção da importância e da necessidade dessa discussão no ambiente escolar, a ponto de promover o desenvolvimento de ações afirmativas na escola, que poderão ocasionar alcance social imediato por novos comportamentos e discursos ou numa ocasião necessária.

Assim, a significância dessas medidas tem como propósito tanto da possibilidade de conhecer e/ou reconhecer a realidade histórica e cultura negra quanto refletir sobre a má interpretação da história contada em sala de aula, as limitações dessa história na abordagem dos livros didáticos, a problemática das relações étnico-raciais e os danos causados pelo processo escravagista percebidos na contemporaneidade. Ainda convém lembrar que, gradualmente, essa história vem sendo abolida das discussões em sala de aula pelo falso mito da democracia racial e ignorando as muitas arbitrariedades raciais do dia a dia. Gomes (2013, p.69) observa que

[...] ainda encontramos muitas resistências de secretarias estaduais, municipais, escolas e educadores (as) à introdução da discussão que ela apresenta. Essa resistência não se dá no vazio. Antes, está relacionada com a presença de um imaginário social peculiar sobre a questão do negro no Brasil, alicerçado no mito da democracia racial.

Consideramos, junto a Gomes (2013), que muitos serão os contratempos apontados para a não adoção da lei, tanto pelas dificuldades de aceitação da lei e a tudo que ela propõe quanto por tudo que a história regulou nesse processo de continuação velada de segregação e intolerâncias nas relações entre negros e outros grupos étnicos. Todavia, reiteramos a importância dessa discussão para os jovens aprendizes e assentimos com Silva (2007, p.500) que

As dificuldades para implantação dessas políticas curriculares assim como a estabelecida no art. 26º da Lei 9.394/1996, por força da Lei 10.639/ 2003, se devem muito mais à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos. Estes, hoje, já não são tão escassos, mas nem sempre facilmente acessíveis.

A partir dessa interpretação, compreendemos que estereótipos precisam ser quebrados, assim como o incentivo para a construção de metodologias dinâmicas desse tema e facilitação no acesso aos materiais didáticos diversos para viabilizar a prática dessa proposta.

Munanga (2023), também, em reflexão e avaliação sobre as dificuldades de implementação da lei 10.639/03 em recente entrevista ao jornal Folha de São Paulo, reflete que “[...] os educadores, os brancos e os negros, receberam uma educação racista. Muitos não sabem nem o que é realmente o racismo. Como é que um educador que não sabe como o racismo à brasileira se expressa vai trabalhar com isso em sala de aula?” (Munanga, 2023)

Dessa forma, Munanga (2023) defende, e nós corroboramos, que é preciso que os

educadores entendam e atuem com consciência e sensibilidade para a importância e grande responsabilidade que compete a eles. Mas, para esse acontecimento, defendemos que haja formação e letramento racial dos docentes, para que eles saibam e se sintam confortáveis para levar essa discussão para sala de aula. Assim, “[...] precisamos formá-los, porque eles não sabem como lidar com esse fenômeno. Tem também que produzir livros, materiais didáticos, porque os anteriores são repletos de preconceitos contra negros e povos indígenas.” (Munanga, 2023).

Ainda por consequência da sanção da Lei 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação também aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas (2004), a serem implementadas pelas escolas públicas ou privadas, do Brasil, em diferentes níveis e modalidades. O seu artigo 5º pondera que

Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação (Brasil, 2004, p.32).

Diante desse compromisso, hoje passados mais de 20 anos da aprovação da lei, buscamos atualizações de como está sendo implementada essa garantia. Para isso, focamos em duas pesquisas com resultados recém-divulgados. Uma delas é a pesquisa realizada pela Gededés Instituto da Mulher Negra e pelo Instituto Alana sobre a *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira*, que retrata números alarmantes após 20 anos de sanção.

A pesquisa realizada com 1.187 Secretarias Municipais de Educação num percentual de 21% do total, em que 4.381 Secretarias resolveram não responder a pesquisa, representando um percentual de 79%, talvez por não terem dados informativos positivos para apresentar. A conclusão não nos surpreende pelos

18% deles não realizam nenhum tipo de ação para assegurar um currículo racialmente justo e que proporcione uma experiência escolar digna para todas as crianças e adolescentes. A leitura dos resultados pode ainda promover a reflexão sobre as possibilidades necessárias a serem exploradas para alterar essa realidade, tendo em vista que apenas **29%** das redes municipais de ensino **desenvolvem ações que nos permitem reconhecer a intencionalidade em aplicar a referida lei**. A essas redes, agradecemos e desejamos que estes casos incentivem que outras secretarias repensem suas práticas na agenda da educação antirracista. (Benedito; Carneiro e Portella, 2023, p.8)

Ou seja, 71% dos municípios/escolas pesquisados não implementaram ações adequadas,

efetivas, significativas para o cumprimento da Lei 10.639/03. Além dos números citados acima, as autoras também complementam que apenas 58% desses municípios participantes afirmaram ter readaptado o referencial curricular considerando o cumprimento da Lei 10.639/03; apenas 57% oferecem formação sobre as relações étnico-raciais e sobre o que rege esta Lei; 6.39% realizam investimentos e disponibilizam recursos para a implementação da lei; 1/5 dos municípios possuem regulamentação específica sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e que 69% das Secretarias afirmam que a maioria das escolas vivencia a Lei no mês de novembro ou semana da Consciência Negra ou de maneira esporádica, como já esperávamos.

No geral, a pesquisa expõe que a maior parte das atividades ocorre nas creches - 58%, na educação infantil - 68%, no ensino fundamental anos iniciais - 86% e no ensino fundamental anos finais - 66%, e que os dados para o ensino médio foram insuficientes. Ademais, os municípios não possuem órgãos responsáveis ou espaços para a discussão das relações étnico-raciais e reclamam não terem recebido suporte suficiente de instituições responsáveis para a implementação da Lei 10.639/03, a exemplo dos Conselhos Municipais de Educação. Por esse viés, precisamos averiguar onde estão as falhas e cobrar efetivação de todas as instituições responsáveis, para que nos deparemos com outra realidade nas próximas avaliações.

Por isso, destacamos que a recriação em 2023, pelo Ministério da Educação, da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI - é um grande passo para enfrentar os problemas relacionados à educação, entre eles o das relações étnico-raciais, via desenvolvimento de programas com ações inclusivas e fortalecimento dos instrumentos e bases inovadoras para o combate à discriminação racial, viabilizando a valorização da diversidade para uma educação mais igualitária a todos.

Outra pesquisa que nos chamou atenção foi a do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), divulgada por meio de infográfico Povir (2023), em reflexão aos 20 anos da Lei 10.639/03, feita pelo Instituto Povir Inovações em Educação. Ela estaca que o racismo no Brasil é estrutural pelos 84% de vítimas negras em intervenções policiais; pelos 77,9% de vítimas negras em assassinatos no Brasil; pelos 62% de vítimas negras nos crimes de feminicídio; pelos 52,8% de vítimas com sintomas depressivos em mulheres negras e pelos 51,6% de vítimas negras nos transtornos mentais (Abreu; Oliveira e Silva 2023).

Por toda essa trajetória macabra, angustiante, inquietante defendemos e corroboramos juntos aos organizadores da pesquisa, a exemplo de Abreu, Oliveira e Silva (2023), que a realidade desses números impacta diretamente na trajetória do povo negro, por isso eles afirmam que

Narrar a trajetória, os feitos e as contribuições desses povos a partir de suas perspectivas lhes garante papel ativo na construção da sociedade brasileira. A educação antirracista é necessária para combater desigualdades e reparar injustiças sofridas pela população negra. Na escola, ela impacta diretamente o presente e o futuro de alunos e alunas negras, influenciando no fortalecimento da identidade e da autoaceitação (Abreu *et al.*, 2023, n.p).

Esse debate apresenta relevância, uma vez que começa na escola, contudo vai além dos muros da escola, não se restringindo ao público negro, mas a todos os cidadãos brasileiros que desconhecem, desvalorizam ou insignificam a devida história e contribuição cultural do povo negro. A partir da implementação da lei e de ações metodológicas eficazes, esses cidadãos poderão alcançar interação com o tema e tornarem-se plenamente capazes de construir uma nação democrática, inclusiva e respeitosa.

É importante ainda salientar que, além dessa proposta, por meio da escola, caberá à coletividade promover ações que ampliem o foco dessa discussão para melhoria da diversidade cultural, racial, social e econômica existente na sociedade em que se vive; e da valorização das raízes africanas, indígenas, europeias, asiáticas, entre outras; do reconhecimento das garantias dos direitos igualitários de cada cidadão; e pelo respeito aos valores, raciocínios, visões de mundo e pensamento de cada um a fim de alcançar empoderamento, discursividade e representatividade do povo negro.

As dificuldades, as resistências sempre estarão presentes. Mas aqui compartilhamos do sentimento de Lázaro Ramos que relata ter ficado emocionado ao saber da promulgação desta lei e que, nesse momento, “[...] um fio de esperança surgiu” (Ramos, 2017, p.65).

Que esse fio de esperança também surja em cada um de nós e que o povo negro destaque suas atuações em diferentes áreas do conhecimento, atuação profissional, de criação tecnológica, artística, de luta social e discursos empoderados, atuantes, conscientes e reivindicatórios, e que novas ações sejam criadas e implementadas a fim de corrigir tamanha desigualdade no Brasil, a exemplo da lei que rege o Estatuto da Igualdade Racial como refletiremos a seguir.

3.2 REFLEXÕES SOBRE O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: LEI 12.288/10

A Lei 12.288/10 versa sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que após 10 anos de tramitação no congresso foi aprovado pela Câmara Federal, em 09 de setembro de 2009, só em 20 de julho de 2010, aprovado no Senado, e logo sancionada pelo então presidente da época. Ela apresenta um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias que deverão garantir direitos fundamentais à população negra do Brasil, com acesso às oportunidades

igualitárias, e desmonte da intolerância e qualquer tipo de discriminação ou desigualdade racial ou étnico-racial, de gênero e raça.

Ideais construídos pelo então senador Paulo Paim - homem negro e militante das causas negras - com essa tese, intentam assegurar de forma ampla e em todos os aspectos de fato e de direito o acesso à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, aos cultos religiosos de matrizes africanas, à terra e à moradia adequada, ao trabalho e atenção às mulheres negras e, ainda, a avaliação e o acompanhamento dos programas de cotas de acesso às universidades.

Portanto, essa lei vem promover igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra através de políticas públicas e afirmativas que deverão ser observadas nos planos plurianuais e no orçamento da união. Estas são formas encontradas de promoção efetiva de reconhecimento e fomento por políticas públicas que atuem pela proteção e pelo respeito da diversidade racial existente na sociedade.

A professora Madeira (2019), em seu artigo *Racismo estrutural e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil*, reflete essas políticas e afirma que

Estatuto da Igualdade racial lei no. 12.288, importante marco legal ao definir discriminação racial como a exclusão, distinção, restrição ou preferência baseada na etnia, descendência ou origem nacional e desigualdade como toda situação injustificada de diferenciação de acesso e de oportunidades em virtude de etnia, descendência ou origem nacional (Madeira, 2019, p.161).

A partir dessa definição, reconhecemos que políticas públicas foram criadas a fim de diminuir tais discriminações raciais e exclusão baseada na cor da pele.

Nessa lógica, através do que rege o Estatuto, os governos nas esferas federal, estadual ou municipal deverão criar meios para oportunizar inclusão de ações afirmativas nas políticas públicas planejadas, assim como o aperfeiçoamento das já existentes. Poderão também modificar os conceitos e as atuações das instituições públicas para o enfrentamento adequado às discriminações, às desigualdades, bem como para o reconhecimento da necessidade de gerar oportunidades equitativas ao povo negro tão quanto são para os brancos, e, dessa forma, gerar crescimento econômico, desenvolvimento social justo por meio do respeito à diversidade e do estímulo para inserção do povo negro nos contextos das artes, da educação, da política, nos cargos de efetivo poder e prestígio social.

No campo educacional, o Estatuto apresenta os artigos de 9 a 20, nos quais são tratados os seguintes temas: os meios de garantia do direito ao acesso educacional; desenvolvimento dos conhecimentos da história e cultura negra; das datas comemorativas; da exaltação das personalidades negras; da formação dos professores para essa prática; da elaboração do material didático para esse fim; do fomento à pesquisa nos cursos de pós-graduação. Os artigos 21 e 22,

abordam a preservação da capoeira em forma de dança, luta, esporte e música nas instituições de ensino; e, por fim, o artigo 23 trata da liberdade de consciência e de crença.

Para a garantia da efetividade desses direitos foi criado em 2013 o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, que tem por objetivo o combate à discriminação e a todas as formas de intolerância, por meio do repasse de verbas federais aos municípios e estados no suporte à criação de articulação de planos, projetos, políticas públicas, ações afirmativas com fins de garantia dessas concessões apresentados no corpo dessa Lei 12.288/10. A criação desse sistema representa uma grande conquista do Estatuto.

Considerando os aspectos mencionados, avaliamos que o Estatuto da Igualdade Racial apresentou-se para efetivação de igualdade, garantia de direito e de defesa, também dando suporte às leis já existentes através de ações concretas. Esse documento não teve alta adesão dos congressistas na aprovação do que regia o Estatuto, obviamente, uma vez que tramitou por mais de 10 anos em discussões. Vários foram os argumentos pela não aprovação ou pela retirada de garantias importantes, apesar disso, impasses foram superados, perdas toleradas, acordos cerrados, uma vez que a aprovação de um meio termo seria mais importante que nenhum avanço após tantas lutas, discussões, argumentos fundamentados pelo Congresso, Senado e Movimento Negro e pela grande diferença de projeção histórica do povo negro no Brasil.

Na defesa do Estatuto e a tudo que ele se propõe, o próprio autor da lei argumenta que “[...] Colocar em prática o Estatuto da Igualdade Racial é fazer o bom combate para mudar a perversa realidade que atinge a população negra brasileira. Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Vida longa ao Movimento Negro Brasileiro” (Paim, 2020, n.p).

Nesse universo, em avaliação dos 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial, o autor argumenta que a lei trouxe orientação para várias políticas de promoção da Igualdade Racial, a exemplo do Sistema de Promoção da Igualdade Racial; do fortalecimento das políticas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Cultural Palmares; com a criação das ouvidorias permanentes e do acesso à justiça e à segurança; do reforço à implantação da Lei 10.639/03; também da Lei 12.290/2014 de cotas no serviço público federal; da Lei 150/2015 complementar das domésticas que beneficiou trabalhadoras negras; e, sobretudo, da Lei 12.711/2012 de cotas nas universidades, que trouxe grande significância no acesso de negros nas universidades e todas as demais leis, projetos de leis, políticas públicas que agregaram ações afirmativas de direitos e garantias ao povo negro (Paim, 2020).

Da mesma forma, outros estudiosos do assunto defendem e reconhecem a necessidade do Estatuto, pois

[...] Sua importância se interliga ao fato de que com sua existência, evidenciaram-se algumas garantias e uma melhor estruturação de iniciativas e recursos para o financiamento de políticas públicas destinadas a diminuir as diferenças relacionadas à pauta racial no país” (Capitulino, 2021).

Nessa mesma direção avaliativa, juristas e pesquisadores da temática, Nascimento e Hoshino (2020), em artigo intitulado *Uma década contra cinco séculos: refletindo sobre os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial*, publicado pela Universidade Federal do Paraná, reconhecem o Estatuto como um marco histórico, fruto de conquistas e lutas sociais contra o racismo estrutural, tecendo críticas ao abismo ainda existente entre o percentual de magistradas (os) negras (as) no judiciário e nos mais diversos campos jurídicos; assim como a sub-representação política entre os parlamentares, fator que justifica a possibilidade de ter atrapalhado a densidade do Estatuto. Porém, reconhecem a lei de cotas como uma ação afirmativa muito positiva, devido ao Estatuto e defendem sua manutenção com mais avanços diante da proximidade do decênio desta lei. Finalizam ressaltando que

[...] as políticas para a permanência de estudantes negras(os) em condições adequadas, bem como o fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, o enraizamento da Educação para as Relações Étnico-Raciais nos diversos cursos e disciplinas e a ampliação do quadro de professoras(es) e pesquisadoras(es) negras(os) são instrumentos essenciais para a promoção da igualdade racial enquanto política e práticas acadêmicas. Enegrecer o direito e os direitos é fundamental para que os próximos dez anos de Estatuto possam fazer frente aos cinco séculos de legado racista na história de nosso país (Nascimento; Hoshino, 2020, n.p).

Nesse mesmo contexto, Moreira (2022), pesquisador da temática, em seu artigo *Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial: dados socioeconômicos dos municípios cadastrados no sistema nacional de promoção da igualdade racial*, também avaliou uma das eficácias propostas no Estatuto da Igualdade Racial, entendendo que

O Estatuto formula diretrizes para políticas públicas de promoção da igualdade racial; celebra o caráter transversal destas políticas, exigindo que haja articulação por todas as principais esferas da administração pública, desde aquelas responsáveis pelas políticas econômicas, políticas sociais, de segurança pública, saúde, lazer, esporte etc.; e oferece uma plataforma jurídica que obriga ao Estado brasileiro o cumprimento das medidas previstas na lei (Moreira, 2022, p. 151).

Nessa perspectiva, em relação à Promoção de Igualdade Racial, doravante PIR, Moreira (2022) depreende que o Estatuto da Igualdade Racial é um marco significativo pelas políticas de combate à discriminação e às desigualdades no quesito raça/cor. Por meio do SINAPIR - que propôs e estimulou de forma descentralizada e com desconcentração de responsabilidades à implementação de políticas públicas combativas à discriminação e desigualdades - avalia, com ressalvas, que os municípios que aderiram ao SINAPIR se destacaram no cenário nacional

em estruturas, em órgãos executores, em políticas focalizadas, em número superior de conselhos municipais e em legislação específica para o PIR, em detrimento dos municípios que não aderiram ao sistema. Contudo, o pesquisador conclui que apenas um percentual de 10% dos municípios aderentes ao SINAPIR possui todas essas ferramentas e recursos orçamentários para atuação efetiva, e que para além do estímulo ao PIR é preciso que o Estado Brasileiro disponha de programas e rubricas para apoiar os municípios que ainda têm dificuldades na implementação dessa proposta.

Todavia, ressurgem novas esperanças com a recente criação do Ministério da Igualdade Racial com a então ministra Anielle Franco à frente, que propõe estrutura competente para elaborar, gerir e executar políticas e diretrizes destinadas à promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo estrutural ao povo autodeclarado negro ou pardo, em articulação com outros ministérios, a exemplo, dos Direitos Humanos e dos Povos Originários, que poderão redirecionar tais programas e políticas públicas.

Esses argumentos avaliativos, também, servirão de base para a proposta do nosso trabalho e alcance dos nossos objetivos, que estão relacionados a promover o empoderamento discursivo daqueles que sofrem as muitas agressões já relatadas nesse documento. Assim, afirmamos que a luta é árdua, mas é preciso avaliar que num passado não muito distante, parecia quase impossível que negros e brancos frequentassem a mesma escola, universidades, mercado de trabalho e ambientes sociais. Porém, através de lutas passadas de pessoas, de movimentos sociais, e de muitas outras reivindicações é que já visualizamos o respeito, a representatividade, empoderamentos discursivos entre diferentes raças em alguns ambientes sociais.

Por isso, é preciso persistência e crença, para que novas lutas sejam desafiadas para que num futuro ainda mais próximo seja possível comemorar novas conquistas de igualdade entre os povos para um amanhã de comemoração entre cidadãos negros, brancos, indígenas e de outras etnias. O Estatuto da Igualdade Racial é uma potência inclusiva para oportunidades na tentativa de mais respeito e equidade ao povo negro.

Finalizamos esta discussão refletindo nas palavras de Munanga (2005, p.17) de que

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

É com base na educação, nas leis que regem as ações humanas e em profissionais que estão na ponta da prática pedagógica, que passaremos a examinar a menção à temática étnico-

racial nos documentos oficiais em vigência.

3.3 REFERÊNCIA ÉTNICO-RACIAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Além das Leis 10.639/03 e 12.288/10 já expostas e discutidas, nas seções anteriores, que apoiam nossa discussão, há mais tempo a *Constituição de 1988*, suprema lei nacional que determina os direitos e os deveres dos entes políticos e cidadãos do Brasil, em seu artigo 3º já respaldava esse debate, quando definiu como objetivo fundamental o de:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, essa lei mais adiante foi complementada com a tipificação do crime de racismo, sob a Lei 7.716/89, também conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira, militante do Movimento Negro, e mais recentemente o crime de injúria racial, sob a Lei 14.532/23 - ambos os crimes tipificados como inafiançáveis e imprescritíveis, com aumento de pena por atos de discriminação por raça, cor, ou origem, e dando outras providências, em mais uma conquista na luta antirracista no Brasil.

Nesse contexto, abordaremos alguns documentos oficiais relevantes, que norteiam sobre a discussão das relações étnico-raciais nos estabelecimentos escolares, dando aos jovens a oportunidade de se posicionar legalmente no/e sobre o mundo, e aos professores a oportunidade de uma prática engajada na pauta antirracista.

Apesar das leis de proteção ao cidadão, por fatos históricos já relatados, por sentimentos expostos até aqui e, principalmente, por força da militância negra, constatou-se a real necessidade de levar essa discussão para dentro da escola pela legalidade.

Dessa forma, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, doravante LDBEN, sob o número 9.394/96, texto-base que estabelece a organização do sistema educacional brasileiro, foi a primeira a determinar a mudança. A LDBEN já considerava os princípios de igualdade, liberdade, tolerância e pluralidade de ideias, ademais, considerando a diversidade e a problemática nas relações étnico-raciais. Mais tarde, por força da Lei 10.639/03, já modificada pela Lei 11.645/08, a qual institui que inclua o estudo da história, da cultura, das lutas afro-brasileiras e indígenas nas aulas brasileiras, com o resgate de toda contribuição desses povos no âmbito de todo o currículo, em especial, nas disciplinas de arte, literatura e história, seguindo as diretrizes nacionais (Brasil, 1996).

Todavia, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, doravante PCN, documento que predominou na orientação do trabalho pedagógico e que até os dias atuais referencia práticas exitosas no espaço escolar, já alertava para a importância dessa discussão no cenário escolar, quando evidenciou a problemática sofrida por esse público, afirmando que

Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional, pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se veem expostas (Brasil, 1997, p.20).

Diante dessa constatação na realidade da convivência escolar, os PCN defendem ser preciso a escola agir para conter ou quem sabe sanar essas manifestações racistas no ambiente escolar atuando para

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (Brasil, 1997, p.21).

Nesse ponto de vista, subscrevemos cada defesa aqui exposta pelos PCN, em promover conscientização, questionamentos de posturas, valores, crenças, atitudes, comportamentos para promover transformações na maneira de pensar e agir, concebendo a escola como espaço privilegiado para disseminação do respeito, da pluralidade e dos valores necessários à boa convivência.

Sob essa ótica, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004), resolução que apresenta um conjunto de medidas e ações com objetivo de promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro, há alguns anos expôs a realidade da população escolar negra:

Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação (Brasil, 2004, p.7-8).

Provavelmente esses números não mudaram muito nos últimos anos, e talvez estejam, ainda mais, agravados pelo período pandêmico. Por isso, defendemos uma atenção especial para o público adolescente de escola pública, geralmente expostos à problemática de todos os tipos; e ainda, para a inércia pedagógica da não promoção de novas metodologias na educação brasileira, com fins de despertar o interesse desse aluno, em especial, os de faixa etária entre 07 a 17 anos do ensino fundamental, pela sua especificidade, complexidade e vulnerabilidade nas relações étnico-raciais.

Em consideração a isso, os professores que têm a oportunidade diária de contribuir para uma educação mais dinâmica, transformadora, interativa na pedagogia e para o exercício da cidadania, a fim de sanar distorções nas relações, necessitam de condições favoráveis e adequadas para esse fim. Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, quando aponta em uma de suas ações para o combate ao racismo e as discriminações, faz-se necessário que a escola conceda

[...] condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças. (Brasil, 2004, p.20).

Nesse seguimento de escola combativa ao racismo, precisamos evidenciar no ensino fundamental as relações entre negros, brancos, indígenas e outros grupos étnicos e pensar quem é esse estudante com o qual convivemos diariamente. Muitas vezes não alcançamos as competências pertinentes nas relações com esses estudantes, diante de suas necessidades, seus conflitos internos, seus anseios. Logo, o documento das *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006)*, que apresenta o reconhecimento da diversidade étnico-racial e traz uma série de sugestões de como trabalhar a temática nas escolas, postula que

A criança aprendendo a ler e a compreender o mundo, suas regras, seus conhecimentos socialmente valorizados, sua identidade, seu lugar no mundo; o(a) adolescente mudando a voz, mudando o corpo, vivendo transformações comportamentais, mudanças que trazem inquietações. Precisamos observá-los (as) na sua complexidade humana como seres que pensam, criam, produzem, amam, odeiam, têm sonhos, sorriem, sofrem e fazem sofrer, que têm aparência e compleições físicas, pertencimento étnico-racial, posturas, que têm história, memória, conflitos, afetos e saberes inscritos no seu corpo e em sua personalidade (Brasil, 2006, p.61).

Na observação mais atenta dos estudantes, eis a oportunidade de fazer mais por esses adolescentes, dada a necessidade da aprendizagem e aquisição de informações contextualizadas que os tornem cidadãos críticos com visão ampla dos problemas sociais, para só então, com segurança, exporem o seu ponto de vista e autodefesa com embasamento argumentativo

coerente, com percepção do seu poder de fala e assim atuarem numa possível mudança de um cenário conturbado carente de ações antirracistas.

Em vista disso, as *Diretrizes Curriculares Nacionais* para Educação Básica, doravante DCN - documento complementar que expõe com detalhamento a organização e articulação da prática pedagógica escolar - apresenta em seus princípios básicos a alegação de que desde muito jovens as crianças já devem ser mediadas na construção de um mundo mais plural, de forma a aprender a identificar e a combater preconceitos, questionar e romper formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa presentes na nossa sociedade. Uma vez que as escolas são instituições para formação de crianças, de jovens e de adultos, os conhecimentos escolares, além do processo de didatização, deve-se imbuir um sentido moral e político ligados ao pleno exercício da cidadania definindo que o processo ao conhecimento escolar tem dupla função, no sentido de desenvolver habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade (Brasil, 2013).

Nesse mesmo seguimento, a *Base Nacional Comum Curricular* – BNCC - aponta para a valorização da diversidade, dos saberes e das vivências culturais para o exercício da cidadania e das experiências, a fim de entender como se dão as relações e construção da consciência crítica. Também pondera sobre a importância da contextualização do conhecimento escolar com situações da vida social e os direitos humanos, perpassando todos os campos de aprendizagem situados em significância para os estudantes, de forma a promover uma consciência de direitos, formação ética e da responsabilidade com os direitos humanos. Por fim, destaca a relevância para o exercício da empatia, do diálogo, da compreensão dos valores, dos comportamentos, das crenças, dos desejos, dos conflitos e da valorização do que é diferente (Brasil, 2018).

Sob essa ótica, o *Currículo de Pernambuco* para o ensino fundamental resgata toda a legislação que regulamenta a educação do Brasil ao longo do seu currículo, a exemplo, de todas as leis e diretrizes já relatadas, concluindo que

Em outras palavras, a finalidade da área de linguagens para o Ensino Fundamental é contribuir para a ampliação do conhecimento de mundo dos estudantes, a participação na vida social e a capacidade de intervir e transformar o meio em que vive, tendo como “matéria-prima” as diferentes linguagens. Além de possibilitar o contato com diversas culturas, promovendo vivências que propiciem, por um lado, experiências em diferentes campos da atividade humana e, por outro, o diálogo entre as várias linguagens em suas mais diversas formas de manifestações e produção de sentido com vistas à construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e inclusiva (Pernambuco, 2019, p.66).

Na perspectiva do currículo pernambucano, as linguagens devem servir de subsídio para a ampliação não só dos conhecimentos didáticos, mas também do conhecimento de mundo que a escola e a produção de sentido podem proporcionar. Para esse fim, na pretensão de apontar

estratégias para uma mudança positiva de práticas antirracistas na escola e em sala de aula, subscrevemos, para reflexão, algumas inquietações norteadoras inteligentemente fundamentadas no documento das *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* (Brasil, 2006) quando questionam:

- Qual a importância que a escola tem dado a interação do sujeito negro com o meio social?
- Qual o peso que a escola tem dado ao afetivo na construção de conhecimento de crianças jovens negros (as)?
- A escola tem contribuído para que a criança negra possa construir uma identidade social positiva em relação à sua pertença a um grupo afrodescendente?
- A escola tem possibilitado o conhecimento respeitoso das diferenças étnico-raciais, valorizando a igualdade e relações sociais mais harmônicas?
- A escola tem oferecido referenciais positivos aos (as) alunos (as) negros (as) na construção de sua identidade racial?
- As produções étnico-culturais dos diversos grupos formadores da nação brasileira têm sido incorporadas aos conhecimentos escolares para que a sociedade respeite o povo negro e lhe confira dignidade
- As emoções, a sensibilidade e a afetividade têm se tornado elementos da prática escolar visualizando, principalmente, os (as) estudantes negros (as) que têm dificuldade em sua socialização?
- A escola tem propiciado aos (as) educandos (as) negros (as) oportunidade de refletir criticamente sobre o contexto social, entendendo e propondo transformações?
- O conteúdo escolar tem sido para o (a) aluno (a) um instrumento para lidar positivamente com sua realidade social, ou tem sido estranho à sua história ou cultura?
- A vida cotidiana, os costumes, tradições, enfim, a cultura dos (as) educandos (as) têm sido usados como suporte para seu aprendizado?
- Os conhecimentos adquiridos pelas crianças negras em seu grupo histórico/sociocultural estão sendo valorizados no ambiente escolar?
- Que atitude a escola pública tem tomado em relação aos falares populares que são características da maioria dos (as) alunos (as)? (Brasil, 2006, p. 63).

Diante dessas inquietações e motivação para reflexões sobre a prática pedagógica e metodológica, reafirmamos nosso compromisso na tentativa para construção de uma escola mais democrática, mais solidária e mais reflexiva, encorajada pelas diversas movimentações do fomento as ações afirmativas que promovam um currículo que interaja didática e atuação pelos direitos humanos, pela ética e respeito nas relações étnico-raciais, por meio da leitura crítica com fins emancipatórios, dando voz a diferentes grupos sociais. Para tanto, passaremos ao reconhecimento da necessidade do ato de ler e da análise e evolução das concepções de leitura.

CAPÍTULO IV

Neste capítulo, tratamos sobre as necessidades e possibilidades que a leitura proporciona com análise do perfil de leitores. Em seguida, abordamos as concepções de leitura com exemplificação da evolução e dos objetivos, e, por último, evidenciamos a referência à leitura nos documentos oficiais que regem a educação.

4 DAS NECESSIDADES DO ATO DE LER

Ler é querer descobrir um mundo de possibilidades, é estar em constante busca por respostas e conhecimentos. Vem de uma necessidade de interação com o outro que pode ser considerada inata ao ser humano, aprendida ou desenvolvida mediante a evolução das experiências de vida e dos objetivos que se quer alcançar. Solé (1998) define que “[...] a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer *[obter uma informação pertinente para]* os objetivos que guiam sua leitura” (Solé, 1998, p.22).

Nesse sentido, concordamos com muitos autores que discorreram sobre o tema quando defendem “[...] sobre a importância da leitura na nossa vida, sobre a necessidade de se cultivar o hábito de leitura entre crianças e jovens, sobre o papel da escola na formação de leitores competentes” (Koch; Elias, 2021, p. 09).

No entanto, consideramos que o processo de ensino-aprendizagem tem um grande desafio na atual conjuntura no tangente à leitura, dada a grande importância da necessidade do ato de ler como porta de abertura para a aprendizagem no decorrer da trajetória humana. Esse debate ganha relevância pela dificuldade de a escola e de a família atuarem com maior eficácia na construção da competência leitora e nas demais habilidades, diante da complexidade da oferta. Como afirma Solé (1998, p.32),

Um dos múltiplos desafios a ser enfrentado pela escola é o de fazer com que os alunos aprendam a ler corretamente. Isto é lógico, pois a aquisição da leitura é imprescindível para agir com autonomia nas sociedades letradas, e ela provoca uma desvantagem profunda nas pessoas que não conseguiram realizar essa aprendizagem.

Como podemos perceber, há desafios e desvantagens a serem superados, não só pela escola, mas também pela família, pois sabemos que é no seio familiar que se inicia o primeiro estímulo à leitura desde sua fase inicial de compreensão do mundo exterior, até a fase mais madura de apreensão do conhecimento. Mas o que seria ler corretamente? Para o nosso contexto, ler corretamente será ler criticamente e despertar jovens por discursos engajados.

Segundo a última edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - IPL Instituto Pró-

Livro (2020) ³, organizada por Failla (2020), 81% dos leitores realizam essa prática no ambiente familiar e têm como principal influenciador do gosto pela leitura, a mãe ou algum responsável do gênero feminino. Em segundo lugar, tanto como ambiente leitor, quanto da influência dos professores à leitura, está a escola, com seu perfil orientador. Em terceiro lugar, as bibliotecas, que não deixam de ser um ambiente educacional.

Ante o exposto, percebemos então a responsabilidade da família e da escola nesse desafio em despertar a criança, adolescentes e adultos para a importância e prazer que esse ato leitor pode desempenhar na vida do ser humano em aspectos pessoais e desenvolvimento pleno da cidadania.

Convém lembrar que o brasileiro é rotulado como um povo que não gosta de ler. Porém, dados observados, ainda, na 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - IPL Instituto Pró-Livro (2020) - apresentam que mais de 50% da população brasileira é formada por leitores; e as meninas ganham nessa disputa. Contudo, esse número vem diminuindo ao longo dos anos, se comparada à última realidade apresentada em 2015. Essa redução, também é percebida na faixa etária dos estudantes do ensino fundamental (entre 11 a 17 anos), parte do foco desta pesquisa (Failla, 2020).

Em se tratando dos alunos do ensino fundamental, a problemática torna-se ainda mais acentuada. Conforme os índices da pesquisa, especialmente se considerarmos as características específicas desse público, ou seja, jovens ligados nas redes sociais, que são hipnotizados pela tecnologia, pela falta de tempo ou interesse pela leitura. Ademais, se esse público fizer parte do horário noturno, as problemáticas tendem a aumentar.

Sob o mesmo ponto de vista, por percentuais também expostos na pesquisa, está a relação leitora da população declaradamente negra, uma vez que há um índice de 48% de negros que se declararam leitores contra 55% da população branca leitora. À primeira vista, pode parecer desanimador, não se observarmos o índice de 52% de leitores da população declarada parda como um alento de equiparação. Ou seja, mais pessoas com características de pele escura estão tendo acesso aos livros e a tudo que eles podem proporcionar.

Vale salientar que, dentro dessa perspectiva, um problema preocupante diz respeito às desigualdades na escola, estando relacionadas à questão raça/cor, necessitando, então, de uma atenção especial para a tentativa de solução no quesito preconceito, discriminação, injúria e

³ A **Retratos da Leitura no Brasil** passou a ser realizada pelo IPL a partir da segunda edição, em 2007, e chega à sua 5ª edição em 2019 (lançada em 2020). É a única pesquisa em âmbito nacional que tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro. Seus resultados são amplamente divulgados e se tornou referência quando se trata de índices e hábitos de leitura dos brasileiros. Fonte: prolivro.org.br

racismo com os alunos negros na escola e na comunidade onde vivem. Assim, é das consequências e possibilidades que a leitura e ampliação de conhecimentos no processo do letramento racial poderão proporcionar para esse público e todos ao seu redor. Ora, se é na escola que se educa para a vida, então é a partir dela que devemos buscar a solução para possíveis situações racistas, atuais e futuras, com participação dos próprios alunos.

Diante desses números e dessas preocupações, atentamos para o fato de que no Brasil os problemas relacionados à leitura são muitos, no entanto, o incentivo à leitura ainda pode ser bastante melhorado, permitindo mais acesso dos brasileiros aos livros e aos programas de relevância intelectual.

Uma nova preocupação que precisa ser melhorada advém dos motivos da não acessibilidade à leitura escrita, tanto pelos altos custos das obras e pela burocracia de empréstimos em bibliotecas, quanto pela restrição de tempo em prol da luta pela sobrevivência e, conseqüentemente, da falta de disponibilidade para a leitura deleite, vinculada ao fato da descrença de que a aquisição de conhecimentos por meio da leitura faz diferença no cotidiano desses estudantes.

Outro fator existente é a inapetência da leitura, ou melhor, da boa leitura, que tem trazido prejuízos infundáveis para os nossos jovens, tendo em vista que eles poderiam servir de vanguardas contra aliciadores de mentes desestimuladas, expostas às mais variadas ações dos mais inconsequentes. Muitos são os problemas que afetam nossos estudantes, dentre os quais, alguns poderiam ser excluídos se eles tivessem acesso adequado ao conhecimento que a boa leitura pode proporcionar.

Assim, nesse ponto de vista, compartilhamos da inquietação de Koch e Elias (2021, p.09) quando questionam: “*O que ler? Para quê ler? Como ler?*” Dessa forma, entendemos que a leitura deve ter um propósito contextualizado e significativo, que faça sentido ao leitor.

Diante desses anseios, defendemos a necessidade de a escola criar estratégias deleites e desafiadoras de leituras para que esses aprendizes possam se inteirar do universo do qual representam uma partícula, movendo sobre si responsabilidades e lançando mãos em busca de mais e mais conhecimento para uma leitura mais crítica. No sentido desse estudante assegurar os conhecimentos de mundo, de vida que ele já detém por ele mesmo, e outros que vão sendo adquiridos ao longo de suas experiências, comparando e avaliando as competências, que serão mais viáveis para aquilo que se propõe a ser e a fazer enquanto seres aprendentes.

Nessa direção, dado o objeto de estudo desta investigação, vamos nos aprofundar na relação teoria e prática da evolução do processo de ensino/aprendizagem na leitura. Em seguida, compreender como se deu o progresso no estudo ao longo da evolução das concepções da

leitura, e, por fim, promover um olhar sobre a implementação de cada concepção, na prática.

4.1 CONCEPÇÕES DE LEITURA

Baseado nas nossas leituras e nos nossos referenciais teóricos, sabemos que o processo de ensino-aprendizagem da leitura é foco de muitos estudos ao longo da história. Todos, com objetivo de entender como essa apreensão leitora funciona e alguns em como melhorar essa relação texto/leitor/cidadania, num propósito de dotar o aluno aprendiz das muitas possibilidades de acesso à leitura. Nesse caminho, vamos apresentar como se deu esse processo do leitor com o texto por meio das concepções da leitura em quatro momentos: Ascendente, Descendente, Sociointeracionista e Crítico/Discursiva, cada uma surgindo em determinado período de tempo e fortalecendo a concepção seguinte, conforme estudo de Koch e Elias (2021) e Bonifácio (2015). Além disso, vamos apresentar a concepção que acreditamos estar mais alinhada para a análise do nosso estudo no alcance dos objetivos propostos, como também, exemplificaremos as concepções expostas, problematizando com questões presentes na rotina escolar do estudante, retiradas de livros didáticos, simulados, elaboradas ou adaptadas pela própria autora, com o propósito de melhor compreender o objetivo e a evolução de cada concepção.

4.1.1 Leitura com característica da Concepção Ascendente

Ascendente, também conhecida como: *bottom-up model* - traduzida como: de baixo para cima - é a concepção de leitura compreendida como uma leitura mais objetiva e decodificada. Ou seja, a leitura das letras, das palavras e da informação básica para uma compreensão mais explícita, mais superficial, mais mecanizada em que se privilegia o texto em detrimento do leitor.

Com influência estruturalista e mecanicista, comumente utilizada por leitores iniciantes, é o tipo de leitura que busca a informação explícita no texto. Logo, o leitor identifica a evidente informação sem precisar praticar inferência, conhecimento prévio, conhecimento de mundo, construir sentidos ou qualquer outra interação com o texto. Assim sendo, o foco desta concepção não está no leitor, que é passivo e só tem a função de retirar a informação do texto, mas sim, no texto, que tem sentido próprio e expreso, seja ele verbal, não verbal ou misto.

Essa concepção é bem definida por Koch e Elias (2021, p.10) quando afirmam que

Nessa concepção de **língua como código** - portanto, como mero instrumento de comunicação - e de **sujeito como (pré) determinado pelo sistema**, o **texto** é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código utilizado.

Consoante às autoras, o texto em si já apresenta a informação e o leitor e/ou ouvinte têm a função em dar foco no texto para decodificação da informação. Dessa forma, parece-nos mais evidente o processo de decifrar a mensagem exposta no código.

A fim de melhor explicarmos a concepção ascendente, vejamos o exemplo dessa questão adaptada de um simulado (quadro 1), logo abaixo:

Quadro 1: Exemplo de questão com Concepção Ascendente

Leia o texto e responda as questões abaixo:



2. A mensagem principal exposta na propaganda é que:

- a) O Brasil está longe do racismo institucional.
- b) Lugar do Negro é no Esporte e em Todo Lugar.
- c) A intolerância esportiva é importante.
- d) A igualdade racial é para algumas pessoas.

Disponível em:
<https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>
 Adaptada pela autora.

Fonte: <https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>

Nessa questão, o estudante dotado da competência da leitura ascendente, sendo capaz de desvendar o código linguístico, deverá ter plenas condições de fazer a leitura da imagem e retirar do texto as informações explícitas contidas nele, haja vista que o sentido está todo no texto. Na questão supraexposta, a propaganda, por meio do *slogan*, em lugar de destaque e em caixa alta, deixa óbvia a defesa do lugar do negro: é no esporte e em todo lugar, cabendo ao leitor, apenas extrair o que se pede, respondendo à letra “b” (Lugar do Negro é no Esporte e em Todo Lugar) como alternativa correta.

Essa concepção de leitura teve extrema importância durante bastante tempo no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o objetivo da leitura e entendimento das informações explícitas satisfaziam as necessidades da época. Todavia, concordamos com os

posicionamentos de Koch e Elias (2021) e, em especial, de Bonifácio (2015) em relação a esse método, quando afirma que “[...] nossa crítica a esse conceito de leitura como decodificação reside no fato de que o que realmente acontece é um mero resgate da informação textual, implicando em certa passividade do leitor em relação ao texto” (Bonifácio, 2015, p.05).

Dessa forma, apesar de sua relevância constante, a educação e os professores não devem estar limitados apenas a essa concepção de leitura, limitando o estudante a mera decodificação, em razão de novas necessidades irem surgindo como a valorização dos conhecimentos prévios do estudante em relação à interpretação textual. Conforme o conceito de estudo da próxima concepção.

4.1.2 Leitura com característica da Concepção Descendente

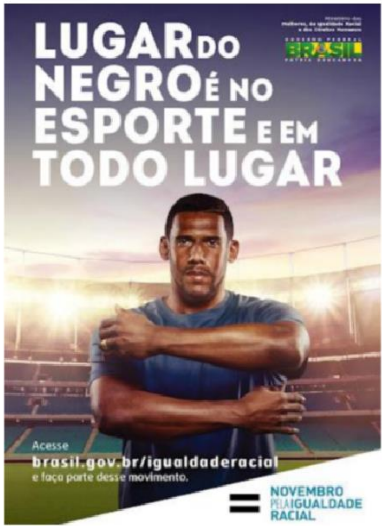
Para mais, analisemos a Concepção Descendente, conhecida também como: *Top-down model* - traduzida como modelo de cima para baixo - apresenta-se como uma concepção em que o leitor vai mais além em sua relação com o texto. Aqui, além de seu conhecimento linguístico, ele usa seu conhecimento de mundo, aliado ao seu conhecimento prévio à leitura, à compreensão e à sua interpretação desse texto. Portanto, o privilégio apresenta-se para o leitor à medida em que ele vai evoluindo a leitura, construindo suposições, conforme seu entendimento, como bem define Bonifácio (2015, p.07) ao afirmar que

De acordo com a concepção descendente, a leitura está condicionada à ativação de esquemas de mundo, conhecimento prévio, levantamento de hipóteses, predições com base no tema, condições de produção, etc. Enquanto, na abordagem ascendente, a ênfase é colocada no texto. Nesta perspectiva, a ênfase recai sobre o leitor, que atribui sentido ao texto a partir de seu conhecimento prévio sobre um dado tema.

Nesse mesmo contexto de Bonifácio (2015), defendemos que agora o leitor vai inferir a partir dos seus conhecimentos prévios, de informações já adquiridas, de movimentações já experimentadas, tornando-se capaz de formular novas possibilidades.

Observemos este exemplo (quadro 2), a fim de distinguir melhor as diferenças de exigência nessas concepções:

Quadro 2: Exemplo de questão com Concepção Descendente



6. O gesto feito pelo jogador na propaganda significa:

- a) prisão.
- b) respeito.
- c) resistência.
- d) igualdade.

Disponível em:
<https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>

Fonte: <https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>

Já nessa questão acima (quadro 2), o leitor, para além de dominar o código linguístico, deve estar dotado de conhecimentos prévios a respeito do tema para fazer hipóteses assertivas em relação ao que está sendo questionado. Aqui, o leitor, a partir de seus conhecimentos prévios e de suas experiências anteriores, deverá responder que o gesto do jogador significa igualdade, letra “d”. Ele precisa ter visto esse gesto ou essa discussão em algum lugar para conseguir responder adequadamente, além da possibilidade de ele fazer uma leitura de imagem com a percepção do sinal matemático (=) que também significa igualdade, relacionando com a temática. Diante desse exposto, classificamos essa questão com características descendentes, por ir além da simples decodificação. Nessa concepção o foco está no leitor e nas suas impressões sobre o texto.

Tal concepção ampliou as possibilidades na relação texto e leitor e trouxe grande contribuição para o processo de desenvolvimento da leitura, sendo significativa até os dias atuais. Contudo, outras necessidades foram surgindo para a extensão da produção de sentidos mais amplos desse leitor, conforme aborda Bonifácio (2015), quando avalia essa concepção defendendo que “[...] a crítica que se faz a essa concepção é que ela é importante para a ativação do conhecimento prévio do aluno sobre o tema, predição e checagem de hipóteses, mas não suficiente para a produção de sentido(s) para o texto” (Bonifácio, 2015, p.07).

Ajustando nosso entendimento ao de Bonifácio, o ser aprendiz necessita de interação com leituras e discussões relacionadas com o meio no qual ele está inserido, para que, dessa

forma, a produção de sentido seja fundamentada na sua experiência de vida, em que se estimula uma aprendizagem mais ativa e dinâmica na intimidade com o texto, de acordo com a análise da concepção que veremos a seguir.

4.1.3 Leitura com característica da Concepção Sociointeracionista

Diante de novas demandas reflexivas, no final da década de 1970 surge a Concepção denominada Sociointeracionista, que institui a interligação leitor-texto-autor. Nessa concepção, estarão presentes não só os processos ascendente e descendente, mas ainda, um processo dinâmico na construção de sentidos a partir de conhecimentos pré-adquiridos historicamente, com os conhecimentos presentes no texto e, também, compreensões e interpretações construídas ao longo da leitura.

Nessa concepção, tanto o texto quanto o leitor são valorizados. Aqui, leva-se em consideração a leitura, a compreensão e a interpretação que o estudante faz, interagindo diretamente com o seu conhecimento de mundo, os seus conhecimentos prévios na leitura, e seu desenvolvimento histórico, cultural e social, assim como as informações presentes no texto, guiadas pelo autor. Dessa forma, ambos são valorizados na produção de sentidos, uma vez que o leitor assume seu papel social na conexão interativa com o texto e valores sociais de conhecimento, conforme evidenciado nas palavras de Koch e Elias (2021, p.11),

O sentido de um texto é **construído na interação texto-sujeitos** e não algo que preexistia a essa interação. **A leitura** é, pois, uma **atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos**, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo.

Corroboramos com Koch e Elias (2021) na defesa de que a interação entre texto-autor-leitor ganha extrema relevância na construção de sentidos, uma vez que a leitura de um texto perpassa objetivos pré-traçados, seja pelo autor ou pelo leitor. Os sentidos vão se construindo na medida em que a leitura vai se desenvolvendo, e a concepção de leitura sociointeracionista defende essa ideia, reafirmada por Bonifácio (2015, p.09),

Há, portanto, nessa perspectiva, uma mudança visível no leitor, uma vez que ele deixa de ser um mero receptor de mensagens e passa a assumir o papel de coautor. Isto porque a construção de sentidos na leitura ocorre na medida em que o leitor, para compreender a ideia do texto, deve atuar ativamente no processo, estabelecendo relações entre o seu conhecimento anterior e o conhecimento construído a partir da leitura do texto.

Essa coautoria defendida nas palavras de Bonifácio (2015) acerca da construção de sentidos, alinhando a leitura decodificada e os conhecimentos prévios, somados à compreensão

progressiva das ideias e dos conceitos por meio da leitura, será o principal objetivo dessa concepção sociointeracionista.

A fim de ilustrarmos essa concepção, retiramos mais uma questão (quadro 3) do mesmo texto para percebermos a evolução da interação leitor-texto-autor nas questões

Quadro 3: Exemplo de questão com Concepção Sociointeracionista

	1. Na Semana da Consciência Negra, a Propeg criou a campanha “Novembro pela Igualdade Racial” para o Governo Federal, que reafirma a necessidade do diálogo acerca do racismo com a finalidade de: a) promover o racismo na sociedade em geral. b) engajar a sociedade na causa apresentada. c) fortalecer o esporte com investimentos públicos. d) criticar pessoas que são racistas e preconceituosas. Disponível em: https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html
--	---

Fonte: <https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>

Durante toda a leitura do texto, o leitor vai interagindo, identificando o problema, reconhecendo a importância dessa discussão e tecendo suas próprias conclusões até construir sentidos e reflexões sociais.

Logo, na questão (quadro 3), o estudante deve fazer associações com o contexto social para entender o sentido da imagem, da problemática, do convite à necessidade de engajamento na causa contra o racismo. Nesse caso, espera-se que o leitor escolha a letra “b”, por concluir que a finalidade da campanha na propaganda direciona-se para a necessidade de engajamento social na causa contra o racismo. Dessa forma, caracterizamos essa questão como sociointeracionista pelo leitor se tornar partícipe da construção de sentido do texto.

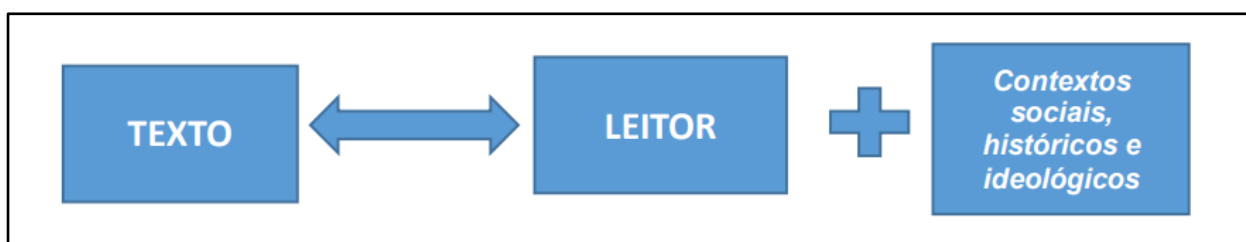
Todavia, acreditamos que o estudante poderá ser ainda mais desafiado em sua interação com o texto, valorizando os contextos históricos, a sua situação social e suas ideologias como evidenciaremos por meio da concepção a seguir.

4.1.4 Leitura com característica da Concepção Crítico/Discursiva

Para além das três concepções expostas até aqui, vamos nos debruçar sobre a Concepção Crítico/Discursiva, que vai apresentar características constituintes da interatividade, da criticidade e da ideologia, uma vez que essa concepção vai salientar aspectos dos contextos sociais, históricos e ideológicos e estará voltada para o discurso enquanto prática social.

Essa concepção fará uso das características de todas as demais concepções já estudadas e procede dos estudos da AD, que discorre sobre a linguagem contextualizada com a prática comunitária e com os efeitos de sentido produzidos no texto marcado pelo contexto histórico, cultural, social e ideológico, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 4: Exemplo da Concepção Crítico-discursiva



Fonte: (Bonifácio, 2015, p. 12)

À medida que o leitor vai lendo, vai interagindo com o texto, ele recorre ao contexto social, histórico e ideológico numa construção mútua de sentidos. Essa construção vai depender do momento contextual no qual o leitor e o texto estiverem inseridos.

Sobre isso, Bonifácio (2015) defende que

Assim, a leitura na perspectiva da análise do discurso é determinada pelo momento sócio-histórico, ou seja, pela formação discursiva do autor e do leitor e a construção de sentidos que não é homogênea. O sentido, de acordo com essa concepção, não pode ser controlado e é dependente das condições de produção de cada texto. Um mesmo texto também pode ser lido de maneira diferente por um mesmo leitor em momentos diferentes, de modo que o texto ganha novos sentidos a cada nova situação de enunciação (leitura). (Bonifácio, 2015, p.13)

Na perspectiva contextual da AD, essa concepção Crítico/Discursiva vai além do que está exposto no texto. O leitor levará em consideração o contexto social no qual o texto está inserido. Assim, a partir do contexto que se construiu o texto e da possível transformação social na qual o texto é participante ativo, levaria o leitor às seguintes inquietações: “Quem escreveu o texto? Para quem? Onde? Quando? Por quê? Com qual intenção/propósito?” (Bonifácio, 2015, p.12). Quem é o enunciador? Qual a instituição? Qual o contexto de produção?

Baseado, ainda, no mesmo texto, observemos a atividade abaixo (quadro 4) para relacionarmos a essa última concepção crítico/discursiva:

Quadro 5: Exemplo de questão com Concepção Crítico/Discursiva

 Acesse brasil.gov.br/igualdade racial e faça parte desse movimento. NOVEMBRO PELA IGUALDADE RACIAL	9. A expressão “lugar do negro” na sociedade brasileira tem sido um dos nefastos ícones do racismo e da discriminação racial. Diante desse fato, responda: Qual o seu lugar na sociedade? Como você pode contribuir para a mudança dessa realidade e construir uma sociedade mais empática, respeitosa, tolerante e inclusiva? Disponível em: https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html Adaptada pela autora.
--	--

Fonte: <https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>

Acerca da última questão sobre o conteúdo exposto (quadro 4), por meio da adaptação da questão, buscamos provocar o aluno a fazer uma reflexão crítica sobre a expressão destacada no texto, o **“lugar do negro”** na sociedade. Muitas interpelações poderiam trazer reflexão ao estudante, a exemplo do porquê o termo “lugar de negro” é usado? Qual a historicidade desse termo? Onde reside a interdiscursividade? Porém, a prioridade foi para as impressões, as compreensões **do lugar** que ele ocupa nessa situação, a sua responsabilidade nesse contexto, o seu possível engajamento e intervenção na causa pela igualdade para a mudança dessa realidade.

Nesse sentido, espera-se que os estudantes percebam a problemática do racismo e das desigualdades sociais e atentem para os valores humanos que deverão ser construídos no entendimento da leitura do texto e da imagem na propaganda, contextualizada com aspectos sociais, a exemplo do respeito, da tolerância, da empatia e da inclusão para com os negros na coletividade e espaços sociais, propagando a ideia de que o lugar do negro é onde ele quiser, em qualquer lugar e que toda a sociedade negra e não negra deve intervir para a mudança dessa realidade.

As questões de compreensão e interpretação da leitura interagem com o leitor, transformando-o em coautor dessa discussão na produção de diferentes sentidos. Dessa forma, cada leitor que ao texto tenha acesso poderá escolher, interpretar de uma maneira diferente, porque pensamos diferentemente e temos olhares e posturas diferentes. Entretanto, acreditamos

que, através da informação, de debates construtivos e da exposição de situações e de pontos de vistas, pode ser possível formar leitores crítico-discursivos, ativos e aptos para atuar no movimento de transformação social.

Sob essa ótica, confirmamos a conclusão de Bonifácio (2015, p.15) quando defende que

[...] para se tornar um leitor crítico, implica a exposição desse leitor aos vários tipos de leitura, que o capacitará a desenvolver estratégias, dependendo dos seus objetivos. A nossa humilde opinião é que, a fim de tornarmos nossos alunos leitores competentes, devemos “mergulhá-los” no mundo da leitura, explorando-a com prazer, levando os alunos a responderem aos textos com sua criatividade e conhecimento de mundo.

Em face disso, a leitura deve ser apresentada e explorada com prazer, criatividade e curiosidade a partir do conhecimento pedagógico e de mundo, pois, o conhecimento de mundo liberta das amarras sociais. Assim, acreditamos que a concepção Crítico/Discursiva - por todas suas características - poderá propiciar um leitor mais ativo, mais crítico, mais discursivo, mais atuante e mais capacitado a movimentar as práticas sociais. Levando em consideração o nosso objeto de pesquisa, defendemos ser, também, a AD a que melhor se adéqua para o desenvolvimento das estratégias que serão expostas na nossa investigação e para análise das ações da pesquisa.

Em colaboração para esse fim, passaremos a analisar como os documentos oficiais norteiam o trabalho com a leitura e suas ramificações.

4.2 REFERÊNCIA À LEITURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A leitura pode despertar, ampliar e desenvolver a consciência de todo e qualquer cidadão cujo objetivo seja transpor desafios mais complexos ao longo de sua existência. Como também, o de exercer a cidadania plena, priorizando seu bem-estar e da comunidade onde vive, respeitando os direitos e a diversidade social que o cerca.

Nessa perspectiva, a educação está direcionada para o alcance desses objetivos, situando os atores diretamente envolvidos nessa finalidade em uma posição não solo, uma vez que são vários os documentos orientadores presentes no processo de ensino-aprendizagem e da apreensão leitora que precisam ser apresentados, interpretados e implementados por educadores no cotidiano educacional.

Por conseguinte, a LDBEN já preconiza o desenvolvimento dos indivíduos e da capacidade de aprender pelo pleno domínio da leitura como requisito indispensável para a efetivação de direitos, garantias e objetivos de aprendizagem na formação básica de todo cidadão, entre outras aprendizagens fundamentais (Brasil, 1996). Em vista disso, através do

fortalecimento do pleno domínio da leitura e do direito de quem aprende, junto aos deveres de quem ensina, as orientações e as práticas pedagógicas vão se entrelaçando, num único propósito de intelectualizar pessoas na busca do alcance dos seus objetivos de vida.

Sendo assim, além do domínio do código linguístico, os discentes precisam atentar para um olhar diferenciado, relacionado ao poder que a leitura pode proporcionar diretamente em suas vidas e na vida daqueles que os rodeiam. Nesse sentido, durante muito tempo esteve presente nos PCN, em posição de destaque, o objetivo de que todo estudante deve ser estimulado a “[...] valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos” (Brasil, 1997, p.33).

Conforme os PCN, é por meio da leitura e das muitas possibilidades que ela proporciona que o aprendiz terá plena capacidade de alcançar seus propósitos. Além disso, no sentido da valorização da leitura, em orientação aos professores na tarefa grandiosa de formar novos leitores, os PCN (Brasil, 1997) afirmam que

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos (Brasil, 1997, p.41).

Em função da construção dessa competência leitora mais atenta, ampla e comparativa descrita nos PCN, acreditamos na produção de sentidos múltiplos com propósitos e fins, com suporte de mais um documento que foi elaborado na tentativa de nortear as práticas pedagógicas: as DCN. Dentre as diretrizes dos procedimentos orientadores nas DCN está a preocupação com a construção da proposta do *Projeto Político-Pedagógico* (PPP), que também recomenda uma atenção especial ao currículo e às prioridades de aprendizagem, respeitando os sujeitos aprendizes e sua formação cidadã e cultural, a exemplo da leitura. Dessa forma, orienta que o corpo escolar “[...] estimule a leitura atenta da realidade local, regional e mundial, por meio da qual se podem perceber horizontes, tendências e possibilidades de desenvolvimento” (Brasil, 2013, p.49).

No sentido do direcionamento do olhar micro para o macro, a escola precisa estar predisposta a despertar, a inclinar o aprendiz para as muitas oportunidades que a apreensão da competência leitora pode configurar para a vida dele.

Outra preocupação em relação à aprendizagem da leitura está na elaboração das metas do *Plano Nacional de Educação* (2014) - doravante PNE - que dentre suas vinte metas propostas

com prazo de cumprimento até o ano de 2024, apresenta a quinta, que destaca não só a alfabetização das crianças do ensino fundamental, mas também, apresenta preocupação com a leitura e a formação dos discursos, em áreas incomuns. O PNE observa que a inserção da criança

[...] na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do seu universo de referências culturais nas diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 2014, p. 26).

Em consonância com a meta cinco do PNE - por meio da competência leitora - ampliar o poder de compreensão, interpretação e produção de sentidos, nos mais diversos contextos sociais e por áreas inovadoras, ampliarão, também, o nível cultural desse estudante e essa deve ser uma das necessidades da educação.

Ainda nesse contexto, a BNCC, documento principal para orientação pedagógica, vigente em toda rede nacional, fundamenta a preocupação com a qualidade essencial do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, o desenvolver da leitura crítica, convidando os estudantes a “[...] fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, dentre outras, envolvidas na leitura crítica de textos verbais e de outras produções culturais” (Brasil, 2018, p. 72).

Na ótica da BNCC, nosso trabalho visa apresentar estratégias eficazes para desenvolver a competência da leitura, tanto do verbal quanto do não verbal e, ademais, das situações sociais nas quais ele está direta ou indiretamente envolvido. No propósito de levar esses jovens rumo ao posicionamento crítico de suas visões e opiniões, conforme a BNCC propõe, levá-los a “[...] refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, posicionando-se” (Brasil, 2018, p. 73).

De natureza igual, o Currículo de Pernambuco (2019) para o ensino fundamental, na área de linguagem, também defende e está empenhado na construção da apropriação e do domínio da leitura.

No eixo da Leitura, o foco recai sobre a interação ativa entre leitor/ouvinte/espectador e os textos, tanto na modalidade escrita quanto oral, além dos recursos semióticos de diferentes esferas discursivas, com a finalidade de proporcionar o contato dos estudantes com diferentes experiências leitoras e estratégias de leitura para torná-lo um leitor proficiente e crítico (Pernambuco, 2019, p.79).

Essa atenção do currículo pernambucano com o entrosamento dos atores sociais com o texto, voltados a uma sociedade mais global e imersa num mundo mais digital em contato com novas linguagens, novas interações e novas posturas, com discursos mais críticos, exige que formemos pessoas com discernimento leitor mais amplo, mais questionador, mais responsável

com sua apreensão e sua qualidade instrutiva.

Nessa perspectiva, ensinar a ler é mostrar aos estudantes que é preciso considerar os contextos de produção (inclusive a literária) em que as interações sociais acontecem, bem como reconhecer a importância das culturas do escrito e interpretar imagens e recursos semióticos que constituem muitos gêneros digitais. É concorrer para o desenvolvimento da capacidade de relacionar textos e diferentes linguagens, além de permitir a interação com variadas crenças, valores, concepções, conflitos, subjetividades e identidades, possibilitando o autoconhecimento e o desenvolvimento de uma postura respeitosa diante daquilo que é diferente, entre outros aspectos (Pernambuco, 2019, p.80).

O currículo pernambucano sintetiza de forma bem objetiva e amplificada a preocupação de muitos educadores e pesquisadores que, de forma incessante, buscam soluções para o melhor desenvolvimento não só da leitura, mas da capacidade de relacionar essa aprendizagem com as interações sociais contextualizadas, prezando pelo respeito.

Por meio desse encadeamento de reconhecimento do valor da leitura com um direito indispensável ao cidadão, criou-se também a *Política Nacional de Leitura e Escrita* (PNLE) que, entre muitas percepções da valorização e a da democratização na promoção da leitura, apresenta a preocupação no incentivo às pesquisas que tem como um de seus objetivos principais o de:

VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor; (Brasil, 2018, p.01).

Esse incentivo é bastante relevante no sentido do fomento e da avaliação das estratégias propostas para maiores investimentos nas políticas públicas desse setor, por conseguinte, norteados por todos esses documentos nacionais, regionais e ou estaduais diferenciados na prática por cada especificidade social. Em decorrência desse fato, é que se apresenta a necessidade da formação de profissionais da educação com posturas melhor definidas e melhor fundamentadas para a estruturação de uma educação que proporcione expectativas mais altas do corpo discente a partir da leitura crítica.

Em continuidade a essa discussão, trataremos a seguir sobre o trabalho com gênero discursivo, mais especificamente, artigo de opinião enquanto instrumento eficaz no tocante à leitura crítico-discursiva para o empoderamento discursivo.

CAPÍTULO V

Neste capítulo, iniciamos nossa discussão explanando sobre o gênero discursivo enquanto interação verbal e produção de sentidos, em sala de aula. Além disso, exemplificaremos os elementos constitutivos dos gêneros, a saber: conteúdo temático, estilo verbal e estrutura composicional. Assim como da referência ao gênero discursivo nos documentos oficiais. Por fim, expomos características do gênero Artigo de Opinião com abordagem voltada à leitura crítico-discursiva.

5 DO GÊNERO DISCURSIVO

A interação verbal permeia toda a convivência coletiva e social, e é por meio da linguagem verbal, não verbal, oral, escrita ou gestual, que os seres se entrelaçam e interagem entre si, expondo seus pensamentos, suas vivências e suas ideologias. Nesse sentido, essa interação dialógica entre os interlocutores se dá por meio de textos dotados de sentido com finalidade comunicativa. Bakhtin, em seu livro *Estética da Criação Verbal* (2011), faz uma análise sobre o problema do texto na linguística e explica que

O texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), é a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento. [...] São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos (Bakhtin, 2011, p.307).

Portanto, Bakhtin (2011) demonstra preocupação com o texto enquanto ponto de partida dos estudos da linguagem e do processo interativo voltado para a expressão dos pensamentos, para a construção dos sentidos e para a compreensão dos significados produzidos pelo outro, sujeito interlocutor com os mesmos objetivos de interação.

Para tanto, entram em ação os padrões sociocomunicativos, ou seja, gêneros discursivos “relativamente estáveis” com suas especificidades, finalidades e estruturas. Logo, os entendemos como enunciados e ferramentas intercomunicativas eficientes as quais recorreremos quando temos a necessidade de estabelecer expressão de nossos pensamentos e os elos situacionais da compreensão da mensagem do outro. Desse modo, os gêneros se organizam nas mais diversas formas sócio-interativas e estão presentes em toda nossa rede de comunicação, sob necessidades interativas variadas. Para esse fim, Bakhtin afirma que “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (Bakhtin, 2011, p.262).

Segundo a perspectiva bakhtiniana, mesmo em situação individualizada, esses gêneros

- em razão de seus propósitos - estarão expostos por infinitas possibilidades de interlocução, a depender da esfera, do suporte ou da ocasião pertencente. Os gêneros discursivos são, hoje, indispensáveis para que haja conexão com pessoas ao redor do mundo, que, ao longo da história, se adéquam para facilitar o entrosamento dialógico entre os povos das mais variadas culturas e tradições, nas infinitas perspectivas. Portanto, a linguagem não está aprisionada no mundo, pois ela vive em constante transformação e é o meio principal da prática política e intervencionista no corpo social.

Sendo assim, o uso dos gêneros discursivos, em forma de linguagem, convoca o ser humano a articular significados que produzam sentidos. Assim, Bakhtin (2011, p.401) nos provoca a alcançar esse entendimento quando explana que

O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientamos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de ‘oposição’, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). Por trás desse contato está o contato entre os indivíduos e não entre as coisas (no limite). Se transformarmos o diálogo em um texto contínuo, isto é, se apagarmos as divisões das vozes (a alternância de sujeitos falantes), o que é extremamente possível (a dialética monológica de Hegel), o sentido profundo (infinito) desaparecerá (bateremos contra o fundo, poremos um ponto morto).

Sob essa ótica, alinhamos com Bakhtin (2011) em relação à defesa da importância do texto com o contexto, do diálogo vivo entre textos da vida real e da valorização das vozes e das pessoas, num diálogo constante para a construção de maior sentido e mais significação na interação discursiva por objetivos expressos ou não mediante o uso dos gêneros discursivos.

Segundo essa mesma perspectiva, Marcuschi em sua obra *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão* (2008) - maior autoridade nesse assunto no Brasil - também vai nos fazer refletir sobre o uso dos gêneros - amplamente aplicado no meio acadêmico - sua importância e suas possibilidades multidisciplinares de investigação e experimentos didáticos. Logo, dentro dessa conjuntura, apresenta a definição de gêneros como “[...] uma categoria cultural, um esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social, uma ação retórica” (Marcuschi, 2008, p.149). Com esta definição, percebemos o poder que a palavra oral ou escrita, em forma de gêneros, pode alcançar no tocante ao trato cognitivo, social e cultural nas relações humanas. Linguisticamente, aderimos a Marcuschi (2008, p.149) quando afirma que

Assim, a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas.

Nessa ótica, acreditamos que tanto a profusão de gêneros quanto o dinamismo de uso dão à educação e aos professores uma variedade didática muito grande pela sua capacidade de dialogar com temas histórico-sociais presentes no cotidiano em sua finalidade comunicativa. Em vista disso, reconhecemos a eficiência do trabalho analítico com os gêneros discursivos, e da validade para a produção de sentidos voltada às problemáticas discutíveis na coletividade. Comungamos também com Marcuschi, (2008, p. 159) quando argumenta ainda que os gêneros são entidades:

- a) dinâmicas
- b) históricas
- c) sociais
- d) situadas
- e) comunicativas
- f) orientadas para fins específicos
- g) ligadas a determinadas comunidades discursivas
- h) ligadas a domínios discursivos
- i) recorrentes
- j) estabilizadas em formatos mais ou menos claros.

Características amplas que nos proporcionam maior liberdade pedagógico-metodológica na construção de propostas com leituras crítico-discursivas por fins intervencionistas na prática contemporânea.

Na sequência supracitada, dada a importância dos gêneros discursivos no sistema de comunicação e interação social, assim como do trabalho regular com gêneros no processo de ensino aprendizagem da leitura, oralidade e escrita, alegamos que cada gênero vem preencher uma necessidade e relevância na sua finalidade, cabendo a nós analisarmos o gênero adequado à necessidade de contexto para alcance do domínio discursivo. Assim, “[...] os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder” (Marcuschi, 2008, p.161).

É nesse exercício de poder, em que os discursos são edificados e alinhados à realidade identificada e à adequação situacional, que consideramos a expectativa de Brandão (2004, p.07) quando afirma que

O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente. Falar, por ex., do lugar de presidente (da República, do Congresso, de uma associação qualquer) é veicular um saber reconhecido como verdadeiro (pelo posto ocupado) e, por isso, gerador de poder; uma relação de poder se estabelece (de forma clara ou sutil) entre patrão-empregado, entre professor-aluno, entre diretor-professor e mesmo entre amigos ou pares, e que se manifesta na forma como um fala com o outro. O

discurso é como um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas (verbais, que se dão pela palavra) em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas.

Portanto, por meio dos gêneros do discurso e textos formadores de sentidos, outros discursos vão se desenvolvendo em formas de informações, opiniões, persuasões e posicionamentos de poder, por diferentes esferas, suportes e objetivos numa atuação de si mesmo e do outro, por experiências sociais armazenadas ou vivenciadas e por engajamento individualizado ou coletivo, aos quais estejam motivados. Na continuidade, passaremos à análise das dimensões de tema, estilo e composição específica dos gêneros discursivos.

5.1 TEMA, ESTILO E COMPOSIÇÃO

Os gêneros discursivos estão divididos em primários e secundários (Bakhtin 2011). Bakhtin pondera que os primários são aqueles textos orais ou oriundos da escrita mais simples, portanto, os mais imediatos, mais espontâneos e característicos da vida cotidiana aprendidos com as experiências de mundo, a exemplo do telefonema, bate-papo, conversa, bilhete, entre outros. Por outro lado, os gêneros discursivos secundários são os escritos ou os orais em situações comunicativas mais complexas, discursos mais planejados, mais formais, mais padronizados aprendidos nas escolas ou em cursos específicos, como romances, reportagens, artigos, palestras, entre outros.

Por intermédio do uso da língua através da linguagem Bakhtin (2011, p.261-262) estabelece que

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos –o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional- estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo de comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso.

Isto posto, observamos que, para Bakhtin (2011), os gêneros apresentam três dimensões essenciais e indissociáveis, ou seja, cada gênero é composto por três elementos básicos, sendo logo identificado e definido pela sua particularidade e propósito em seu tema (sobre o que se fala ou escreve), em seu estilo (sobre a forma como se fala ou escreve) e sua construção composicional (a organização da fala ou da escrita). Nessa orientação, analisaremos cada

dimensão para melhor entendimento desses elementos.

5.1.1 Conteúdo temático

O Conteúdo temático representa o assunto que será tratado no corpo do texto, a relevância discursiva determinada pelo autor, mediante a definição do gênero escolhido. Da forma como ele será explorado já é possível identificar o interesse, a pertinência, o nível de formalidade ou informalidade. Desse modo, entendemos que por trás de cada tema está todo um sentido construído, um conjunto de valores, de ideologias, de vivências sobre o assunto que será exposto, detalhado, defendido.

De fato, todo enunciado expressa um posicionamento diante de situações, problemáticas inusitadas e, quando se escolhe determinado gênero para expor tais discussões, pode haver uma direção sobre os encaminhamentos para os quais vai se discorrer, sobre posturas que serão defendidas, a exemplo do artigo científico e do poema, que veremos abaixo.

Figura 01: Artigo científico sobre relações étnico-raciais



**Por um ensino de literatura sob o olhar das representações étnico-raciais:
análise de *Becos da memória*, de Conceição Evaristo, e *Um defeito de cor*, de
Ana Maria Gonçalves**

Gislene Maria Barral Lima Felipe da Silva¹

Maria Aparecida Cruz de Oliveira²

Devair Antônio Fiorotti³

Resumo: O letramento literário presente na escola estaria ligado principalmente a um processo de apropriação dos textos em vários níveis, como histórico, poético, estético, teórico, crítico, humanizador, de vivência de alteridades pela leitura. Pensando nesse processo de apropriação, este texto discute o letramento literário relacionado às representações étnico-raciais. Busca, com isso, refletir sobre a importância de tal letramento em um país como o Brasil, em que negros, por exemplo, sofrem ainda as consequências desastrosas de um processo de escravidão, que atualmente se transveste em níveis de violência e mortes vergonhosos. A literatura não se exime de pensar esse processo, e no Brasil há ficcionistas que produzem textos capazes de provocar forte reflexão em sala de aula, por meio de um trabalho de letramento literário. A partir das obras *Becos da memória*, de Conceição Evaristo, e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, pensaremos a necessidade e a possibilidade de um letramento literário ligado às questões étnico-raciais. Em relação ao letramento literário e ao ensino de literatura, usamos o aporte teórico de Roberto Belo (2016), Antonio Candido (2004), Rildo Cosson (2006), Mary Kato (1986), Magda Soares (2009). Quanto às questões étnico-raciais, nos embasamos em Catharine Walsh (2004), Nilma Lino Gomes (2017) e Bell Hooks (1995, 2013 [1994]).

Palavras-chave: Literatura e educação. Letramento literário. Representações étnico-raciais.

O artigo científico exposto, “*Por um ensino de literatura sob o olhar das representações étnico-raciais: análise de Becos de memória, de Conceição Evaristo, e Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves*”, discorre sobre a temática das relações étnico-raciais de forma científica, propondo discussões de ideias, métodos, técnicas e resultados de investigações sobre a produção literária de mulheres negras, expondo a problemática das relações raça/cor.

Figura 02: Poema sobre as relações étnico-raciais

Poemas de Conceição Evaristo “Vozes-mulheres”. Nele o eu lírico resgata a sua <u>ancestralidade</u>, ao falar das mulheres que a precederam, todas com uma <u>história de opressão</u> por serem negras e pobres. Entretanto o texto traz um tom otimista em relação à nova geração de mulheres negras: Vozes-mulheres A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos <u>brancos-donos</u> de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias	debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela A minha voz ainda ecoou versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas <u>caladas</u> engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem — o hoje — o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância O eco da vida-liberdade.
--	--

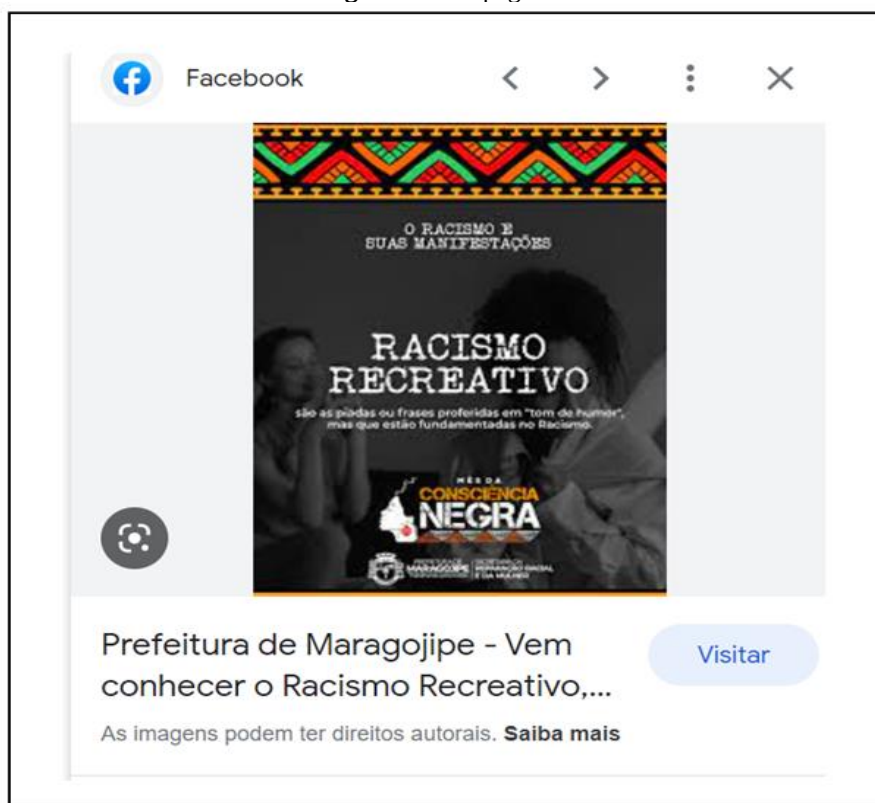
Fonte: mundoeducacao.uol.com.br

No poema, “*Vozes-mulheres*”, de Conceição Evaristo, a temática também é sobre as relações étnico-raciais e discursa sobre o resgate das vozes das mulheres negras, dos tempos dos navios negreiros até as mulheres negras dos dias atuais, assim como, a relação dessas mulheres com os “brancos-donos de tudo”. Porém, dessa vez a escolha foi pelo gênero poema que propõe uma discussão de ideias com poesia - um tanto melancólica - pontuando reflexivamente as relações raça/cor. Outra demarcação está para o estilo ou marcas linguísticas adequadas a cada gênero, como observamos a seguir.

5.1.2 Estilo verbal

O estilo verbal ou marcas linguísticas corresponde à forma de fala e de escrita e às escolhas dos recursos lexicais e gramaticais, que deverão ser utilizados na enunciação do sujeito. Há marcas que são definidas pelo próprio autor do texto, voltadas à sua individualidade e expressões próprias, porém, em contrapartida, há estilos que são demarcados pelo próprio gênero discursivo/textual, que já trazem suas marcas formas e estruturas já pré-definidas por características próprias, escolhido para exposição comunicativa.

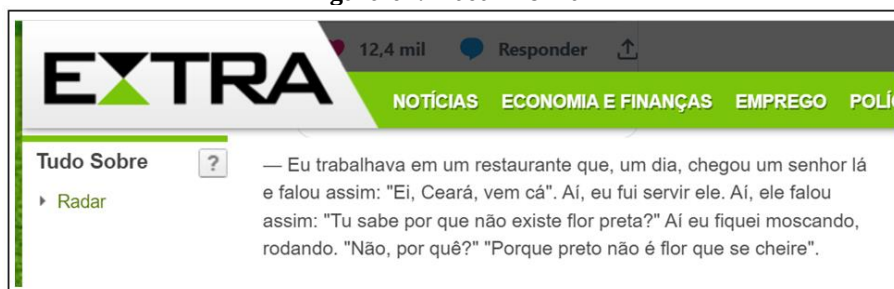
Figura 03: Propaganda formal



Fonte: Facebook da prefeitura de Maragogipe

Por meio dessa propaganda de uma campanha da prefeitura de Maragogipe - BA contra o racismo recreativo, que em estilo formal, dentro das características próprias do gênero propaganda discorre sobre as piadas racistas disfarçadas de humor, é possível perceber um estilo de abordagem com cores e diagramações africanas, fundo preto e imagem de personagens negras, mas com características exigidas do gênero definido. Nesse contexto, entendemos que o mesmo tema poderá ser explorado por uma diversidade de outros gêneros dentro de suas próprias características de estilo e de estrutura. Ademais, destacamos a escolha do elemento verbal no imperativo “vem” e da adjetivação “recreativo” que também são características constituintes dessa marca linguística.

Figura 04: Piada informal



Fonte: extra.globo.com

Tal notícia apresenta uma piada que viralizou de forma negativa na *internet*, com todas as características do estilo informal do relato do gênero piada, sendo também utilizada em forma de racismo recreativo, disfarçado de piada com tom humorístico. Além do vocabulário informal, o uso de expressões da oralidade são marcas constituintes do estilo verbal.

Dessa forma, identificamos que o tema racismo recreativo foi explorado em forma dos gêneros propaganda e piada, por meio dos quais conseguimos diferenciar os estilos e estruturas próprias utilizadas em cada gênero exposto. De outra forma, mas não tão distante, está a estrutura composicional, exposta a seguir.

5.1.3 Estrutura composicional

A composição reflete sobre a estrutura, sobre a forma de organização do texto e sobre os tipos de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais escolhidos para a construção do gênero, amparados pela estrutura específica pré-definida pelo próprio gênero selecionado. A exemplo, do gênero artigo de opinião, pode-se obter um encaminhamento de problematização social, que é característica típica desse gênero questionador de temas que movem a sociedade.

Figura 05: Artigo de opinião

WWW.OPOVO.COM.BR
SEXTA-FEIRA
FORTALEZA - CEARÁ - 11 DE DEZEMBRO DE 2020

OPINIÃO 21

IDEIAS

Racismo estrutural

José Vicente
refetoria@zumbidoopalmares.com.br
Advogado, sociólogo,
professor doutor,
reitor da Universidade
Zumbi dos Palmares e
Líder do Movimento AR

Racismo estrutural foi a base que forjou os pilares da sociedade política do Estado absolutista, primeiro, e, depois, do Estado republicano. O racismo de Estado do passado formulou e sustentou uma economia política baseado na servidão e na compra e venda de corpos negros financiados e garantidos pelo Estado, e o Estado republicano que se inaugurou relegou a segundo plano a estrutura racista herdada, silenciou, negou e se recusou a construir qualquer arquitetura que pudesse combatê-la, superá-la e conduzir à igualação política, legal e econômica do negro.

Pelo contrário, colocou-se como um obstáculo. Interditou o alcance da cidadania, impediu seu acesso ao voto e participação na política, criminalizou sua religião e sua cultura, substituiu sua força de trabalho pela mão de obra imigrante, definiu e legalizou a inferioridade da sua raça ao instituir e promover a educação eugênica, em sede constitucional, como foi a Constituição política de 1934.

Foi a manutenção dessa contradição e ambiguidade que permitiu a vigência de uma constituição estruturada sob os valores do iluminismo, mas que abrigava a escravidão. E, depois, de uma Constituição republicana que mesmo que erigida sob os escombros de um regime escravocrata não proveu uma linha no sentido de indenizar o trabalho forçado, reparar os danos patrimoniais e morais sofridos e construir uma política pública que preparasse as condições para a competição democrática.

E foi a constituição do racismo como arma política que manteve intocável a ideologia racista e que justificou a construção de um discurso dúbio e ambíguo. Um discurso que destaca o atributo da democracia racial, mas que nega e impede o acesso democrático dos negros aos espaços públicos e privados alimentando-se no negacionismo e na justificativa do componente social econômico da questão. Isto é, discriminação se houver é social e econômica, e, o crescimento e a distribuição da riqueza e oportunidade – quando houver – será o remédio único e eficaz para dirimi-lo.

Sua negação impede seu reconhecimento, e sua dissimulação imobiliza seu combate, e construção de políticas públicas para sua superação. E, o seu não reconhecimento permite a manutenção de um Estado de Direito que distingue pela cor e pela raça e subverte da mesma forma o princípio da igualdade material. Transgredir a igualização na disputa das oportunidades e implementar um sentido de justiça que separa, apartada, trata de forma iguais, os desiguais.

Se não bastasse a lente dos sentidos que podem captar as brutais distorções e desigualdade promovidas pelo racismo estrutural que conduz a atitude e prática pública e privada, a ciência dos dados nos ilumina como boa companheira.

Para quem possa ter dúvidas da sua destrutividade subversiva, segue a palavra da ciência: os jovens negros são 65% dos mortos pela polícia entre os 50 mil de mortos anualmente, 65% dos presos, a maioria presos ilegalmente e sem denúncia e ilegalmente. Com diploma superior e com a mesma qualificação, os negros recebem até 160% a menos que os brancos. As mulheres negras são 0,4% e os homens negros 5% nos cargos executivos. ■

Fonte: opovo.com.br

Aqui, no gênero artigo de opinião (que tem característica de dissertar e de argumentar sobre uma problemática social, tomando um posicionamento e defendendo um ponto de vista

com características estruturais bem definidas com introdução, desenvolvimento e conclusão), está exposta a problemática do racismo estrutural e todas as dificuldades para as relações étnico-raciais da atualidade.

Figura 06: Convite



Fonte: camarasumare.sp.com.br

Nesse gênero convite, a temática do racismo estrutural também está presente de forma relevante, mas em forma de convite para uma palestra que discursará sobre as dificuldades dessas relações na administração pública. Todavia, a estrutura, a organização, os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais escolhidos são outros, pela definição do próprio gênero selecionado com propósitos diferentes. Em tal instância, verificaremos o embasamento dos documentos oficiais para o trabalho com gêneros discursivos.

5.2 REFERÊNCIA AO GÊNERO DISCURSIVO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

No Brasil, os gêneros vão ganhar visibilidade a partir dos PCN por apresentar propostas curriculares com possíveis soluções para a promoção da leitura, da escrita, da oralidade e do desenvolvimento intelectual alicerçado no trabalho com gêneros discursivo-textuais no processo de formação pedagógica. Dessa forma, várias estratégias para a prática metodológica com gêneros discursivos são expostas por meio de projetos, oficinas, exposições, músicas, leituras, produções textuais, intergenericidade, entre outras. Nesse sentido, defende que desde o início da vida pedagógica do estudante é necessário que sejam apresentados a eles diferentes textos que circulam no meio social adotando como critério a variedade de gêneros, a

possibilidade de o conteúdo interessar, o atendimento aos projetos de estudo e pesquisa das demais áreas, assim como o subsídio aos projetos da própria área (Brasil, 1997):

Gêneros discursivos, em coerência com o princípio didático que prevê a organização das situações de aprendizagem a partir da diversidade textual, estão especificados gêneros adequados para o trabalho com a linguagem oral e com a linguagem escrita (Brasil, 1997, p.71).

Desse modo, a BNCC - que passa a operacionalizar a educação após os Parâmetros - reconhece a importância e facilidade que os gêneros discursivos permitem na elaboração das práticas das linguagens, estabelecendo que

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas (Brasil, 2018, p.67).

Assim, entendemos que os gêneros discursivos estão em total interação com o propósito comunicativo - sendo verbal, não verbal, oral ou escrito - facilitando as muitas possibilidades da leitura e da produção textual direcionada à finalidade intencional, tal como auxilia o processo de ensino-aprendizagem, gerando autonomia comunicativa em situações em que se exijam maior eficiência na interação verbal. Ademais, expõe sobre a leitura crítica por intermédio dos gêneros deliberando que

A vivência em leitura a partir de práticas situadas, envolvendo o contato com gêneros escritos e multimodais variados, de importância para a vida escolar, social e cultural dos estudantes, bem como as perspectivas de análise e problematização a partir dessas leituras, corroboram para o desenvolvimento da leitura crítica e para a construção de um percurso criativo e autônomo de aprendizagem da língua (Brasil, 2018, p.244).

No mesmo propósito da BNCC, o currículo de Pernambuco, com objetivos pré-estabelecidos para o ensino de língua portuguesa e para aquisição de competências e habilidades singulares, determina os eixos estruturantes para a prática de linguagens nos campos de atuação, na prática de leitura sustentada, também, nos gêneros discursivos ao afirmar que

É imprescindível disponibilizar para os estudantes, ao longo da educação básica, o contato sistemático com uma variedade de gêneros, exemplares de textos, suportes, procedimentos de leitura, contextos de produção, visando, essencialmente, a (1) reconstruir e avaliar as condições de produção e recepção dos textos de diferentes gêneros e esferas discursivas, como também a textualidade – organização, progressão temática, estabelecimento de relações entre as partes do texto; (2) avaliar criticamente as temáticas tratadas e a validade das informações e dados; (3) compreender os efeitos de sentido provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos; (4) selecionar procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses e (5) envolver-se pela leitura de textos literários, textos de divulgação científica e textos jornalísticos (Pernambuco, 2019, p. 80).

Sob tal orientação, ainda que os textos não estejam contemplados nos livros didáticos LD, se a prática de ensino-aprendizagem oportunizar materiais propícios e estiver adequada aos eixos estruturantes propostos, a educação pernambucana estará mais próxima do empoderamento discursivo dos alunos. Para tanto, o currículo de Pernambuco constitui competências específicas para o ensino de língua portuguesa para o ensino fundamental, nosso objeto de estudo, designando que

3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.

5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor (es) e ao gênero do discurso/gênero textual (Pernambuco, 2019, p. 95-96).

Nessa perspectiva, os documentos norteadores da educação, em suas esferas federais, estaduais ou municipais, demonstram estar em consonância com os objetivos de aprendizagem propostos na nossa investigação por emancipação e empoderamento dos discentes do ensino fundamental nas relações étnico-raciais, tendo o artigo de opinião como instrumento principal para desenvolvimento argumentativo em nossa próxima análise.

5.3 GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO

As aulas de língua portuguesa devem proporcionar uma gama de aprendizagens para a plena construção intelectual, e, nesse amplo conhecimento, oportunizar a leitura e a interpretação de gêneros simples e dos mais complexos. A naturalização dessa prática tende a formar jovens melhor preparados didaticamente, com maior domínio discursivo e postura mais democrática, no tocante aos contextos sociais.

Para esse fim, acreditamos que selecionar gêneros da esfera jornalística como objeto de ensino-aprendizagem é por si mesmo uma alternativa dinâmica e proativa didaticamente, pelo fato de conter discussões atuais em contextos polêmicos, com fins analíticos.

A esse respeito, Rodrigues (2000, p. 214) já analisava essa dinâmica em sua pesquisa intitulada *O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita* quando defende que

A entrada dos diferentes gêneros jornalísticos na escola como objetos de ensino/aprendizagem encontra seu respaldo na necessidade de compreensão e domínio dos modos de produção e significação dos discursos da esfera jornalística, criando condições para que os alunos construam os conhecimentos linguísticos-discursivos requeridos para a compreensão e produção desses gêneros, caminho para o exercício da cidadania, que passa pelo posicionamento crítico diante dos discursos.

Nessa perspectiva, o artigo de opinião, além de ter características próprias de tema, estilo e composição, é um gênero que conquistou muito prestígio no mundo educacional por estar sempre atualizado em questões polêmicas, problemáticas que fazem parte, direta ou indiretamente, da vida de cidadãos ativos, por seu poder reflexivo, questionador e instigador à saída da inércia, ao tomar um ponto de vista e se colocar de um lado da discussão.

Sobre isso, Bräkling (2000, p.227), em seu artigo *Trabalhando com artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro*, pauta essa discussão quando afirma que

O artigo de opinião é um gênero de discurso onde se busca convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes, que possam convencer o interlocutor.

Portanto, defendemos o artigo de opinião enquanto instrumento de transformação social das relações étnico-raciais, em razão de essa questão estar, lamentavelmente, presente na contemporaneidade. Este fato nos faz conjecturar a necessidade de formar jovens emancipados, empoderados, com poder de fala, poder argumentativo consistente, para um discurso fundamentado, contribuindo para a formação de uma militância antirracista que esteja preparada a tomar partido das tais “minorias”, dando segmento ao percurso de mudança da história de negras e negros do Brasil.

Nesse sentido, priorizamos o gênero discursivo artigo de opinião pelas suas características específicas - no seu sentido dinâmico, histórico, social - como pretexto para uma leitura mais crítica e mais empoderada, que estimule o indivíduo a tomar partido de um ponto de vista e argumentação para tal, levando-o ao poder de fala coerente, altruísta, encorajador na defesa de polêmicas individuais e de demandas coletivas.

Ademais, o artigo de opinião tem características muito próximas às características dos textos que serão exigidos para leitura e escrita nas seleções oficiais, a exemplo da redação do ENEM ou de seleções para o mercado de trabalho. Dessa forma, essa proposta poderá facilitar ainda mais na construção de sujeitos críticos, uma vez o artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo em que o autor deve se posicionar dando seu ponto de vista sobre determinado tema polêmico e deve utilizar de argumentos para convencer o leitor de suas ideias.

Sobre isso, a professora Diana (2024) apontou as particularidades desse gênero de maneira bem objetiva:

- Textos escritos em primeira e terceira pessoa;
- Uso da argumentação e persuasão;
- Geralmente, são assinados pelo autor;
- Produções veiculadas nos meios de comunicação;
- Possuem uma linguagem simples e objetiva;
- Abordam temas da atualidade;
- Possuem títulos polêmicos e provocativos;
- Contém verbos no presente e no imperativo.

Estrutura do artigo de opinião:

- Introdução (exposição): apresentação do tema que será discorrido durante o artigo;
- Desenvolvimento (interpretação): momento em que a opinião e a argumentação são os principais recursos utilizados;
- Conclusão (opinião): finalização do artigo com apresentação de ideias para solucionar os problemas sobre o tema proposto. (Diana, 2024, np.)

Dada as particularidades desse gênero que será instrumento para o empoderamento discursivo sobre as relações étnico-raciais com fins transformativos, analisemos as possíveis estratégias para o alcance de uma leitura crítico-discursiva por meio desse gênero, conforme os documentos oficiais.

Para analisar estratégias de ensino da leitura crítico-discursiva que atinjam os jovens para o conhecimento e autonomia, o empoderamento discursivo é a principal estratégia desse trabalho conforme a BNCC orienta a “[...] selecionar procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses, levando em conta características do gênero e suporte do texto, de forma a poder proceder a uma leitura autônoma em relação a temas familiares” (Brasil, 2018, p.74).

Outro aspecto importante está na responsabilidade de abraçar a ideia e incentivar seus educadores no Projeto Político Pedagógico - PPP - para assumirem compromissos relacionados à força que alguns gêneros podem assumir na atividade militante dos problemas sociais, em concordância com a BNCC, quando orienta que

A escola, ao posicionar-se dessa maneira, abre a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas normalmente excluídos e atua propositalmente na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc. (Brasil, 2018, p.34).

Logo, a BNCC, no contexto jornalístico-midiático, orienta que este campo tendencia a ampliação e qualificação de crianças, adolescentes e jovens nas relações com a informação e opinião que circulam na mídia, a fim de construir conhecimentos, desenvolver habilidades de escuta, leitura e produção textual, propiciando experiências que desenvolvam os jovens adolescentes para os problemas que cercam a comunidade, a cidade e o país onde vivem e que afetam suas vivências direta ou indiretamente, levando-os ao pensamento crítico, posicionamento com autonomia, participação em discussões e debates, sempre de forma ética e respeitosa. Da mesma forma, o campo da vida pública que trata de qualificar e ampliar a

participação dos jovens adolescentes na atuação política e social - por meio do debate de ideias, da compreensão de interesses em diferentes níveis e canais -, também trata das manifestações artísticas e intervenções urbanas, compreendendo a importância de se envolver em questões sociais por direitos humanos, políticas afirmativas, democracia, ética e responsabilidade com o outro. Assim como, por meio dos procedimentos de leitura/escuta, produção de textos, por gêneros relacionados aos questionamentos, reclamação de direitos, acentuar desrespeitos e discussão de propostas de interesses coletivos no contexto de movimentos sociais, da comunidade e da escola (Brasil, 2018).

Para tanto, as habilidades elencadas para linguagem no ensino fundamental, que podem dar protagonismo ao jovem adolescente por mais leitura crítica e tomada consciente de pontos de vista frente às problemáticas sociais são:

(EF89LP03) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, gifs etc.) e posicionar-se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos.

(EF89LP04) Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos do campo (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), posicionando-se frente à questão controversa de forma sustentada (Brasil, 2018, p.177).

Essas habilidades - expostas na BNCC - vão sustentar as competências específicas de língua portuguesa para o ensino fundamental, com o auxílio de gêneros discursivos diversos - a exemplo do artigo de opinião - por todas as suas características já descritas, de personalidades relevantes na conjuntura real dos estudantes, quando estimulam os estudantes pernambucanos a

6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.

7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.) (Pernambuco, 2019, p. 96).

Nessa perspectiva, da análise de gêneros discursivos que impulse para além da apreensão do conhecimento didático, faz da escola, dos educadores e do processo de ensino-aprendizagem mais interessante, mais dinâmico e mais desafiador, através de temas problematizadores que tenham sentido no contexto dos alunos, oportunizando o acesso ao

pensar, falar e construir seus argumentos e sua história. Compactuamos, mais uma vez com Bakhtin, quando defende que:

[...] Trata-se de fazer o meio material, que atua mecanicamente sobre o indivíduo, começar a falar, isto é, descobrir nesse meio a palavra em potencial e o tom, de transformá-lo no contexto semântico do indivíduo pensante, falante e atuante (e também criador)” (Bakhtin, 2011, p.404).

Para Brait (2000, p.16), “[...] o conceito da linguagem e de ensino privilegiados envolvem indivíduo, história, cultura e sociedade, em uma relação dinâmica entre produção, circulação e recepção de textos, [...] contribuem para um trabalho efetivo com a língua [...]”. Esse conceito alinhado ao sujeito, envolvido com sua história, que está construída por meio das culturalidades coletivas, envoltas num contexto social da realidade humana, com todas as suas problemáticas expostas nas práticas discursivas escolares, tende a contribuição na efetividade pedagógica, uma vez que a língua está diretamente envolvida em todas as esferas da atividade humana.

Logo, é a partir de tal concepção da interação do processo de ensino-aprendizagem da linguagem, do gênero discursivo voltados à leitura crítico-discursiva, que sirva de guia para a conquista do conhecimento, da autonomia e do empoderamento argumentativo - para dar lugar ao empoderamento discursivo na atuação e transformação social -, que daremos continuidade no próximo capítulo sobre a experimentação de metodologias para o alcance do objetivo final.

CAPÍTULO VI

A partir daqui, apresentamos os caminhos da nossa pesquisa-ação qualitativa, de caráter intervencionista, com ensino da leitura crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com foco para a problemática das relações étnico-raciais. No sentido de contribuir para o conhecimento, a argumentação e desenvolvimento do empoderamento discursivo para transformação social de uma turma do ensino fundamental do projeto Travessia anos finais, por meio da exposição da percepção da observação participante, do questionário sócio-histórico, da avaliação diagnóstica inicial, das oficinas pedagógicas, da avaliação diagnóstica final com análise comparativa de cada ação e dos resultados alcançados.

6 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tecer conceitos metodológicos é algo muito delicado, quando nos parece que as práticas se repetem e que não há nada mais novo para apresentar. A responsabilidade em querer mudar a realidade da defasagem escolar, tal como, o conhecimento, as estratégias de aprendizagem, as posturas humanas, as opiniões alheias e a crença de que há uma fórmula mágica para esse fim, à primeira vista, causa-nos temor e apreensão. Contudo, cada ação pensada e cada metodologia apresentada podem até parecer um caminho velho ou ultrapassado, mas poderão, também, ser desenvolvidos por meios singularizados, com públicos distintos - com anseios e frustrações individualizadas - levando a resultados diferenciados.

Nesse contexto, partimos para pesquisa-ação qualitativa de caráter intervencionista, utilizando como técnica de geração de dados a observação participante com registro no diário de bordo, a fim de perceber o comportamento e aprendizagem dos alunos. Ademais, o questionário diagnóstico inicial, no propósito de estabelecer o perfil sócio-histórico nas relações étnico-raciais. Tal como, a avaliação diagnóstica inicial e final a fim de identificar o perfil leitor da compreensão e da interpretação do artigo de opinião e, do desenvolvimento de oficinas pedagógicas para aprofundamento da proposta e para o alcance dos objetivos estabelecidos. Além disso, fizemos uma análise comparativa e interpretativo-discursiva sobre a eficácia de cada ação metodológica realizada e avaliação dos resultados, assim como, das considerações da proposta investigativa em si. Inicialmente nos debruçamos sobre a teoria e logo em seguida nas ações da intervenção.

6.1 TIPO DE PESQUISA

Por consequência do exposto, sobre os problemas observados no ambiente escolar relacionados à compreensão leitora e das relações étnico-raciais, entendemos que a pesquisa qualitativa foi a que melhor se aproximou do trabalho desenvolvido, partindo do entendimento de Paiva (2019, p. 11), quando define que “[...] fazer pesquisa é uma tarefa de investigação sistemática com a finalidade de resolver um problema ou construir conhecimento sobre determinado fenômeno”. Aqui atentamos para problemas da compreensão leitora, que acreditamos ser esta a maior dificuldade para construção de conhecimento para superar obstáculos impostos à sociedade. Então, “[...] o fato de associar pesquisa-ação e aprendizagem sem dúvida possui maior relevância na pesquisa educacional, [...]” (Thiollent, 2011, p.75).

Logo, com intuito de construir conhecimento para resolver problemas, consideramos que a nossa pesquisa consta nas características defendidas, também, por Sandín (2010, p.130) quando argumenta que

A pesquisa qualitativa abrange basicamente aqueles estudos que desenvolvem os objetivos de compreensão dos fenômenos socioeducativos e a transformação da realidade. Nos últimos anos, apareceram com grande força os estudos que, de uma perspectiva qualitativa e colaborativa, estão voltados para a valoração da prática educativa e a tomada de decisões (processos, programas, inovações) e também os processos de pesquisa cujo objetivo fundamental é a emancipação de sujeitos.

Nesse mesmo contexto, por perspectiva de emancipar sujeitos em meio à aquisição de conhecimento pela prática leitora dos conflitos no quesito raça/cor, pensamos que

O docente que consegue associar o trabalho de pesquisa a seu fazer pedagógico, tornando-se um professor pesquisador de sua prática ou das práticas pedagógicas com as quais convive, estará no caminho de aperfeiçoar-se profissionalmente, desenvolvendo uma melhor compreensão de suas ações como mediador de conhecimentos e de seu processo interacional com os educandos. Vai ter também ter uma melhor compreensão do processo de ensino e de aprendizagem (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 32-33).

Dessa forma, atuando em prol de uma sociedade melhor desenvolvida - mediando movimentações equitativas e dando voz a jovens capazes de fazer a diferença nos espaços por onde circulam — é que tentamos associar nosso trabalho à promoção de ações emancipatórias por meio do processo de ensino aprendizagem na produção de sentidos.

6.2 TRABALHO DE CAMPO

Toda investigação parte do reconhecimento prévio de um problema testemunhado/vivenciado nas circunstâncias da experiência prática. No ambiente escolar, esse estudo situacional com interação diagnóstica aconteceu de maneira mais intensa, pela frequência com que essas relações se deram. Num ambiente onde os conhecimentos interagem, ampliam-se as leituras de mundo e as leituras das palavras, que se entrelaçam por um objetivo comum.

Por isso, seguimos Tripp (2005, p. 453), quando define que “[...] o reconhecimento é uma análise situacional que produz ampla visão do contexto da pesquisa-ação, práticas atuais dos participantes e envolvidos”.

Partindo desse reconhecimento e análise das dificuldades no processo de leitura crítico-reflexiva, da capacidade de expor opinião e da problemática nas relações étnico-raciais, elegemos a pesquisa-ação com propósito interventivo, por já fazer parte do mundo educacional e por se fazer presente no contexto educativo, observando cada ação e intervindo diariamente nesse processo, uma vez que “[...] a pesquisa-ação se caracteriza pela intervenção em busca de mudanças positivas em determinado contexto” (Paiva, 2019, p. 72).

É nesse sentido intervencionista, em busca por mudanças positivas, que nosso trabalho apostou na leitura crítica com intuítos discursivos, por artigos que agregaram conhecimento e o desenvolvimento da competência comunicativa, como bem sustenta Bortoni-Ricardo (2008) no livro *Professor Pesquisador* revelando que “[...] a competência comunicativa permite ao falante saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias” (Bortoni-Ricardo, 2008, p.39). Ela defende ainda que essa competência se amplia nos muitos ambientes pelos quais o ser humano interage “[...] mas é na escola que o indivíduo tem a oportunidade de desenvolvê-la de forma sistemática e de agregar novos recursos comunicativos que lhe permitirão construir sentenças bem formadas” (Bortoni-Ricardo, 2008, p.40).

Diante da pesquisa do nosso trabalho com intervenção pedagógica e social, compartilhamos das palavras de Minayo (2009) sobre Pesquisa Social, quando afirma que

[...] o trabalho de campo é em si um momento relacional, específico e prático: ele vai e volta tendo como referência o mundo da vida, tendo em vista que a maioria das perguntas feitas em pesquisa social surge desse universo: da política, da economia, das relações, do funcionamento das instituições, de determinados problemas atinentes a segmentos sociais, da cultura geral ou local, e outros (Minayo, 2009, p. 75-76)

Logo, é na escola que - enquanto educadores - temos a oportunidade de perceber as

primeiras adversidades respectivas ao contexto de cidadania. Por isso, advogamos ser esse ambiente espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências e habilidades para possíveis soluções de questões urgentes relacionadas à educação, informação e prática política, que estão direta ou indiretamente ligadas à vida dos que fazem a comunidade escolar. Isto posto, partilhamos com Thiollent (2011, p.14) quando defende que “[...] devido à urgência de tais problemas (educação, informação, práticas políticas etc.), os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer às prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez”.

Portanto, foi nessa perspectiva, que priorizamos instrumentos para geração de dados que transparecem as ações, as evoluções para os resultados pensados.

6.3 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa se deu numa escola estadual do município de Paulista, no estado de Pernambuco. Paulista está localizada na Região Metropolitana do Recife (RMR), no Litoral Norte, estando a 18 km de distância da capital pernambucana. Composta por 342.167 habitantes, segundo último censo realizado pelo IBGE em 2022, ocupa a sexta colocação entre os municípios de Pernambuco.

A instituição escolar, foco da pesquisa, possui caráter estadual e está localizada no bairro de Arthur Lundgren I, dispondo de 12 salas de aula, uma biblioteca, um auditório, uma sala de informática, um refeitório, três banheiros e uma quadra coberta. A mesma oferta Ensino Regular Fundamental do 6º ao 9º e Médio do 1º ao 3º, também na modalidade da Educação de Jovens e Adultos Fundamental e Médio dividida em módulos, assim como, do Projeto Travessia de correção de fluxo no ensino fundamental e médio, também dividido em módulos.

A escola apresentou, no último censo de 2022, um quadro de 30 professores para 430 matrículas, sendo 278 no Ensino Fundamental, 152 Ensino Médio, dentre estes, 7 alunos da educação especial, distribuídos no horário diurno e noturno. Há dois 6º anos, dois 7º anos, dois 8º anos, dois 9º anos e uma turma do 1º, 2º e 3º anos no horário diurno. Já no horário noturno, constam quatro turmas, sendo uma de Ensino Fundamental, uma do Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos e duas de ensino fundamental e médio do Projeto Travessia.

O último exposto foi o SAEB/2019, no qual os anos finais apresentaram nota 4,63, com proficiência em português 239,01 alunos, e, em matemática, com 238,92. Dos alunos que responderam ao último SAEB, 56% se identificaram como pardos e apenas 13% se identificaram de cor preta, e ainda, 9% brancos, 4% amarelo, 9% indígena e 9% não quiseram

declarar.

Sobre leitura, apenas 22% leem notícias em jornais, revistas ou internet; só 20% leem livros e não mais que 15% leem gibis ou mangás, que são os gêneros mais atrativos para essa faixa etária. Sendo assim, percebemos a necessidade da escolha dessa escola e desse público para investigação com fins interventivos.

6.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A investigação esteve voltada a uma turma do Projeto Travessia de correção de fluxo do Ensino Fundamental composta, inicialmente, por 20 alunos adolescentes, jovens e adultos, com faixa etária entre 15 a 45 anos, cuja maioria dos alunos é pertencente a famílias com mãe solo - beneficiadas do programa Bolsa Família - e adultos trabalhadores autônomos, que vivem de pequenos serviços informais ofertados à comunidade.

Os estudantes, no geral, conforme resultado do último Saeb, já se identificam, em sua maioria, pardos e negros e, de acordo com o resultado das últimas avaliações externas analisadas, manifestam aprendizado em nível básico ou insuficiente. Com efeito, das avaliações externas e das nossas observações, identificamos que, na leitura, os alunos apresentam muitas dificuldades para a leitura deleite, pedagógica e/ou com características crítico-discursiva. Além de sérias dificuldades para a compreensão e interpretação crítica, tomada de um ponto de vista diante dos temas sociais levantados em aula.

Diante das informações aqui expostas e da observação contínua das dificuldades na compreensão leitora e de todas as outras impossibilidades que tal obstáculo impõe, todos os alunos foram convidados a participar dessa pesquisa, com toda liberdade de escolha sobre colaborar ou não, lançando-se, assim, o desafio.

6.5 INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE GERAÇÃO DE DADOS

Os instrumentos selecionados para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos buscaram compreender a melhor estratégia para o alcance dos objetivos e percepção de um caminhar contínuo, além de proporcionar abertura para novas investigações.

Nossas ações se deram a partir de uma pesquisa-ação qualitativa de caráter intervencionista, utilizando como técnica de geração de dados a observação participante, com registro no diário de bordo, a fim de perceber o comportamento e evolução da aprendizagem dos alunos.

Em seguida, aplicamos um questionário diagnóstico inicial, no propósito de averiguar e

estabelecer o perfil sócio-histórico nas relações étnico-raciais. Logo, aplicamos a avaliação diagnóstica inicial, a fim de identificar o perfil leitor, a compreensão e interação na interpretação do artigo de opinião e da luta do povo negro na contemporaneidade, para definir os próximos passos pedagógicos. Na sequência, houve o desenvolvimento das oficinas pedagógicas, com o intuito de obter aprofundamento da proposta, para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Após esses passos, finalizamos com a avaliação diagnóstica final e uma análise comparativa e interpretativo-discursiva sobre a eficácia de cada ação metodológica realizada, com avaliação dos resultados e considerações finais da proposta investigativa em si.

6.6 A INTERVENÇÃO

Inicialmente, estávamos bastante empolgados com o projeto a ser executado e com as possibilidades a serem desenvolvidas, porém, com a mudança de governo, as políticas públicas e programas de governo também mudam e alguns projetos de correção de fluxo de educação de jovens e adultos foram cancelados. Por causa disso, o turno da noite quase foi fechado e a direção escolar foi impulsionada a realizar algumas mudanças para salvar o ano letivo. Sendo assim, devido a algumas mudanças, a turma de cada professor foi alterada.

Além disso, alguns transtornos acometeram a educação em Pernambuco no início do ano letivo, a exemplo da economia na merenda, por problemas nos contratos, salários de colaboradores terceirizados atrasados, paralisações por campanhas salariais e chuvas intensas no estado, que obrigaram a suspensão das aulas em alguns dias.

Nesse contexto, não podemos deixar de ressaltar que a comunidade escolar mudou muito depois do período pandêmico. Agora, os alunos se encontram desesperados por uma colocação no mercado de trabalho, buscando ocupações sem nem mesmo possuir registro oficial. E, ainda, professores, alunos e demais colaboradores deixam de ir à escola por qualquer preocupação relacionada a enfermidades, devido ao período desastroso vivenciado com o vírus do Covid-19, uma vez que tivemos alunos e familiares que foram vitimados por essa doença de mesmo nome, dentre outras.

Outra adversidade são os índices de violência no bairro, que deixam todos meio amedrontados com o horário do fim da aula, fato que se soma aos fatores que atrapalham a rotina escolar de forma geral. Nesse cenário, já com a nova turma composta, inicialmente por 20 alunos matriculados, percebemos, no decorrer do ano letivo, que a turma foi diminuindo, a evasão aumentou e, quando procurados, a justificativa dos alunos era sempre a mesma:

atividades de trabalho informal, filhos doentes, pais hospitalizados, entre outros.

Diante disso, fomos percebendo um desestímulo no contínuo dinâmico das aulas e na frequência escolar. Logo após o recesso escolar do meio do ano, já percebemos uma evasão maior dos alunos, fato que ocorre costumeiramente com o turno da noite após um período sem aula, mas que dessa vez foi pior. Hoje, contamos com apenas 10 alunos matriculados e frequentando a turma, com os quais acreditamos seguir até o final do ano letivo. Porém, apenas oito alunos se dispuseram a assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação na pesquisa, dentre os quais escolhemos os cinco alunos mais assíduos, participativos e comprometidos com as atividades para compor a análise do *corpus*.

Contudo, mesmo diante de tantas adversidades, no último dia do mês de julho resolvemos dar início à nossa intervenção.

6.6.1 Observando o processo

No primeiro momento, a pesquisa se deu com a observação dos comportamentos, das falas, dos argumentos, da interação com as aulas e da aceitação e receptividade dos temas propostos com registro no diário de bordo para sustentar nossas ações. Entendemos, conforme Vianna (2003, p.12) que “[...] a observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisa qualitativa em educação”. Sem acurada observação, não há ciência.

Estando o educador/a inserido no ambiente escolar de forma interativa por um período significativo, essa experiência proporcionará condições de aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem, conforme bem descreve Bortoni-Ricardo (2008, p.35) sobre

Uma pesquisa qualitativa no microsomo da sala de aula, que se volte para a observação do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, vai registrar sistematicamente cada sequência de eventos relacionados a essa aprendizagem. Dessa forma, poderá mostrar como e por que algumas crianças são negligenciadas ou se desinteressam do trabalho conduzido pelo professor, ou ainda veem-se frustradas porque fracassam na tarefa de ler e entender os textos que lhe são apresentados.

Dessa forma, por meio da observação e da anotação no diário de bordo, tivemos a ciência das dificuldades que permearam a trajetória educacional de cada estudante, diante de suas falas e participação nas atividades propostas, encaminhando as movimentações necessárias, uma vez que, “[...] ao observador não basta simplesmente olhar. Deve, certamente, saber ver, identificar, descrever diversos tipos de interações e processos humanos” (Vianna, 2003, p.12), para, assim, gozar da capacidade de intervenção positiva no processo de aquisição e desenvolvimento pedagógico.

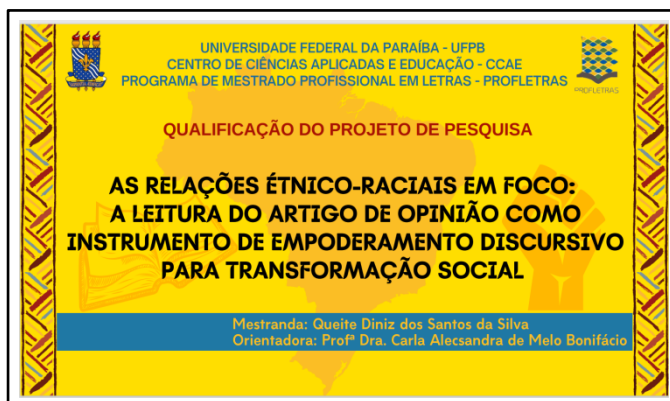
Ao longo de todo o nosso trajeto da pesquisa fizemos a observação participante com todos os registros relevantes no diário de bordo, a fim de mudar nossa caminhada, conforme os desdobramentos.

Durante a acolhida dos alunos e em muitos momentos das nossas aulas, sempre comentávamos os acontecimentos do dia, as notícias mais relevantes e como essas poderiam afetar direta ou indiretamente a vida dos alunos. Vez por outra, sempre apareciam falas relacionadas a situações de racismo, injúria racial e discriminações no contexto social. No entanto, os relatos sempre vinham acompanhados com um teor de revolta, constrangimento e desinformação. Essas circunstâncias só reafirmavam ainda mais nossas percepções e justificativa para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Então, após a aprovação do nosso projeto no Conselho de Ética, resolvemos dar início à pesquisa. Reunimos os alunos da nossa sala de aula e de outra turma, que estava sem professor, para apresentar as atividades do semestre, dentre elas, a do projeto com suas ações pedagógicas, seus objetivos e possíveis resultados. Por meio de slides, fomos explanando o projeto e observando o interesse para participação. Todos ficaram bem atentos e fizeram comentários tímidos e superficiais, buscando interagir com a discussão.

No dia seguinte, explicamos e apresentamos o TALE e o TCLE para leitura e assinatura, com destino à participação no projeto. Nesse momento, com muitas dificuldades em entender as informações dos documentos, percebemos nos alunos desconfiança e insegurança em participar, por medo de julgamentos de todas as formas.

Figura 07: Slide de apresentação da pesquisa



Fonte: Slide produzido pela pesquisadora

Figura 08: A comunidade escolar



Fonte: arquivo fotográfico da pesquisadora

Figura 09: Apresentando a proposta



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Todavia, todos os estudantes presentes receberam bem a proposta. Assim, conseguimos um total de oito assinaturas da nossa turma, como já dito anteriormente. Porém, é importante salientarmos que o *corpus* foi representado por um número de cinco alunos, os quais foram os mais assíduos nas aulas, na participação das atividades e comprometimento na proposta da pesquisa (participantes de todas as fases da pesquisa), para não prejudicar a lisura da análise comparativa final, levando em consideração, também, a participação no questionário sócio-histórico e na avaliação diagnóstica, como analisaremos a seguir.

6.6.2 Questionário sócio-histórico e análise

Após essa fase de observação inicial, de reconhecimento do ambiente e dos participantes, chegou a hora de aprofundar a exploração da abrangência no nível de conhecimento e interação com o tema proposto. O aprofundamento foi realizado por meio de

um questionário inicial sócio-histórico, a fim de direcionar nossas condutas - no trabalho a ser implementado nas ações seguintes, tais como, a avaliação diagnóstica e as oficinas pedagógicas, e a elaboração de um caderno pedagógico, que deverá compor os efeitos da investigação e melhores métodos de aplicação das atividades, para alcance dos objetivos traçados.

Selecionamos o questionário porque segundo Vieira (2009, p.14), “[...] questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”. Com isso, percebendo estratégias promissoras e como cada indivíduo interpreta e dialoga com a temática indicada, conforme definido por Gil (1999), quando defende o questionário: “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (Gil, 1999, p.128).

Para esse fim, elaboramos perguntas de maneira cuidadosa e atenciosa para, assim, obter o melhor direcionamento da investigação nas atividades a serem desenvolvidas.

Num primeiro momento, após os trâmites iniciais, apresentamos aos alunos nosso questionário que, além da **identificação de gênero, idade e raça/cor**, foi composto de oito questões com subquestões, embaralhadas e/ou repetidas de forma objetiva e subjetiva, com espaços para comentários, nas quais tinham questionamentos relacionados à compreensão, à interação e à associação da história e cultura negra com as relações étnico-raciais na coletividade vivenciadas e observadas na contemporaneidade.

Do total de alunos, apenas oito compareceram e se dispuseram a participar da pesquisa no dia da aplicação do questionário, tentando responder por quase duas horas. Em razão disso, não só pela participação mas também pelo fato de o questionário ter como objetivo o de averiguar o perfil sócio-histórico dos alunos, resolvemos analisar e expor aqui todas as respostas.

Na identificação, do total de oito alunos quatro se identificaram sendo do gênero feminino e outros quatro do gênero masculino, nenhum do gênero neutro. No campo feminino, três alunas maiores de idade e apenas uma com idade menor. Já no masculino, três maiores de idade e apenas um com idade menor. Ou seja, seis adultos e dois adolescentes com 17 anos prestes a completar 18 anos. Em relação à raça, dos oito alunos, seis se consideraram pardos, uma preta e um se autodeclarou indígena, nenhum branco ou amarelo.

Quadro 6: Participantes do questionário

SUJEITOS PARTICIPANTES	GÊNERO	IDADE
Aluno A	Masculino	20
Aluno B	Masculino	22
Aluno C	Masculino	45
Aluno D	Masculino	17
Aluno E	Feminino	17
Aluno F	Feminino	21
Aluno G	Feminino	23
Aluno H	Feminino	21

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Na sequência à identificação do sujeito, questionamos sobre **qual era o conhecimento desse aluno em relação à história e a cultura negra, sobre as Leis 10.639/03 e 11. 645/08**. Dos oito alunos, cinco responderam conhecer a história e cultura negra e apenas três responderam não conhecer. Já em relação às leis, todos foram unânimes em responder que não conheciam e que nunca nem ouviram falar.

Quando questionamos **se a escola incentivava reflexões sobre a cor da pele e se promovia debates, participações em eventos relacionados à história e à cultura negra e indígena, na escola**, três deles responderam que sim, que a escola incentivava reflexões, já os outros cinco responderam que não. Quanto a participações em debates e discussões, quatro responderam que já vivenciaram, porém, todos sem participação ativa nas discussões.

Também perguntamos **sobre a associação da cor com as relações étnico-raciais, se ele concordava de o negro ser inferior ao branco, sobre situações de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo presenciadas ou vivenciadas**. Dos oito alunos, uma respondeu que sim, que o negro “é inferior ao branco porque isso estava presente o tempo todo, principalmente, no mercado de trabalho e que se usar tatuagem ou piercing piora”. Os outros foram concordantes em responder que o negro não é inferior ao branco e fizeram comentários que “todos são iguais”, que “todos são importantes” e que “todos merecem respeito”.

Quando indagamos **sobre já terem sofrido ou presenciado alguém sofrer algum tipo de preconceito, discriminação, injúria racial ou racismo, ou até mesmo assistido alguma reportagem sobre isso**, dos oito alunos indagados, três responderam já terem vivenciado essa situação, sendo que um deles relatou ter sido “xingado de várias coisas horríveis e que até hoje sofre situações desse tipo, mas não ligo, não respondo e deixo para lá”; outra enfatizou que

sentir ou presenciar é “uma das sensações mais difíceis de lidar”. Esses três alunos também responderam que já presenciaram situações de discriminação, sendo que um disse ser “horrível presenciar esse tipo de coisa”; e outra que, numa ocasião em que usava trança, foi chamada de “Bob Marley”; quanto os outros cinco, afirmaram que nunca vivenciaram ou presenciaram tais situações e que apenas já haviam assistido pela televisão, sendo que dois comentaram que foi sobre racismo no esporte e outra sobre pessoas negras que foram mortas apenas pelo motivo da cor de suas peles. O interessante nessas respostas é que lá no final do questionário perguntamos, de forma objetiva, **que tipo de situação ele já tinha presenciado na escola e sociedade**, e todos marcaram respostas de terem presenciado alguma situação, a exemplo de cinco alunos que afirmaram terem presenciado *risos de cabelos crespos*, *brigas* e *palavrões*; outros três marcaram *piadas racistas* e *xingamentos*; dois deles marcaram *bullying com pessoa preta* e *xingamento de macaco*, e apenas dois marcaram ter presenciado *violência racista* na escola ou na sociedade.

A respeito de leitura, questionamos **sobre já terem lido algum livro sobre a história e cultura negra ou mesmo um artigo de opinião**, todos foram unânimes em responder que nunca leram nem livro nem artigo e alguns comentaram que não se interessavam pelo assunto, outros porque nunca nem ouviram falar.

No tocante aos problemas de aprendizagem, perguntamos **o que ele achava ser importante estudar na escola e o que ele considerava um problema e demos algumas opções objetivas**. Dos oito alunos, sete responderam querer aprender mais sobre *respeito*, outros cinco sobre *leitura*, quatro deles marcaram sobre *tolerância* e sobre *escrita*, três alunos querem aprender mais sobre *oralidade* e apenas um marcou sobre *os conteúdos dos livros*. Sobre ser um problema, dos oito alunos, sete responderam que um problema é *não saber falar em público*, cinco responderam que *não saber ler, escrever e interpretar bem um texto e não entender todos os assuntos* é um problema; outros três responderam que *não saber se defender* é um problema e apenas três responderam que o problema é *não gostar de estudar*.

Indagamos também sobre **o que ele entendia sobre preconceito, discriminação, injúria racial e racismo**. A maioria respondeu “nada”, “não sei”, “não sei comentar”; outros cinco arriscaram responder sobre preconceito dizendo achar ser “uma pessoa que acha ser melhor que a outra”, “são pessoas que não respeitam as diferenças”, “sentimento de pessoas pobres de espírito”, “desrespeito ao próximo”, “uma pessoa racista que fala palavras que ofendem os outros e que faz gestos”; outros dois alunos arriscaram responder sobre seu entendimento sobre racismo, dizendo que “são pessoas que tem preconceito sobre as pessoas negras”, “uma grande idiotice porque somos todos pó e ao pó tornaremos”; também citaram ser

falta de informação. Porém, uma das alunas chamou atenção por suas respostas, sobre preconceito ela disse que é “aquele comentário disfarçado de piadas” sobre discriminação, “é como nós negros sofremos quando vamos ao mercado ou shopping”, sobre injúria racial ela disse que “é o julgamento que muitas pessoas praticam ao ver um negro adquirindo coisas que pra eles, não merecemos” e sobre racismo, dolorosamente, afirmou que são “Pessoas de outras etnias que acham que somos animais ou até mesmo outro tipo de coisas que são escuras”.

Por último, questionamos **sobre a importância de se discutir sobre as relações étnico-raciais em sala de aula**, seis alunos responderam achar ser importante, para ter mais conhecimento, desenvolvimento e para aprender a respeitar o outro, apenas dois alunos não souberem o que dizer sobre isso.

Figura 10: Respostas nos questionários



Fonte: dados obtidos durante a realização da pesquisa (2023)

Sobre as respostas do questionário, acreditamos ter alcançado o objetivo de entender a identificação, a interação com a história e a percepção da história com as relações nos dias atuais. Nossos alunos se veem parte da população negra e indígena, têm alguma interação com a história negra contada na escola e na sociedade, têm consciência crítica das relações étnico-raciais na escola e na sociedade e almejam discutir um pouco mais desse assunto, uma vez que ainda não dominam essa temática e não se sentem confortáveis em relatar situações.

Já esperávamos que faltasse nos estudantes uma leitura crítico-discursiva mais consolidada. Por isso, ficariam inseguros em explorar melhor suas respostas, doloridos em relatar situações vivenciadas ou presenciadas, e, ainda, contradições nas respostas com senso comum pela falta de conhecimento adequado para que possam levar essa discussão para além

dos muros da escola. Por essas respostas, pelo desconforto em não querer responder, pelas dores despertadas nas respostas, pelas perguntas com chutes da possível resposta correta, pelos pedidos de ajuda para responder com adequação, defendemos ser muito necessário levar essa temática para sala de aula, uma vez que discussões, comportamentos e lutas sobre a temática étnico-racial tomam a sociedade na contemporaneidade.

Figura 11: Aplicação do questionário



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

A partir da compreensão do perfil sócio-histórico e do conhecimento e interação dos estudantes em relação a essa temática, passamos ao conhecimento específico da leitura, compreensão, interpretação e das características do gênero discursivo artigo de opinião categorizada pelas concepções de leitura, por meio da avaliação diagnóstica como exporemos a seguir.

6.6.3 Avaliação diagnóstica inicial e análise

Após a análise das respostas no questionário inicial sócio-histórico, de agora em diante seguiremos com a exposição e análise baseada nas respostas, de apenas, cinco alunos sobre o diagnóstico do nível de leitura, compreensão e interpretação dos (as) estudantes, sobre o gênero discursivo/textual artigo de opinião sobre essa temática das relações étnico-raciais, a fim de direcionar nossas ações para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

A avaliação diagnóstica constitui uma parte bastante importante para a educação pedagógica, ela convém para verificação dos conhecimentos, das habilidades e das competências que o estudante já dispõe e das condições que esse aluno possui para receber novas aprendizagens, discussões e experiências. Sendo assim, escolhemos esse tipo de aferição

a partir do gênero artigo de opinião a fim de nortear as estratégias para o desenvolvimento da nossa investigação. Nesse segmento, assentimos com o professor Luckesi (2011) quando afirma que

Avaliar é diagnosticar, e *diagnosticar*, no caso da avaliação, é o processo de *qualificar a realidade* por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com um critério, assumido como qualidade desejada. O diagnóstico, propriamente, configura e encerra o ato de avaliar em si; a intervenção, da qual temos falado ao longo deste livro, só ocorre no caso de avaliação de acompanhamento, comprometida com uma ação (Luckesi, 2011, p. 277-278).

À luz dessa perspectiva, nossa diagnose inicial e final é voltada para a leitura, para compreensão do que se lê, para a interpretação do escrito, formar opinião sobre o dito, do contexto por entre as linhas do texto, por entre a realidade vivenciada e questionada diariamente.

Dessa forma, intervimos a partir de estratégias pensadas, monitoradas em cada ação, a fim de alcançar o propósito final de leitura crítico-discursiva com compreensão e interligação do texto com a vida, interpretação fundamentada no conhecimento adquirido e aplicação dos argumentos construídos alinhados ao empoderamento discursivo e transformação social.

Após a aplicação do questionário, levamos o gênero discursivo artigo de opinião para leitura, compreensão e interpretação sustentada nas Concepções de Leitura expostas na fundamentação teórica, para que nossos alunos passem a dominar melhor a leitura desse gênero. Rodrigues (2000, p. 213) afirma que “[...] o sucesso do aluno na escola passa pelo domínio dos gêneros escolares, que também devem ser considerados objetos de aprendizagem”.

Com o objetivo de identificar o nível de leitura, compreensão e interpretação e interação com o gênero jornalístico artigo de opinião, apresentamos **Burrice é o racismo**.

Nessa perspectiva, para a aprendizagem da leitura crítico-discursiva, fomos além dos gêneros escolares. Assim, o gênero escolhido foi o jornalístico artigo de opinião escrito pela ex-vereadora Mariele Franco, mulher negra, lésbica e mãe solo que ganhou visibilidade nacional e internacional pela sua coragem e luta em prol dos direitos humanos e direitos da mulher preta. Texto que ganhou visibilidade nacional após publicação pelo Jornal O Globo e poucos meses após a publicação, a vereadora viria a ser assassinada e de forma cruel e chocante, onde o crime - mesmo anos depois - permanecendo sem resolução. Nesse caso nos questionamos o que pensava, o que defendia esta mulher para ter despertado tanto ódio, ser perseguida e assassinada de forma tão brutal.

O artigo intitulado *Burrice é o racismo*, composto por sete parágrafos, traz como tema polêmico: a questão racial, com foco nas desigualdades da situação do negro no Brasil. Assim

sendo, para compreender como os alunos fariam a leitura do artigo, alicerçamos nosso estudo nas Concepções de Leitura, nas características ascendente, descendente, sociointeracionista e crítico-discursiva, sendo a última o nosso objetivo final. Distribuímos a interpretação em cinco questões, para percebermos o que eles alcançam e onde precisamos aprofundar, para que eles se aproximem de uma leitura eficiente e progressiva, com interpretação adequada para dominar a leitura crítico-discursiva com maior propriedade.

Figura 12: Artigo de Opinião Burrice é o racismo

Burricane é o racismo

Marielle Franco 01/12/2017 - 00:00

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias

São muitos os diagnósticos que apontam a situação do negro em nosso país. Somos mais de 54% da população do Brasil. Ou seja, mais de cem milhões de brasileiros e estamos na base da pirâmide social. Tal situação não é por acaso, é fruto de um desenvolvimento civilizatório que foi capaz de desumanizar e objetificar o corpo negro. Transformações ímpares na história da humanidade foram obtidas com as idas e vindas de negros, de uma margem a outra do oceano, pelos portos negreiros da África Ocidental e Central para as Américas e a Europa. Esses corpos foram e ainda são objetos de pilhagem. O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.

Por outro lado, números irrisórios de cientistas negros, de escritores negros, de executivos negros, de apresentadores negros, de editores negros, de legisladores negros... É bom lembrar que negros fazem parte do tal “povo brasileiro”. Ou será que insistir em afirmar conceito tão geral seja uma tentativa de invisibilizar esse quadro?

“Preto fedido”. Quem nunca ouviu essa expressão? Sem dúvida, a maioria dos brasileiros. Neste sentido, a referência que o secretário de Educação do município do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin, faz à atriz Taís Araújo, há poucos dias, ao chamá-la de “linda e cheirosa”, é o antagonismo que legitima o xingamento. Talvez pelo fato de ela ser a negra exceção, a negra que rompeu a barreira da invisibilidade e é bem-sucedida profissionalmente.

Enquanto mulher negra, tenho a obrigação de lembrar alguns capítulos da nossa História — que parecem passar providencialmente despercebidos pelos defensores do “povo brasileiro”. O corpo da pessoa negra já foi provedor de lucros aos escravocratas, por longos períodos históricos. As mulheres negras, para além do trabalho, tinham que servir aos homens brancos. A muitas negras cabia ainda, principalmente após a proibição do tráfico internacional de mão de obra escrava, o papel de “reprodutoras”, para a ampliação e a recomposição da população de escravos.

Os abusos, açoitamentos e mutilações, aos quais os escravos estavam sujeitos, quando se tratava de mulheres negras, eram cruelmente requintados por toda forma de coerção sexual. As consequências desta violência não foram a mestiçagem difundida hoje como um “produto nacional”, mas a vulnerabilização do corpo da mulher negra, que continua exposta a todo tipo de agressão ética, moral ou sexual. Ou seja, mestiçagem e democracia racial são concepções ancoradas na prática da violência contra as pessoas negras, principalmente as mulheres.

O conceito ilusório de “povo brasileiro” ainda não desapareceu. Mas, no que depender do povo preto desse Brasil, irá. Vamos surpreender o tácito acordo do poder. Seremos firmes, pessoas ativas, que chegam desafinando o coro dos contentes. Burrice é querer lutar contra isso. A chegada da mulher negra na institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo.

Marielle Franco é vereadora (PSOL) no Rio

Fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/burricane-o-racismo-22134121>

Sobre o artigo, de início questionamos: ***Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque. Segundo essa informação, quem é o elemento central das desigualdades ao qual a autora se refere?***

Essa primeira questão é caracterizada como ascendente, uma vez que ela requer do aluno uma leitura mais objetiva, decodificada, porque o privilégio está no texto. Diante disso, acreditando ser essa a questão mais fácil, esperávamos que todos respondessem: o corpo negro, o negro ou respostas próximas a essas. Já que essa informação está no texto destacado, no início do artigo, tornando a resposta bem acessível. O leitor/aluno só precisaria dar foco no texto e decodificar a informação.

Porém, nem todos os alunos alcançaram essa interpretação. Vejamos as respostas:

Quadro 7: Respostas na primeira questão da avaliação diagnóstica inicial

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Desigualdade está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.
Aluno B	O corpo negro é o elemento central das desigualdades ao qual a autora se refere.
Aluno C	O corpo negro cárceres e favelas.
Aluno D	O corpo negro.
Aluno E	O corpo negro é o elemento central na reprodução de desigualdades favelas e periferias designadas como moradias.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Perante o exposto, observamos que quase todos os nossos alunos conseguem alcançar, com propriedade, a Concepção Ascendente, visto que das cinco respostas, quatro deram respostas que podem ser admitidas como mais adequadas ao que foi questionado, uma vez que respondem o esperado e expandem a resposta. Respondem ainda com certa insegurança, copiando partes do texto, entretanto todos foram ao artigo buscar suas respostas. Concluimos que apenas o aluno **D** parece-nos ter domínio completo dessa concepção quando é taxativo e não sente necessidade de expandir, sendo preciso na sua resposta: **O corpo negro**. Diferentemente do aluno **A** que, mesmo contribuindo criticamente no exercício, aparenta-nos ainda o não alcance total dessa concepção por ter dado como resposta: **Desigualdade está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias**, copiando a informação do texto destaque, que se distancia um pouco da resposta esperada. Ou seja, ele decodifica, mas não consegue fazer relação entre os expostos e precisará de um suporte ainda maior para alcance

das próximas concepções.

Na segunda questão indagamos: ***O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor/a aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?***

Essa segunda questão é caracterizada como descendente, dado que o estudante, além do seu conhecimento linguístico, deverá usar de seu conhecimento prévio didático e de seu conhecimento de mundo para dar sentido ao texto e perceber o tema/problema do racismo na sociedade, uma vez que o foco está agora no leitor. Em vista disso, esperávamos que todos conseguissem definir suas respostas em torno do **racismo**. Observemos as respostas:

Quadro 8: Respostas na segunda questão da avaliação diagnóstica inicial

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Não sei.
Aluno B	Burrice é o racismo. A temática deste artigo de opinião nos mostra sobre a desigualdade do corpo negro no nosso país.
Aluno C	Racismo.
Aluno D	O racismo.
Aluno E	Sim, está querendo dizer que é burrice fazer racismo e precisa ser mudado.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

À vista disso, essa questão apresenta um conceito básico do gênero artigo de opinião, o que poderia facilitar a elaboração de uma resposta simples sobre a problemática racial no Brasil. Esperávamos que todos conseguissem responder com pelo menos uma palavra, porém nem todos conseguiram esse feito sobre a situação do negro no Brasil. Mais uma vez, observamos que o Aluno A, como na questão anterior, não consegue construir sentido e alcançar a leitura descendente ao dar como resposta: **Não sei**. Dessa forma, depreendemos que ele pede ajuda ao dar essa resposta, o que pode demonstrar não ter qualquer intimidade ou percepção dessa temática para elaborar uma resposta ou até mesmo copiar do título, diferente de todos os demais, que foram assertivos em suas respostas até mesmo complementando com sua opinião.

Na terceira questão perguntamos: ***Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o corpo negro é o elemento central da reprodução das desigualdades?***

Essa questão pode ser caracterizada como sociointeracionista, visto que eles precisarão

ter conhecimentos das duas concepções anteriores, decodificar, produzir sentidos a partir da interação de conhecimentos anteriores, históricos e sociais e daqueles construídos ao longo da leitura do texto. Nessa concepção tanto o texto quanto o leitor são importantes. Nesse sentido, esperávamos que todos eles apontassem alguma opinião dentre as que a autora defende no decorrer de todo o artigo, ainda que fosse por meio da cópia literal. Vejamos:

Quadro 9: Respostas na terceira questão da avaliação diagnóstica inicial

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	O corpo negro.
Aluno B	O negro também é gente.
Aluno C	Um ponto de vista antirracista e em defesa da mulher negra e do povo negro e pobre.
Aluno D	Não consigo responder.
Aluno E	Ela defendia os negros e falava de gente que “vivía” na periferia.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Nessa questão, por meio das respostas expostas, avaliamos que eles não conseguiram encontrar os argumentos defendidos pela autora, com propriedade, por talvez nem saber o que isso signifique e por não compreenderem as construções de sentido que poderão ser produzidas ao longo da leitura, alinhadas ao conhecimento que eles já dominam. Salvo pelos alunos **C** e **E** que entenderam com simplicidade a discussão presente no artigo respondendo: **Um ponto de vista antirracista e em defesa da mulher negra e do povo negro e pobre** e o outro que diz que: **Ela defendia os negros e falava de gente que “vivía” na periferia**. Aqui achamos muito interessante o uso das aspas, não sei se inteligentemente fez uma crítica às condições de moradia ou seguiu a autora que usa várias aspas ao longo do texto, o que está inclinado à crítica. O aluno **A** tentou, mas como resposta: **O corpo negro**, que não condiz diretamente com a questão indagada, o que nos faz acreditar que o aluno parece não saber o significado da expressão “ponto de vista”. Nossos alunos sentem muita dificuldade em materializar suas ideologias, identificar opiniões, argumentos e sustentar suas teses em determinados contextos. Como o aluno **D**, que nem arriscou uma resposta, escrevendo: **Não consigo responder**, por timidez, atrapalho, falta dessa prática ou falta de conhecimento mesmo.

Na quarta questão interpelamos: ***Quais as conclusões com as quais a autora finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?***

Questão também com característica Sociointeracionista. A esta altura, gostaríamos que os alunos indicassem do texto a finalização na retomada das ideias iniciais e principais da

autora, o fechamento glorioso das ideias defendidas ao longo do artigo, a possível solução para o problema. Examinemos as respostas:

Quadro 10: Respostas na quarta questão da avaliação diagnóstica inicial

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Não sei.
Aluno B	Seremos firmes!
Aluno C	A vulnerabilização do corpo da mulher negra que continua exposta a todo tipo de agressão moral e física.
Aluno D	Não consigo responder.
Aluno E	Sobre a violência e agressão.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Dessas respostas, depreendemos que o aluno **B** é o que chega mais perto da compreensão da conclusão, quando responde que “**Seremos firmes!**” Os demais, apesar de terem contribuído criticamente, ainda estão caminhando para o conhecimento, a interação e a associação da realidade com as leituras e lutas necessárias no contexto social. Os alunos **A** e **D** quando respondem: “**Não sei**” e “**Não consigo responder**” demonstram que desistiram de tentar responder, caracterizando necessidade de mais atenção e suporte no processo de ensino-aprendizagem.

Por último, questionamos: ***Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?***

Esta questão de característica Crítico/Discursiva requer um pouco mais do leitor. Além de todos os demais conhecimentos, das demais concepções, demanda a construção da opinião, escolha/elaboração de um ponto de vista, tomar a palavra baseada em seus conhecimentos, ideologias sócio-históricas e criticidade das impressões discursivas do texto.

Nessa questão conclusiva da interpretação do artigo, esperávamos que todos tivessem um olhar crítico sobre essa problemática, concordassem com a autora, elaborassem e defendessem sua opinião sobre o tema, expondo suas justificativas com adequação para o contexto idade-série. Avaliemos as respostas:

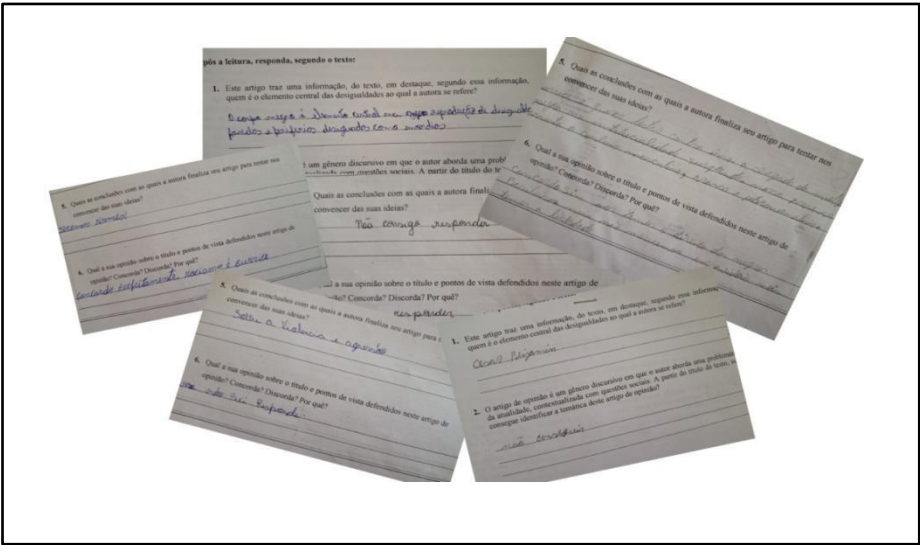
Quadro 11: Respostas na quinta questão da avaliação diagnóstica inicial

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Não sei.
Aluno B	Concordo perfeitamente. Racismo é burrice.
Aluno C	Totalmente correto, pois somos todos iguais e não devemos aceitar o racismo.
Aluno D	Não consigo responder.
Aluno E	Não sei responder.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Nesta última questão, os alunos tinham total liberdade em concordar ou discordar e expor seu ponto de vista sobre essa discussão. Porém, alguns resolveram não opinar, por não entendimento do enunciado, por insegurança, ou para, talvez, não ter que explicar o porquê de sua discordância. Os dois estudantes que ousaram responder, concordaram, porque concordar é mais fácil, tendo em vista que geralmente o indivíduo não é interpelado a se explicar, a tecer argumentos ou até mesmo a refletir e se expor. Mas aqui, queríamos que todos concordassem com a autora e justificassem com suas respostas simples e conclusas, como fizeram os dois alunos **B** e **C**. Os demais, talvez não concordem, talvez achem irrelevante, e, talvez, constrangidos, acharam mais fácil responder que **não sabiam, não conseguiam responder**.

Figura 13: Respostas na avaliação diagnóstica inicial



Fonte: dados obtidos na realização da pesquisa

Com essa atividade percebemos que nossos alunos não têm qualquer intimidade com o gênero, e pouca leitura crítica do tema ou da problemática da desigualdade racial determinada

pelo racismo estrutural que se perpetua no nosso país e no mundo.

Precisamos legitimar a leitura em nossos alunos. Ensinar nossos alunos a ler, de textos simples a complexos. Ler textos polêmicos, ler criticamente, querer conhecer, produzir sentidos por meio dessas leituras e desses textos, sentir a necessidade em sair da inércia ou de cima do muro e se encorajar a tomada da palavra, de posicionamentos nas lutas necessárias, para que seu discurso se fortaleça e sirva de impulso para melhorar sua vida e a vida dos outros.

Orlandi (2012, p.115) defende que

Em relação à escola, essa função de legitimar leituras está distribuída pelas diferentes áreas de conhecimentos. Todas elas, entretanto, podem ser representadas pelas diferentes áreas de conhecimentos. Todas elas, entretanto, podem ser representadas pela função do crítico. Ao mesmo tempo em que avaliam a importância de um texto, os críticos fixam-lhes um sentido que passa a ser considerado o legítimo para a leitura.

Neste aspecto, consideramos que os estudantes ao lerem e responderem essas questões usaram mais os conhecimentos prévios e de mundo adquiridos na trajetória escolar e na vivência histórico-social, que dos conhecimentos do próprio texto. Ainda falta uma compreensão mais ampla do tema, do encadeamento das ideias e do poder argumentativo. Entendemos que falta a construção de sentidos entre tema-texto-leitor, a fim de que, num futuro próximo, eles consigam ler melhor, escrever melhor e fazer construções argumentativas melhor fundamentadas, com exposição de pontos de vista melhor estruturados.

Nossa conclusão está alinhada com a conclusão da autora para o contínuo do nosso trabalho em seguir firmes, ativos, dispostos a surpreender, lutar de encontro àqueles que sustentam a situação desigual da escola pública, do ensino público e do povo negro.

Figura 14: Atividade diagnóstica inicial



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Logo após a conclusão da avaliação diagnóstica inicial, com o intuito de estimular a leitura, não só dos artigos de opinião, mas da história revolucionária de um ícone que não temia expor suas opiniões e pontos de vista em nome da promoção da igualdade entre os povos de

todas as cores, presenteamos cada estudante com o livro - MANDELA: o africano de todas as cores – a fim de impressioná-los e inspirá-los com a história do líder Mandela e despertá-los para a temática e a exposição de seus pontos de vista sobre o sistema do apartheid vivenciado na época, em vários países e sobre a situação de inferioridade imposta ao povo negro até os dias atuais.

Figura 15: Estímulo à leitura com Mandela



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Na perspectiva dessa leitura, buscamos envolvê-los na discussão do racismo de todas as formas, praticado no cotidiano, e na resistência ancestral de luta e posicionamentos firmes, por objetivos de vida para si e para o outro, assim como, a história do líder negro Mandela que resistiu lutou e se tornou o primeiro presidente negro de seu país. Para que eles se sintam fortalecidos e encorajados ao conhecimento e a transformação social.

Figura 16: Mandela: o africano de todas as cores



Fonte: <https://www.zahar.com.br/pnld/2020/mandela-o-africano-de-todas-cores>

Nessa conjuntura, elaboramos um mapa para aplicação de oficinas que atenuem, de forma significativa, o vácuo produtivo, informativo e interativo de sentidos em relação à leitura das relações étnico-raciais, por entre a leitura e atividades de artigos de opinião sobre o tema, como exporemos a seguir.

6.6.4 Oficinas Pedagógicas

A oficina pedagógica se apresenta como excelente e principal estratégia para promover iniciativas no processo de ensino aprendizagem na construção de conhecimentos que desenvolvam a leitura atenta e investigativa; a oralidade argumentativa, empoderada e consciente; a interpretação crítica e reflexiva para tomada de ponto de vista com ações positivas para fins pessoais e sociais, haja vista que

Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva (Neires; Niura, 2009, p.78).

Nessa perspectiva, realizamos oficinas contextualizadas para o desenvolvimento da aprendizagem leitora na concepção crítico-discursiva, com atenção para a curiosidade, compreensão e interpretação do gênero discursivo artigo de opinião e o despertar para a discursividade. Nesse sentido, Neires e Niura (2009) defendem que “[...] a oficina pedagógica atende, basicamente, a duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz; e b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes” (Neires; Niura, 2009, p.78).

Dessa forma, nossa proposta teve a proposição de, pelo menos, seis oficinas com uma média de seis horas-aula (6h/a) de 40 minutos cada uma, divididas em dois encontros de três horas/aulas (3h/a). Nesse tempo, discutimos a importância da leitura para a formação da cidadania; provocamos discussões por exposição de dados, notícias, músicas, vídeo-reportagens, trechos de filmes; debatemos o tema por meio dessas provocações; expusemos o conceito e a estrutura do gênero artigo de opinião; aplicamos atividades de leitura e interpretação; além de, uma aula-passeio ao Engenho Massangana. Por fim, proporcionamos uma culminância, através de uma palestra, visando a consolidação da aprendizagem adquirida, entendendo que, assim, conseguimos articular os conceitos, a execução das tarefas e apropriação de saberes.

Quadro 12: Resumo da oficina 1 – Tema - A importância da leitura

1º Oficina	Objetivo	Atividade	Material
6 horas/aulas.	● Compreender a importância da leitura para aquisição e ampliação do conhecimento; ● Entender como se dá o processo do ato de ler e interpretar; ● Aprimorar as estratégias de leitura e para a leitura crítico-discursiva; ● Ler criticamente e discutir as ideias do artigo sobre a importância da leitura para o exercício da cidadania.	▶ Roda de Conversa; ▶ Apresentação de slides/vídeo; ▶ Discussão sobre a explanação do conteúdo com exemplificações; ▶ Leitura crítica das ideias expostas no artigo proposto; ▶ Atividade de Interpretação de texto; ▶ Discussão sobre as respostas da atividade.	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Cópia dos textos e atividade; • Caderno e canetas para anotações.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora.

A primeira oficina pedagógica com duração de 6h/a foi dividida em dois momentos de 3h/a de 40 minutos cada uma. Teve como objetivo principal **compreender a importância da leitura para aquisição e ampliação do conhecimento**.

Especificamente, *objetivamos alcançar o entendimento do processo do ato de ler e interpretar; aprimorar as estratégias de leitura e da leitura crítico-discursiva; ler criticamente e discutir as ideias artigo de opinião sobre a importância da leitura*.

Em vista desse propósito, no primeiro momento, iniciamos com uma roda de conversa sobre as preferências leitoras e a necessidade do ato de ler. Em seguida, apresentamos alguns dados da Unesco na pesquisa do Ibope, que revelavam a grande problemática existente em relação à leitura, à escrita e ao analfabetismo no Brasil e dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* para situar nosso estudante na discussão.

Em seguida, uma apresentação de slides com exposição dos motivos para a importância da leitura, dos tipos de leituras, dos propósitos para a leitura, das etapas da leitura, do processo de leitura e interpretação de textos e das estratégias para aprimorar a leitura crítico-discursiva.

Via introdução de uma conversa leve, exemplificação e espaços para os estudantes tirarem dúvidas, e, ainda, contando com anotações de pontos importantes.

No segundo momento, trouxemos um artigo de opinião intitulado: *A importância da leitura para a formação do cidadão*. Primeiro, a proposta de leitura individual e silenciosa, depois fizemos a leitura compartilhada com discussão de cada parágrafo para que os estudantes fossem criando uma intimidade com o texto, entendendo o assunto, a polêmica existente no texto, algumas opiniões controversas do articulista, e as conclusões na tentativa de persuadir o leitor.

Logo, anunciamos se tratar do gênero artigo de opinião e propusemos uma interpretação baseada nas questões da avaliação diagnóstica e sustentadas nas concepções de leitura, para que eles tentassem responder. No final, fomos lendo, respondendo e discutindo cada questão e a adequação das respostas individuais.

Figura 17: A importância da leitura



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Após esses dois momentos, fizemos a introdução do gênero discursivo artigo de opinião, no qual iríamos nos debruçar nos próximos encontros, para aquisição de conhecimento, tomada de um ponto de vista e empoderamento discursivo das relações étnico-raciais.

Quadro 13: Resumo da oficina 2 – Tema - Gênero Artigo de Opinião

2º Oficina	Objetivo	Atividade	Material
6 horas/aulas.	• Compreender o conceito do gênero discursivo artigo de opinião e suas características; • Identificar as características do	► Conversação sobre a multiplicidade dos gêneros discursivos textuais; ► Apresentação de slides/vídeo sobre o conceito de artigo de	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Cópia dos textos e atividades com o conceito e

	gênero discursivo artigo de opinião; ● Perceber o poder de crítica e argumentação do gênero discursivo artigo de opinião; ● Ler inferindo com olhar crítico e discursivo texto sobre as características próprias do gênero artigo de opinião.	opinião; ► Escrita dos conceitos e características do gênero discursivo artigo de opinião; ► Atividade de fixação com leitura de dicas e análise de temas polêmicos do gênero discursivo o artigo de opinião.	características e dicas de Artigos de Opinião; ► Caderno e canetas para anotações.
--	---	---	---

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Esta segunda oficina, também com duração de 6h/a, foi dividida em dois momentos de 3h/a de 40 minutos cada uma. Teve como objetivo principal **compreender o conceito de gênero discursivo artigo de opinião e suas características.**

Especificamente, objetivamos *alcançar a identificação das características próprias do gênero discursivo artigo de opinião; a percepção do poder de criticidade e argumentação do gênero discursivo artigo de opinião; ler inferindo com olhar crítico e discursivo as características próprias do gênero artigo de opinião.*

Tencionando esse propósito, no primeiro momento, iniciamos com uma roda de conversa revisitando o conteúdo sobre gêneros textuais já estudados, logo em seguida, apresentamos slides, expondo o conceito, as características, a estrutura, os tipos de argumentos, possíveis temas discutidos nesse gênero e os suportes em que são encontrados esse gênero, pontuando aspectos importantes desse conteúdo.

No segundo momento, iniciamos com a leitura e discussão de um “card” com as principais informações do gênero artigo de opinião, assim como um outro material contendo dicas de leitura e de análise desse gênero em temas polêmicos diversos.

Figura 18: Gênero artigo de opinião

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

No final da oficina, entregamos um artigo de opinião impresso intitulado: *Brasil e o sistema racista*, para que eles pudessem levar para casa, ler, pesquisar sobre o tema e criar relação com a temática da próxima oficina: as relações étnico-raciais.

Quadro 14: Resumo da oficina 3 - Tema - Relações Étnico-Raciais

3º Oficina	Objetivo	Atividade	Material
9 horas/aulas.	● Refletir sobre como se dão as relações étnico-raciais no Brasil e no mundo; ● Provocar para a discussão por meio de uma vídeo-reportagem sobre a problemática das relações étnico-raciais entre as pessoas; ● Compor conhecimento sobre as relações étnico-raciais em sociedade; ● Distinguir o significado das palavras preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ● Ler, interpretar e comparar os motivos dos artigos de opinião do passado e do presente	► Roda de conversa sobre as relações étnico-raciais; ► Apresentação de vídeo com trecho de reportagem e pesquisa sobre preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ► Apresentação de slides com explicação sobre o conceito, a problemática e as estatísticas das relações étnico-raciais; ► Leitura, interpretação e exemplificação dos conceitos de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ► Leitura, interpretação e comparação de artigos de opinião sobre as	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Textos: artigos de opinião e atividade; • Caderno e canetas para anotações.

	sobre as relações étnico-raciais; a exemplo do Brasil e o sistema racista.	relações étnico-raciais;	
--	---	--------------------------	--

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

A terceira oficina, foi a mais extensa, com duração de 9h/a dividida em três momentos de 3h/a de 40 minutos cada uma. Teve como objetivo principal o de **refletir como se dão as relações étnico-raciais no Brasil e no mundo.**

Especificamente, os objetivos estavam focados em *provocar para a discussão por meio de uma vídeo-reportagem sobre a problemática das relações étnico-raciais entre as pessoas; compor conhecimento sobre as relações étnico-raciais em sociedade; distinguir o significado das palavras preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ler, interpretar e comparar os motivos dos artigos de opinião do passado e do presente sobre as relações étnico-raciais.*

Projetando essa finalidade, a princípio, iniciamos com uma roda de conversa sobre as relações étnico-raciais vivenciadas no Brasil e no mundo, ouvindo as percepções e o conhecimento dos estudantes sobre a história, a cultura e a problemática das relações étnico-raciais.

A fim de instigar o debate, apresentamos uma vídeo-reportagem⁴ que teve grande repercussão nacional envolvendo uma situação de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo entre pessoas.

Em seguida, fomos discutindo uma pesquisa intitulada *As faces do racismo* encomendada pela Central Única das Favelas – CUFA, que foi realizada entre pessoas comuns sobre as desigualdades raciais em relação à inferioridade e superioridade de outras pessoas brancas e negras, a qual deixou os estudantes bem empolgados e falantes, deferindo palavras revoltadas sobre as respostas dos entrevistados e das estatísticas apresentadas.

Ainda nesse primeiro momento, entregamos um “card” com explicação sobre os conceitos e diferenças entre preconceito, discriminação, injúria racial e racismo e fomos exemplificando, discutindo e compondo conhecimentos preliminares sobre essa temática.

No segundo momento, iniciamos nossa discussão com a exibição de uma reportagem com pessoas que sofreram situações de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo, o que deixou nossos estudantes pensativos, perplexos e penosos.

⁴ Todos os links de vídeos e slides que serão citados encontram-se nos planos de aulas, nos apêndices.

Em seguida, um vídeo curto falando um pouco da história e de onde veio esse racismo estrutural vivenciado nos dias atuais. Nesse contexto, trouxemos uma apresentação de slides com exposição de leis que estruturam nossa discussão; sobre a importância do movimento negro para essa luta; sobre falas, comportamentos e situações de racismo velado; sobre conceitos e ações afirmativas alcançadas; sobre a diferença de negro e preto; sobre o racismo presente nas escolas e sobre a responsabilidade da escola nessa discussão, entre outras abordagens. Esse segundo momento foi muito rico e satisfatório, num movimento de estar letrando racialmente, educando para as relações étnico-raciais estudantes, cidadãos atuantes, transformadores sociais.

Só num terceiro momento, apresentamos imagens de alguns artigos de opinião do passado e do presente, com a finalidade de comparação dos motivos pelos quais esses textos sobre a problemática das relações étnico-raciais estão a tanto tempo sendo escritos, lidos, discutidos e tornaram-se necessários para a composição de maior conhecimento sobre esse tema. Nesse mesmo momento, revisitamos a leitura do artigo de opinião: *Brasil e o sistema racista* em leitura compartilhada, discussão do tema, discussão dos pontos de vista, dos argumentos e das respostas construídas individual e coletivamente.

Figura 19: Relações étnico-raciais



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Finalizamos essa oficina comentando as últimas atrocidades racistas ocorridas no esporte nos eventos da semana, já convidando nossos estudantes a essa reflexão, tema da nossa próxima oficina.

Quadro 15: Resumo da oficina 4 - Tema - Racismo no Esporte

4º Oficina	Objetivo	Atividade	Material
3 horas/aulas.	● Perceber o racismo estrutural no esporte, mesmo quando os negros estão em situação de superioridade; ● Interagir com a discussão por meio de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; ● Inferir com olhar crítico e discursivo o gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte; ● Ler, analisar e interpretar as relações étnico-raciais pelo gênero discursivo artigo de opinião sobre a triste realidade do preconceito racial no esporte.	▶ Apresentação de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; ▶ Roda de conversa sobre as relações expostas na reportagem; ▶ Leitura, análise e discussão do artigo proposto; ▶ Atividade de fixação e interpretação do gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte; ▶ Discussão sobre as respostas da atividade.	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Caderno e canetas para anotações; • Texto: A triste realidade do preconceito racial nos esportes.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

A quarta oficina pedagógica foi a mais curta com duração de 3h/a e teve como objetivo principal o de **perceber o racismo estrutural no esporte, mesmo quando os negros estão em situação de superioridade.**

Especificamente, objetivamos *Interagir com a discussão por meio de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; inferir com olhar crítico e discursivo o gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte; ler, analisar e interpretar as relações étnico-raciais por meio do gênero discursivo artigo de opinião sobre a triste realidade do preconceito racial no esporte.*

Por intento desse objetivo, iniciamos apresentando pequenas reportagens relativas ao racismo no esporte, nas quais estavam inseridas pesquisas de aumento desse tipo de racismo em algumas modalidades esportivas.

Em seguida, começamos um debate caloroso e discursivo sobre os pontos de vista expostos nas reportagens. De um lado, um estudante que argumentava sobre o vitimismo de alguns atletas e, do outro, estudantes que defendiam pontos de vista para a punição dos racistas, e ainda, estudantes neutros, que preferiram não externar uma defesa.

Nesse contexto, iniciamos a leitura do último artigo das oficinas pedagógicas, uma leitura compartilhada, com discussão de cada parágrafo e exposição de opiniões à medida que

a leitura avançava. Em seguida, interpretação coletiva e compartilhada em voz alta para o grupo presente.

Figura 20: Racismo no esporte



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Após a conclusão das quatro oficinas em sala de aula, acreditamos ter alcançado os objetivos propostos para as oficinas e lançamos o convite para participação na aula-passeio ao Engenho Massangana, local da infância e da moradia de Joaquim Nabuco, onde ele construiu boa parte dos ideais abolicionistas, junto a José do Patrocínio e Luís Gama, na luta antirracista.

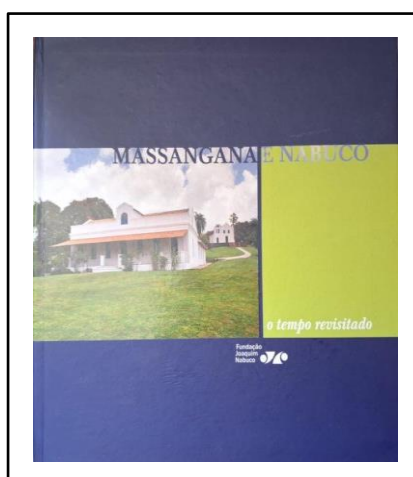
Quadro 16: Resumo da oficina 5 – Tema - Aula-Passeio

5º Oficina	Objetivo	Atividade	Material
5 horas/aulas.	● Conhecer o Engenho Massangana e toda a história representada por dele; ● Interagir com a história e relacioná-la com o presente; ● Selecionar informações para a apresentação da culminância e para seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais.	► Aula-passeio ao Engenho Massangana; ► Interação com a leitura da história e relacionar com o presente; ► Seleção de informações para a apresentação da culminância e para sustentação de seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais.	► Transporte; ► Lanche; ► Água; ► Caderno e canetas para anotações.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Após a conclusão das oficinas em sala de aula e o convite para a aula-passeio ao Engenho Massangana, num outro momento - próximo ao dia do passeio - conversamos sobre a perspectiva do que encontraríamos no Engenho Massangana e também sobre a significância desse espaço para a história de luta do povo negro. Apresentamos e folheamos o livro *Massangana e Nabuco: o tempo revisitado* (2012), que traz um pouco da história do engenho, com imagens do espaço interno, externo, do ex-morador principal, o abolicionista Joaquim Nabuco, dos demais ex-moradores e de acontecimentos no local, a fim de criar expectativa para o dia da aula-passeio.

Figura 21: Livro Massangana e Nabuco: o tempo revisitado



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

A quinta oficina teve como objetivo principal **conhecer o Engenho Massangana e toda a história representada por ele**; e especificamente, *interagir com a história e relacioná-la com o presente; selecionar informações para a apresentação da culminância e para seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais*.

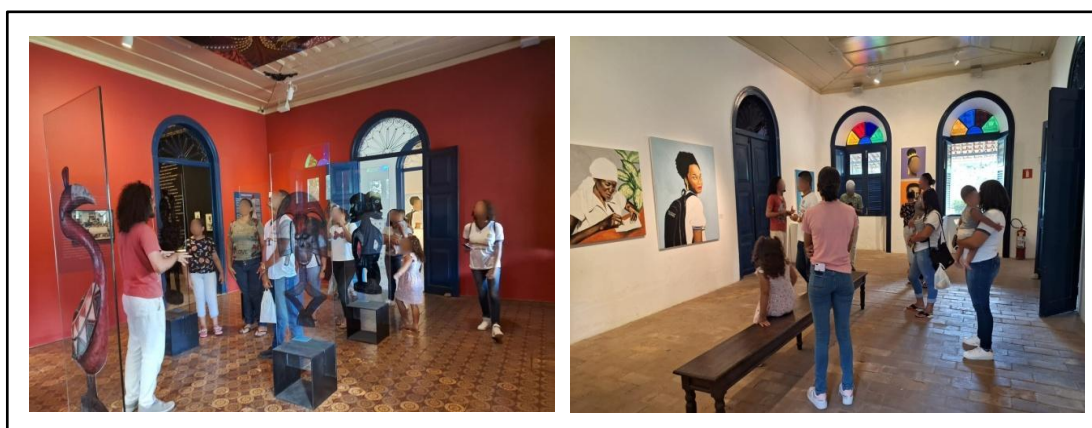
Sob tal perspectiva, a aula-passeio aconteceu no dia nove de novembro, que também é o mês da Consciência Negra, mês de grande reflexão sobre os atrasos, retrocessos e avanços relacionados ao povo negro, assim como as relações étnico-raciais entre as pessoas. Os estudantes estavam convidativos por um momento fora do ambiente escolar. Assim, dos dez estudantes da turma, sete estudantes se fizeram presentes, os demais justificaram a ausência por força do trabalho e de consulta médica no horário diurno.

Já no espaço, fomos recebidos pelo historiador Igor Amaranti, que, com muita simpatia, foi percorrendo sobre o espaço, a história, os principais ex-moradores, a importância do local e interpelando os estudantes sobre o conhecimento já adquirido sobre essa parte da história.

Figura 22: Visita ao Engenho Massanganga

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Um momento interessante que nos chamou a atenção nessa aula-passeio, foi quando o professor-historiador perguntou sobre a identidade racial dos estudantes e prontamente eles responderam - sem titubear - demonstrando aprendizagem das discussões anteriores. Mais interessante ainda, foram quatro estudantes se identificarem como negros, dois brancos e um “moreno”, lembrando que no questionário sócio-histórico apenas um aluno se identificou como negro, caracterizando um avanço das nossas discussões.

Figura 23: Interação no Engenho Massangana

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Para mais, a visita foi maravilhosa composta por muita informação histórico-cultural, interação com a exposição, aprendizagem reflexiva, falas conscientes e finalizamos com um momento relaxante, num espaço verde lindo, regado a lanches e água de coco.

Figura 24: Relaxamento no espaço Massangana

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Voltaram felizes, fizeram falas de agradecimentos e acreditamos que estejam fortalecidos e melhor preparados para participação na culminância do projeto que será celebrada no dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, líder abolicionista de relevância histórica.

Quadro 17: Resumo da oficina 6 – Tema - Culminância do Projeto

6º Oficina	Objetivo	Atividade	Material
3 horas/aulas.	● Apresentar para a comunidade escolar um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto; ● Aclamar a história, a cultura e as pessoas que são vozes ativas na defesa por relações étnico-raciais respeitadas e equitativas; ● Defender uma nova postura nas relações étnico-raciais; ● Convidar os presentes para adotarem, socialmente, uma postura antirracista.	► Apresentações para o grande grupo, da escola, um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto. ► Apresentações de músicas, declamações, danças, celebridades negras, falas de defesa por novas posturas nas relações étnico-raciais na escola e sociedade.	• Papelaria, audiovisual, pendrive, data show, ornamentação; • Livro; • Lanche.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

O evento da culminância do projeto aconteceu no dia 20 de novembro do ano corrente para toda a comunidade escolar do período noturno, horário da nossa turma.

Inicialmente, pensamos essa oficina toda apresentada pelos alunos, porém não tendo tempo hábil para preparação efetiva, mudamos para uma palestra e com depoimentos dos alunos, sobre o que foi vivenciado nas oficinas.

Essa sexta e última oficina teve duração de 3h/a e tivemos por objetivo principal **apresentar para a comunidade escolar um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto.**

Especificamente, objetivamos *defender uma nova postura nas relações étnico-raciais; aclamar a história, a cultura e as pessoas que são vozes ativas na defesa por relações étnico-raciais respeitadas e equitativas; assim como, convidar os presentes para adotarem, socialmente, uma postura antirracista.*

Por essa finalidade, iniciamos apresentando o resultado de uma pesquisa que trazia uma porcentagem de 64% de jovens negros entre 14 a 29 anos que apontavam o ambiente escolar como o mais violento e o local onde mais sofrem racismo, consequentemente levando ao abandono escolar cerca de 71,7% jovens negros em todo o país.

Em seguida, transmitimos um vídeo de cinco minutos intitulado: *Racismo não se combate com silêncio*, no qual pessoas pretas do gênero feminino e masculino expunham as dores que eles sentiram ao vivenciarem situações de preconceito, de discriminação, de racismo e de injúria racial ao longo de suas trajetórias, inclusive a escolar.

Impactados com o vídeo, iniciamos a apresentação dos nossos slides de 51 laudas coloridas, compostos de muita informação histórica, problemas nas relações étnico-raciais, legislação vigente de proteção e denúncia, e de caminhos para aquisição de conhecimento e adoção de uma postura antirracista, além de imagens contextualizadas e de pessoas referências na luta antirracista ao longo da história e dos dias atuais. Ademais, um dos alunos participantes do projeto falou sobre a experiência de vivenciar o projeto e sobre o contexto do livro recebido, *Mandela: o africano de todas as cores*.

Por fim, transmitimos - em primeira mão - um curta-metragem impactante, selecionado por quatro festivais de cinema intitulado: *Bala Perdida* da autora Maria Antônia Diniz (2023), acerca da problemática das crianças periféricas atingidas por balas perdidas no Brasil. Os estudantes conceituaram, contextualizaram e interpretaram a essência do curta com a situação das muitas crianças que foram atingidas e mortas por balas perdidas no país, em sua maioria negras, consequência de um sistema brutal e incoerente.

Agradecida por mais essa experiência, convidamos os estudantes para um lanche

especial, baseado na culinária africana. Durante o lanche, várias foram as falas de agradecimento, depoimentos e de que a partir de agora novas posturas e discursos estavam sendo construídos, inclusive de professores.

Figura 25: Palestra para EJA e Travessia



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Nesse mesmo momento, surge o convite da gestão escolar para que essa mesma palestra fosse levada aos estudantes do horário diurno para que eles pudessem sentir os efeitos causados naquela noite. Assim, no dia seguinte, levamos a palestra e seus complementos para os alunos dos 1º e 2º anos do Ensino Médio, que receberam as informações e reflexões de braços abertos, com entusiasmo e com muitas participações por relatos de acontecimentos na escola e denúncias de posturas inadequadas de professores.

Figura 26: Palestra para o Ensino Médio



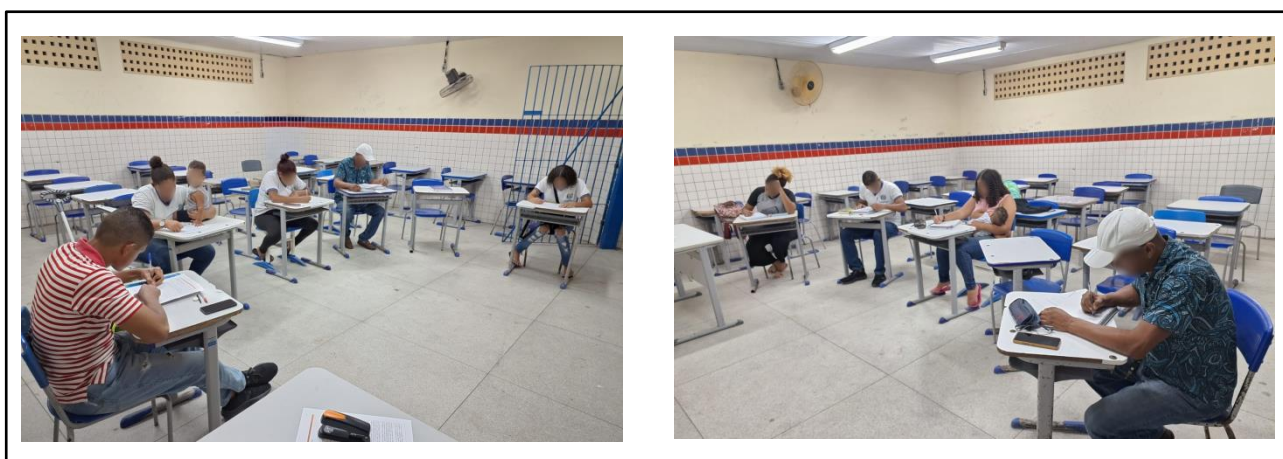
Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Finalizamos esta etapa satisfeitos e com a certeza de termos alcançado todos os objetivos propostos nesta oficina, preparamo-nos para aplicação da atividade diagnóstica final.

6.6.5 Avaliação diagnóstica final e análise

Após todo processo de identificação por meio do questionário sócio-histórico, da avaliação diagnóstica inicial, das quatro oficinas em sala de aula, trabalhando o ensino da leitura, das características e da leitura do artigo de opinião, das problemáticas, avanços e desafios das relações étnico-raciais; assim como da aula-passeio ao Engenho Massangana e a culminância do projeto por meio de uma palestra e depoimentos de alunos sobre o processo desenvolvido, chega a hora da avaliação diagnóstica final, que teve por objetivo avaliar se essa proposta foi positiva ou negativa diante dos desafios propostos.

Figura 27: Aplicação da avaliação diagnóstica final



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Nessa perspectiva, levamos o último artigo de opinião para ser lido, interpretado e avaliado pelos alunos de forma leve, sem pressão, porém esperando um avanço ponderado.

O artigo de opinião em questão foi o intitulado *Os desafios do racismo e um sopro de esperança*, composto por 10 parágrafos que traz como tema principal a esperança para a luta antirracista, apesar dos desafios dessa problemática. Escrito pelas autoras Jan Jarab, representante da ONU Direitos Humanos na América do Sul, e Marlova Jovchelovitch Noletto, diretora e representante da UNESCO no Brasil e Coordenadora Residente A.I. da ONU no Brasil.

Novamente alicerçamos nossa análise sobre as Concepções de Leitura nas características Ascendente, Descendente, Sociointeracionista e Crítico-Discursiva, a fim de compreendermos, nos estudantes participantes do *corpus* da pesquisa, a contribuição e evolução relacionada à leitura, à compreensão, à interpretação, na aquisição de conhecimentos e do empoderamento discursivo sobre o tema das relações étnico-raciais na concepção da leitura Crítico-Discursiva.

Para tal, distribuímos a interpretação nas mesmas cinco questões da avaliação

diagnóstica inicial, acrescida de uma sexta com uma pergunta bônus sobre a avaliação desses estudantes, relacionada ao processo de desenvolvimento do projeto.

Figura 28: Artigo de opinião *Os desafios do racismo e um sopro de esperança*

ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança

Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública.

23 março 2021 Jan Jarab e Marlova Jovchelovitch Noletto Legenda: Foto: Wilson Dias/Abr

O peso da herança de discriminação racial — incluindo a colonização e o genocídio de povos indígenas nas Américas, o tráfico transatlântico, a escravização das pessoas afrodescendentes e a segregação racial— geram efeitos até hoje nas oportunidades e na garantia dos direitos humanos no mundo. O Brasil não é exceção: o país viveu um histórico de colonização e tráfico de pessoas escravizadas intenso, o que se reflete em uma população composta por mais de 50% de afrodescendentes e 305 povos indígenas. Esses grupos acumulam uma série de vulnerabilidades em decorrência do racismo e demandam atenção específica do poder público, da sociedade civil e de organizações internacionais.

O ano de 2020, lamentavelmente, mostrou com crueldade os impactos do racismo. Enfrentamos uma pandemia e uma crise sanitária com efeitos devastadores para as populações em situação mais vulnerável, como bem lembrou a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet. Ao mesmo tempo, observamos o debate sobre racismo sendo recolocado na agenda global, a partir do assassinato de George Floyd por policiais nos Estados Unidos.

No Brasil, o assassinato do João Alberto Freitas às vésperas do Dia da Consciência Negra evidenciou mais uma vez a situação do racismo, sobretudo do racismo institucional. De acordo com o Atlas da Violência de 2020, 75,7% das pessoas assassinadas são negras. Jovens negros periféricos estão entre as principais vítimas de homicídio. Jovens indígenas enfrentam estigmatização e discriminação ao saírem de suas aldeias para acessar serviços públicos de educação superior ou empregos e, frequentemente, têm seu pertencimento étnico-racial questionado.

Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública. A pandemia da COVID-19 ressaltou essas diferenças significativas de acesso a 173 direitos humanos entre grupos raciais marginalizados, demonstrando o impacto do racismo, principalmente para pessoas afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, os mais afetados negativamente neste momento de crise sanitária.

Uma pesquisa feita pelos institutos Data Favela e Locomotiva no início deste ano mostrou que 67% dos moradores de favelas são negros. Como a maioria dos serviços de saúde de mais qualidade fica localizada nos bairros mais centrais das cidades, essa população tem acesso limitado a tais serviços, colocando essas pessoas em maior risco, visto que não recebem o tratamento adequado para a doença.

O ressurgimento de grupos neonazistas e supremacistas brancos tem encontrado na internet uma nova fronteira para disseminar discurso de ódio e discriminação racial. As novas tecnologias possibilitam que esses conteúdos se disseminem com muita rapidez, sem que haja ainda ferramentas adequadas para combater esse fenômeno. Todos esses casos demonstram o quanto o enfrentamento ao racismo permanece um desafio atual e dinâmico, que não diz respeito somente às populações que sofrem diretamente seus efeitos negativos, mas sim a todas as pessoas.

Nesse contexto, a juventude no Brasil e no mundo tem exercido um papel importante, principalmente pelo protagonismo nas redes sociais e outras ferramentas que potencializam sua mobilização e discurso. Jovens indígenas atuando em redes, ou mesmo de forma independente, têm se engajado na afirmação da diversidade da identidade indígena, reiterando e reivindicando seus direitos humanos, principalmente o direito à terra e ao meio ambiente e à participação política.

A juventude negra, também em coletivos ou de forma independente, tem fomentando a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial, ao passo que incrementa o espaço cívico para debates plurais e abertos sobre o racismo estrutural e institucional. As juventudes indígenas, negras, ciganas, de ascendência asiática têm se envolvido na conscientização e proposta de uma postura antirracista nos mais diversos espaços: cultura, meio digital, saúde, educação, meio ambiente e, principalmente, na luta por direitos humanos.

O enfrentamento ao racismo pode ter uma nova fase a partir de agora, com todas as lições deixadas pela pandemia de COVID-19. Esta nova fase deve incluir cada vez mais ações estruturais e programáticas, que incidam na raiz das desigualdades raciais. Exemplo disso é a formação de uma comissão de 20 juristas negras e negros, na Câmara dos Deputados, instalada oficialmente em 21 de janeiro deste ano, para examinar a legislação brasileira sobre racismo.

A criação de mais espaços de participação diversa e popular – especialmente para jovens – é imprescindível para ampliar o espaço cívico, garantir a visibilidade das populações e possibilitar o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas. O empoderamento e o envolvimento das novas gerações na tomada de decisões importantes para a sociedade é um sopro de esperança com grande potencial para gerar mudanças no presente, mas também para reconstruirmos um futuro melhor, onde ninguém seja deixado para trás.

23 março 2021

Por Jan Jarab, representante da ONU Direitos Humanos na América do Sul, e Marlova Jovchelovitch Noleto, diretora e representante da UNESCO no Brasil e Coordenadora Residente a.i. da ONU no Brasil.

Fonte: ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança | As Nações Unidas no Brasil

<https://brasil.un.org/pt-br>

Sobre esse último artigo, iniciamos novamente com a Concepção de Leitura Ascendente, onde o foco está no texto, e questionamos: ***Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quais são os desafios acumulados por causa do racismo?***

Nessa primeira questão, diante de tudo que foi trabalhado, esperávamos que todos respondessem facilmente, com a transcrição do texto destacado no artigo, uma vez que essa informação está representada logo após o título do artigo, tornando a resposta bem acessível. O leitor/aluno só precisaria dar foco no texto e decodificar a informação.

Vejamos as respostas:

Quadro 18: Respostas para a primeira questão da avaliação diagnóstica final

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Desigualdades no acesso à saúde, educação, a um trabalho, à moradia adequada.
Aluno B	Desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública.
Aluno C	Desigualdade ao acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à insegurança alimentar.
Aluno D	Desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, criminalização.
Aluno E	Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho, criminalização e insegurança pública.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Assim sendo, classificamos que todos os estudantes estão dotados dessa competência composta na Concepção Ascendente. Todos eles decodificaram o enunciado, entenderam a questão e foram em busca da resposta no texto. Alguns transcreveram exatamente a informação do texto destacado, outros reduziram essa informação, ou contextualizaram de maneira própria destacando o que mais lhe chamou atenção, sem prejudicar, diretamente, a resposta.

Na segunda questão, trouxemos a Concepção Descendente e indagamos: ***O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o/a(s) autor(a)s abordam uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título, você consegue identificar***

a temática deste artigo de opinião?

Aqui, esperávamos que os estudantes usando seu conhecimento linguístico prévio, de mundo e dos conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento do projeto, respondessem contextualizando que, apesar dos muitos desafios causados pelo racismo, existe, sim, esperança para esse mal. A palavra chave dessa questão é esperança.

Observemos as respostas:

Quadro 19: Respostas para a segunda questão da avaliação diagnóstica final

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Ter esperança que um dia o racismo acabe.
Aluno B	Sobre a temática desse artigo nos traz ter uma esperança para o fim do racismo.
Aluno C	O texto e o autor se referem ao Racismo como um problema que ainda não conseguimos vencer, a violência sobre a população negra e pobre no Brasil e no mundo.
Aluno D	Os desafios do racismo, e uma esperança para o fim do racismo.
Aluno E	Os desafios do racismo e um sopro de esperança ante a juventude negra, também em coletivos ou de forma independente, tem fomentado a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial, etc.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Assim, analisamos que todos os cinco estudantes responderam dentro da contextualização esperada na Concepção de Leitura Descendente, seja copiando ou fazendo uso de suas próprias palavras. O estudante **C** fez referência direta ao texto e ao autor, fugindo, talvez, da resposta esperada para esse momento, o que não caracteriza que ele não tenha conhecimento linguístico, prévio ou de mundo, pelo contrário, tem experiência demais, levando-o ao avanço de suas conclusões sobre o texto e o autor, uma vez que ao usar a expressão **“ainda não conseguimos vencer”** ele fala de esperança.

Na terceira pergunta, trouxemos uma questão com a Concepção de Leitura Sociointeracionista, perguntando: ***Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o peso da herança da discriminação racial gera efeitos até os dias atuais?***

Esperávamos que todos fizessem uso das concepções de leitura anteriores e efetivassem interação com os conhecimentos históricos, sociais, além dos adquiridos durante o projeto e

ainda da construção da leitura no conhecimento do texto, expondo com propriedade algumas das opiniões das autoras ao longo do texto.

Atentemos às respostas:

Quadro 20: Respostas para a terceira questão da avaliação diagnóstica final

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	A juventude no Brasil, direitos humanos e os desafios acumulados por causa do racismo.
Aluno B	O assassinato de George Floyd por policiais nos Estados Unidos, o assassinato de João Alberto Freitas nas vésperas do dia da Consciência Negra evidenciaram mais uma vez a situação do racismo, sobretudo do racismo institucional.
Aluno C	Garantia dos direitos humanos, os desafios acumulados por causa do racismo, um trabalho digno.
Aluno D	A escravização das pessoas afrodescendentes e a segregação racial geram efeitos até hoje. O Brasil não é exceção, o país viveu um histórico de colonização e tráfico de escravizados em uma população composta por mais de 50% de afrodescendentes e 305 povos indígenas. Com o Atlas da violência de 2020, 75,7% das pessoas assassinadas são negras.
Aluno E	Ela defende a questão que uma pesquisa mostra que 67% dos moradores de favelas são negros. E que 75% das pessoas assassinadas são negras e que só tem 20 juristas negras e negros.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Diante das respostas, compreendemos que a Concepção de Leitura Sociointeracionista foi de alguma forma alcançada quando todos os estudantes buscaram os argumentos que sustentam a tese que são das autoras, da história e nossa diante das discussões expostas no projeto. Os estudantes **B**, **D** e **E** se destacaram com alguma propriedade das ideias discutidas no projeto, dos pontos de vistas que foram expostos ao longo de nossas discussões, na culminância e pelas autoras, no texto. Já os estudantes **A** e **C**, mesmo sendo mais sintetizados na elaboração da resposta, conseguiram contribuir criticamente e alcançar essa concepção.

Passando para a quarta questão, também de característica sociointeracionista, interpelamos: ***Quais as conclusões com as quais as autoras finalizam seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?***

Nessa interpelação, esperávamos que todos os estudantes apresentassem, pelo menos, uma conclusão que nos desse esperança de que, enquanto jovem participante de uma juventude ativa e conectada, tivessem percebido a responsabilidade que lhe cabe.

Avaliemos as respostas:

Quadro 21: Respostas para a quarta questão da avaliação diagnóstica final

SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Ter esperança para a gente lutar contra o racismo e para reconstruir um futuro melhor.
Aluno B	O enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas. O empoderamento e o envolvimento das novas gerações na tomada de decisões importantes para a sociedade é um sopro de esperança com grande potencial para gerar mudanças no presente, mas também para reconstruirmos um futuro melhor, onde ninguém seja deixado para trás.
Aluno C	A criação de mais espaços, de participação diversa e popular, o enfrentamento de novas gerações na tomada de decisões.
Aluno D	A juventude no Brasil e no mundo tem exercido um papel importante, jovens indígenas atuando em redes, ou mesmo de forma independente, têm se engajado na afirmação da diversidade indígena reiterando e reivindicando seus direitos humanos. A juventude negra, também tem fomentado a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial.
Aluno E	A criação de mais espaços de participação diversa e popular. Especialmente para jovens é imprescindível para ampliar o espaço cívico, garantir a visibilidade das populações e possibilitar o enfrentamento do racismo em suas múltiplas formas.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Na questão acima, consideramos que todos os estudantes alcançaram a Concepção Sociointeracionista, pois conseguiram interagir com os conhecimentos adquiridos e cada um com sua forma e propriedade que lhe cabe buscou a resposta apresentando as conclusões mais importantes, de maior relevância na sua leitura.

Quando os estudantes concluem falando de esperança, do enfrentamento ao racismo se autoincluindo, da tomada de decisão das novas gerações, do destaque à juventude negra e indígena no protagonismo do enfrentamento a esse mal, e da ênfase para a criação de espaços de participação popular, para garantia da possibilidade do enfrentamento ao racismo – tudo isso nos leva a desfechar que eles perceberam os caminhos possíveis para as possíveis ações antirracistas.

Em continuação, na quinta questão, com caracterização crítico-discursiva, ele terá a oportunidade de utilizar todo conhecimento linguístico - prévio, de mundo, interacional, sócio-histórico e ideológico - adquirido, externando sua opinião quando questionamos: **Qual a sua**

opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?

Por sua resposta, acreditando tê-lo conquistado para a luta antirracista, esperávamos que todos respondessem que sim, que concordaram com as autoras no título, no ponto de vista defendido, nas críticas realizadas, na exposição do quadro vergonhoso dos desafios, ainda, a serem superados e na esperança de que os jovens deverão ser protagonistas nessas ações.

Avaliemos as respostas:

Quadro 22: Respostas para a quinta questão da avaliação diagnóstica final

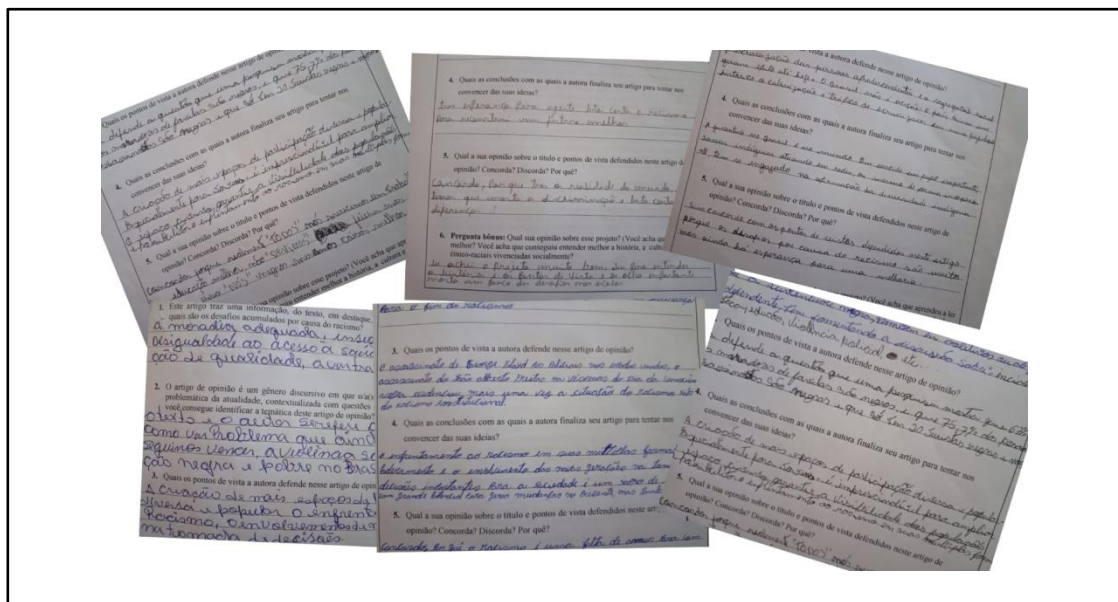
SUJEITOS	RESPOSTAS
Aluno A	Concordo, porque traz a realidade do mundo, e que esse tema mostra a discriminação e luta contra as diferenças.
Aluno B	Concordo, porque o racismo é uma falta de amor para com o próximo. Acreditamos em um futuro melhor longe do racismo, discriminação e preconceito.
Aluno C	Concordo, porque devemos acabar com o racismo porque somos todos iguais preto, branco, índio, pobres, ricos, quando o sol nasce ele vem para todos nós e devemos saber respeitar uns aos outros, pois quando morremos todos virarão o mesmo pó e do pó que viemos não tem cor.
Aluno D	Sim concordo com os pontos de vista defendidos neste artigo porque os desafios por causa do racismo são muitos, mas ainda há esperança para uma melhoria.
Aluno E	Concordo porque realmente “todos” nós merecemos um trabalho digno, uma educação melhor, não “devemos” fechar mais os olhos pra isso “nós” merecemos coisas melhores.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Diante das respostas, defendemos que todos os estudantes alcançaram a Concepção Crítico-Discursiva, uma vez que todos externaram suas opiniões e agregaram mais informações voltadas a sua crença e ideologia no complemento de suas respostas.

Endossamos que a Concepção de Leitura Crítico-Discursiva foi alcançada nessas respostas, visto que nas suas respostas existe uma leitura crítica, o discurso está melhor desenvolvido e eles se fundamentam nas discussões, nas leituras realizadas. Quando evidenciam a luta contra as diferenças; um futuro melhor; as diferenças no trato das expressões racismo, discriminação e preconceito; acabar com o racismo; reconhecem os muitos desafios a serem superados e quando se autoidentificam enquanto sujeitos nesta e desta luta.

Figura 29: Respostas na avaliação diagnóstica final



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Ensinar adolescentes, jovens e adultos a ler e a se posicionar torna-se um processo dinâmico quando essa leitura passa a ser formada na construção de sentidos e no despertar da criticidade daquilo que é exposto num texto, numa fala, num discurso mais elaborado.

Bonifácio (2015) defende e nós corroboramos que a leitura será fortemente influenciada pela finalidade/objetivo que se quer alcançar: “[...] nós não devemos dar à leitura um tratamento único a todos os textos. Diferentes objetivos, assim como diferentes questões de compreensão pedem atitude diferente do leitor em relação ao texto” (Bonifácio, 2015, p.15). Nessa prática, nosso objetivo era ensinar uma leitura mais crítica para discursos melhor fortalecidos para transformação social. Logo, acreditando no alcance, passemos a comparar os dados.

CAPÍTULO VII

Neste capítulo, expomos a comparação das respostas dos alunos, a partir das concepções de leitura ascendente, descendente, sociointeracionista e crítico-discursiva, por meio da produção inicial na avaliação diagnóstica sobre o artigo de opinião: *Burrice é o racismo*. Assim como, na produção final diagnóstica sobre o artigo: *Os desafios do racismo e um sopro de esperança*, para análise dos dados coletados na pesquisa e para a avaliação da eficácia dessa intervenção para reflexão das relações étnico-raciais, ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social.

7 DA ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

A linguagem utilizada pelos falantes da língua portuguesa ganha notoriedade ante os anseios que seus discursos poderão alcançar na prática social, diante dos ensejos do poder de fala. Dessa forma, voltaremos à AD, dado que esta foi a forma selecionada para a análise durante o processo de desenvolvimento das rodas, das oficinas e do projeto em si.

A AD se configura como ideal à nossa análise, uma vez que

A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento, articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco (Orlandi, 2008, p.21).

Em vista disso, a AD pelas categorias da Identidade e do sujeito, apresenta-se como ideal para a proposta dessa investigação, na qual problematizamos as dificuldades do ato de ler, e ainda dos obstáculos do ato de ler relacionados ao político, ideológico, significativo em todas as suas nuances, para melhor adequação da linguagem no discurso crítico da realidade, dos problemas sociais, dos mais vulneráveis e dos menos favorecidos, com fins emancipatórios.

Ainda nesse contexto, entendemos, por meio das estratégias de ensino da leitura que foram desenvolvidas nas oficinas pedagógicas para a aquisição do letramento racial, dos estudos e das falas persuasivas tecidas ao longo da proposição desse trabalho, que a AD é a que melhor se adéqua, por ser analítica no discurso de poder dos opressores como potencializamos em outro momento. Por essa consequência, a provocação que se desdobrou para a interpretação de cada leitura, cada discussão, buscando sentido e significação para os porquês diretamente

relacionados aos atores do projeto, na busca por transformação social.

Por esse ângulo, consideramos a observação, os comportamentos e os discursos em relação ao tema, tal qual seu conhecimento de causa. Analisamos as respostas dos questionários e das avaliações, o envolvimento nas atividades propostas, o desenvolvimento de competências e habilidades durante e após a execução do projeto mediante as atividades, os debates e a apropriação de fala.

Comparemos os dados coletados:

Nessa questão de Concepção Ascendente de Leitura, quando questionamos:

Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quem é o elemento central das desigualdades ao qual a autora se refere? (Diagnóstica inicial)

Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quais são os desafios acumulados por causa do racismo? (Diagnóstica final)

Por se tratar de questão onde o privilégio está no texto, cada aluno redigiu sua resposta conforme sua compreensão do enunciado e do conhecimento do texto.

Quadro 23: Análise comparativa da primeira questão

SUJEITOS	DIAGNÓSTICA INICIAL	DIAGNÓSTICA FINAL
Aluno A	Desigualdade está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.	Desigualdades no acesso à saúde, educação, a um trabalho, à moradia adequada.
Aluno B	O corpo negro é o elemento central das desigualdades ao qual a autora se refere.	Desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, a terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública.
Aluno C	O corpo negro cárceres e favelas.	Desigualdade ao acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à insegurança alimentar.
Aluno D	O corpo negro.	Desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, criminalização.
Aluno E	O corpo negro é o elemento central na reprodução de desigualdades favelas e periferias designadas como moradias.	Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho, criminalização e insegurança pública.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Avaliando as respostas iniciais junto às respostas finais, visivelmente já é possível verificar a evolução na leitura ascendente, uma vez que os alunos parecem apresentar mais segurança nas respostas quando escreveram mais, seja copiando seja reduzindo, em suma, contextualizando conforme seu entendimento. Todos transparecem ter entendido o enunciado e partiram em busca da informação adequada no texto, para a elaboração da resposta adequada na atividade. Portanto, comparando as respostas iniciais e finais, a Concepção Ascendente foi sendo percebida e naturalizada no decorrer das atividades realizadas nas oficinas e consolidada na finalização do projeto.

Em seguida, partimos para a questão de Concepção Descendente de Leitura, quando questionamos: ***O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o/a/as autor/a/as aborda/am uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?***

Nesta questão o foco está no leitor. Assim, os alunos, além da decodificação exposta no título, usaram o conhecimento de mundo, a discussão no projeto, as movimentações sociais, fazendo inferências baseadas nesses conhecimentos e sobre o que está exposto no título.

Quadro 24: Análise comparativa da segunda questão

SUJEITOS	DIAGNÓSTICA INICIAL	DIAGNÓSTICA FINAL
Aluno A	Não sei.	Ter esperança que um dia o racismo acabe.
Aluno B	Burrice é o racismo. A temática deste artigo de opinião nos mostra sobre a desigualdade do corpo negro no nosso país.	Sobre a temática desse artigo nos traz ter uma esperança para o fim do racismo.
Aluno C	Racismo.	O texto e o autor se referem ao Racismo como um problema que ainda não conseguimos vencer, a violência sobre a população negra e pobre no Brasil e no mundo.
Aluno D	O racismo.	Os desafios do racismo, e uma esperança para o fim do racismo.
Aluno E	Sim, está querendo dizer que é burrice fazer racismo e precisa ser mudado.	Os desafios do racismo e um sopro de esperança ante a juventude negra, também em coletivos ou de forma independente, tem fomentado a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial, etc.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Desse modo, avaliamos que nas respostas da diagnóstica final, os alunos já compreendiam melhor o gênero artigo de opinião e já conheciam as características desse gênero em trazer uma informação polêmica, em requerer uma reflexão sobre essa temática e um posicionamento. Assim, notamos que eles estavam mais à vontade para elaborar uma resposta, desde logo se posicionando sobre a problemática das relações étnico-raciais.

No início, as respostas eram tímidas, inseguras, expondo até um “Não sei”, pela falta de conhecimento do gênero, do tema. Porém, eles foram construindo seus conhecimentos e alcançando a Concepção Descendente, assim, elaborando respostas com maior propriedade.

Nesse contexto, avançamos para a Concepção Sociointeracionista de Leitura, quando perguntamos: ***Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o corpo negro é o elemento central da reprodução das desigualdades?*** (Diagnóstica inicial). ***Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o peso da herança da discriminação racial gera efeitos até os dias atuais?*** (Diagnóstica final).

Na questão de Concepção Sociointeracionista, o privilégio está tanto para o texto quanto para o leitor, e ainda, para o autor do texto. Dessa forma o aluno usa tanto dos conhecimentos leitores anteriores quanto dos conhecimentos construídos durante a leitura, expostos pelo autor no texto. Além disso, mantém interação direta com os problemas históricos e sociais - ainda presentes na sociedade contemporânea - produzindo sentidos, pela discussão e pela compreensão que essa abordagem pode proporcionar.

Quadro 25: Análise comparativa da terceira questão

SUJEITOS	DIAGNÓSTICA INICIAL	DIAGNÓSTICA FINAL
Aluno A	O corpo negro.	A juventude no Brasil, direitos humanos e os desafios acumulados por causa do racismo.
Aluno B	O negro também é gente.	O assassinato de George Floyd por policiais nos Estados Unidos, o assassinato de João Alberto Freitas nas vésperas do dia da Consciência Negra evidenciaram mais uma vez a situação do racismo, sobretudo do racismo institucional.
Aluno C	Um ponto de vista antirracista e em defesa da mulher negra e do povo negro e pobre.	Garantia dos direitos humanos, os desafios acumulados por causa do racismo, um trabalho digno.
Aluno D	Não consigo responder.	A escravidão das pessoas afrodescendentes e a segregação racial geram efeitos até hoje. O Brasil não é exceção, o país viveu um histórico de colonização e tráfico de escravizados em

		uma população composta por mais de 50% de afrodescendentes e 305 povos indígenas. Com o Atlas da violência de 2020, 75,7% das pessoas assassinadas são negras.
Aluno E	Ela defendia os negros e falava de gente que “vivía” na periferia.	Ela defende a questão que uma pesquisa mostra que 67% dos moradores de favelas são negros. E que 75% das pessoas assassinadas são negras e que só tem 20 juristas negras e negros.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

A diferença entre as respostas iniciais e finais são bem significativas. Os estudantes buscam os argumentos no texto, interagindo com todo aparato de conhecimentos já construídos. Desse modo, defendemos que as respostas estavam mais pertinentes, mais encorajadas e mais conscientes, uma vez que os alunos ousaram mais nas suas colocações escritas, demonstrando assim, consciência leitora interativa com as informações fornecidas. Já não reduziram suas respostas e nenhuma resposta caracterizada por “Não sei responder” como tivemos inicialmente.

A postura dos estudantes diante das suas respostas apresenta mais interação e maturidade. Dessa forma eles contribuem criticamente com a discussão e atende às necessidades dessa concepção.

Em sequência, diante de outra questão sociointeracionista, indagamos: ***Quais as conclusões com as quais a/as autoras finalizam seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?***

Nessa questão, eles já estão convencidos das ideias de todos os autores que foram lidos e ouvidos durante o desenvolvimento desse projeto. Logo, estando cientes da problemática, eles vão à busca da solução para os problemas expostos pelas autoras.

Quadro 26: Análise comparativa da quarta questão

SUJEITOS	DIAGNÓSTICA INICIAL	DIAGNÓSTICA FINAL
Aluno A	Não sei.	Ter esperança para a gente lutar contra o racismo e para reconstruir um futuro melhor.
Aluno B	Seremos firmes!	O enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas. O empoderamento e o envolvimento das novas gerações na tomada de decisões importantes para a sociedade é um sopro de esperança com grande potencial para gerar mudanças no presente, mas também para reconstruirmos um futuro melhor, onde

		ninguém seja deixado para trás.
Aluno C	A vulnerabilização do corpo da mulher negra que continua exposta a todo tipo de agressão moral e física.	A criação de mais espaços, de participação diversa e popular, o enfrentamento de novas gerações na tomada de decisões.
Aluno D	Não consigo responder.	A juventude no Brasil e no mundo tem exercido um papel importante, jovens indígenas atuando em redes, ou mesmo de forma independente, têm se engajado na afirmação da diversidade indígena reiterando e reivindicando seus direitos humanos. A juventude negra, também tem fomentado a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial.
Aluno E	Sobre a violência e agressão.	A criação de mais espaços de participação diversa e popular. Especialmente para jovens é imprescindível para ampliar o espaço cívico, garantir a visibilidade das populações e possibilitar o enfrentamento do racismo em suas múltiplas formas.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Nessas respostas, observemos como os alunos respondem com muito mais domínio discursivo, com muito mais adequação linguística e vontade de mudança dessa realidade, diversificando as possíveis soluções para o problema. Já não visualizamos mais as frustrações e inseguranças expostas na diagnóstica inicial quando lemos: “Não sei” ou “Não consigo responder”. Observemos, também, que esses mesmos alunos **A** e **D** - que no início não conseguiram elaborar uma resposta - na diagnóstica final já se mostravam incluídos nas possibilidades de esperança, quando citam “a gente” e “juventude/jovens”, como também, nas falas de esperança e luta que esses alunos expuseram durante as discussões.

Na quinta questão de Concepção Crítico-Discursiva, na qual os alunos podem fazer uso dos conhecimentos construídos por todas as demais concepções, o privilégio está no texto, no leitor, no autor, e ainda, em todos os conhecimentos sociais, históricos, ideológicos e dos alcançados no desenvolvimento dessa experiência. Assim, questionamos: ***Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?***

Quadro 27: Análise comparativa da quinta questão

SUJEITOS	DIAGNÓSTICA INICIAL	DIAGNÓSTICA FINAL
Aluno A	Não sei.	Concordo, porque traz a realidade do mundo, e que esse tema mostra a discriminação e luta contra as diferenças.
Aluno B	Concordo perfeitamente. Racismo é burrice.	Concordo, porque o racismo é uma falta de amor para com o próximo. Acreditamos em um futuro melhor longe do racismo, discriminação e preconceito.
Aluno C	Totalmente correto, pois somos todos iguais e não devemos aceitar o racismo.	Concordo, porque devemos acabar com o racismo porque somos todos iguais preto, branco, índio, pobres, ricos, quando o sol nasce ele vem para todos nós e devemos saber respeitar uns aos outros, pois quando morremos todos virarão o mesmo pó e do pó que viemos não tem cor.
Aluno D	Não consigo responder.	Sim, concordo com os pontos de vista defendidos neste artigo porque os desafios por causa do racismo são muitos, mas ainda há esperança para uma melhoria.
Aluno E	Não sei responder.	Concordo porque realmente “todos” nós merecemos um trabalho digno, uma educação melhor, não “devemos” fechar mais os olhos pra isso “nós” merecemos coisas melhores.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Em face dessas respostas, defendemos que o avanço dos conhecimentos linguísticos, de mundo, interacional, históricos, sociais e ideológicos construídos, foi devidamente utilizado em comparação das respostas ofertadas. O “concordo”, dessa vez, estava mais firme, mais encorajado, mais fundamentado e mais estruturado, devido às ações desenvolvidas nas oficinas pedagógicas, direcionadas para a consolidação dos conhecimentos já internalizados. Os alunos A, D e E não se intimidaram respondendo “Não sei”, “Não consigo responder”, “Não sei responder”. Dessa vez, estando mais letrados racialmente, passaram a elaborar uma resposta com mais consistência, a partir da inclusão de si mesmos, enquanto sujeitos, nos problemas das relações étnico-raciais. Ao que tudo indica, eles parecem ter encontrado sua identidade nessa discussão do poder social.

Por consequência dessas respostas, concluímos o comparativo dos dados, intercedendo que todos os estudantes participantes dessa experiência estão mais reflexivos em relação às relações étnico-raciais, melhor preparados em relação à apropriação da leitura e da leitura crítico-discursiva, com maior letramento sobre o tema, melhor construídos no poder

argumentativo, de modo a desenvolver o empoderamento discursivo sobre essa problemática para atuação direta ou indireta de práticas antirracistas para transformação social.

Nossa análise não esteve diretamente ligada ao linguístico gramatical, mas às possibilidades de produção de sentidos e de empoderamento discursivo que essa didática de ensino da leitura pode proporcionar aos nossos estudantes. Brandão (2004) argumenta que

Para analisar esses discursos, a AD, definida inicialmente como ‘o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado’ não se limita a um estudo puramente lingüístico, isto é a analisar só a parte gramatical da língua (a palavra, a frase), mas leva em conta outros aspectos externos à língua, mas que fazem parte essencial de uma abordagem discursiva: os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que cercam a produção de um discurso e nele se refletem; o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade (Brandão, 2004, p. 6).

Além dos aspectos linguísticos envolvidos nesse processo, os aspectos externos da produção de sentidos desenvolvidos por meio das leituras, do letramento no tema das relações étnico-raciais - como consequência dessa prática - os alunos passaram a ler melhor nas rodas de leituras compartilhadas, a expor suas ideias e defesas de forma menos envergonhada, a compreender melhor os enunciados, a interpretar melhor as informações e a escrever melhor as palavras e com mais coerência. Com isso, acreditamos no êxito dessa proposta visto que os estudantes estão mais seguros quanto à construção de seus pontos de vista, contextualizando melhor com a essência de suas interações e aprendizagens adquiridas.

Por fim do projeto, para potencializar ainda mais nossa discussão e avaliação das nossas movimentações, trouxemos uma última pergunta bônus sobre a opinião individual e silenciosa de cada aluno sobre o desenvolvimento da aprendizagem no decorrer do projeto interventivo de leitura das relações étnico-raciais na escola e na sociedade. Então, perguntamos: *Qual sua opinião sobre esse projeto? (Você acha que aprendeu a ler melhor? Você acha que conseguiu entender melhor a história, a cultura e as relações étnico-raciais vivenciadas socialmente)?*

Quadro 28: Respostas sobre a avaliação do projeto

SUJEITOS	RESPOSTA BÔNUS NA DIAGNÓSTICA FINAL
Aluno A	Eu achei o projeto muito bom. Deu pra entender a história e os pontos de vista e eu acho importante mostrar um pouco desses desafios na escola.
Aluno B	Sim, aprendemos a ler e identificar melhor o que o artigo tem a nos ensinar. Todos nós merecemos viver na sociedade sem racismo, sem discriminação e preconceito.
Aluno C	Muito bom, estou pegando mais o hábito de ler e conhecer melhor esses assuntos.
Aluno D	Achei um projeto ótimo, muito legal e interessante. Aprendi sim a ler um pouco melhor e consegui entender um pouco sobre as relações étnico-raciais.
Aluno E	Sim, esse projeto foi um gatilho para nós entendermos e a aprendermos que sem saber nós estamos sofrendo e fazendo racismo. E nos fez pensar no que nós falamos e entender o que é errado.

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora

Nessas respostas, esperávamos não menos que coerência e positividade, haja vista que as atividades de ensino de leitura do artigo de opinião com foco para as relações étnico-raciais fluíram de forma muito harmoniosa e construtiva durante o processo de desenvolvimento do projeto. Nessa situação avaliativa, o estudante teria uma nova oportunidade de fomentar sua leitura crítica das ações desenvolvidas, bem como dessa grande problemática que é a relação étnico-racial no Brasil e no mundo, e, assim eles fizeram.

Para mais dessa aprendizagem, além dessas respostas, vários foram os relatos entusiasmados na nossa avaliação oral sobre o projeto. Uma das alunas declarou: “No primeiro artigo (o diagnóstico) eu fiquei desesperada, sem entender as informações e sem saber o que responder, já no segundo artigo (o da importância da leitura), com a ajuda da professora, já comecei a me sentir mais à vontade pra tentar responder.” Outro manifestou: “Professora, eu estou lendo mais, me interessando mais por esse assunto, já li o livro de Mandela duas vezes para tentar entender melhor essa história.”

Uma das maiores dificuldades dos nossos alunos é conseguir expor uma opinião, um ponto de vista, entender e escolher um lado, logo, essa estratégia da leitura crítica do artigo de opinião proporciona esses relatos. Por isso, tais relatos nos encorajam a continuar esse projeto por quantas turmas forem possíveis, dado que, nessa experiência interventiva, trabalhamos com uma turma de correção de fluxo do ensino fundamental no horário noturno, com todos os problemas possíveis no acesso à educação, com problemas na aprendizagem, com realidades

diferentes do estudante do ensino regular ou da educação integral. Nesse contexto evolutivo com uma turma com características tão singulares, a eficácia pedagógica tende ao êxito.

Nesse contexto, Bonifácio (2015, p.15) defende que “[...] se os alunos gostarem das atividades de leitura, dos debates e da construção de sentido por eles feita, eles desenvolverão atitudes positivas em relação à leitura”, assim como, em relação à aprendizagem, à escrita, aos discursos proferidos, aos problemas sociais em torno deles mesmos. Desse modo, teremos formado cidadãos sociais mais ativos e conscientes de seu lugar no mundo.

Portanto, nessa prática de ensino da leitura, buscamos interagir de maneira mais próxima com nosso estudante e mais inserida nos discursos simples e curiosos, buscando produzir sentidos, significação, integrados ao que se lê, somado ao que se observa ou ao que se vivencia para mudança de comportamento frente à luta antirracista.

CAPÍTULO VIII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país detentor de muitos problemas sociais, no qual muitos destes estão diretamente relacionados aos estudantes, principalmente, os oriundos de escolas públicas. Problemas esses que, muitas vezes, são perpetuados por falta de orientação para uma leitura mais crítica de situações, de direitos e de materiais que promovam mudanças a essa realidade.

É lamentável que, uma parcela da população no Brasil, ainda não veja essa leitura crítica das situações cotidianas, da leitura verbal, jornalística, artística e didática como uma fonte inesgotável de conhecimento e sabedoria. Para assim, dar início a uma luta constante contra vários tipos de inconvenientes sociais, como a falta de equidade de oportunidades diante de realidades vivenciadas.

Dessa forma, a proposta de ensino da leitura crítico-discursiva se apresentou como de fundamental importância a todo leitor e cidadão que, com sensibilidade, percebe essa habilidade como ponto de partida para atuar no mundo, em decorrência dos problemas visualizados ou vivenciados. Contudo, essa leitura precisa ser levada, proporcionada, ensinada e orientada (Solé, 1998).

De natureza equivalente, está o problema das relações étnico-raciais dentro do ambiente escolar, que costumam causar muitos danos variados aos estudantes, quando são levados a perceber o desprestígio que envolve o fato de ser negro na sociedade contemporânea. Desprestígio no qual 64% dos jovens negros afirmam que o ambiente escolar é o local onde mais sofrem racismo e que leva 71,7% dos jovens negros de 14 a 29 anos ao abandono escolar. (Mundo Negro, 2023, np)

Devido a essas problemáticas, nosso estudo objetivou analisar como uma proposta de ensino de leitura na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião e voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação e do empoderamento discursivo para transformação social.

E mais especificamente, o de averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade; planejar um caminho interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade;

implementar a lei 10639/03, com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos; elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e por construção de discursos antirracistas.

Para tanto, desenvolvemos por meio de oficinas pedagógicas, o ensino da leitura do artigo de opinião, categorizadas nas Concepções de Leitura, sob a perspectiva crítico-discursiva que levassem os estudantes a reflexão das relações étnico-raciais dentro e fora da escola para que, dotados desse conhecimento, empoderassem-se discursivamente para transformar a sociedade deles e da comunidade onde vivem numa perspectiva antirracista.

Nessa metodologia, apresentamos aos estudantes um total de cinco artigos de opinião com reflexões fortes e pontos de vista de estudiosos do tema sobre as relações étnico-raciais no Brasil e no mundo para que, por meio da leitura individual, compartilhada, compreendida, discutida e interpretada eles desenvolvessem maior criticidade e empoderamento discursivo. Entre exposições informativas das condições de leitura, dos direitos, dos deveres e da relevante história do povo negro, do letramento racial, de forma que proporcionassem produção de sentidos mediante os conhecimentos adquiridos nessas oficinas.

Como resultado dessa intervenção, o ensino da leitura proporcionou estudantes mais reflexivos, melhor desenvolvidos em relação à leitura, com maior leitura crítica e poder argumentativo, melhor dotados do letramento racial, mais conscientes da sua identidade racial e necessidade de posicionamento social.

Quando nossos jovens são sujeitados a deter-se diante de um aparelho de televisão ou de um aparelho de celular, sem estarem orientados a estimular nenhuma capacidade de questionamento crítico acerca do que é visualizado nesses meios de comunicação, os resultados são desastrosos e poderão acarretar prejuízos incalculáveis, culminando no desvio de condutas de toda sorte. Tendo em vista que eles só veem impossibilidades ante o quadro que lhes é apresentado de vidas prontas em comparação com a realidade em que vivem; daí surge o desânimo, flui o pensamento de incapacidade e embrutece a mente aprisionada, pela falta da provocação, pela não prática de uma boa leitura que tem o poder de despertar uma mente cauterizada pela falta de propostas estratégicas e estímulos que desafiem esse estudante a pensar.

Portanto, intercedemos que o indivíduo professor/aluno precisa aventurar-se através do meio mais apropriado para se obter variados e plenos conhecimentos da leitura. Pois, o

indivíduo que se priva desse privilégio de obtenção de saberes, torna-se limitado e sem poder para comprovar experiências, tampouco para concluir de maneira confiante o que diz e o que ensina, perdendo o seu poder de fala.

O desafio de formar jovens leitores para a vida na complexidade do ensino fundamental é ainda mais desafiador quando se está diante de sujeitos que têm pressa para tudo, impacientes na morosidade dos acontecimentos para a diversidade desse público. Educandos já calejados pela realidade social do seu contexto, que precisam ser agraciados com bons textos, livros e discussões que os levem a reflexão de problemas, observações sociais e condições da vivência cotidiana. O que, por conseguinte, parece-nos um caminho para autonomia das práticas cotidianas e busca de empoderamento discursivo.

Reiteramos que são muitos os desafios sociais que cercam os estudantes do ensino fundamental e causam ansiedades, nas quais a escola pode ajudar, a exemplo, das problemáticas que rondam a família, o sexismo, a orientação sexual, a violência doméstica, a diversidade étnica, de raça e espiritual, a pedofilia, a drogadição, as doenças sexualmente transmissíveis, o meio ambiente, a própria educação e o mercado de trabalho.

Para isso, a importância de a escola estar preparada para a formação de sujeitos leitores no conceito criticidade discursiva, questionadores das evidências, buscadores das causas dos problemas, pelo bem da coletividade. Jovens capazes de ir além do óbvio.

Cientes de que não se forma um leitor em curto espaço de tempo, que argumentamos ser na prática contínua, com busca por estratégias já experimentadas ou inovadoras para as muitas possibilidades de desenvolvimento da autonomia, empoderamento argumentativo para a conquista do poder de fala de cada cidadão em formação.

Nossa pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, se apresenta como um ponto de partida para as muitas formas de intervenção que tentam melhorar a sociedade, a educação, a metodologia e a interação com o estudante. Por meio dessa pesquisa, observamos muitos avanços no conhecimento, na leitura, na compreensão e na fala. Contudo, é na prática contínua de cada professor e na pedagogia não isolada, que os estudantes vão desenvolvendo melhor aprendizagem, maior autonomia e mais empoderamento, para atuarem enquanto cidadãos atentos, ativos, perseverantes e inclusivos.

Pessoalmente, crescemos ainda mais enquanto mulher preta, mãe de pretas e crespas, professora da educação básica e cidadã atenta, ativa e compromissada com uma educação de qualidade, com a valorização da diversidade e com as causas antirracistas.

Como direcionamento para atuação de outros professores, elaboramos nosso Caderno Pedagógico, que contém os relatos de cada oficina e, ainda, dos avanços, das perspectivas e dos

desafios que precisaremos continuar combatendo para melhorar a educação, a nossa prática e, por consequência, uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ronaldo; OLIVEIRA, Ruan; SILVA, Regiany. Infográfico: Os vinte anos da Lei 10.639. **Povir Inovações em educação**. 2023. Disponível em: <https://porvir.org/infografico-os-vinte-anos-da-lei-10-639/>. Acesso em: 12 de set. 2023.
- ALENCAR, Yohana Maria Monteiro Augusto de. **Saber-se negra: identidade e formação profissional**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ATIVIDADE de interpretação de propaganda sobre racismo. **Tudo sala de aula**. 2014c. Disponível em: <https://www.tudosaladeaula.com/2021/11/atividade-portugues-propaganda-sobre-racismo-e-preconceito.html>. Acesso em: 30 de jan. 2023.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (organização). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**, São Paulo, SP: Instituto Alana, 2023.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. Companhia das Letras. 1. ed. São Paulo, 2022.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184p. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).
- BONFIM, Marco Antonio Lima do; Ser negro no Ceará: dor, racismo e reexistência! In: BONFIM, Marco Antonio Lima do; PAIVA, Francisco Jeimes de Oliveira (organizadores). **I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado do Ceará (turma Preta Simoa): Saberes construídos na luta antirracista cearense**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 202p, p.23-34.
- BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo. **Práticas de Leitura e Produção Textual em Língua Inglesa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. v.2.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane. (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado das Letras, 2000. p.15-25.
- BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane. (Org.). **A Prática de Linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p.221-248.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analizando o discurso**. Museu de Língua

Portuguesa, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão final. Brasília: Ministério da Educação MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN**. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 4ª. ed. Brasília, DF. Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN)**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais** Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 de jan. 2024.

BRASIL. **Lei 12.288/10 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto de Igualdade Racial. Brasília. Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 18 de jan. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (PCN): introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). Brasília, 2014.

BRASIL. Lei 13.696, de 12 de julho de 2018. **Política Nacional de Leitura e Escrita**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113696.htm Acesso em: 08 de fev. 2023.

BRYM, Robert. Et al. Raça e Etnicidade. In. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. 1. Ed. São Paulo. Cengage Learning, 2006. Cap. 7, p.211-246.

CAPITULINO, Gisely. **Estatuto da Igualdade Racial**: o que diz e qual sua importância? Politize, 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 08 de mar. 2023.

DIANA, Daniela. Artigo de Opinião. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/artigo-de-opinioao/>. Acesso em: 7 mar. 2024

FAILLA, Zoara. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. In: INSTITUTO Pró Livro. 5ª edição da pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil** – 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola**: desafios colocados para implementação da Lei 10.639/03. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 10 ed., p.67-89, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JOVENS Negros afirmam que o ambiente escolar e o local em que mais sofrem racismo. **Mundo Negro**, 2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/64-dos-jovens-negros-afirmam-que-o-ambiente-escolar-e-o-local-em-que-mais-sofrem-racismo/> Acesso em: 20 de Nov. 2023.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico** – 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MADEIRA, Zelma. Racismo estrutural e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. **I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado do Ceará (turma Preta Simoa)**: Saberes construídos na luta antirracista cearense. São Carlos: Pedro & João Editores, 220. p.139-173.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008. (Partes 1 e 3).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Henrique. Dez anos do estatuto da igualdade racial: dados socioeconômicos dos municípios cadastrados no sistema nacional de promoção da igualdade racial. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 17 n. 2 out/ 2022 ISSN 2318-101x ISSN 1809-5968, p. 146-167. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo. **Jornal Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Priscila Camazano. São Paulo. Entrevista da 2ª. 26 de fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengele-munanga.shtml>. Acesso em 28 de ago. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. 3. ed. Ampl. e rev. pelo autor. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2. edição revisada. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005. 204p.: il.

NASCIMENTO, Franciele; HOSHINO, Thiago A. P. **Uma década contra cinco séculos**: refletindo sobre os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial. SIPAD-UFPR Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da Universidade Federal do Paraná. 2020. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/uma-decada-contra-cinco-seculos-refletindo-sobre-os-10-anos-do-estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 11 de set. 2023.

NEIRES, Maria Soldatelli Paviani e NIURA, Maria Fontana. **Oficinas pedagógicas**: relato de uma experiência. V. 14, n. 2, maio/ago. 2009

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso**. Princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAIM, Paulo. **Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial**. Portal Geledés, 1988. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dez-anos-do-estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 08 de mar. 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**: ensino fundamental / Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação; coordenação Ana Coelho Vieira Selva, Sônia Regina Diógenes Tenório; apresentação Frederico da Costa Amâncio, Maria Elza da Silva. Recife: A Secretaria, 2019.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, Roxane. (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado das Letras, 2000. p. 207-220.

SANDÍN ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução de Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

ZUBARAM, Maria Angélica e SILVA; Petronilha Beatriz Gonçalves. Interlocuções sobre estudos Afro-brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 130-140, Jan/Abr 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
Responsável pelo projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins que o projeto de pesquisa intitulado “**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO: O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**”, a ser desenvolvido pela mestranda **Queite Diniz dos Santos da Silva**, professora efetiva dessa instituição, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio, do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, com a participação dos (as) alunos (as) do Projeto Travessia do Ensino Fundamental será realizado nesta Instituição de Ensino.

O **objetivo geral** do estudo é analisar como uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião e voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social. E como **objetivos específicos**: averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade; planejar um caminho interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade; implementar a lei 10639/03 com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos; elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e construção de discursos antirracistas.

Esta Instituição está ciente de sua corresponsabilidade no desenvolvimento desse estudo, do cuidado desse estudo em não oferecer riscos e desconforto aos participantes, de que as observações e resultados ficarão à disposição da Universidade para outros estudos e do cuidado e respeito da confidencialidade das informações e do sigilo na identificação dos estudantes.

Paulista - PE, _____ de _____ de 2023.

Gestora Escolar

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
Responsável pelo projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE
(Orientação para alunos e alunas)
(Elaborado de acordo com a Resolução CNS/CONEP nº 466/2012)

Caro aluno e cara aluna,

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **“AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO: O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL”** da mestranda **Queite Diniz dos Santos da Silva**, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio, do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS.

O **objetivo geral** deste estudo é analisar como uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião e voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social. E como **objetivos específicos**: averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade; planejar um caminho interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade; implementar a lei 10639/03 com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos; elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e construção de discursos antirracistas.

Os resultados desta pesquisa contribuirão não só com o trabalho da leitura crítico-discursiva das relações étnico-raciais por meio do gênero discursivo artigo de opinião, assim como o seu desenvolvimento enquanto participante e, ainda, fornecerão um material de apoio para professores e professoras de Língua Portuguesa para futuras aplicações.

Você deverá participar de forma voluntária do questionário inicial, da avaliação diagnóstica inicial e final e das oficinas pedagógicas, nas quais serão desenvolvidas atividades de leituras, discussões e atividades de interpretação de artigos de opinião de diferentes épocas, que expõem pontos de vistas e argumentos sobre as relações étnico-raciais na escola e na sociedade. Além de participação em assistir a vídeos, filmes, culminância e um passeio final.

A pesquisa poderá apresentar algum risco de constrangimento ou desconforto na hora de responder ao questionário e/ou participar por expressar suas falas e pontos de vista. Porém além de ser convidado a participar de forma voluntária, você terá plena liberdade de se recusar a cooperar com a investigação. Além disso, o estudo será realizado por meio de atividades desenvolvidas na própria escola, durante as aulas, sem haver modificação no seu horário e rotina de estudos.

No decorrer da pesquisa você terá a garantia: a) de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; b) de liberdade para abandonar a pesquisa a qualquer momento, mesmo que seu pai, sua mãe, seu/sua responsável ou seu/sua representante legal tenha consentido sua participação, sem penalização alguma e sem prejuízo de qualquer natureza; c) e da manutenção do sigilo absoluto do seu nome, assim como de todos os dados que lhe identifiquem antes, durante e após o término do estudo.

Não haverá gastos financeiros para você nem para o seu pai, mãe, responsável ou representante legal, e não estão previstos, na pesquisa, ressarcimentos ou indenizações.

São esperados os seguintes benefícios por meio de sua participação na pesquisa: melhorar sua leitura, sua criticidade na leitura dos artigos de opinião, desenvolver seu poder de fala por meio de argumentos bem fundamentados.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e colocamo-nos à disposição para esclarecer suas dúvidas e/ou prestar maiores informações. Seguem os dados profissionais da professora responsável pela pesquisa: a) E-MAIL: queitediniz@hotmail.com; b) Telefone: (81) 991078186.

Eu, _____, fui informado (a) a respeito dos objetivos, justificativa, riscos e benefícios desta pesquisa, de maneira clara e detalhada, e tive a oportunidade de ler este documento e esclarecer as informações as quais não compreendi. Sou consciente de que a qualquer momento poderei

solicitar novas informações ou desistir do estudo sem qualquer prejuízo, assim como o/a meu/minha pai, mãe, responsável ou representante legal poderá modificar a decisão de ter autorizado a minha participação se assim o desejar. Estando o Termo de Consentimento do/da meu/minha pai, mãe, responsável ou representante legal já assinado, declaro que dou meu assentimento para dela participar e para a publicação dos seus resultados.

Estou ciente de que receberei uma cópia deste Termo de Assentimento, assinado pela professora responsável e por mim, com a primeira e segunda páginas rubricadas por ambos, visto que o documento contém três páginas.

Paulista-PE, _____ de _____ de 2023.

Participar da pesquisa (☐) Não participar da pesquisa (☐)

Assinatura do (a) Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Cidade Universitária – 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB. Telefone: (83) 3216.7791. E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
Responsável pelo projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Orientação para Pais, Mães ou Responsáveis)
(Elaborado de acordo com a Resolução CNS/CONEP nº 466/2012)

Caro (a) pai, mãe, responsável ou representante legal,
 O (a) seu (sua) filho (a)-dependente está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **“AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO: O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL”**, da mestranda **Queite Diniz dos Santos da Silva**, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio, do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS.

O **objetivo geral** deste estudo é analisar como uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião e voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social. E como **objetivos específicos**: averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade; planejar um caminho interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade; implementar a lei 10639/03 com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos; elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e construção de discursos antirracistas.

Solicitamos a colaboração do seu (sua) filho (a)-dependente para participar de forma voluntária do questionário inicial, da avaliação diagnóstica inicial e final, das oficinas

temáticas, nas quais serão desenvolvidas atividades de leituras, discussões e atividades de interpretação de artigos de opinião de diferentes épocas, que expõem pontos de vistas e argumentos sobre as relações étnico-raciais na escola e na sociedade. Além de participação em assistir a vídeos, filmes, culminância e um passeio final.

Pleiteamos, ainda, sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da Linguística Aplicada e publicá-los em revista científica (se for o caso). Enfatizamos que, por ocasião da publicação dos resultados, o nome do (da) seu (sua) filho (a)-dependente será mantido em sigilo, assim como de todos os dados que lhe identifiquem antes, durante e após o término do estudo.

Esclarecemos que a participação do (a) seu (sua) filho (a)-dependente no estudo é voluntária e, portanto, ele/ela não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir, não haverá nenhum dano ou prejuízo de qualquer natureza para ele/ela.

Destacamos que a pesquisa visa ao aperfeiçoamento de um procedimento metodológico e poderá apresentar algum risco de constrangimento ou desconforto na hora de responder ao questionário e/ou participar das discussões por expressão de suas falas e pontos de vista. Não havendo qualquer despesa financeira para o (a) seu (sua) filho (a)-dependente nem para você, nem a previsão de ressarcimentos ou indenizações.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para que o/a menor _____ participe desta pesquisa, assim como para a publicação dos seus resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste Termo de Consentimento, assinado pela professora responsável e por mim, com a primeira página rubricada por ambos, visto que o documento contém duas páginas.

Assinatura do (a) Responsável pelo menor

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o estudo, entrar em contato com a pesquisadora: Queite Diniz dos Santos da Silva. E-mail: queitediniz@hotmail.com Telefone: (81) 991078186. Endereço: Escola Estadual Manuel Bastos Tigre. Avenida Palmares S/N Arthur Lundgren I, Paulista - PE, CEP: 53.413-350. **OU Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba** Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB. 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com
Obs.: O sujeito da pesquisa e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
Responsável pelo projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

Roteiro de Observação

ESCOLA BASTOS TIGRE
 SALA DE AULA
 TURMA DO PROJETO TRAVESSIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tópicos a serem observados:

- Ambientação e condições do desenvolvimento do Projeto;
- Receptividade para a proposta do Projeto;
- Falas de compreensão da proposta;
- Comportamento dos estudantes ao responder ao questionário inicial;
- Desempenho nas respostas do questionário;
- Comportamento nas oficinas;
- Atitude na participação para leitura e defesa de ponto de vista;
- Leitura e argumentos do seu ponto de vista;
- Comprometimento participativo com as atividades das oficinas;
- Desenvolvimento de cada atividade;
- Comportamento e aprendizado na aula-passeio;
- Participação e aprendizado na culminância do Projeto;
- Aproveitamento do aprendizado proposto no Projeto;
- Alcance dos objetivos propostos.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO INICIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
Responsável pelo projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

Prezado (a) Estudante,

Estamos realizando uma pesquisa sobre como você compreende as questões acerca das relações étnico-raciais. Deste modo, solicitamos a sua colaboração fornecendo as informações neste questionário que tem como finalidade buscar conhecer como você compreende os comportamentos nas relações étnico-raciais (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo) dentro e fora da escola.

A identificação é opcional e será mantido o sigilo das informações prestadas neste questionário. Antecipadamente agradecemos a sua colaboração.

Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio

Estudante do projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva

QUESTIONÁRIO INICIAL

Identificação

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro

Idade: _____

Você se considera de cor:

() branca () parda () preta () amarela () indígena () outra _____

1. Nas questões abaixo responda SIM ou NÃO, POR QUÊ ou COMO FOI:

a) Você conhece a história e a cultura negra?

() Sim

() Não

Por quê?

b) Você concorda que o negro é inferior ao branco?

() Sim

() Não

Por quê?

c) Você conhece a lei 10639/03?

() Sim

() Não

Por quê?

d) Você sabe o que defende a lei 11645/08?

() Sim

() Não

Por quê?

e) A sua escola te incentiva a pensar sobre a cor da sua pele?

() Sim

() Não

Por quê?

f) Você já participou de debates sobre as questões de (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo) na sua sala de aula ou escola?

() Sim

() Não

Como foi?

g) Você já participou de algum projeto com apresentação/culminância para os alunos da escola sobre as relações étnico-raciais?

() Sim

() Não

Como foi?

h) Você já sofreu algum tipo de (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo)?

() Sim

() Não

Como foi?

i) Você já presenciou alguém sofrer (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo)?

() Sim

() Não

Como foi?

j) Você já assistiu a alguma notícia ou reportagem sobre (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo)?

() Sim

() Não

Como foi?

2. Marque um (x) na parte ou nas partes que você considera mais importante aprender na escola:

() leitura

() oralidade

() respeito

() escrita

() conteúdos dos livros

() tolerância

3. Você já leu algum livro sobre história ou cultura negra? Qual (is)?

4. Complete as frases abaixo: Na escola,

- a) Eu fico triste quando _____
- b) O que eu mais gosto é _____
- c) Uma coisa que não suporto é _____
- d) Se eu pudesse mudar na vida eu mudaria _____

5. Das alternativas abaixo marque com um (x) a que você considera ser um problema, na escola. Pode marcar em mais de uma opção.

- | | |
|---|--------------------------------------|
| a) () Não saber ler bem | f) () Não saber falar em público |
| b) () Não saber escrever bem | g) () Não saber se defender |
| c) () Não saber interpretar os textos | h) () Não gostar de estudar |
| d) () Não entender todos os assuntos | |

6. Responda com suas palavras:

- a) Para você o que é o preconceito?

- b) O que você entende por discriminação?

- c) O que você entende por injúria racial?

- d) O que você entende por racismo?

- e) Você conhece o gênero artigo de opinião? Comente.

- f) Quais artigos de opinião você já leu? Comente.

7. Que situação você já passou ou presenciou dentro da escola ou sociedade?

- () piadas racistas () risos de cabelos crespos () brigas
() músicas racistas () bullying com pessoa preta () xingar de macaco
() xingamentos () violência racista () palavrões

8. Qual sua opinião sobre a importância de discutir a relações étnico-raciais em sala de aula? _____

APÊNDICE F – AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS

Responsável pelo projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

Prezado (a) Estudante,

Após responder ao questionário sobre como você compreende as questões acerca das relações étnico-raciais, solicitamos a sua colaboração fornecendo respostas nesta avaliação diagnóstica que tem como finalidade buscar sua compreensão e interpretação sobre o artigo de opinião Burrice é o racismo.

A identificação é opcional e será mantido o sigilo das informações prestadas neste questionário.

Antecipadamente agradecemos a sua colaboração.

Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio

Estudante do projeto: Queite Diniz dos Santos da Silva

Escola Estadual Manuel de Bastos Tigre

Professora: Queite Diniz

Turma: _____

Aluno(a): _____

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL

Leia o texto atentamente:

Burrice é o racismo

MARIELLE FRANCO

São muitos os diagnósticos que apontam a situação do negro em nosso país. Somos mais de 54% da população do Brasil. Ou seja, mais de cem milhões de brasileiros e estamos na base da pirâmide social. Tal situação não é por acaso, é fruto de um desenvolvimento civilizatório que foi capaz de desumanizar e objetificar o corpo negro.

Transformações ímpares na história da humanidade foram obtidas com as idas e vindas de negros, de uma margem a outra do oceano, pelos portos negreiros da África Ocidental e Central para as Américas e a Europa. Esses corpos foram e ainda são objetos de pilhagem. O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.

Por outro lado, números irrisórios de cientistas negros, de escritores negros, de executivos negros, de apresentadores negros, de editores negros, de legisladores negros... É bom lembrar que negros fazem parte do tal "povo brasileiro". Ou será que insistir em afirmar conceito tão geral seja uma tentativa de invisibilizar esse quadro?

"Preto fedido". Quem nunca ouviu essa ex-

pressão? Sem dúvida, a maioria dos brasileiros. Neste sentido, a referência que o secretário de Educação do município do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin, faz à atriz Taís Araújo, há poucos dias, ao chamá-la de "linda e cheirosa", é o antagonismo que legitima o xingamento. Talvez pelo fato de ela ser a negra-exceção, a negra que rompeu a barreira da invisibilidade e é bem-sucedida profissionalmente.

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias

Enquanto mulher negra, tenho a obrigação de lembrar alguns capítulos da nossa História — que parecem passar providencialmente despercebidos pelos defensores do "povo brasileiro". O corpo da pessoa negra já foi provedor de lucros aos escravocratas, por longos períodos históricos. As mulheres negras, para além do trabalho, tinham que servir aos homens brancos. A muitas negras cabia ainda, principalmente após a

proibição do tráfico internacional de mão de obra escrava, o papel de "reprodutoras", para a ampliação e a recomposição da população de escravos.

Os abusos, açoitamentos e mutilações, aos quais os escravos estavam sujeitos, quando se tratava de mulheres negras, eram cruelmente requintados por toda forma de coerção sexual. As consequências desta violência não foram a mestiçagem difundida hoje como um "produto nacional", mas a vulnerabilização do corpo da mulher negra, que continua exposta a todo tipo de agressão ética, moral ou sexual. Ou seja, mestiçagem e democracia racial são concepções ancoradas na prática da violência contra as pessoas negras, principalmente as mulheres.

O conceito ilusório de "povo brasileiro" ainda não desapareceu. Mas, no que depender do povo preto desse Brasil, irá. Vamos surpreender o tácito acordo do poder. Seremos firmes, pessoas ativas, que chegam desafinando o coro dos contentes. Burrice é querer lutar contra isso. A chegada da mulher negra na institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo. ●

Marielle Franco é vereadora (PSOL) no Rio

Fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniao/burrice-o-racismo-22134121>

Burrice é o racismo

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias

Marielle Franco

01/12/2017 - 00:00

São muitos os diagnósticos que apontam a situação do negro em nosso país. Somos mais de 54% da população do Brasil. Ou seja, mais de cem milhões de brasileiros e estamos na base da pirâmide social. Tal situação não é por acaso, é fruto de um desenvolvimento civilizatório que foi capaz de desumanizar e objetificar o corpo negro.

Transformações ímpares na história da humanidade foram obtidas com as idas e vindas de negros, de uma margem a outra do oceano, pelos portos negreiros da África Ocidental e Central para as Américas e a Europa. Esses corpos foram e ainda são objetos de pilhagem. O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.

Por outro lado, números irrisórios de cientistas negros, de escritores negros, de executivos negros, de apresentadores negros, de editores negros, de legisladores negros... É bom lembrar que negros fazem parte do tal “povo brasileiro”. Ou será que insistir em afirmar conceito tão geral seja uma tentativa de invisibilizar esse quadro?

“Preto fedido”. Quem nunca ouviu essa expressão? Sem dúvida, a maioria dos brasileiros. Neste sentido, a referência que o secretário de Educação do município do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin, faz à atriz Taís Araújo, há poucos dias, ao chamá-la de “linda e cheirosa”, é o antagonismo que legitima o xingamento. Talvez pelo fato de ela ser a negra-exceção, a negra que rompeu a barreira da invisibilidade e é bem-sucedida profissionalmente.

Enquanto mulher negra, tenho a obrigação de lembrar alguns capítulos da nossa História — que parecem passar providencialmente despercebidos pelos defensores do “povo brasileiro”. O corpo da pessoa negra já foi provedor de lucros aos escravocratas, por longos períodos históricos. As mulheres negras, para além do trabalho, tinham que servir aos homens brancos. A muitas negras cabia ainda, principalmente após a proibição do tráfico internacional de mão de obra escrava, o papel de “reprodutoras”, para a ampliação e a recomposição da população de escravos.

Os abusos, açoitamentos e mutilações, aos quais os escravos estavam sujeitos, quando se tratava de mulheres negras, eram cruelmente requintados por toda forma de coerção sexual. As consequências desta violência não foram a mestiçagem difundida hoje como um “produto nacional”, mas a vulnerabilização do corpo da mulher negra, que continua exposta a todo tipo de agressão ética, moral ou sexual. Ou seja, mestiçagem e democracia racial são concepções ancoradas na prática da violência contra as pessoas negras, principalmente as mulheres.

O conceito ilusório de “povo brasileiro” ainda não desapareceu. Mas, no que depender do povo preto desse Brasil, irá. Vamos surpreender o tácito acordo do poder. Seremos firmes, pessoas ativas, que chegam desafinando o coro dos contentes. Burrice é querer lutar contra isso. A chegada da mulher negra na institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo.

Marielle Franco é vereadora (PSOL) no Rio

Fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/burrice-o-racismo-22134121>

Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quem é o elemento central das desigualdades ao qual a autora se refere?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o/a autor/a aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o corpo negro é o elemento central da reprodução das desigualdades?_____

4. Quais as conclusões com as quais a autora finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?

APÊNDICE G - PLANO DE AULA PARA 1ª OFICINA	
Público alvo	Turma de Ensino Fundamental do projeto Travessia
Tema	A importância da Leitura
Conteúdo	Leitura - Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto
Habilidade	Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. (Pernambuco, 2019, p. 96)
Objetivo	• Compreender a importância da leitura para aquisição e ampliação do conhecimento; • Entender como se dá o processo do ato de ler e interpretar; • Aprimorar as estratégias de leitura e para a leitura crítico-discursiva; • Ler criticamente e discutir as ideias do artigo sobre a importância da leitura para o exercício da cidadania.
Duração	6 horas/aulas.
Recursos didáticos	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Cópia dos textos e atividade com Artigos de Opinião; • Caderno e canetas para anotações. Texto: A importância da leitura para a formação do cidadão
Metodologia	► Roda de Conversa sobre preferências e necessidade leitora; ► Apresentação de slides/vídeo sobre a importância da leitura, processo da apropriação da leitura, aprimoramento das estratégias leitoras; ► Discussão sobre a explanação do conteúdo com exemplificações; ► Atividade de Interpretação de texto com o gênero discursivo artigo de opinião; ► Discussão sobre as respostas da atividade.
Avaliação	Participação nas leituras, discussões e atividades propostas.
Referência	• BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão final. Brasília: MEC, 2018. • PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco. Secretaria de Educação e Esportes, ensino fundamental, 2019. • FAILLA, Zoara. (Org.). Retratos da leitura no Brasil 5ª. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. In: INSTITUTO Pró Livro. 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil – 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 10 de jun. de 2022. • MENDES, Jeswesley. Leitura e Compreensão de texto. Wordpress, 2008. Disponível em: <https://jeswesleyletras.files.wordpress.com/2008/08/estrategias-de-leitura.ppt>. Acesso em: 03 de jul. de 2023. • MORAES, Rodrigo. A importância da leitura na formação do cidadão. Alespe, 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?30/10/2014/opinioa_a_importancia_da_leitura_para_a_formacao_do_cidadao>. Acesso em: 03 de jul. de 2023.

APÊNDICE H - ATIVIDADE DA 1ª OFICINA

ESCOLA ESTADUAL MANUEL BASTOS TIGRE

PROJETO TRAVESSIA

PROFESSORA: QUEITE DINIZ

ALUNA(O): _____

LEITURA E COMPREENSÃO TEXTUAL GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Opinião - A importância da leitura para a formação do cidadão

30/10/2014 10:38 | Rodrigo Moraes*

É de suma importância nos dias de hoje na formação do cidadão, a leitura. O dia 29/10 é o dia nacional do livro, mas essa comemoração não deveria ser apenas nacional e sim no mundo todo, de uma forma contagiante, onde todos pudessem ressaltar a importância de ler.

A leitura é essencial para adquirirmos mais conhecimento. Estamos bombardeados de informações instantâneas através da internet, mas vale ressaltar que o conhecimento é para sempre e as informações são passageiras, muitas vezes não acrescentam nada.

Precisamos refletir sobre essa questão da informação x conhecimento. Através da informação você é manipulado se não tiver o conhecimento. Devemos tomar mais consciência da importância de uma boa leitura, pois somente ela pode nos permitir o conhecimento.

Do que adianta o governo incentivar o seu povo a chegar à universidade, se lá atrás, não mostraram a ele, que é essencial a cada etapa da vida estar aberto ao conhecimento?

Infelizmente, muitas vezes esse cidadão chega à universidade despreparado, acreditando que ele consegue desenvolver tudo, mas não consegue, pois só consegue através de uma máquina que permite a ele copiar, colar e somente alterar.

É primordial analisar os fatores que impedem apresentar caminhos de renovação e qualificação. A leitura sempre teve um papel social de grande interferência na sociedade, como pesquisa educacional e a evolução da leitura na sociedade diante dos problemas sociais, políticos e econômicos.

A leitura tem por finalidade levar a outros mundos possíveis, seja através da literatura ou das revistas e livros. Poder nos entreter ao mesmo tempo em que favorece a reflexão sobre a realidade ou a fuga de dificuldade que enfrentamos em nosso cotidiano. Além disso, desperta sonhos, curiosidades e ativa a criatividade.

*Rodrigo Moraes é líder de bancada do PSC

Fonte: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?30/10/2014/opinioao_a_importancia_da_leitura_para_a_formacao_do_cidadao

Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Quem é o autor do artigo lido?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Ao longo do texto o autor expõe alguns argumentos, você consegue apontar quais argumentos o autor defende nesse artigo de opinião?

4. Quais as conclusões com as quais o autor finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorde? Discorda? Por quê?

APÊNDICE I - PLANO DE AULA PARA 2ª OFICINA	
Público alvo	Turma de Ensino Fundamental do projeto Travessia
Tema	Gênero Artigo de Opinião
Conteúdo	Leitura – Gênero discursivo Artigo de Opinião
Habilidade	(EF06LP02PE) Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos (reportagem, editorial, artigo de opinião, carta do leitor, crônica, charge, entre outros), por meio da leitura de matérias correlacionadas, reconhecendo as características composicionais desses gêneros e compreendendo a centralidade da notícia; (Pernambuco, 2019, p. 149). (EF67LP05PE) Estabelecer a relação entre teses/opiniões/posicionamentos explícitos e argumentos em textos argumentativos (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), manifestando concordância ou discordância. (Pernambuco, 2019, p. 150).
Objetivo	• Compreender o conceito do gênero discursivo artigo de opinião e suas características; • Identificar as características do gênero discursivo artigo de opinião; • Perceber o poder de crítica e argumentação do gênero discursivo artigo de opinião; • Ler inferindo com olhar crítico e discursivo as características do gênero artigo de opinião.
Duração	6 horas/aulas.
Recursos didáticos	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Cópia dos textos e atividades com o conceito e características e dicas de Artigos de Opinião; • Caderno e canetas para anotações; • Texto: Artigo de Opinião.
Metodologia	► Conversação sobre a multiplicidade dos gêneros discursivos textuais; ► Apresentação de slides/vídeo sobre o conceito de artigo de opinião; ► Escrita dos conceitos e características do gênero discursivo artigo de opinião; ► Atividade de fixação com leitura de dicas e análise de temas polêmicos do gênero discursivo o artigo de opinião.
Avaliação	Participação nas leituras, discussões e atividades propostas.
Referência	• BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão final. Brasília: MEC, 2018. • PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco. Secretaria de Educação e Esportes, ensino fundamental, 2019. • ARTIGO de opinião. Enciclopédia significados, c2011. Disponível em: https://www.significados.com.br/artigo-de-opinioao/. Acesso em: 07 de ago. de 2023. • ARTIGO de opinião. Prezi.com, c2023. Disponível em: <https://prezi.com/gjnzyz0eab/artigo-de-opinioao/>. Acesso em: 04 de ago. de 2023. • LUZERNA, professor. Slides artigo de opinião. Instituto Federal Catarinense, 2016. Disponível em: < https://professor.luzerna.ifc.edu.br/andriza-becker/wp-content/uploads/sites/37/2016/03/slides-artigo-de-opinioao.pdf >. Acesso em: 23 de jul. de 2023.

APÊNDICE J - TEXTO SUPORTE DA 2ª OFICINA**Artigo de Opinião**

O que é um artigo de opinião:

Um artigo de opinião é um **text opinativo**. Nesse tipo de artigo, o autor apresenta seu ponto de vista e sua opinião sobre um assunto, ou seja, o texto reflete as impressões pessoais de quem o escreve.

O artigo de opinião se caracteriza por ser um **texto argumentativo**, ou seja, ao escrever, o autor demonstra quais são as razões que o levam a ter aquela opinião. Isso é feito com o objetivo de convencer o leitor do seu ponto de vista.

Os artigos de opinião são encontrados principalmente nos meios de comunicação, como jornais, revistas e nas redes sociais e são publicados normalmente por jornalistas ou colunistas.

Estrutura do artigo de opinião

A estrutura de um artigo de opinião é simples, formada por três partes principais: introdução, desenvolvimento e conclusão.

- **Introdução:** é o início do texto, momento em que o autor apresenta e contextualiza o assunto que vai discutir.
- **Desenvolvimento:** é a parte central do artigo. Nos parágrafos seguintes o escritor pode abordar aspectos variados sobre assunto, apresentando e defendendo sua opinião. Ele usa de argumentação e apresenta justificativas para convencer o leitor. É a parte mais longa do texto.
- **Conclusão:** no fim do texto o autor faz uma conclusão do raciocínio apresentado ao leitor. É importante apresentar possíveis soluções para a questão debatida no texto.

Como começar um artigo de opinião?

Como vimos, o artigo de opinião deve ser iniciado pela introdução, ou seja, pela apresentação do tema que vai ser discutido no texto.

Mas, antes de começar a escrever, é bom estar bem informado sobre o assunto escolhido. Para facilitar, veja algumas dicas:

- **Estude sobre o assunto** que você deseja discutir, conheça bem o tema. Quanto mais informação tiver, mais fácil será escrever.
- Leia diferentes opiniões que já foram dadas sobre o assunto, mesmo opiniões contrárias às suas.
- Pense nas possíveis dúvidas ou críticas do leitor para respondê-las ao longo do texto;
- Use fontes confiáveis e apresente dados sobre o assunto.

Características de um artigo de opinião

As principais características de um artigo de opinião são:

- Em geral, os temas abordados são assuntos bem atuais ou polêmicos;
- É comum que sejam escritos na primeira ou na terceira pessoa;
- Uso de títulos atraentes para chamar a atenção do leitor;
- A argumentação apresentada é direcionada a convencer o leitor;
- Uso de linguagem objetiva e de fácil compreensão;
- O artigo é assinado pelo escritor.

Os tipos de argumentação em um texto

Há várias formas de se argumentar em um texto. Abaixo explicamos os três principais tipos de argumentação utilizados:

- **Argumento de autoridade:** é quando o autor do texto utiliza alguma frase, citação ou ideia de outra pessoa ou instituição de pesquisa, que ajude a embasar e fundamentar a opinião defendida;
- **Argumento de comprovação:** é o tipo de argumento que utiliza dados, estatística e notícias que ajudem a comprovar a veracidade da opinião defendida no texto;
- **Argumento por raciocínio lógico:** é quando o autor do texto encontra um ponto lógico, que deixa óbvio e claro o porquê de defender aquele ponto de vista.

Exemplo de artigo de opinião que apresenta o ponto de vista de quem o escreve

Todo artigo de opinião apresenta o ponto de vista (a opinião) de quem o escreve. Neste exemplo, altos funcionários africanos da Organização das Nações Unidas (ONU) assinam um artigo com duras críticas à violência policial contra populações negras.

Título: Protestos “Black lives matter” e outras manifestações contra o racismo sistêmico e a brutalidade policial

Tema: racismo e violência policial

Como líderes africanos nas Nações Unidas, as últimas semanas de protestos pelo assassinato de George Floyd sob custódia policial deixaram-nos indignados com a injustiça da prática do racismo que continua difundida em nosso país anfitrião e em todo o mundo.

Jamais haverá palavras para descrever o profundo trauma e o sofrimento intergeracional que resultaram da injustiça racial perpetrada ao longo dos séculos, particularmente contra pessoas de ascendência africana. Apenas condenar expressões e atos de racismo não é suficiente.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou que “precisamos alçar a voz contra todas as expressões de racismo e casos de comportamento racista”. Após o assassinato do senhor George Floyd, o grito 'Black Lives Matter' [Vidas de pessoas negras importam] que ecoou nos Estados Unidos e em todo o mundo é mais do que um slogan. Realmente, eles não são apenas importantes mas são essenciais para o cumprimento de nossa dignidade humana comum.

Trecho de artigo de opinião assinado por vários altos funcionários africanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Publicado em *ONU News*, 15/06/2020.

Fonte: <https://www.significados.com.br/exemplos-de-artigo-de-opinioao/>

OBS: Ler e anotar tópicos importantes e fazer resumos das informações relevantes.

APÊNDICE K - PLANO DE AULA PARA 3ª OFICINA

Público alvo	Turma de Ensino Fundamental do projeto Travessia
Tema	Relações Étnico-Raciais
Conteúdo	Leitura – Campo Jornalístico Midiático
Habilidade	Propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa (Brasil, 2018, p. 140). 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. (Brasil, 2018, p.87). (EF69LP01PE) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, em função da ética e do protagonismo juvenil, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso (se possível com embasamento legal), de modo a promover a cultura de paz e a realização de denúncias, quando for o caso (Pernambuco, 2019, p. 225). (EF69LP03PE) Analisar e apreciar, A) em notícias, as informações do LIDE, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; B) em reportagens e fotorreportagens, o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem; C) em entrevistas, editoriais, artigos de opinião, cartas do e ao leitor, os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; D) em tirinhas, memes, charge, a crítica, a ironia ou o humor presente, levando em consideração (quando houver) as diferentes mídias (impressas, virtuais e televisivas) (Pernambuco, 2019, p. 226). (EF89LP03PE) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, gifs etc.), mobilizando informações e conhecimentos sobre o assunto/fato que é objeto de crítica, de modo a posicionar -se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos. (Pernambuco, 2019, p. 227). (EF89LP04PE) Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos distintos (explícitos e implícitos), argumentos e contra -argumentos em textos argumentativos (tais como carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), posicionando -se frente à questão controversa de forma sustentada. (Pernambuco, 2019, p. 227). EF06LP02PE) Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos (reportagem, editorial, artigo de opinião, carta do leitor, crônica, charge, entre outros), por meio da leitura de matérias correlacionadas, reconhecendo as características composicionais desses gêneros e compreendendo a centralidade da notícia; (Pernambuco, 2019, p. 149).
Objetivo	● Refletir sobre como se dão as relações étnico-raciais no Brasil e no mundo; ● Provocar para a discussão por meio de uma vídeo-reportagem sobre a problemática das relações étnico-raciais entre as pessoas; ● Compor conhecimento sobre as relações étnico-raciais em sociedade; ● Distinguir o significado das palavras preconceito, discriminação, injúria racial e

	racismo; • Ler, interpretar e comparar os motivos dos artigos de opinião do passado e do presente sobre as relações étnico-raciais , a exemplo do Brasil e o sistema racista.
Duração	9 horas/aulas.
Recursos didáticos	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Textos: artigos de opinião e atividade; • Caderno e canetas para anotações; • Card: Sesc preconceito, discriminação, injúria racial e racismo ; • Texto: Brasil e o sistema racista .
Metodologia	► Roda de conversa sobre as relações étnico-raciais vivenciadas no Brasil e no mundo; ► Apresentação de vídeo com trecho de reportagem e pesquisa sobre preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ► Apresentação de slides com explicação sobre o conceito, a problemática e as estatísticas das relações étnico-raciais; ► Leitura, interpretação e exemplificação dos conceitos de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ► Leitura, interpretação e comparação de artigos de opinião sobre as relações étnico-raciais.
Avaliação	Participação nas leituras, discussões e atividades propostas.
Referência	• BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Versão final. Brasília: MEC, 2018. • PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco . Secretaria de Educação e Esportes, ensino fundamental, 2019. • BBC News Brasil. As estatísticas revelam as desigualdades raciais no Brasil e nos Estados Unidos . 15 de jun. 2020. Disponível em: < https://youtu.be/d45Woc456DY > . Acesso em: 16 de out. 2023. • CORREIO Braziliense. Brasil e o sistema racista , 11 de jul. 2020. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaao/2020/07/11/internas_opiniaao,871316/artigo-brasil-e-o-sistema-racista.shtml > . Acesso em: 02 de out. 2023. • CURSO - Diversidades: Educação Antirracismo - Branquitude – Senac, sd, São Paulo. Disponível em: < www.cursoead.sp.senac.br/antirracismo/page5 > . Acesso em: 01 de ago. 2023. • INSTITUTO Locomotiva. As faces do racismo . Um levantamento do instituto locomotiva para a central única das favelas (CUFA), jun. 2020. Disponível em: < https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/as-faces-do-racismo-2020.pdf > . Acesso em: 06 de ago. 2023. • MACHADO, Ubiratan Carlos. Aula Livro o Negro no Brasil de Hoje . Disponível em: https://dokumen.tips/education/aula-livro-o-negro-no-brasil-de-hoje-kabengele-munanga.html . Acesso em: 28 de ago. 2023. • NZINGA, Rosa Margarida de Carvalho Rocha. Educação das Relações Étnico-raciais . PORTAL da cultura afro-brasileira, c2013. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/portaal_afro_brasileira/documentos/apres_relacoes_raciais_e_duc.pps . Acesso em: 06 de ago. 2023. • PAIVA, Vitorino Vidal de. Aula 6: a diversidade cultural: relações étnico-raciais , 15 de out. 2017. Disponível em: < https://slideplayer.com.br/slide/5617118/ > . Acesso em: 06 de ago. 2023. • RÁDIO CBN. Polícia investiga caso de racismo em lanchonete , Rio de Janeiro, 01 ago. 2023. Disponível em: < https://youtu.be/DAGi7Qekla8 > . Acesso em: 16 de out. 2023.

APÊNDICE L - ATIVIDADE DA 3ª OFIC

ESCOLA ESTADUAL MANUEL BASTOS TIGRE

PROJETO TRAVESSIA

PROFESSORA: QUEITE DINIZ

ALUNA(O): _____

Artigo: Brasil e o sistema racista

"O conceito de raça é usado para segregar e oprimir uma população que, ainda hoje, é invisibilizada, tendo os direitos humanos violados"

Correio Braziliense
postado em 11/07/2020 04:14



A morte do povo preto não pode continuar passando despercebida. Mas o que esperar de uma sociedade racializada? O genocídio da população não branca transforma em estatísticas vidas que se perderam sem chance de defesa. Ser negro é marcador social. E quem é negro sente na pele a dor de ser negro em um país onde o racismo prevalece. A Lei nº 7.716, de 1989, de autoria do deputado Carlos Alberto de Oliveira, daí ser mais conhecida como Lei Caó, criminaliza o racismo e possibilita ferramentas que poderiam mudar o cenário de violência atual. Mas o que faz uma lei valer é o uso. Ela precisa ser popularizada, trabalhada nas escolas e nas bases para que os jovens tenham conhecimento dela e se apropriem de seus efeitos. Até quando uma mãe preta vai chorar?

Há uma hierarquização, uma sociedade hegemônica que alimenta as desigualdades sociais, omitindo da população preta o acesso aos seus direitos, deixando-a à margem, em situação de risco e vulnerabilidade social. Naturalizando, diariamente, a morte dos jovens negros, que continuam tombando diante de um quadro generalizado de violência e opressão.

Não podemos ficar omissos frente a tantas atrocidades. Precisamos desconstruir as estruturas excludentes que se retroalimentam e mantêm a desigualdade, a apartação social e nos insere em uma inclusão perversa, matando irmãos nossos, tirando-nos a liberdade de ser quem somos, de construir nossa identidade e vivê-la de forma plena. A sociedade questiona a legitimidade de nossas ações, cultura e etnia, não levando em conta que o Brasil é o segundo país do mundo em população negra. Uma população que é de luta, resistência, mas que, infelizmente, ainda hoje perde vidas em razão de desigualdades e injustiça.

O conceito de raça é usado para segregar e oprimir uma população que, ainda hoje, é invisibilizada, tendo os direitos humanos violados. O racismo estrutural simbolicamente mantém o povo preto no tronco. Sem voz e anestesiado pelo sofrimento psíquico, leva com ele as dores de ser negro em um país patriarcal, machista, racista e classista. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 diz que somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. E que a prática do racismo constitui crime inafiançável. Direitos que não são respeitados. Há no Brasil uma coisificação. Negros e negras deixam de ser vistos como pessoas e são tratados como coisas, deixando à mostra uma sociedade cruel e desumana adoecida por padrões e valores deturpados que julgam e condenam pessoas por sua cor, raça e classe.

As mulheres negras lutam contra machismo, racismo e exclusão. Há diferença enorme nas construções sociais de ser mulher e ser mulher negra. Existe uma desigualdade histórica que privilegia a população branca em detrimento da não branca. A nossa sociedade embasa comportamentos racistas e discriminatórios que se perpetuam e seguem ceifando vidas inocentes.

Precisamos lutar por uma sociedade mais justa, que se organiza no sentido de superar as injustiças sociais. A luta antirracista é de todos nós. Precisamos nos indignar e deixar claro para a sociedade que não admitimos racismo, não toleramos, e nada nem ninguém vai nos silenciar.

Nós, brasileiros, somos descendentes, sim, de povos africanos, e reconhecer nossa ancestralidade é passo importante para termos o direito à cidadania e lutarmos por políticas afirmativas. É inconcebível que, em pleno século 21, continuemos ignorantes em relação à cultura, etnia e tradições do povo preto. Ser negro transcende a cor. A ignorância gera preconceito racial que se manifesta de forma violenta, como os assassinatos dos jovens negros e a destruição das casas religiosas tentando tirar do negro a identidade. A exclusão viola o principal direito humano, que é o direito à vida, e coloca a população não branca em uma realidade de terror e sofrimento, em que se tornam apenas dados estatísticos.

E todas essas situações reais de lutas e sofrimento são naturalizadas socialmente, impedindo a população negra de ter acesso a direitos humanos fundamentados, instituídos e efetivados. Para que haja mudança, lutemos por um Brasil melhor, sem racismo e com igualdade plena. Esse é nosso compromisso. E nossa esperança.

*Membros da Comissão da Igualdade Racial aOAB-DF

Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2020/07/11/internas_opiniaio,871316/artigo-brasil-e-o-sistema-racista.shtml

Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Quem é o/a autor/a do artigo lido?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o/a autor/a aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Ao longo do texto o autor expõe alguns argumentos, você consegue apontar quais argumentos o/a autor/a defende nesse artigo de opinião?

4. Quais as conclusões com as quais o autor finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorde? Discorda? Por quê?

APÊNDICE M - PLANO DE AULA PARA 4ª OFICINA

Público alvo	Turma de Ensino Fundamental do projeto Travessia
Tema	Racismo no Esporte
Conteúdo	Leitura – Campo Jornalístico Midiático
Habilidade	Propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa (Brasil, 2018, p. 140). 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. (Brasil, 2018, p.87). (EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso. (Brasil, 2018, p.140). (EF69LP03PE) Analisar e apreciar, A) em notícias, as informações do LIDE, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; B) em reportagens e fotorreportagens, o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem; C) em entrevistas, editoriais, artigos de opinião, cartas do e ao leitor, os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; D) em tirinhas, memes, charge, a crítica, a ironia ou o humor presente, levando em consideração (quando houver) as diferentes mídias (impressas, virtuais e televisivas). (Pernambuco, 2019, p. 226). (EF89LP03PE) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, gifs etc.), mobilizando informações e conhecimentos sobre o assunto/fato que é objeto de crítica, de modo a posicionar -se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos. (Pernambuco, 2019, p. 227). (EF89LP04PE) Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos distintos (explícitos e implícitos), argumentos e contra -argumentos em textos argumentativos (tais como carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), posicionando -se frente à questão controversa de forma sustentada. (Pernambuco, 2019, p. 227). (EF67LP05PE) Estabelecer a relação entre teses/opiniões/posicionamentos explícitos e argumentos em textos argumentativos (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), manifestando concordância ou discordância. (Pernambuco, 2019, p. 150).
Objetivo	● Perceber o racismo estrutural no esporte, mesmo quando os negros estão em situação de superioridade; ● Interagir com a discussão por meio de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; ● Inferir com olhar crítico e discursivo o gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte;

	• Ler, analisar e interpretar as relações étnico-raciais pelo gênero discursivo artigo de opinião sobre a triste realidade do preconceito racial no esporte.
Duração	3 horas/aulas.
Recursos didáticos	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Caderno e canetas para anotações. • Texto: A triste realidade do preconceito racial nos esportes.
Metodologia	▶ Apresentação de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; ▶ Roda de conversa sobre as relações expostas na reportagem; ▶ Leitura, análise e discussão do artigo proposto; ▶ Atividade de fixação e interpretação do gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte; ▶ Discussão sobre as respostas da atividade.
Avaliação	Participação nas leituras, discussões e atividades propostas.
Referência	• BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão final. Brasília: MEC, 2018. • PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco. Secretaria de Educação e Esportes, ensino fundamental, 2019. • BAND Jornalismo. Menino de 11 anos sofre racismo e recebe apoio de ídolos do futebol, c1970. < https://youtu.be/_VgFvOSjoxM>. Acesso em: 16 de out. 2023. • CNN Brasil. Casos de racismo no futebol crescem nos últimos anos, 09 de fev. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/CBLldLV5CiQ>. Acesso em: 16 de out. 2023. • DOMINGO Espetacular. Vinícius Júnior é vítima de racismo na Espanha, 21 de maio 2023. Disponível em: <https://youtu.be/jCvfmzVWN7Q>. Acesso em: 16 de out. 2023. • SOUZA, Fernanda Letícia. A triste realidade do preconceito racial nos esportes, 25 de jan. 2021. Disponível em: https://www.uninter.com/noticias/a-triste-realidade-do-preconceito-racial-nos-esportes. Acesso em: 16 de out. 2023.

APÊNDICE N - ATIVIDADE DA 4ª OFICINA**ESCOLA ESTADUAL MANUEL BASTOS TIGRE****PROJETO TRAVESSIA****PROFESSORA: QUEITE DINIZ****ALUNA(O):** _____**LEITURA E COMPREENSÃO TEXTUAL DE ARTIGO DE OPINIÃO****A triste realidade do preconceito racial nos esportes**Autor: **Fernanda Letícia de Souza***

25 de janeiro de 2021



Casos de atitudes de ódio motivadas pelo preconceito racial são rotina em muitas localidades. O que historicamente deveria ter ficado no passado, com a abolição da escravidão, ressurge com força cada vez maior atualmente. O racismo é um problema estrutural da sociedade brasileira e se engana quem acha que a educação tem sido suficiente para mitigar o preconceito. A polarização da vida social brasileira nos últimos tempos trouxe à tona a manifestação do racismo em sua forma mais cruel.

Até mesmo o esporte, que é constantemente palco de manifestações de combate ao preconceito racial e fábrica de ídolos de pele negra, tem visto um crescimento alarmante de casos de racismo. Somente em 2019, os casos de injúria racial no esporte brasileiro cresceram a ponto de atingir o maior índice em cinco anos. Estes dados são do futebol, mas sabemos que as atitudes acontecem em outras modalidades esportivas.

Os atos vão desde ofensas verbais como chamar o outro de macaco, atitudes depreciativas como atirar bananas para dentro do campo na direção de jogadores da raça negra e até atos mais graves como a depredação de bens pessoais em razão da cor da pele. E as atitudes racistas não ficam restritas às torcidas e às arquibancadas, como muitos podem pensar, e acontecem também dentro de quadra ou campo, entre atletas, jogadores e companheiros de equipe.

Há ainda quem minimize o impacto de atitudes como estas nos gramados brasileiros. Recentemente, isso ficou bem claro na fala do consagrado técnico Vanderlei Luxemburgo, que alegou não concordar que provocações como chamar o outro de macaco para desestabilizá-lo emocionalmente deva ser considerado racismo. E completou dizendo que racismo puro seria apenas o que ocorreu no polêmico caso de assassinato de George Floyd por policiais americanos.

Absurdo e talvez irônico que, num país com uma das maiores populações negras do mundo (ficando atrás somente da Nigéria) e, principalmente, no campo dos esportes onde

o atleta negro se destaca de forma natural, atitudes como estas ainda aconteçam e sejam toleradas.

Basta analisarmos a genética, que comprova que pessoas da raça negra possuem um percentual maior de células musculares de contração rápida – aquelas responsáveis pela velocidade, potência e explosão muscular – para concluirmos que a raça que se considera tão superior por possuir a pele branca, é, na verdade, bem inferior na maioria das modalidades esportivas. Além disso, um rápido levantamento dos maiores atletas do passado e da atualidade nos traz nomes como Muhammad Ali, Pelé, Michael Jordan, Usain Bolt e LeBron James, todos, coincidentemente ou não, pertencentes a raça considerada “inferior” por aqueles que se sentem no direito de praticar atos de racismo.

Técnicos, torcedores e amantes do esporte devem as maiores conquistas de seus clubes e times, seja no futebol, no basquete ou em qualquer modalidade esportiva, a atletas negros. Prova de que a cor da pele não determina nada, a não ser uma considerável vantagem nos esportes.

Fonte: <https://www.uninter.com/noticias/a-triste-realidade-do-preconceito-racial-nos-esportes>

* Fernanda Letícia de Souza é especialista em Fisiologia do exercício e prescrição do exercício físico, é professora da área de Linguagens Cultural e Corporal nos cursos de licenciatura e bacharelado em **Educação Física** da **Uninter**.

* **Foto** principal: jogadores do Liverpool em protesto contra o racismo.

Créditos do Fotógrafo: **Twitter Liverpool/Reprodução**

Tags: esportes e racismo, luta antirracista, preconceito racial, Uninter, vidas negras

Leia e responda:

1. Quem é o/a autor/a do artigo lido? _____

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião? _____

3. Ao longo do texto o autor expõe alguns argumentos, você consegue apontar quais argumentos o/a autor/a defende nesse artigo de opinião? _____

4. Você consegue identificar os tipos de argumentos utilizados pelo autor? _____

5. Quais as conclusões com as quais o autor finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias? _____

6. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê? _____

APÊNDICE O - PLANO DE AULA PARA 5ª OFICINA

Público alvo	Turma de Ensino Fundamental do projeto Travessia
Tema	Racismo Estrutural
Conteúdo	Leitura – Efeitos de sentido
Habilidade	Geral: 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p.9). Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa (Brasil, 2018, p.140). Língua portuguesa: 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais (Brasil, 2018, p.87).
Objetivo	● Conhecer o Engenho Massangana e toda a história representada por dele; ● Interagir com a história e relacioná-la com o presente; ● Selecionar informações para a apresentação da culminância e para seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais.
Duração	5 horas/aulas.
Recursos didáticos	▸ Transporte; ▸ Lanche; ▸ Água; ▸ Papel e caneta para anotações.
Metodologia	▸ Aula passeio ao Engenho Massangana; ▸ Interação com a leitura da história e relacionar com o presente; ▸ Seleção de informações para a apresentação da culminância e para sustentação de seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais ; ▸ Discussão sobre a leitura do que se viu e ouviu no Engenho Massangana.

Avaliação	Participação no passeio, atenção às informações, interação nas discussões.
Referência	•BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão final. Brasília: MEC, 2018. •PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco. Secretaria de Educação e Esportes, ensino fundamental, 2019. •MONTENEGRO, Antonio Carlos Duarte [coordenador]. DE VASCONCELOS, Henrique [pesquisador]. Massangana e Nabuco: o tempo revisitado, Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

APÊNDICE P - PLANO DE AULA PARA 6ª OFICINA	
Público alvo	Turma de Ensino Fundamental do projeto Travessia
Tema	Relações Étnico-Raciais - Culminância do Projeto
Conteúdo	Fortalecendo discursos – Efeitos de sentido
Habilidade	Geral: 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p.9). Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa (Brasil, 2018, p.140). Língua portuguesa: 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais (Brasil, 2018, p.87).
Objetivo	●Apresentar para a comunidade escolar um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto; ●Aclamar a história, a cultura e as pessoas que são vozes ativas na defesa por relações étnico-raciais respeitadas e equitativas; ●Defender uma nova postura, discursos fortalecidos para as relações étnico-raciais; ●Convidar os presentes para adotarem, socialmente, uma postura antirracista.
Duração	3 horas/aulas.
Recursos didáticos	•Papelaria, audiovisual, pendrive, data show, ornamentação; •Livros; •Lanche;
Metodologia	► Apresentações para o grande grupo, da escola, um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto. ► Apresentações de músicas, declamações, danças, celebridades negras, falas de defesa por novas posturas nas relações étnico-raciais na escola e sociedade.
Avaliação	Participação e exposição da aprendizagem adquirida;
Referência	•DINIZ, Maria Antônia. Bala Perdida . Disponível em:< https://youtu.be/IL97RWo1R48 >.

	Acesso em: 20 de Nov. 2023. •JOVENS Negros afirmam que o ambiente escolar e o local em que mais sofrem racismo. Mundo Negro, 2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/64-dos-jovens-negros-afirmam-que-o-ambiente-escolar-e-o-local-em-que-mais-sofrem-racismo/> Acesso em: 20 de Nov. 2023 •OLIVEIRA, Denise de. <i>et al.</i> Antirracismo em Pauta, Firjan/Sesi, Rio de Janeiro, 2021. •SERRES, Alain; Zaü Mandela o africano de todas as cores; Edição 2ª; Editora: Pequena Zahar, 16 de maio 2013.

APÊNDICE Q – ATIVIDADE DIAGNÓSTICA FINAL

Escola Estadual Manuel de Bastos Tigre

Professora: Queite Diniz

Turma: _____

Aluno(a): _____

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA FINAL

Leia o texto atentamente:

ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança

Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública.

23 março 2021

Jan Jarab e Marlova Jovchelovitch Noleto



Legenda: Foto: Wilson Dias/Abr

O peso da herança de discriminação racial — incluindo a colonização e o genocídio de povos indígenas nas Américas, o tráfico transatlântico, a escravização das pessoas afrodescendentes e a segregação racial— geram efeitos até hoje nas oportunidades e na garantia dos direitos humanos no mundo. O Brasil não é exceção: o país viveu um histórico de colonização e tráfico de pessoas escravizadas intenso, o que se reflete em uma população composta por mais de 50% de afrodescendentes e 305 povos indígenas. Esses grupos acumulam uma série de vulnerabilidades em decorrência do racismo e demandam atenção específica do poder público, da sociedade civil e de organizações internacionais.

O ano de 2020, lamentavelmente, mostrou com crueldade os impactos do racismo. Enfrentamos uma pandemia e uma crise sanitária com efeitos devastadores para as populações em situação mais vulnerável, como bem lembrou a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet. Ao mesmo tempo, observamos o debate sobre racismo sendo recolocado na agenda global, a partir do assassinato de George Floyd por policiais nos Estados Unidos.

No Brasil, o assassinato do João Alberto Freitas às vésperas do Dia da Consciência Negra evidenciou mais uma vez a situação do racismo, sobretudo do racismo institucional. De acordo com o Atlas da Violência de 2020, 75,7% das pessoas assassinadas são negras. Jovens negros periféricos estão entre as principais vítimas de homicídio. Jovens indígenas enfrentam estigmatização e discriminação ao saírem de suas aldeias para acessar serviços públicos de educação superior ou empregos e, frequentemente, têm seu pertencimento étnico-racial questionado.

Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública. A pandemia da COVID-19 ressaltou essas diferenças significativas de acesso a

direitos humanos entre grupos raciais marginalizados, demonstrando o impacto do racismo, principalmente para pessoas afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, os mais afetados negativamente neste momento de crise sanitária.

Uma pesquisa feita pelos institutos Data Favela e Locomotiva no início deste ano mostrou que 67% dos moradores de favelas são negros. Como a maioria dos serviços de saúde de mais qualidade fica localizada nos bairros mais centrais das cidades, essa população tem acesso limitado a tais serviços, colocando essas pessoas em maior risco, visto que não recebem o tratamento adequado para a doença.

O ressurgimento de grupos neonazistas e supremacistas brancos tem encontrado na internet uma nova fronteira para disseminar discurso de ódio e discriminação racial. As novas tecnologias possibilitam que esses conteúdos se disseminem com muita rapidez, sem que haja ainda ferramentas adequadas para combater esse fenômeno. Todos esses casos demonstram o quanto o enfrentamento ao racismo permanece um desafio atual e dinâmico, que não diz respeito somente às populações que sofrem diretamente seus efeitos negativos, mas sim a todas as pessoas.

Nesse contexto, a juventude no Brasil e no mundo tem exercido um papel importante, principalmente pelo protagonismo nas redes sociais e outras ferramentas que potencializam sua mobilização e discurso. Jovens indígenas atuando em redes, ou mesmo de forma independente, têm se engajado na afirmação da diversidade da identidade indígena, reiterando e reivindicando seus direitos humanos, principalmente o direito à terra e ao meio ambiente e à participação política.

A juventude negra, também em coletivos ou de forma independente, tem fomentando a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial, ao passo que incrementa o espaço cívico para debates plurais e abertos sobre o racismo estrutural e institucional. As juventudes indígenas, negras, ciganas, de ascendência asiática têm se envolvido na conscientização e proposta de uma postura antirracista nos mais diversos espaços: cultura, meio digital, saúde, educação, meio ambiente e, principalmente, na luta por direitos humanos.

O enfrentamento ao racismo pode ter uma nova fase a partir de agora, com todas as lições deixadas pela pandemia de COVID-19. Esta nova fase deve incluir cada vez mais ações estruturais e programáticas, que incidam na raiz das desigualdades raciais. Exemplo disso é a formação de uma comissão de 20 juristas negras e negros, na Câmara dos Deputados, instalada oficialmente em 21 de janeiro deste ano, para examinar a legislação brasileira sobre racismo.

A criação de mais espaços de participação diversa e popular – especialmente para jovens – é imprescindível para ampliar o espaço cívico, garantir a visibilidade das populações e possibilitar o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas. O empoderamento e o envolvimento das novas gerações na tomada de decisões importantes para a sociedade é um sopro de esperança com grande potencial para gerar mudanças no presente, mas também para reconstruirmos um futuro melhor, onde ninguém seja deixado para trás.

23 março 2021

Por **Jan Jarab**, representante da ONU Direitos Humanos na América do Sul, e **Marlova Jovchelovitch Noleto**, diretora e representante da UNESCO no Brasil e Coordenadora Residente a.i. da ONU no Brasil.

Fonte: ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança | As Nações Unidas no Brasil
<https://brasil.un.org/pt-br>

Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quais são os desafios acumulados por causa do racismo?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o/a(s) autor(a)s abordam uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

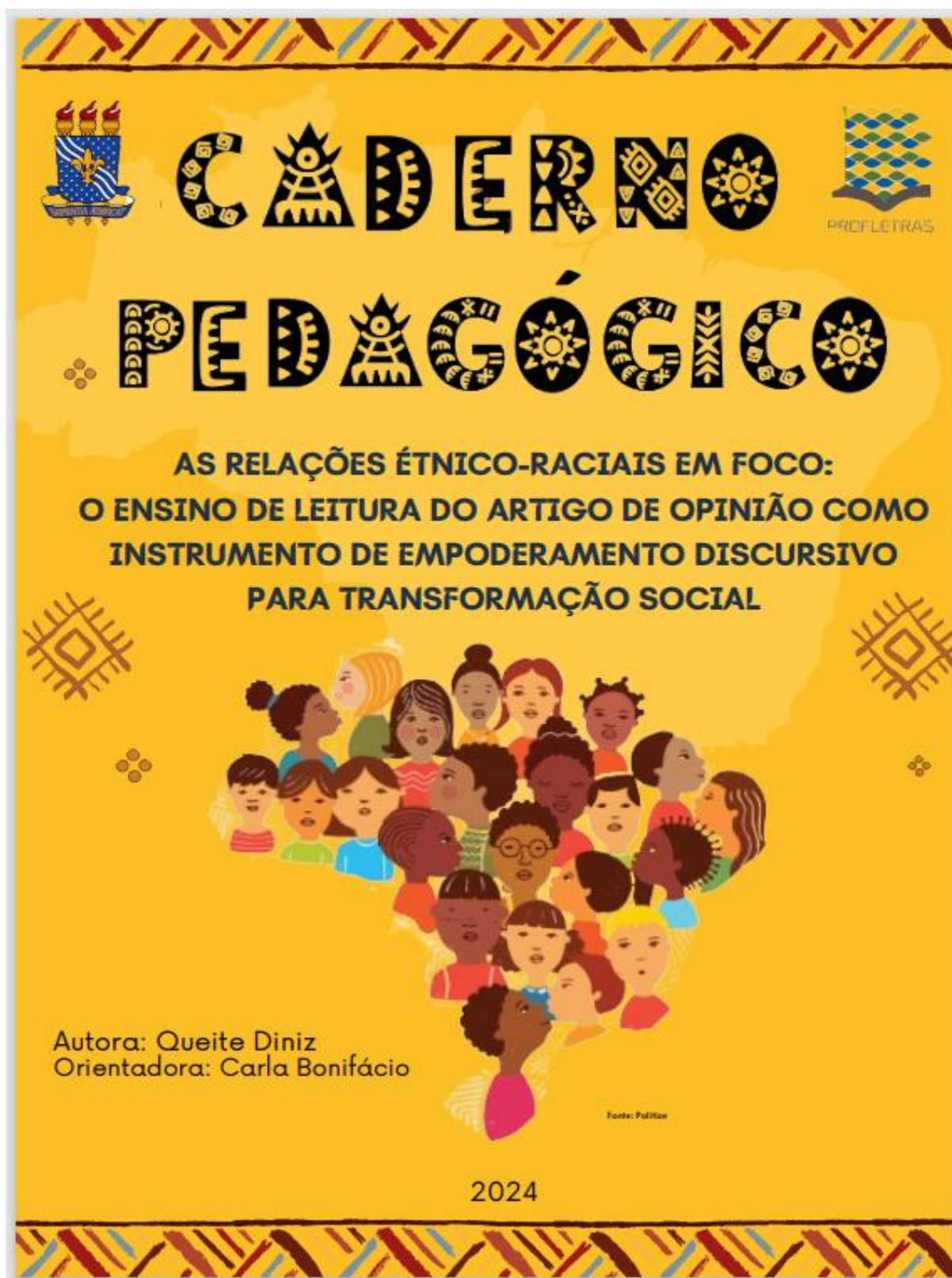
3. Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o peso da herança da discriminação racial gera efeitos até os dias atuais?

4. Quais as conclusões com as quais a autora finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e pontos de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorde? Discorda? Por quê?

6. **Pergunta bônus:** Qual sua opinião sobre esse projeto? (Você acha que aprendeu a ler melhor? Você acha que conseguiu entender melhor a história, a cultura e as relações étnico-raciais vivenciadas socialmente)?

APÊNDICE R – CADERNO PEDAGÓGICO



SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO.....	03
O PROBLEMA.....	04
O RESULTADO.....	05
REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03.....	06
AS NECESSIDADES DO ATO DE LER.....	11
CONCEPÇÕES DE LEITURA.....	12
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	14
OBSERVANDO O PROCESSO.....	15
ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO.....	16
QUESTIONÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO.....	17
QUESTIONÁRIO INICIAL.....	18
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL.....	22
ATIVIDADE DIAGNÓSTICA INICIAL.....	24
AS OFICINAS PEDAGÓGICAS.....	26
PRIMEIRA OFICINA.....	27
ATIVIDADE DA PRIMEIRA OFICINA.....	29
SEGUNDA OFICINA.....	31
TEXTO SUPORTE DA SEGUNDA OFICINA.....	33
TERCEIRA OFICINA.....	35
ATIVIDADE DA TERCEIRA OFICINA.....	38
QUARTA OFICINA.....	41
ATIVIDADE DA QUARTA OFICINA.....	43
QUINTA OFICINA.....	46
AULA-PASSEIO AO ENGENHO MASSANGANA.....	47
SEXTA OFICINA – CULMINÂNCIA DO PROJETO.....	48
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA FINAL.....	51
ATIVIDADE DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA FINAL.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	57
A AUTORA.....	59

APRESENTAÇÃO



Caros(as) colegas de profissão,

Este caderno pedagógico foi elaborado para auxiliá-los na implementação da Lei 10.639/03, lei que trata da inclusão do ensino da história e da cultura Afro-brasileira. E, para mais, a reflexão das relações étnico-raciais na promoção do ensino da leitura numa perspectiva crítico discursiva.

São recorrentes os episódios de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo no espaço escolar e nos espaços sociais. Situações que causam constrangimento, sofrimento e desestímulo no desenvolvimento pedagógico e até a desistência da escola. Em outra direção, também observamos dificuldades enfrentadas pelos estudantes em relação à leitura, seja ela do verbal, não verbal, de situações, entre outras possíveis. Obstáculos presentes não apenas na disciplina de língua portuguesa, mas em todas as outras disciplinas que necessitam dessa prática para o desenvolvimento do conhecimento.

Nesse contexto, partimos do princípio de que a escola é o segundo principal agente de socialização e, por isso, não pode estar alheia a esta discussão, tendo em vista que, depois da família, é no ambiente educacional que se dá a formação de cidadãos críticos e atuantes.

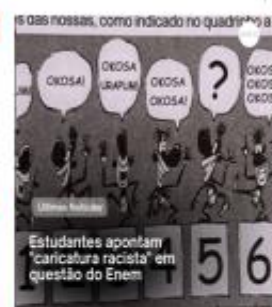
Assim, após a análise de como uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva e contando com o suporte do gênero discursivo artigo de opinião voltado à reflexão das relações étnico-raciais, contribuiu com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social, exporemos nossas ações e conclusões nesse caderno.

Portanto, anunciamos a dinâmica de seis oficinas pedagógicas que foram implementadas numa turma do ensino fundamental de correção de fluxo do Projeto Travessia de Pernambuco e que teve por resultado a formação de estudantes críticos, atuantes, com argumentos sustentados para intervir junto à perspectiva antirracista.

Muitas vezes os professores desejam trabalhar essa temática em sala de aula, mas não conhecem estratégias dinâmicas de execução. Assim sendo, aqui apresentamos uma das muitas formas de efetividade da história e cultura negra que configurou êxito na prática em sala de aula.

Venham conosco nesse desafio!

O RESULTADO



REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03

A Lei 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, que “torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” e “Institui no calendário escolar o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra”, está comemorando 20 anos, ainda, com muitos desafios a serem superados. Modificada pela Lei 11.645/08, que inclui também a história e cultura indígena na escola, pretende que a partir da inclusão, nessa proposta, do estudo da História da África, dos Africanos e da Cultura Afro-Brasileira, sejam desenvolvidas nas escolas ações de combate a todas as formas de preconceito, discriminação, injúrias, práticas racistas e forças negativas que caracterizam exclusão de todas as formas.

Gomes (2013), por meio do artigo A questão racial na escola, reflete que

A implementação da Lei 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem somar às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma escola antirracista (2013 p.68-69).

Nessa conjuntura, a escola não pode estar alheia a tudo que está acontecendo dentro dela e na sociedade, sobretudo a escola pública, que comporta os principais atores e espectadores de situações racistas, preconceituosas e discriminatórias, porque é a partir dela que formamos novos cidadãos críticos, atuantes e atentos aos acontecimentos sociais.

Logo, dada a necessidade da criação de uma lei para instaurar algo que já deveria ser uma prática contínua escolar do conhecimento da História Africana, da luta dos negros no Brasil por sua independência, da luta dos líderes africanos por maior reconhecimento, da luta dos brasileiros em busca de uma sociedade igualitária e da contribuição que a cultura negra veio trazer para a formação da sociedade brasileira, argumentamos que é possível a formação de um novo olhar sobre história supracitada e, conseqüentemente, uma nova consciência crítica da identidade cultural e social desse povo diante das muitas situações presenciadas e ou vivenciadas por exclusão e hostilidade em relação à raça/cor.

Mesmo a lei evidenciando o termo “obrigatório”, termo este questionado por muitos educadores, o intuito na verdade é o de compor o currículo escolar para a percepção da importância e da necessidade dessa discussão no ambiente escolar a ponto de promover o

desenvolvimento de ações afirmativas na escola, que poderão ocasionar alcance social imediato por novos comportamentos e discursos ou numa ocasião necessária.

Assim, a significância dessas medidas tem como propósito tanto da possibilidade de conhecer e/ou reconhecer a realidade histórica e cultura negra quanto da má interpretação da história contada em sala de aula, das limitações dessa história na abordagem dos livros didáticos, da problemática das relações étnico-raciais e dos danos causados pelo processo escravagista percebidos na contemporaneidade. Ainda convém lembrar que gradualmente essa história vem sendo abolida das discussões em sala de aula pelo falso mito da democracia racial e ignorando as muitas arbitrariedades raciais do dia a dia. Gomes (2013, p.69) observa que

[...] ainda encontramos muitas resistências de secretarias estaduais, municipais, escolas e educadores (as) à introdução da discussão que ela apresenta. Essa resistência não se dá no vazio. Antes, está relacionada com a presença de um imaginário social peculiar sobre a questão do negro no Brasil, alicerçado no mito da democracia racial.

Consideramos, junto à Gomes (2013), que muitos serão os contratempos apontados para a não adoção da lei, tanto pelas dificuldades de aceitação da lei e a tudo que ela propõe quanto por tudo que a história regulou nesse processo de continuação velada de segregação e intolerâncias nas relações entre negros e outros grupos étnicos. Todavia, reiteramos a importância dessa discussão para os jovens aprendizes e assentimos com Silva (2007, p.500) que

As dificuldades para implantação dessas políticas curriculares assim como a estabelecida no art. 26º da Lei 9.394/1996, por força da Lei 10.639/ 2003, se devem muito mais à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos. Estes, hoje, já não são tão escassos, mas nem sempre facilmente acessíveis.

A partir dessa interpretação, compreendemos que estereótipos precisam ser quebrados, assim como o incentivo para a construção de metodologias dinâmicas desse tema e facilitação no acesso aos materiais didáticos diversos para viabilizar a prática dessa proposta.

Munanga (2023), também, em reflexão e avaliação sobre as dificuldades de implementação da lei 10.639/03 em recente entrevista ao jornal Folha de São Paulo reflete que “[...]os educadores, os brancos e os negros, receberam uma educação racista. Muitos não sabem nem o que é realmente o racismo. Como é que um educador que não sabe como o racismo à brasileira se expressa vai trabalhar com isso em sala de aula?” (Munanga, 2023, Informação verbal em citação direta).

Dessa forma, Munanga (2023) defende e nós corroboramos que é preciso que os educadores entendam e atuem com consciência e sensibilidade para a importância e grande responsabilidade que compete a eles. Mas, para esse acontecimento, defendemos que haja formação e letramento racial dos docentes, para que eles saibam e se sintam confortáveis para levar essa discussão para sala de aula. Assim, “precisamos formá-los, porque eles não sabem como lidar com esse fenômeno. Tem também que produzir livros, materiais didáticos, porque os anteriores são repletos de preconceitos contra negros e povos indígenas.” (Munanga, 2023, Informação verbal em citação direta).

Ainda por consequência da sanção da lei 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação também aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas (2004) a serem implementadas pelas escolas públicas ou privadas, do Brasil, em diferentes níveis e modalidades, o seu artigo 5º pondera que

Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação (Brasil, 2004, p.32).

Diante desse compromisso, hoje passados mais de 20 anos da aprovação da Lei, buscamos atualizações de como está sendo implementada essa garantia. Para isso, focamos em duas pesquisas com resultados recém-divulgados, uma delas é a pesquisa realizada pelo Instituto Alana e pelo Gededés Instituto da Mulher Negra sobre a Lei 10.639/03 A atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira que retrata números alarmantes após 20 anos de sanção.

A pesquisa realizada com 1.187 Secretarias Municipais de Educação num percentual de 21% do total, onde 4.381 Secretarias resolveram não responder a pesquisa, representando um percentual de 79%, talvez por não terem dados informativos positivos para apresentar. A conclusão não nos surpreende pelos

18% deles não realizam nenhum tipo de ação para assegurar um currículo racialmente justo e que proporcione uma experiência escolar digna para todas as crianças e adolescentes. A leitura dos resultados pode ainda promover a reflexão sobre as possibilidades necessárias a serem exploradas para alterar essa realidade, tendo em vista que apenas 29% das redes municipais de ensino desenvolvem ações que nos permitem reconhecer a intencionalidade em aplicar a referida lei. A essas redes, agradecemos e desejamos que estes casos incentivem que outras secretarias repensem suas práticas na agenda da educação antirracista. (Benedito; Carneiro e Portella, 2023, p.8)

Ou seja, 71% dos municípios/escolas pesquisados não implementaram ações adequadas, efetivas, significativas para o cumprimento da Lei 10.639/03. Além dos números citados acima, as autoras também complementam que apenas 58% desses municípios participantes afirmaram ter readaptado o referencial curricular considerando o cumprimento da Lei 10.639/03; apenas 57% oferecem formação sobre as relações étnico-raciais e sobre o que rege esta Lei; 6,39% realizam investimentos e disponibilizam recursos para a implementação da lei; 1/5 dos municípios possuem regulamentação específica sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e que 69% das Secretarias afirmam que a maioria das escolas vivencia a Lei no mês de novembro ou semana da Consciência Negra ou de maneira esporádica, como já esperávamos. No geral, a pesquisa expõe que a maior parte das atividades ocorre nas creches 58%, na pré-escola 68%, no fundamental I 86% e no fundamental II 66% e que os dados para o ensino médio foram insuficientes. Ademais, os municípios não possuem órgãos responsáveis ou espaços para a discussão das relações étnico-raciais e reclamam não terem recebido suporte suficiente de instituições responsáveis para a implementação da Lei 10.639/03, a exemplo dos Conselhos Municipais de Educação.

Por esse viés, precisamos averiguar onde estão as falhas e comprar efetivação de todas as instituições responsáveis, para que nos deparemos com outra realidade nas próximas avaliações.

Por isso, destacamos que a criação da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD é um grande passo para enfrentar os problemas relacionados à educação, entre eles o das relações étnico-raciais, via desenvolvimento de programas com ações inclusivas e fortalecimento dos instrumentos e bases inovadoras para o combate à discriminação racial, viabilizando a valorização da diversidade para uma educação mais igualitária a todos.

Outra pesquisa que nos chamou atenção foi a do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), divulgada por meio de infográfico Povir (2023) em reflexão aos 20 anos da Lei 10.639/03 do Instituto Povir Inovações em Educação destaca que o racismo no Brasil é estrutural pelos 84% de vítimas negras em intervenções policiais; pelos 77,9% de vítimas negras em assassinatos no Brasil; pelos 62% de vítimas negras nos crimes de feminicídio; pelos 52,8% de vítimas com sintomas depressivos em mulheres negras e pelos 51,6% de vítimas negras nos transtornos mentais (Abreu; Oliveira e Silva 2023).

E por toda essa trajetória macabra, angustiante, inquietante defendemos e corroboramos juntos aos organizadores da pesquisa Abreu; Oliveira e Silva (2023) que a realidade desses números impactam diretamente na trajetória do povo negro, por isso eles afirmam que

Narrar a trajetória, os feitos e as contribuições desses povos a partir de suas perspectivas lhes garante papel ativo na construção da sociedade brasileira. A educação antirracista é necessária para combater desigualdades e reparar injustiças sofridas pela população negra. Na escola, ela impacta diretamente o presente e o futuro de alunos e alunas negras, influenciando no fortalecimento da identidade e da autoaceitação (Abreu et al., 2023, n.p).

Esse debate apresenta relevância, uma vez que começa na escola, contudo vai além dos muros da escola, não se restringindo ao público negro, mas a todos os cidadãos brasileiros que desconhecem, desvalorizam ou insignificam a devida história e contribuição cultural do povo negro. E que a partir da implementação da Lei e de ações metodológicas eficazes, esses cidadãos poderão alcançar interação com o tema e tornassem plenamente capazes de construir uma nação democrática, inclusiva e respeitosa.

É importante ainda salientar que, além dessa proposta, por meio da escola, caberá à coletividade promover ações que ampliem o foco dessa discussão para melhoria da diversidade cultural, racial, social e econômica existente na sociedade em que se vive; e da valorização das raízes africanas, indígenas, europeias, asiáticas, entre outras; do reconhecimento das garantias dos direitos igualitários de cada cidadão; e pelo respeito aos valores, raciocínios, visões de mundo e pensamento de cada um a fim de alcançar empoderamento, discursividade e representatividade do povo negro.

As dificuldades, as resistências sempre estarão presentes. Mas aqui compartilhamos do sentimento de Lázaro Ramos que relata ter ficado emocionado ao saber da promulgação desta lei e que, nesse momento, "Um fio de esperança surgiu" (Ramos, 2017, p.65).

Que esse fio de esperança também surja em cada um de nós e que o povo negro destaque suas atuações em diferentes áreas do conhecimento, atuação profissional, de criação tecnológica, artística, de luta social e discursos empoderados, atuantes, conscientes e reivindicatórios.

E que essas ações sejam criadas e implementadas, a fim de corrigir tamanha desigualdade no Brasil, somadas as necessidades leitoras, como refletiremos a seguir.



DAS NECESSIDADES DO ATO DE LER



Ler é querer descobrir um mundo de possibilidades, é estar em constante busca por respostas e conhecimentos. Vem de uma necessidade de interação com o outro que pode ser considerada inata ao ser humano, aprendida ou desenvolvida mediante a evolução das experiências de vida e dos objetivos que se quer alcançar. Solé (1998) define que “a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [obter uma informação pertinente para] os objetivos que guiam sua leitura” (Solé, 1998, p.22).

Nesse sentido, concordamos com muitos autores que discorreram sobre o tema quando defendem “sobre a importância da leitura na nossa vida, sobre a necessidade de se cultivar o hábito de leitura entre crianças e jovens, sobre o papel da escola na formação de leitores competentes” (Koch; Elias, 2021, p. 09).

No entanto, consideramos que o processo de ensino-aprendizagem tem um grande desafio na atual conjuntura no tangente à leitura, dada a grande importância da necessidade do ato de ler como porta de abertura para a aprendizagem no decorrer da trajetória humana. Esse debate ganha relevância pela dificuldade de a escola e de a família atuar com maior eficácia na construção da competência leitora e as demais habilidades diante da complexidade da oferta. Como afirma Solé (1998, p.32),

Um dos múltiplos desafios a ser enfrentado pela escola é o de fazer com que os alunos aprendam a ler corretamente. Isto é lógico, pois a aquisição da leitura é imprescindível para agir com autonomia nas sociedades letradas, e ela provoca uma desvantagem profunda nas pessoas que não conseguiram realizar essa aprendizagem.

Como podemos perceber, há desafios e desvantagens a serem superados, não só pela escola, mas também pela família, pois sabemos que é no seio familiar que se inicia o primeiro estímulo à leitura desde sua fase inicial de compreensão do mundo exterior, até a fase mais madura de apreensão do conhecimento, conforme evolução das concepções de leitura.

II



CONCEPÇÕES DE LEITURA



Sabemos que o processo de ensino-aprendizagem é foco de muitos estudos ao longo da história. Todos, com objetivo de entender como essa apreensão funciona e como melhorar essa relação texto/leitor/cidadania, num propósito de dotar o aluno aprendiz das muitas possibilidades de acesso à leitura. Nesse caminho, estão as concepções da leitura em quatro momentos: ascendente, descendente, sociointeracionista e crítico/discursiva, cada uma surgindo em determinado período de tempo e fortalecendo a concepção seguinte, conforme estudo de Koch e Elias (2021) e Bonifácio (2015). Além disso, apontamos a última concepção por estar mais alinhada para a análise do nosso estudo no alcance dos objetivos propostos.

A Concepção Ascendente, também conhecida como: bottom-up model — traduzida como: de baixo para cima — é a concepção de leitura compreendida como uma leitura mais objetiva e decodificada. Ou seja, a leitura das letras, das palavras e da informação básica para uma compreensão mais nítida em que se privilegia o texto em detrimento do leitor.

Já a Concepção Descendente, conhecida também como: Top-down model — traduzida como modelo de cima para baixo — apresenta-se como uma concepção em que o leitor vai mais além em sua relação com o texto. Aqui, além de seu conhecimento linguístico, ele usa seu conhecimento de mundo, aliado ao seu conhecimento prévio, à leitura, à compreensão e à sua interpretação desse texto. Portanto, o privilégio apresenta-se para o leitor à medida em que ele vai evoluindo a leitura, construindo suposições, conforme seu entendimento.

Diante de novas demandas reflexivas, no final da década de 1970 surge a Concepção denominada Sociointeracionista, que institui a interligação leitor-texto-autor. Nessa concepção, estará presente não só os processos ascendente e descendente, mas ainda, um processo dinâmico na construção de sentidos a partir de conhecimentos pré-adquiridos historicamente, com os conhecimentos presentes no texto e, também, compreensões e interpretações construídas ao longo da leitura. Nessa concepção, tanto o texto quanto o leitor são valorizados.

Para além das três concepções expostas até aqui, a Concepção Crítico/Discursiva, é a que vai apresentar características constituintes da interatividade, da criticidade e da ideologia, uma vez que essa concepção vai salientar aspectos dos contextos sociais, históricos e ideológicos e estará voltada para o discurso enquanto prática social.

Essa concepção fará uso das características de todas as demais concepções já estudadas e procede dos estudos da Análise do Discurso, doravante AD, que discorre sobre a linguagem contextualizada com a prática comunitária e com os efeitos de sentido produzidos no texto marcado pelo contexto histórico, cultural e social.



Orlandi (2012, p.22) afirma que "Na perspectiva da análise do discurso, entretanto, tomar a palavra é uma ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc." Com esta tese da autora, ratificamos que a AD oportuniza a ação pela palavra e pela construção de discursos recheados de ideologias contextualizadas socialmente, com intuítos transformativos.

Em relação a isso, Brandão (2004, p.03) afirma:

É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não. Nem sempre digo tudo que penso, deixo nas entrelinhas significados que não quero tornar claros ou porque a situação não permite que eu o faça ou porque não quero me responsabilizar por eles, deixando por conta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos, subentendidos.

Nesse conceito, Brandão (2004) defende o poder da palavra, do discurso produzido e das produções de sentidos que ele pode oferecer, que todo discurso traz posicionamentos, sendo eles óbvios ou não, cabendo ao leitor tornar-se apenas expectador, produtor ou quem sabe até questionador da problemática incômoda no contexto histórico-social. E reitera que "O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente" (Brandão, 2004, p.7).

São as palavras de Brandão que reforçam nosso objetivo de contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social de estudantes, por meio da intervenção de uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva e contando com o suporte do gênero discursivo artigo de opinião voltado à reflexão das relações étnico-raciais, como veremos a seguir.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Tecer conceitos metodológicos é algo muito delicado, quando nos parece que as práticas se repetem e que não há nada mais novo para apresentar. A responsabilidade em querer mudar a realidade da defasagem escolar, tal como, o conhecimento, as estratégias de aprendizagem, as posturas humanas, as opiniões alheias e a crença de que há uma fórmula mágica para esse fim, à primeira vista causa-nos temor e apreensão. Contudo, cada ação pensada e cada metodologia apresentada podem até parecer um caminho velho ou ultrapassado, mas poderão, também, ser desenvolvidos por meios singularizados, com públicos distintos — com anseios e frustrações individualizadas — levando a resultados diferenciados.

Nesse contexto, partimos para pesquisa-ação qualitativa de caráter intervencionista, utilizando como técnica de geração de dados a observação participante com registro no diário de bordo, a fim de perceber o comportamento e aprendizagem dos alunos. Ademais, o questionário sócio-histórico, no propósito de estabelecer o perfil sócio-histórico nas relações étnico-raciais. Tal como, a avaliação diagnóstica inicial e final a fim de identificar o perfil leitor da compreensão e da interpretação do artigo de opinião e, do desenvolvimento de oficinas pedagógicas para aprofundamento da proposta e para o alcance dos objetivos estabelecidos.



OBSERVANDO O PROCESSO



No primeiro momento, a pesquisa se deu com a observação dos comportamentos, das falas, dos argumentos, da interação com as aulas e da aceitação e receptividade dos temas propostos com registro no diário de bordo para sustentar nossas ações. Entendemos, conforme Vianna (2003, p.12) que "A observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisa qualitativa em educação". Sem acurada observação, não há ciência.

Estando o educador/a inserido no ambiente escolar de forma interativa por um período significativo, essa experiência proporcionará condições de aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem, conforme bem descreve Bortoni-Ricardo (2008, p.35) sobre

Uma pesquisa qualitativa no microsomo da sala de aula, que se volte para a observação do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, vai registrar sistematicamente cada sequência de eventos relacionados a essa aprendizagem. Dessa forma, poderá mostrar como e por que algumas crianças são negligenciadas ou se desinteressam do trabalho conduzido pelo professor, ou ainda veem-se frustradas porque fracassam na tarefa de ler e entender os textos que lhe são apresentados.

Dessa forma, por meio da observação e da anotação no diário de bordo, tivemos a ciência das dificuldades que permearam a trajetória educacional de cada estudante, diante de suas falas e participação nas atividades propostas, encaminhando as movimentações necessárias, uma vez que, "Ao observador não basta simplesmente olhar. Deve, certamente, saber ver, identificar, descrever diversos tipos de interações e processos humanos" (Vianna, 2003, p.12). Para assim, gozar da capacidade de intervenção positiva no processo de aquisição e desenvolvimento pedagógico.

Durante a acolhida dos alunos e em muitos momentos das nossas aulas, sempre comentávamos os acontecimentos do dia, as notícias mais relevantes e como essas poderiam afetar direta ou indiretamente a vida dos alunos. Vez por outra, sempre apareciam falas relacionadas a situações de racismo, injúria racial e discriminações no contexto social. No entanto, os relatos sempre vinham acompanhados com um teor de revolta, constrangimento e desinformação. Essas circunstâncias só reafirmavam ainda mais nossas percepções e justificativa para o desenvolvimento do nosso trabalho.



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- **Tópicos a serem observados:**

- Ambientação e condições do desenvolvimento do Projeto;
- Receptividade para a proposta do Projeto;
- Falas de compreensão da proposta;
- Comportamento dos estudantes ao responder ao questionário inicial;
- Desempenho nas respostas do questionário;
- Comportamento nas oficinas;
- Atitude na participação para leitura e defesa de ponto de vista;
- Leitura e argumentos do seu ponto de vista;
- Comprometimento participativo com as atividades das oficinas;
- Desenvolvimento de cada atividade;
- Comportamento e aprendizado na aula-passeio;
- Participação e aprendizado na culminância do Projeto;
- Aproveitamento do aprendizado proposto no Projeto;
- Alcance dos objetivos propostos.

QUESTIONÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO



Após essa fase observativa inicial, de reconhecimento do ambiente e dos participantes, chegou a hora de aprofundar a exploração da abrangência no nível de conhecimento e interação com o tema proposto. O aprofundamento foi realizado por meio de um questionário inicial sócio-histórico, a fim de direcionar nossas condutas — no trabalho a ser implementado — nas ações seguintes, tais como, a avaliação diagnóstica e as oficinas pedagógicas, e a elaboração de um caderno pedagógico, que deverá compor os efeitos da investigação e melhores métodos de aplicação das atividades, para alcance dos objetivos traçados.

Selecionamos o questionário porque segundo Vieira (2009, p.14), “O questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”. Com isso, percebendo estratégias promissoras e como cada indivíduo interpreta e dialoga com a temática indicada, conforme definido por Gil (1999), quando defende o questionário: “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1999, p.128).

Para esse fim, elaboramos perguntas de maneira cuidadosa e atenciosa para, assim, obter o melhor direcionamento da investigação nas atividades a serem desenvolvidas.

Num primeiro momento, após os trâmites iniciais, apresentamos aos alunos nosso questionário que, além da **identificação de gênero, idade e raça/cor**, foi composto de oito questões com subquestões, embaralhadas e/ou repetidas de forma objetiva e subjetiva, com espaços para comentários, nas quais tinham questionamentos relacionados à compreensão, à interação e à associação da história e cultura negra com as relações étnico-raciais na coletividade vivenciadas e observadas na contemporaneidade.



QUESTIONÁRIO INICIAL

Identificação

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro

Idade: _____

Você se considera de que cor?

() branca () parda () preta () amarela () indígena () outra _____

1. Nas questões abaixo responda SIM ou NÃO, POR QUÊ ou COMO FOI:

a) Você conhece a história e a cultura negra?

() Sim

() Não

Por quê?

b) Você concorda que o negro é inferior ao branco?

() Sim

() Não

Por quê?

c) Você conhece a lei 10639/03?

() Sim

() Não

Por quê?

h) Você já sofreu algum tipo de (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo)?

☐ Sim

☐ Não

Como foi?

i) Você já presenciou alguém sofrer (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo)?

☐ Sim

☐ Não

Como foi?

j) Você já assistiu a alguma notícia ou reportagem sobre (preconceito, discriminação, injúria racial, racismo)?

☐ Sim

☐ Não

Como foi?

2. Marque um (x) na parte ou nas partes que você considera mais importante aprender na escola:

☐ leitura

☐ oralidade

☐ respeito

☐ escrita

☐ conteúdos dos livros

☐ tolerância

3. Você já leu algum livro sobre história ou cultura negra? Qual (is)?

4. Complete as frases abaixo: Na escola,

a) Eu fico triste quando

b) O que eu mais gosto é

c) Uma coisa que não suporto é

d) Se eu pudesse mudar na vida eu mudaria

5. Das alternativas abaixo marque com um (x) a que você considera ser um problema, na escola. Pode marcar em mais de uma opção.

- a) () Não saber ler bem
- b) () Não saber escrever bem
- c) () Não saber interpretar os textos
- d) () Não entender todos os assuntos
- f) () Não saber falar em público
- g) () Não saber se defender
- h) () Não gostar de estudar

6. Responda com suas palavras:

a) Para você o que é o preconceito?

b) O que você entende por discriminação?

d) O que você entende por racismo?

e) Você conhece o gênero artigo de opinião? Comente.

f) Quais artigos de opinião você já leu? Comente.

7. Que situação você já passou ou presenciou dentro da escola ou sociedade?

- | | | |
|---|--|---|
| ☐ piadas racistas | ☐ risos de cabelos crespos | ☐ brigas |
| ☐ músicas racistas | ☐ bullying com pessoa preta | ☐ xingar de macaco |
| ☐ xingamentos | ☐ violência racista | ☐ palavrões |

8. Qual sua opinião sobre a importância de discutir a relações étnico-raciais em sala de aula?

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL



A avaliação diagnóstica constitui uma parte bastante importante para a educação pedagógica, ela convém para verificação dos conhecimentos, das habilidades e das competências que o estudante já dispõe e das condições que esse aluno possui para receber novas aprendizagens, discussões e experiências. Nesse segmento, assentimos com o professor Luckesi (2011) quando afirma que

Avaliar é diagnosticar, e diagnosticar, no caso da avaliação, é o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com um critério, assumido como qualidade desejada. O diagnóstico, propriamente, configura e encerra o ato de avaliar em si; a intervenção, da qual temos falado ao longo deste livro, só ocorre no caso de avaliação de acompanhamento, comprometida com uma ação (Luckesi, 2011, p. 277-278).

Após o questionário, com o objetivo de identificar o nível de leitura, compreensão e interpretação e interação com o gênero artigo de opinião, apresentamos Burrice é o racismo.

Na perspectiva, para a aprendizagem da leitura crítico-discursiva, fomos além dos gêneros escolares, o gênero escolhido foi o jornalístico artigo de opinião escrito pela ex-vereadora Mariele Franco, mulher negra, lésbica e mãe solo que ganhou visibilidade nacional e internacional pela sua coragem e luta em prol dos direitos humanos e direitos da mulher preta. Texto que ganhou visibilidade nacional após publicação pelo Jornal O Globo e poucos meses após a publicação, a vereadora viria a ser assassinada e de forma cruel e chocante, onde o crime — mesmo anos depois — permanecendo sem resolução. Nesse caso nos questionamos o que pensava, o que defendia esta mulher para ter despertado tanto ódio, ser perseguida e assassinada de forma tão brutal.

O artigo intitulado **Burrice é o racismo**, composto por sete parágrafos, traz como tema polêmico a questão racial, com foco nas desigualdades da situação do negro no Brasil. Assim sendo, para compreender como os alunos fariam a leitura do artigo, alicerçamos nosso estudo nas Concepções de Leitura, nas características ascendente, descendente, sociointeracionista e crítico-discursiva, sendo a última o nosso objetivo final. Distribuímos a interpretação em cinco questões, para percebermos o que eles alcançam e onde precisamos aprofundar, para que eles se aproximem de uma leitura eficiente e progressiva, com interpretação adequada para dominar a leitura crítico-discursiva com maior propriedade.



Fonte: Governo Federal

Marielle Franco

Ativista e autora do artigo "Burrice é o racismo", assassinada em 2018.

ATIVIDADE DIAGNÓSTICA INICIAL

Leia o texto atentamente:

Burrice é o racismo

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.

Marielle Franco

01/12/2017 - 00:00

São muitos os diagnósticos que apontam a situação do negro em nosso país. Somos mais de 54% da população do Brasil. Ou seja, mais de cem milhões de brasileiros e estamos na base da pirâmide social. Tal situação não é por acaso, é fruto de um desenvolvimento civilizatório que foi capaz de desumanizar e objetificar o corpo negro.

Transformações ímpares na história da humanidade foram obtidas com as idas e vindas de negros, de uma margem a outra do oceano, pelos portos negreiros da África Ocidental e Central para as Américas e a Europa. Esses corpos foram e ainda são objetos de pilhagem. O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.

Por outro lado, números irrisórios de cientistas negros, de escritores negros, de executivos negros, de apresentadores negros, de editores negros, de legisladores negros... É bom lembrar que negros fazem parte do tal "povo brasileiro". Ou será que insistir em afirmar conceito tão geral seja uma tentativa de invisibilizar esse quadro?

"Preto fedido". Quem nunca ouviu essa expressão? Sem dúvida, a maioria dos brasileiros. Neste sentido, a referência que o secretário de Educação do município do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin, faz à atriz Taís Araújo, há poucos dias, ao chamá-la de "linda e cheirosa", é o antagonismo que legitima o xingamento. Talvez pelo fato de ela ser a negra-exceção, a negra que rompeu a barreira da invisibilidade e é bem-sucedida profissionalmente.

Enquanto mulher negra, tenho a obrigação de lembrar alguns capítulos da nossa História — que parecem passar providencialmente despercebidos pelos defensores do "povo brasileiro". O corpo da pessoa negra já foi provedor de lucros aos escravocratas, por longos períodos históricos. As mulheres negras, para além do trabalho, tinham que servir aos homens brancos. A muitas negras cabia ainda, principalmente após a proibição do tráfico internacional de mão de obra escrava, o papel de "reprodutoras", para a ampliação e a recomposição da população de escravos.

Os abusos, açoitamentos e mutilações, aos quais os escravos estavam sujeitos, quando se tratava de mulheres negras, eram cruelmente requintados por toda forma de coerção sexual. As consequências desta violência não foram a mestiçagem difundida hoje como um “produto nacional”, mas a vulnerabilização do corpo da mulher negra, que continua exposta a todo tipo de agressão ética, moral ou sexual. Ou seja, mestiçagem e democracia racial são concepções ancoradas na prática da violência contra as pessoas negras, principalmente as mulheres.

O conceito ilusório de “povo brasileiro” ainda não desapareceu. Mas, no que depender do povo preto desse Brasil, irá. Vamos surpreender o tácito acordo do poder. Seremos firmes, pessoas ativas, que chegam desafinando o coro dos contentes. Burrice é querer lutar contra isso. A chegada da mulher negra na institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo.

Marielle Franco é vereadora (PSOL) no Rio

Fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/burice-o-racismo-22134121>

Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quem é o elemento central das desigualdades ao qual a autora se refere?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o corpo negro é o elemento central da reprodução das desigualdades?

4. Quais as conclusões com as quais a autora finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorde? Discorda? Por quê?

AS OFICINAS PEDAGÓGICAS



A oficina pedagógica se apresenta como excelente e principal estratégia para promover iniciativas no processo de ensino aprendizagem na construção de conhecimentos que desenvolvam a leitura atenta e investigativa; a oralidade argumentativa, empoderada e consciente; a interpretação crítica e reflexiva para tomada de ponto de vista com ações positivas para fins pessoais e sociais, haja vista que

Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva (Neires; Niura, 2009, p.78).

Nessa perspectiva, desenvolvemos oficinas contextualizadas para o desenvolvimento da aprendizagem leitora na concepção crítico-discursiva, com atenção para a curiosidade, compreensão e interpretação do gênero discursivo artigo de opinião e o despertar para a discursividade. Estratégias, conforme, Neires e Niura (2009) quando defendem que “A oficina pedagógica atende, basicamente, a duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz; e b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes” (Neires e Niura, 2009, p.78).

Dessa forma, nossa proposta teve a proposição de —pelo menos— seis oficinas com uma média de seis horas-aula (6h/a) de 40 minutos cada uma, divididas em dois encontros de três horas/aulas (3h/a). Nesse tempo, discutimos a importância da leitura para a formação da cidadania; provocamos discussões por exposição de dados, notícias, músicas, vídeo-reportagens, trechos de filmes; debatemos o tema por meio dessas provocações; expusemos o conceito e a estrutura do gênero artigo de opinião; aplicamos atividades de leitura e interpretação; além de, uma aula-passeio ao Engenho Massangana. Por fim, proporcionamos uma culminância, através de uma palestra, visando a consolidação da aprendizagem adquirida, entendendo que assim, conseguimos articular os conceitos, a execução das tarefas e apropriação dos saberes.

1ª OFICINA

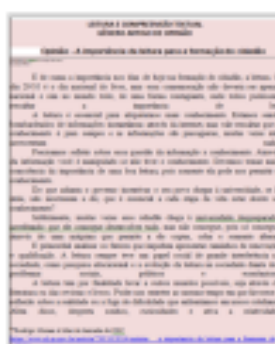
Quadro 11: Resumo da oficina 1 – TEMA – A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

1ª Oficina	Objetivo	Atividade	Material
6 horas/aulas.	- Compreender a importância da leitura para aquisição e ampliação do conhecimento; - Entender como se dá o processo do ato de ler e interpretar; - Aprimorar as estratégias de leitura e para a leitura crítico-discursiva; - Ler criticamente e discutir as ideias do artigo sobre a importância da leitura para o exercício da cidadania.	► Roda de Conversa; ► Apresentação de slides/vídeo; ► Discussão sobre a explanação do conteúdo com exemplificações; ► Atividade de Interpretação de texto; ► Discussão sobre as respostas da atividade.	•Data Show, pendrive; •Vídeo, slides; •Cópia dos textos e atividade; •Caderno e canetas para anotações.

Fonte: Construção própria

Referências

- FAILLA, Zaira. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 5ª*. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. In: INSTITUTO Pró Livro. 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil – 2020. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.
- MENDES, Jeswesley. *Leitura e Compreensão de texto*. Wordpress, 2008. Disponível em: <<https://www.leituras.files.wordpress.com/2008/08/estrategias-de-leitura.pdf>>. Acesso em: 03 de jul. de 2023.
- MORAES, Rodrigo. *A importância da leitura na formação do cidadão*. Alespe, 2014. Disponível em: <<https://www.alespe.gov.br/noticia/230/10/2014/opiniao-a-importancia-da-leitura-para-a-formacao-do-cidadao>>. Acesso em: 03 de jul. de 2023.



A primeira oficina pedagógica com duração de 6h/a dividida em dois momentos de 3h/a de 40 minutos cada uma, teve como objetivo principal **compreender a importância da leitura para aquisição e ampliação do conhecimento.**

Especificamente, objetivamos alcançar o entendimento do processo do ato de ler e interpretar; aprimorar as estratégias de leitura e da leitura crítico-discursiva; ler e discutir artigo de opinião sobre a importância da leitura.

Em vista desse propósito, no **primeiro momento**, iniciamos com uma roda de conversa sobre as preferências leitoras e a necessidade do ato de ler. Em seguida, apresentamos alguns dados do Ibope e da Unesco, que revelavam a grande problemática existente em relação à leitura, à escrita e ao analfabetismo no Brasil e Retratos de Leitura no Brasil, para situar nosso estudante na discussão.

Em seguida, uma apresentação de slides com exposição dos motivos para a importância da leitura, dos tipos de leituras, dos propósitos para a leitura, das etapas da leitura, do processo de leitura e interpretação de textos e das estratégias para aprimorar a leitura crítico-discursiva. Via introdução de uma conversa leve, exemplificação e espaços para os estudantes tirarem dúvidas, e ainda, contando com anotações de pontos importantes.

No **segundo momento**, trouxemos um artigo de opinião intitulado: A importância da leitura para a formação do cidadão. Primeiro, a proposta de leitura individual e silenciosa, depois fizemos a leitura compartilhada com discussão de cada parágrafo para que os estudantes fossem criando uma intimidade com o texto, entendendo o assunto, a polêmica existente no texto, as opiniões controversas do articulista, e as conclusões na tentativa de persuadir o leitor. Logo, anunciamos se tratar do gênero artigo de opinião e propusemos uma interpretação baseada nas questões da avaliação diagnóstica e sustentadas nas concepções de leitura, para que eles tentassem responder. No final, fomos lendo, respondendo e discutindo cada questão e a adequação das respostas individuais.

Após esses dois momentos, fizemos a introdução do gênero discursivo artigo de opinião, no qual iríamos nos debruçar nos próximos encontros, para aquisição de conhecimento, tomada de um ponto de vista e empoderamento discursivo das relações étnico-raciais.

ATIVIDADE DA 1ª OFICINA

LEITURA E COMPREENSÃO TEXTUAL GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Opinião - A importância da leitura para a formação do cidadão

30/10/2014 10:38 | Rodrigo Moraes*

É de suma importância nos dias de hoje na formação do cidadão, a leitura. O dia 29/10 é o dia nacional do livro, mas essa comemoração não deveria ser apenas nacional e sim no mundo todo, de uma forma contagiante, onde todos pudessem ressaltar a importância de ler.

A leitura é essencial para adquirirmos mais conhecimento. Estamos sendo bombardeados de informações instantâneas através da internet, mas vale ressaltar que o conhecimento é para sempre e as informações são passageiras, muitas vezes não acrescentam nada.

Precisamos refletir sobre essa questão da informação x conhecimento. Através da informação você é manipulado se não tiver o conhecimento. Devemos tomar mais consciência da importância de uma boa leitura, pois somente ela pode nos permitir o conhecimento.

Do que adianta o governo incentivar o seu povo a chegar à universidade, se lá atrás, não mostraram a ele, que é essencial a cada etapa da vida estar aberto ao conhecimento?

Infelizmente, muitas vezes esse cidadão chega à universidade despreparado, acreditando que ele consegue desenvolver tudo, mas não consegue, pois só consegue através de uma máquina que permite a ele copiar, colar e somente alterar.

É primordial analisar os fatores que impedem apresentar caminhos de renovação e qualificação. A leitura sempre teve um papel social de grande interferência na sociedade, como pesquisa educacional e a evolução da leitura na sociedade diante dos problemas sociais, políticos e econômicos.

A leitura tem por finalidade levar a outros mundos possíveis, seja através da literatura ou das revistas e livros. Poder nos entreter ao mesmo tempo em que favorece a reflexão sobre a realidade ou a fuga de dificuldade que enfrentamos em nosso cotidiano. Além disso, desperta sonhos, curiosidades e ativa a criatividade.

*Rodrigo Moraes é líder de bancada do PSC

Fonte: [https://www.al.sp.gov.br/noticia/?](https://www.al.sp.gov.br/noticia/?30/10/2014/opiniao___a_importancia_da_leitura_para_a_formacao_do_cidadao)

30/10/2014/opiniao___a_importancia_da_leitura_para_a_formacao_do_cidadao



Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Quem é o autor do artigo lido?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Ao longo do texto o autor expõe alguns argumentos. Você consegue apontar quais argumentos o autor defende nesse artigo de opinião?

4. Quais as conclusões com as quais o autor finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?

2ª OFICINA

Quadro 12: Resumo da oficina 2 – TEMA - GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

2ª Oficina	Objetivo	Atividade	Material
6 horas/aulas.	• Compreender o conceito do gênero discursivo artigo de opinião e suas características; • Identificar as características do gênero discursivo artigo de opinião; • Perceber o poder de crítica e argumentação do gênero discursivo artigo de opinião; • Ler inferindo com olhar crítico e discursivo as características próprias do gênero artigo de opinião.	► Conversação sobre a multiplicidade dos gêneros discursivos textuais; ► Apresentação de slides/video sobre o conceito de artigo de opinião; ► Escrita dos conceitos e características do gênero discursivo artigo de opinião; ► Atividade de fixação com leitura de dicas e análise de temas polêmicos do gênero discursivo o artigo de opinião.	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Cópia dos textos e atividades com o conceito e características e dicas de Artigos de Opinião; • Caderno e canetas para anotações.

Fonte: Construção própria

Referências

- ARTIGO de opinião. *Enciclopédia significados*, c2011. Disponível em: <https://www.significados.com.br/artigo-de-opiniao/>. Acesso em: 07 de ago. de 2023.
- ARTIGO de opinião. *Prezi.com*, c2023. Disponível em: <<https://prezi.com/gjzjxxvQanb/artigo-de-opiniao/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.
- LUZERNA, professor. *Slides artigo de opinião*. Instituto Federal Catarinense, 2016. Disponível em: <<https://professor.luzerna.ifc.edu.br/andriana-becker/wp-content/uploads/sites/37/2016/03/slides-artigo-de-opiniao.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. de 2023.

TEXTO SUPORTE DA 2ª OFICINA

Artigo de Opinião

O que é um artigo de opinião?

Um artigo de opinião é um **texto opinativo**. Nesse tipo de artigo, o autor apresenta seu ponto de vista e sua opinião sobre um assunto, ou seja, o texto reflete as impressões pessoais de quem o escreve.

O artigo de opinião se caracteriza por ser um **texto argumentativo**, ou seja, ao escrever, o autor demonstra quais são as razões que o levam a ter aquela opinião. Isso é feito com o objetivo de convencer o leitor do seu ponto de vista.

Os artigos de opinião são encontrados principalmente nos meios de comunicação, como jornais, revistas e nas redes sociais e são publicados normalmente por jornalistas ou colunistas.

Estrutura do artigo de opinião

A estrutura de um artigo de opinião é simples, formada por três partes principais: introdução, desenvolvimento e conclusão.

- **Introdução:** é o início do texto, momento em que o autor apresenta e contextualiza o assunto que vai discutir.
- **Desenvolvimento:** é a parte central do artigo. Nos parágrafos seguintes o escritor pode abordar aspectos variados sobre assunto, apresentando e defendendo sua opinião. Ele usa de argumentação e apresenta justificativas para convencer o leitor. É a parte mais longa do texto.
- **Conclusão:** no fim do texto o autor faz uma conclusão do raciocínio apresentado ao leitor. É importante apresentar possíveis soluções para a questão debatida no texto.

Como começar um artigo de opinião?

Como vimos, o artigo de opinião deve ser iniciado pela introdução, ou seja, pela apresentação do tema que vai ser discutido no texto.

Mas, antes de começar a escrever, é bom estar bem informado sobre o assunto escolhido. Para facilitar, veja algumas dicas:

- **Estude sobre o assunto** que você deseja discutir, conheça bem o tema. Quanto mais informação tiver, mais fácil será escrever.
- Leia diferentes opiniões que já foram dadas sobre o assunto, mesmo opiniões contrárias às suas.
- Pense nas possíveis dúvidas ou críticas do leitor para respondê-las ao longo do texto;
- Use fontes confiáveis e apresente dados sobre o assunto.

Características de um artigo de opinião

As principais características de um artigo de opinião são:

- Em geral, os temas abordados são assuntos bem atuais ou polêmicos;
- É comum que sejam escritos na primeira ou na terceira pessoa;
- Uso de títulos atraentes para chamar a atenção do leitor;
- A argumentação apresentada é direcionada a convencer o leitor;
- Uso de linguagem objetiva e de fácil compreensão;
- O artigo é assinado pelo escritor.

Os tipos de argumentação em um texto

Há várias formas de se argumentar em um texto. Abaixo explicamos os três principais tipos de argumentação utilizados:

- **Argumento de autoridade:** é quando o autor do texto utiliza alguma frase, citação ou ideia de outra pessoa ou instituição de pesquisa, que ajude a embasar e fundamentar a opinião defendida;
- **Argumento de comprovação:** é o tipo de argumento que utiliza dados, estatística e notícias que ajudem a comprovar a veracidade da opinião defendida no texto;
- **Argumento de raciocínio lógico:** é quando o autor do texto encontra um ponto lógico, que deixa óbvio e claro o porquê de defender aquele ponto de vista.

Exemplo de artigo de opinião que apresenta o ponto de vista de quem o escreve

Todo artigo de opinião apresenta o ponto de vista (a opinião) de quem o escreve. Neste exemplo, altos funcionários africanos da Organização das Nações Unidas (ONU) assinam um artigo com duras críticas à violência policial contra populações negras.

Título: Protestos “Black lives matter” e outras manifestações contra o racismo sistêmico e a brutalidade policial

Tema: racismo e violência policial

Como líderes africanos nas Nações Unidas, as últimas semanas de protestos pelo assassinato de George Floyd sob custódia policial deixaram-nos indignados com a injustiça da prática do racismo que continua difundida em nosso país anfitrião e em todo o mundo.

Jamais haverá palavras para descrever o profundo trauma e o sofrimento intergeracional que resultaram da injustiça racial perpetrada ao longo dos séculos, particularmente contra pessoas de ascendência africana. Apenas condenar expressões e atos de racismo não é suficiente.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou que “precisamos alçar a voz contra todas as expressões de racismo e casos de comportamento racista”. Após o assassinato do senhor George Floyd, o grito ‘Black Lives Matter’ [Vidas de pessoas negras importam] que ecoou nos Estados Unidos e em todo o mundo é mais do que um slogan. Realmente, eles não são apenas importantes mas são essenciais para o cumprimento de nossa dignidade humana comum.

Trecho de artigo de opinião assinado por vários altos funcionários africanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Publicado em ONU News, 15/06/2020.

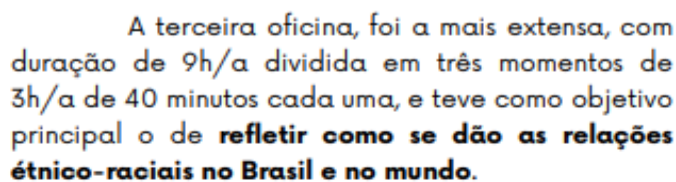
Fonte: <https://www.significados.com.br/exemplos-de-artigo-de-opiniao/>

OBS: Ler e anotar tópicos importantes e fazer resumos das informações relevantes.

3ª OFICINA

Quadro 13: Resumo da oficina 3 – TEMA- RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

3ª Oficina	Objetivo	Atividade	Material
9 horas/aulas.	• Refletir sobre como se dão as relações étnico-raciais no Brasil e no mundo; • Provocar para a discussão por meio de uma vídeo-reportagem sobre a problemática das relações étnico-raciais entre as pessoas; • Compor conhecimento sobre as relações étnico-raciais em sociedade; • Distinguir o significado das palavras preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; • Ler, interpretar e comparar os motivos dos artigos de opinião do passado e do presente sobre as relações étnico-raciais, a exemplo do Brasil e o sistema racista.	► Roda de conversa sobre as relações étnico-raciais; ► Apresentação de vídeo com trecho de reportagem e pesquisa sobre preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ► Apresentação de slides com explicação sobre o conceito, a problemática e as estatísticas das relações étnico-raciais; ► Leitura, interpretação e exemplificação dos conceitos de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo; ► Leitura, interpretação e comparação de artigos de opinião sobre as relações étnico-raciais.	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Textos: artigos de opinião e atividade; • Caderno e canetas para anotações.



Projetando essa finalidade, a princípio, iniciamos com uma roda de conversa sobre as relações étnico-raciais vivenciadas no Brasil e no mundo, ouvindo as percepções e o conhecimento dos estudantes sobre a história, a cultura e a problemática das relações étnico-raciais.

nacional envolvendo uma situação de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo entre pessoas.

Em seguida, fomos discutindo uma pesquisa intitulada As faces do racismo encomendada pela Central Única das Favelas – CUFA, que foi realizada entre pessoas comuns sobre as desigualdades raciais em relação a inferioridade e superioridade de outras pessoas brancas e negras, a qual deixou os estudantes bem empolgados e falantes, deferindo palavras revoltadas sobre as respostas dos entrevistados e das estatísticas apresentadas.

Ainda nesse **primeiro momento**, entregamos um card com explicação sobre os conceitos e diferenças entre preconceito, discriminação, injúria racial e racismo e fomos exemplificando, discutindo e compondo conhecimentos preliminares sobre essa temática.

No **segundo momento**, iniciamos nossa discussão com a exibição de uma reportagem com pessoas que sofreram situações de preconceito, discriminação, injúria racial e racismo, o que deixou nossos estudantes pensativos, perplexos e penosos.

Em seguida, um vídeo curto falando um pouco da história e de onde veio esse racismo estrutural vivenciado nos dias atuais. E, nesse contexto, trouxemos uma apresentação de slides com exposição de leis que estruturam nossa discussão; sobre a importância do movimento negro para essa luta; sobre falas, comportamentos e situações de racismo velado; sobre conceitos e ações afirmativas alcançadas; sobre a diferença de negro e preto; sobre o racismo presente nas escolas e sobre a responsabilidade da escola nessa discussão, entre outras abordagens. Esse segundo momento foi muito rico e satisfatório, num movimento de estar letrando racialmente, educando para as relações étnico-raciais estudantes, cidadãos atuantes, transformadores sociais.

E, só num **terceiro momento**, apresentamos imagens de alguns artigos de opinião do passado e do presente, com a finalidade de comparação dos motivos pelos quais esses textos sobre a problemática das relações étnico-raciais, estão a tanto tempo sendo escritos, lidos, discutidos e necessários para a composição de maior conhecimento sobre esse tema. Nesse mesmo momento, revisitamos a leitura do artigo de opinião: Brasil e o sistema racista em leitura compartilhada, discussão do tema, discussão dos pontos de vista, dos argumentos e das respostas construídas individual e coletivamente.

Finalizamos essa oficina comentando as últimas atrocidades racistas ocorridas no esporte nos eventos da semana, já convidando nossos estudantes a essa reflexão, tema da nossa próxima oficina.

Referências

- BBC News Brasil. **As estatísticas revelam as desigualdades raciais no Brasil e nos Estados Unidos**. 15 de jun. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/d45Woc456DY>>. Acesso em: 16 de out. 2023.
- CORREIO Braziliense. **Brasil e o sistema racista**, 11 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/07/11/internas_opiniao.871316/artigo-brasil-e-o-sistema-racista.shtml>. Acesso em: 02 de out. 2023.
- CURSO - Diversidades: Educação Antirracismo - Branquitude – Senac, sd, São Paulo. Disponível em: <www.cursoead.sp.senac.br/antirracismo/page5>. Acesso em: 01 de ago. 2023.
- INSTITUTO Locomotiva. **As faces do racismo**. Um levantamento do instituto locomotiva para a central única das favelas (CUFA), jun. 2020. Disponível em: <<https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/as-faces-do-racismo-2020.pdf>>. Acesso em: 06 de ago. 2023.
- MACHADO, Ubiratan Carlos. **Aula Livro o Negro no Brasil de Hoje**. Disponível em: <<https://dokumentips.education/aula-livro-o-negro-no-brasil-de-hoje-kabengele-munanga.html>>. Acesso em: 28 de ago. 2023.
- NZINGA, Rosa Margarida de Carvalho Rocha. **Educação das Relações Étnico-raciais**. PORTAL da cultura afro-brasileira, c2013. Disponível em: <https://www.faneesp.edu.br/site/portal_afro_brasileira/documentos/apres_relacoes_raciais_edup.ppt>. Acesso em: 06 de ago. 2023.
- PAIVA, Vitorino Vidal de. **Aula 6 : a diversidade cultural: relações étnico-raciais**, 15 de out. 2017. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/5617118/>>. Acesso em: 06 de ago. 2023.
- RÁDIO CBN. **Polícia investiga caso de racismo em lanchonete**, Rio de Janeiro, 01 ago. 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/DAGi7Qekla8>>. Acesso em: 16 de out. 2023.

ATIVIDADE DA 3ª OFICINA

Artigo: Brasil e o sistema racista

"O conceito de raça é usado para segregar e oprimir uma população que, ainda hoje, é invisibilizada, tendo os direitos humanos violados"

Correio Braziliense

postado em 11/07/2020 04:14



A morte do povo preto não pode continuar passando despercebida. Mas o que esperar de uma sociedade racializada? O genocídio da população não branca transforma em estatísticas vidas que se perderam sem chance de defesa. Ser negro é marcador social. E quem é negro sente na pele a dor de ser negro em um país onde o racismo prevalece. A Lei nº 7.716, de 1989, de autoria do deputado Carlos Alberto de Oliveira, daí ser mais conhecida como Lei Caó, criminaliza o racismo e possibilita ferramentas que poderiam mudar o cenário de violência atual. Mas o que faz uma lei valer é o uso. Ela precisa ser popularizada, trabalhada nas escolas e nas bases para que os jovens tenham conhecimento dela e se apropriem de seus efeitos. Até quando uma mãe preta vai chorar?

Há uma hierarquização, uma sociedade hegemônica que alimenta as desigualdades sociais, omitindo da população preta o acesso aos seus direitos, deixando-a à margem, em situação de risco e vulnerabilidade social. Naturalizando, diariamente, a morte dos jovens negros, que continuam tombando diante de um quadro generalizado de violência e opressão.

Não podemos ficar omissos frente a tantas atrocidades. Precisamos desconstruir as estruturas excludentes que se retroalimentam e mantêm a desigualdade, a apartação social e nos insere em uma inclusão perversa, matando irmãos nossos, tirando-nos a liberdade de ser quem somos, de construir nossa identidade e vivê-la de forma plena. A sociedade questiona a legitimidade de nossas ações, cultura e etnia, não levando em conta que o Brasil é o segundo país do mundo em população negra. Uma população que é de luta, resistência, mas que, infelizmente, ainda hoje perde vidas em razão de desigualdades e injustiça.

O conceito de raça é usado para segregar e oprimir uma população que, ainda hoje, é invisibilizada, tendo os direitos humanos violados. O racismo estrutural simbolicamente mantém o povo preto no tronco. Sem voz e anestesiado pelo sofrimento psíquico, leva com ele as dores de ser negro em um país patriarcal, machista, racista e classista.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 diz que somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. E que a prática do racismo constitui crime inafiançável. Direitos que não são respeitados. Há no Brasil uma coisificação. Negros e negras deixam de ser vistos como pessoas e são tratados como coisas, deixando à mostra uma sociedade cruel e desumana adoecida por padrões e valores deturpados que julgam e condenam pessoas por sua cor, raça e classe.

As mulheres negras lutam contra machismo, racismo e exclusão. Há diferença enorme nas construções sociais de ser mulher e ser mulher negra. Existe uma desigualdade histórica que privilegia a população branca em detrimento da não branca. A nossa sociedade embasa comportamentos racistas e discriminatórios que se perpetuam e seguem ceifando vidas inocentes.

Precisamos lutar por uma sociedade mais justa, que se organiza no sentido de superar as injustiças sociais. A luta antirracista é de todos nós. Precisamos nos indignar e deixar claro para a sociedade que não admitimos racismo, não toleramos, e nada nem ninguém vai nos silenciar.

Nós, brasileiros, somos descendentes, sim, de povos africanos, e reconhecer nossa ancestralidade é passo importante para termos o direito à cidadania e lutarmos por políticas afirmativas. É inconcebível que, em pleno século 21, continuemos ignorantes em relação à cultura, etnia e tradições do povo preto. Ser negro transcende a cor. A ignorância gera preconceito racial que se manifesta de forma violenta, como os assassinatos dos jovens negros e a destruição das casas religiosas tentando tirar do negro a identidade. A exclusão viola o principal direito humano, que é o direito à vida, e coloca a população não branca em uma realidade de terror e sofrimento, em que se tornam apenas dados estatísticos.

E todas essas situações reais de lutas e sofrimento são naturalizadas socialmente, impedindo a população negra de ter acesso a direitos humanos fundamentados, instituídos e efetivados. Para que haja mudança, lutemos por um Brasil melhor, sem racismo e com igualdade plena. Esse é nosso compromisso. E nossa esperança.

*Membros da Comissão da Igualdade Racial da OAB-DF

Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/07/11/internas_opiniao,871316/artigo-brasil-e-o-sistema-racista.shtml



Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Quem é o autor do artigo lido?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Ao longo do texto o autor expõe alguns argumentos. Você consegue apontar quais argumentos o autor defende nesse artigo de opinião?

4. Quais as conclusões com as quais o autor finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?



4ª OFICINA

Quadro 14: Resumo da oficina 4 – TEMA - RACISMO NO ESPORTE

4ª Oficina	Objetivo	Atividade	Material
3 horas/aulas.	• Perceber o racismo estrutural no esporte, mesmo quando os negros estão em situação de superioridade; • Interagir com a discussão por meio de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; • Inferir com olhar crítico e discursivo o gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte; • Ler, analisar e interpretar as relações étnico-raciais pelo gênero discursivo artigo de opinião sobre a triste realidade do preconceito racial no esporte;	▶ Apresentação de notícia e reportagem de impacto sobre racismo no esporte; ▶ Roda de conversa sobre as relações expostas na reportagem; ▶ Leitura, análise e discussão do artigo proposto; ▶ Atividade de fixação e interpretação do gênero discursivo artigo de opinião sobre racismo no esporte; ▶ Discussão sobre as respostas da atividade;	• Data Show, pendrive; • Vídeo, slides; • Caderno e canetas para anotações. • Texto: A triste realidade do preconceito racial nos esportes.

Fonte: Construção própria

ATIVIDADE DA 4ª OFICINA

LEITURA E COMPREENSÃO TEXTUAL DE ARTIGO DE OPINIÃO

A triste realidade do preconceito racial nos esportes

Autor: **Fernanda Letícia de Souza***

25 de janeiro de 2021

Casos de atitudes de ódio motivadas pelo preconceito racial são rotina em muitas localidades. O que historicamente deveria ter ficado no passado, com a abolição da escravidão, ressurgiu com força cada vez maior atualmente. O racismo é um problema estrutural da sociedade

brasileira e se engana quem acha que a educação tem sido suficiente para mitigar o preconceito. A polarização da vida social brasileira nos últimos tempos trouxe à tona a manifestação do racismo em sua forma mais cruel.

Até mesmo o esporte, que é constantemente palco de manifestações de combate ao preconceito racial e fábrica de ídolos de pele negra, tem visto um crescimento alarmante de casos de racismo. Somente em 2019, os casos de injúria racial no esporte brasileiro cresceram a ponto de atingir o maior índice em cinco anos. Estes dados são do futebol, mas sabemos que as atitudes acontecem em outras modalidades esportivas.

Os atos vão desde ofensas verbais como chamar o outro de macaco, atitudes depreciativas como atirar bananas para dentro do campo na direção de jogadores da raça negra e até atos mais graves como a depredação de bens pessoais em razão da cor da pele. E as atitudes racistas não ficam restritas às torcidas e às arquibancadas, como muitos podem pensar, e acontecem também dentro de quadra ou campo, entre atletas, jogadores e companheiros de equipe.

Há ainda quem minimize o impacto de atitudes como estas nos gramados brasileiros. Recentemente, isso ficou bem claro na fala do consagrado técnico Vanderlei Luxemburgo, que alegou não concordar que provocações como chamar o outro de macaco para desestabilizá-lo emocionalmente deva ser considerado racismo. E completou dizendo que racismo puro seria apenas o que ocorreu no polêmico caso de assassinato de George Floyd por policiais americanos.

Absurdo e talvez irônico que, num país com uma das maiores populações negras do mundo (ficando atrás somente da Nigéria) e, principalmente, no campo dos esportes onde o atleta negro se destaca de forma natural, atitudes como estas ainda aconteçam e sejam toleradas.



Basta analisarmos a genética, que comprova que pessoas da raça negra possuem um percentual maior de células musculares de contração rápida – aquelas responsáveis pela velocidade, potência e explosão muscular – para concluirmos que a raça que se considera tão superior por possuir a pele branca, é, na verdade, bem inferior na maioria das modalidades esportivas. Além disso, um rápido levantamento dos maiores atletas do passado e da atualidade nos traz nomes como Muhammad Ali, Pelé, Michael Jordan, Usain Bolt e LeBron James, todos, coincidentemente ou não, pertencentes a raça considerada “inferior” por aqueles que se sentem no direito de praticar atos de racismo.

Técnicos, torcedores e amantes do esporte devem as maiores conquistas de seus clubes e times, seja no futebol, no basquete ou em qualquer modalidade esportiva, a atletas negros. Prova de que a cor da pele não determina nada, a não ser uma considerável vantagem nos esportes.

Fonte: <https://www.uninter.com/noticias/a-triste-realidade-do-preoneito-raial-nos-esportes>
 *Fernanda Letícia de Souza é especialista em Fisiologia do exercício e prescrição do exercício físico, é professora da área de Linguagens cultural e corporal nos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Uninter.

*Foto principal: jogadores do Liverpool em protesto contra o racismo.

Créditos do Fotógrafo: Twitter Liverpool/Reprodução

Tags: esportes e racismo, luta antirracista, preoneito raial, Uninter, vidas negras

Leia e responda:

1. Quem é o autor do artigo lido?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o autor aborda uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título do texto, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Ao longo do texto o autor expõe alguns argumentos. Você consegue apontar quais argumentos o autor defende nesse artigo de opinião?

4. Você consegue identificar os tipos de argumentos utilizados pelo autor?

5. Quais as conclusões com as quais o autor finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

6. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?



5ª OFICINA

AULA-PASSEIO AO ENGENHO MASSANGANA

Quadro 15: Resumo da oficina 5 – TEMA -AULA-PASSEIO

5ª Oficina	Objetivo	Atividade	Material
5 horas/aulas.	• Conhecer o Engenho Massangana e toda a história representada por dele; • Interagir com a história e relacioná-la com o presente; • Selecionar informações para a apresentação da culminância e para seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais.	► Aula-passeio ao Engenho Massangana; ► Interação com a leitura da história e relacionar com o presente; ► Seleção de informações para a apresentação da culminância e para sustentação de seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais.	• Transporte; • Lanche; • Água; • Caderno e canetas para anotações.

Fonte: Construção própria



Engenho Massangana

Após a conclusão das oficinas em sala de aula e o convite para a aula-passeio ao Engenho Massangana, num outro momento — próximo ao dia do passeio — conversamos sobre a perspectiva do que encontraríamos no Engenho Massangana e também sobre a significância desse espaço para a história de luta do povo negro. Apresentamos e folheamos o livro *Massangana e Nabuco: o tempo revisitado* (2012), que traz um pouco da história do engenho, com imagens do espaço interno, externo, do ex-morador principal, o abolicionista Joaquim Nabuco, dos demais ex-moradores e de acontecimentos no local, a fim de criar expectativa para o dia da aula-passeio.

Essa quinta oficina teve como objetivo principal **conhecer o Engenho Massangana e toda a história representada por dele**; e especificamente, *interagir com a história e relacioná-la com o presente; selecionar informações para a apresentação da culminância e para seu empoderamento discursivo antirracista na transformação social das relações étnico-raciais.*

Sob tal perspectiva, a aula-passeio aconteceu no dia nove de novembro, que também é o mês da Consciência Negra, mês de grande reflexão sobre os atrasos, retrocessos e avanços relacionados ao povo negro, assim como as relações étnico-raciais entre as pessoas. Os estudantes estavam convidativos por um momento fora do ambiente escolar, assim, dos dez estudantes da turma, sete estudantes se fizeram presentes, os demais justificaram a ausência por força do trabalho e de consulta médica no horário diurno.

Já no espaço, fomos recebidos pelo historiador Igor Amaranti, que com muita simpatia, foi percorrendo sobre o espaço, a história, os principais ex-moradores, a importância do local e interpelando os estudantes sobre o conhecimento já adquirido sobre essa parte da história.

Um momento interessante que nos chamou a atenção nessa aula-passeio, foi quando o professor-historiador perguntou sobre a identidade racial dos estudantes e prontamente eles responderam — sem titubear — demonstrando aprendizagem das discussões anteriores. E, mais interessante ainda, foram quatro estudantes se identificarem como negros, dois brancos e um “moreno”. Lembrando que no questionário sócio-histórico apenas um aluno se identificou como negro, caracterizando um avanço das nossas discussões.

Para mais, a visita foi maravilhosa composta por muita informação histórico-cultural, interação com a exposição, aprendizagem reflexiva, falas conscientes e finalizamos com um momento relaxante, num espaço verde lindo, regado a lanches e água de coco.

Voltaram felizes, fizeram falas de agradecimentos e acreditamos que estejam fortalecidos e melhor preparados para participação na culminância do projeto que será celebrada no dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, líder abolicionista de relevância histórica.

Referências

*MONTENEGRO, Antonio Carlos Duarte [coordenador]. DE VASCONCELOS, Henrique [pesquisador]. *Massangana e Nabuco: o tempo revisitado*, Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

6ª OFICINA

Quadro 16: Resumo da oficina 6 – TEMA - CULMINÂNCIA DO PROJETO

6ª Oficina	Objetivo	Atividade	Material
3 horas/aulas.	• Apresentar para a comunidade escolar um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto; • Defender uma nova postura nas relações étnico-raciais; • Aclamar a história, a cultura e as pessoas que são vozes ativas na defesa por relações étnico-raciais respeitadas e equitativas; • Convidar os presentes para adotarem, socialmente, uma postura antirracista.	► Apresentações para o grande grupo, da escola, um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto. ► Apresentações de músicas, declamações, danças, celebridades negras, falas de defesa por novas posturas nas relações étnico-raciais na escola e sociedade.	• Papelaria, audiovisual, pendrive, data show, ornamentação; • Livro; • Lanche;

Fonte: Construção própria

Referências

- DINIZ, Maria Antônia. **Bala Perdida**. Disponível em: < <https://youtu.be/IL97RWo1R48> >. Acesso em: 20 de Nov. 2023.
- JOVENS Negros afirmam que o ambiente escolar e o local em que mais sofrem racismo. **Mundo Negro**, 2023. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/64-dos-jovens-negros-afirmam-que-o-ambiente-escolar-e-o-local-em-que-mais-sofrem-racismo/>> Acesso em: 20 de Nov. 2023
- OLIVEIRA, Denise de. et al. **Antirracismo em Pauta**, Firjan/Sesi, Rio de Janeiro, 2021.
- SERRES, Alain; Zaï **Mandela o africano de todas as cores**; Edição 2ª; Editora: Pequena Zahar, 16 de maio 2013.

O evento da culminância do projeto aconteceu no dia 20 de novembro do ano corrente para toda a comunidade escolar do período noturno, horário da nossa turma.

Inicialmente, pensamos essa oficina toda apresentada pelos alunos, porém não tendo tempo hábil para preparação efetiva, mudamos para uma palestra e com depoimentos, pelos alunos, do que foi vivenciado nas oficinas.

Essa sexta e última oficina teve duração de 3h/a e tivemos por objetivo principal **apresentar para a comunidade escolar um pouco da aprendizagem adquirida durante o projeto;**

Especificamente, objetivamos *defender uma nova postura nas relações étnico-raciais; aclamar a história, a cultura e as pessoas que são vozes ativas na defesa por relações étnico-raciais respeitadas e equitativas, assim como, convidar os presentes para adotarem, socialmente, uma postura antirracista.*

Por essa finalidade, iniciamos apresentando o resultado de uma pesquisa que apontava uma porcentagem de 64% de jovens negros entre 14 a 29 anos que apontavam o ambiente escolar como o mais violento e o local onde mais sofrem racismo, consequentemente levando ao abandono escolar cerca de 71,7% jovens negros em todo o país.

Em seguida, transmitimos um vídeo de cinco minutos intitulado: Racismo não se combate com silêncio, no qual pessoas pretas do gênero feminino e masculino expunham as dores que eles sentiram ao vivenciarem situações de preconceito, de discriminação, de racismo e de injúria racial ao longo de suas trajetórias, inclusive a escolar.

Impactados com o vídeo, iniciamos a apresentação dos nossos slides de 51 laudas coloridas, composto de muita informação histórica, problemas nas relações étnico-raciais, legislação vigente de proteção e denúncia, e de caminhos para aquisição de conhecimento e adoção de uma postura antirracista. Além de imagens contextualizadas e de pessoas referências na luta antirracista ao longo da história e dos dias atuais. Ademais, um dos alunos participantes do projeto falou sobre a experiência de vivenciar o projeto e sobre o contexto do livro recebido, Mandela: o africano de todas as cores.

Por fim, transmitimos — em primeira mão — um curta-metragem impactante, selecionado por quatro festivais de cinema intitulado: Bala Perdida da autora Maria Antônia Diniz (2023), acerca da problemática das crianças periféricas atingidas por balas perdidas no Brasil. E logo, os estudantes conceituaram, contextualizaram e interpretaram a essência do curta com a situação das muitas crianças que foram atingidas e mortas por balas perdidas no país, em sua maioria negras, consequência de um sistema brutal e incoerente.

Agradecida por mais essa experiência, convidamos os estudantes para um lanche especial, baseado na culinária africana.

Durante o lanche, várias foram as falas de agradecimento, depoimentos e de que a partir de agora novas posturas e discursos estavam sendo construídos, inclusive de professores.

Nesse mesmo momento, surge o convite da gestão escolar para que essa mesma palestra fosse levada aos estudantes do horário diurno para que eles pudessem sentir os efeitos causados naquela noite. Assim, no dia seguinte, levamos a palestra e seus complementos para os alunos dos 1º e 2º anos do Ensino Médio, que receberam as informações e reflexões de braços abertos, com entusiasmo e com muitas participações por relatos de acontecimentos na escola e denúncias de posturas inadequadas de professores.

Finalizamos esta etapa satisfeitos e com a certeza de termos alcançado todos os objetivos propostos nesta oficina, preparamo-nos para aplicação da atividade diagnóstica final.



ATIVIDADE DIAGNÓSTICA FINAL

Leia o texto atentamente:

ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança

Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública.

23 março 2021

Jan Jarab e Marlova Jovchelovitch Noletto

O peso da herança de discriminação racial — incluindo a colonização e o genocídio de povos indígenas nas Américas, o tráfico transatlântico, a escravização das pessoas afrodescendentes e a segregação racial— geram efeitos até hoje nas oportunidades e na garantia dos direitos humanos no mundo. O Brasil não é exceção: o país viveu um histórico de colonização e tráfico de pessoas escravizadas intenso, o que se reflete em uma população composta por mais de 50% de afrodescendentes e 305 povos indígenas. Esses grupos acumulam uma série de vulnerabilidades em decorrência do racismo e demandam atenção específica do poder público, da sociedade civil e de organizações internacionais.



Legenda: Foto: Wilson Dias/Abr

O ano de 2020, lamentavelmente, mostrou com crueldade os impactos do racismo. Enfrentamos uma pandemia e uma crise sanitária com efeitos devastadores para as populações em situação mais vulnerável, como bem lembrou a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet. Ao mesmo tempo, observamos o debate sobre racismo sendo recolocado na agenda global, a partir do assassinato de George Floyd por policiais nos Estados Unidos.

No Brasil, o assassinato do João Alberto Freitas às vésperas do Dia da Consciência Negra evidenciou mais uma vez a situação do racismo, sobretudo do racismo institucional. De acordo com o Atlas da Violência de 2020, 75,7% das pessoas assassinadas são negras. Jovens negros periféricos estão entre as principais vítimas de homicídio. Jovens indígenas enfrentam estigmatização e discriminação ao saírem de suas aldeias para acessar serviços públicos de educação superior ou empregos e, frequentemente, têm seu pertencimento étnico-racial questionado.



Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública. A pandemia da COVID-19 ressaltou essas diferenças significativas de acesso a direitos humanos entre grupos raciais marginalizados, demonstrando o impacto do racismo, principalmente para pessoas afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, os mais afetados negativamente neste momento de crise sanitária.

Uma pesquisa feita pelos institutos Data Favela e Locomotiva no início deste ano mostrou que 67% dos moradores de favelas são negros. Como a maioria dos serviços de saúde de mais qualidade fica localizada nos bairros mais centrais das cidades, essa população tem acesso limitado a tais serviços, colocando essas pessoas em maior risco, visto que não recebem o tratamento adequado para a doença.

O ressurgimento de grupos neonazistas e supremacistas brancos tem encontrado na internet uma nova fronteira para disseminar discurso de ódio e discriminação racial. As novas tecnologias possibilitam que esses conteúdos se disseminem com muita rapidez, sem que haja ainda ferramentas adequadas para combater esse fenômeno. Todos esses casos demonstram o quanto o enfrentamento ao racismo permanece um desafio atual e dinâmico, que não diz respeito somente às populações que sofrem diretamente seus efeitos negativos, mas sim a todas as pessoas.

Nesse contexto, a juventude no Brasil e no mundo tem exercido um papel importante, principalmente pelo protagonismo nas redes sociais e outras ferramentas que potencializam sua mobilização e discurso. Jovens indígenas atuando em redes, ou mesmo de forma independente, têm se engajado na afirmação da diversidade da identidade indígena, reiterando e reivindicando seus direitos humanos, principalmente o direito à terra e ao meio ambiente e à participação política.

A juventude negra, também em coletivos ou de forma independente, tem fomentando a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial, ao passo que incrementa o espaço cívico para debates plurais e abertos sobre o racismo estrutural e institucional. As juventudes indígenas, negras, ciganas, de ascendência asiática têm se envolvido na conscientização e proposta de uma postura antirracista nos mais diversos espaços: cultura, meio digital, saúde, educação, meio ambiente e, principalmente, na luta por direitos humanos.

O enfrentamento ao racismo pode ter uma nova fase a partir de agora, com todas as lições deixadas pela pandemia de COVID-19. Esta nova fase deve incluir cada vez mais ações estruturais e programáticas, que incidam na raiz das desigualdades raciais.

Exemplo disso é a formação de uma comissão de 20 juristas negras e negros, na Câmara dos Deputados, instalada oficialmente em 21 de janeiro deste ano, para examinar a legislação brasileira sobre racismo.

A criação de mais espaços de participação diversa e popular – especialmente para jovens – é imprescindível para ampliar o espaço cívico, garantir a visibilidade das populações e possibilitar o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas. O empoderamento e o envolvimento das novas gerações na tomada de decisões importantes para a sociedade é um sopro de esperança com grande potencial para gerar mudanças no presente, mas também para reconstruirmos um futuro melhor, onde ninguém seja deixado para trás.

23 março 2021

Por Jan Jarab, representante da ONU Direitos Humanos na América do Sul, e Marlova Jovchelovitch Noleto, diretora e representante da UNESCO no Brasil e Coordenadora Residente a.i. da ONU no Brasil.

Fonte: ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança | As Nações Unidas no Brasil
<https://brasil.un.org/pt-br>

Após a leitura, responda, segundo o texto:

1. Este artigo traz uma informação, do texto, em destaque, segundo essa informação, quais são os desafios acumulados por causa do racismo?

2. O artigo de opinião é um gênero discursivo em que o/a(s) autor(a)s abordam uma problemática da atualidade, contextualizada com questões sociais. A partir do título, você consegue identificar a temática deste artigo de opinião?

3. Quais os argumentos que a autora apresenta ao longo deste artigo para defender seu ponto de vista de que o peso da herança da discriminação racial gera efeitos até os dias atuais?

4. Quais as conclusões com as quais a autora finaliza seu artigo para tentar nos convencer das suas ideias?

5. Qual a sua opinião sobre o título e ponto de vista defendidos neste artigo de opinião? Concorda? Discorda? Por quê?

6. Pergunta bônus: Qual sua opinião sobre esse projeto? (Você acha que aprendeu a ler melhor? Você acha que conseguiu entender melhor a história, a cultura e as relações étnico-raciais vivenciadas socialmente?)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No propósito de implementar a lei 10.639/03 elaboramos esse caderno pedagógico para auxiliar professores com ações que potencializem a efetivação dos objetivos dessa lei para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e por construção de discursos antirracistas.

Para tanto, por meio de seis oficinas pedagógicas dinâmicas com o ensino da leitura do artigo de opinião sobre as relações étnico-raciais, categorizadas pelas Concepções de Leitura, sob a perspectiva crítico-discursiva proposta na Análise do Discurso, levamos os estudantes à reflexão das relações étnico-raciais dentro e fora da escola, para que uma vez dotados desse conhecimento, empoderassem-se discursivamente para transformar a sociedade deles e da comunidade onde vivem numa perspectiva antirracista.

Nessa metodologia, apresentamos aos estudantes um total de cinco artigos de opinião com reflexões fortes e pontos de vista de estudiosos do tema sobre as relações étnico-raciais no Brasil e no mundo para que, por meio da leitura individual, compartilhada, compreendida, discutida e interpretada eles desenvolvessem maior criticidade e empoderamento discursivo. Entre exposições informativas das condições de leitura, dos direitos, dos deveres e da relevante história do povo negro, proporcionassem produção de sentidos mediante os conhecimentos adquiridos nessas oficinas.

Como resultado dessa intervenção, o ensino da leitura proporcionou estudantes mais reflexivos, melhor desenvolvidos em relação à leitura, com maior leitura crítica e poder argumentativo, melhor dotados do letramento racial, mais conscientes da sua identidade racial e necessidade de posicionamento social.

Nossa pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Letras – Proletras, se apresenta como um ponto de partida para as muitas formas de intervenção que tentam melhorar a sociedade, a educação, a metodologia e a interação com o estudante. Por meio dessa pesquisa, observamos muitos avanços no conhecimento, na leitura, na compreensão e na fala. Contudo, é na prática contínua de cada professor e na pedagogia não isolada, que os estudantes vão desenvolvendo melhor aprendizagem, maior autonomia e mais empoderamento, para atuarem enquanto cidadãos atentos, ativos, perseverantes e inclusivos.

Pessoalmente, crescemos ainda mais enquanto mulher preta, mãe de pretas e crespas, professora da educação básica e cidadã atenta, ativa e compromissada com uma educação de qualidade, com a valorização da diversidade e com as causas antirracistas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ronaldo; OLIVEIRA, Ruan; SILVA, Regiany. Infográfico: Os vinte anos da Lei 10.639. **Povir Inovações em Educação**. 2023. Disponível em: <<https://povir.org/infografico-os-vinte-anos-da-lei-10-639/>>. Acesso em: 12 de set. 2023.
- BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (organização). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**, São Paulo, SP: Instituto Alana, 2023.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris, 1945- **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o discurso**. Museu de Língua Portuguesa, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão final. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 18 de jan. 2024.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados para implementação da Lei 10.639/03**. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 10 ed., p.67-89, 2013.

JOVENS Negros afirmam que o ambiente escolar e o local em que mais sofrem racismo. **Mundo Negro**, 2023. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/64-dos-jovens-negros-afirmam-que-o-ambiente-escolar-e-o-local-em-que-mais-sofrem-racismo/>> Acesso em: 20 de Nov. 2023.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico –1º ed. –São Paulo: Cortez, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo. **Jornal da Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Priscila Camazano. São Paulo. Entrevista da 2ª. 26 de fev. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengele-munanga.shtml>>. Acesso em 28 de ago. 2023.

NEIRES, Maria Soldatelli Paviani e NIURA, Maria Fontana. **Oficinas pedagógicas**: relato de uma experiência. V. 14, n. 2, maio/ago. 2009

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 9º ed. --São Paulo: Cortez, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**: ensino fundamental / Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação ; coordenação Ana Coelho Vieira Selva, Sônia Regina Diógenes Tenório ; apresentação Frederico da Costa Amâncio, Maria Elza da Silva. – Recife: A Secretaria, 2019.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. –1º ed. –Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução de Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação**: a observação. –Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. –São Paulo: Atlas, 2009.

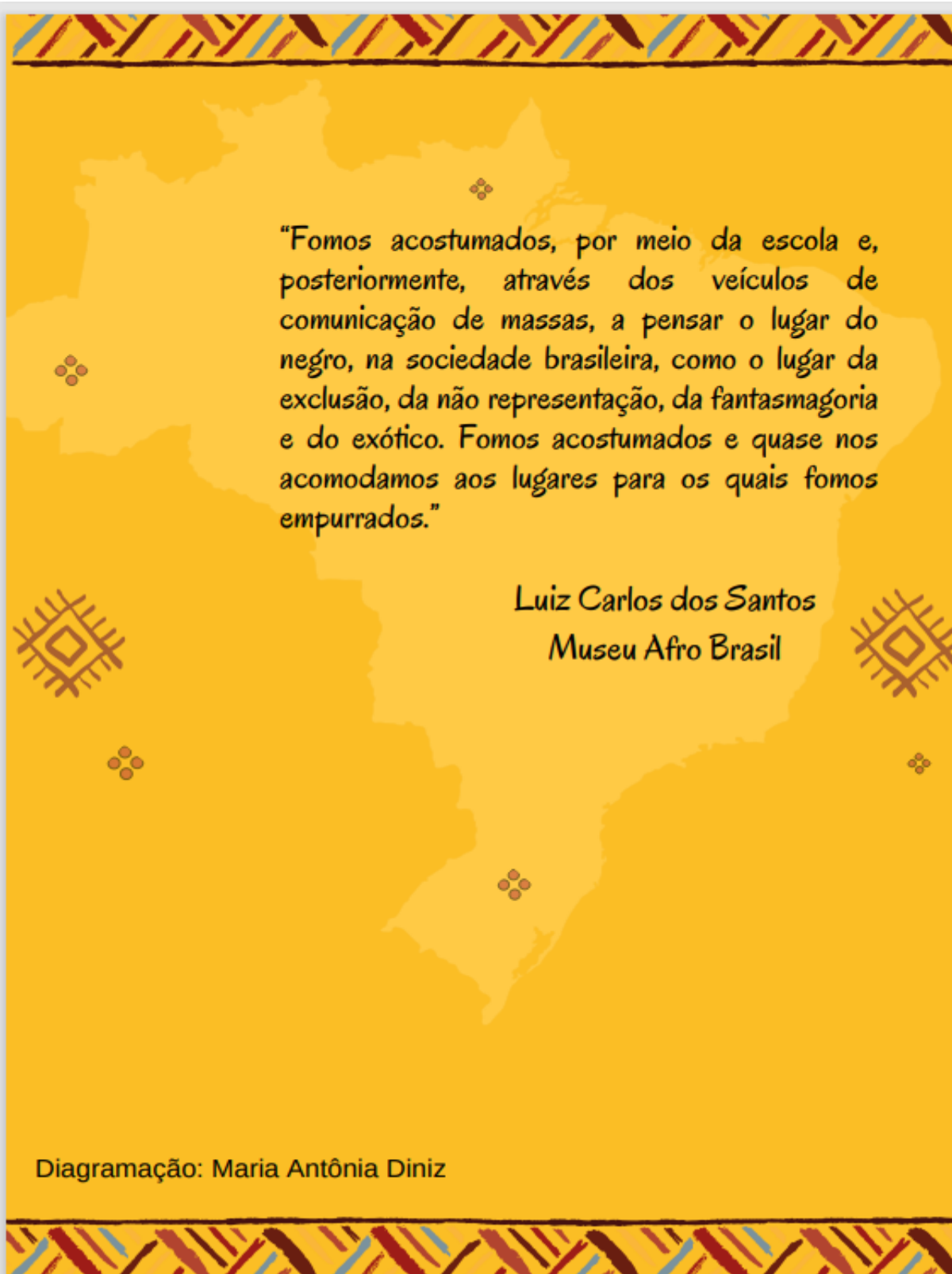
A AUTORA



Queite Diniz dos Santos da Silva

Mestranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2022) na área de Linguagens e Letramento; e com Linha de Pesquisa em Estudos da Linguagem e Práticas Sociais. Especialista em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo - FAMEESP (2021); e também, em Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda - FACHO (2010). Ademais, Graduada em Letras/Inglês pela Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO (2002). Atualmente, é professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, atuando em língua portuguesa no Ensino Regular. E também, professora efetiva da Prefeitura Municipal de Paulista, no Ensino Fundamental. Logo, desenvolve problematizações no tocante à leitura, escrita e reflexão das relações étnico-raciais por meio de projetos, apresentações orais e publicações.

E-mail: queitediniz@hotmail.com



"Fomos acostumados, por meio da escola e, posteriormente, através dos veículos de comunicação de massas, a pensar o lugar do negro, na sociedade brasileira, como o lugar da exclusão, da não representação, da fantasmagoria e do exótico. Fomos acostumados e quase nos acomodamos aos lugares para os quais fomos empurrados."

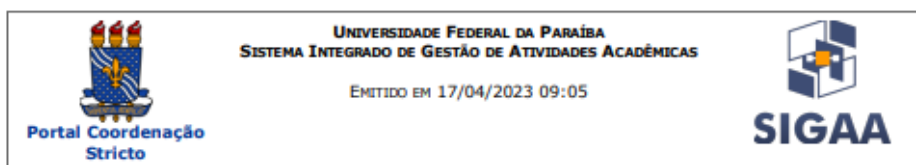
Luiz Carlos dos Santos
Museu Afro Brasil

Diagramação: Maria Antônia Diniz

ANEXOS

ANEXO A - DECLARAÇÃO DA APROVAÇÃO NA QUALIFICAÇÃO

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/stricto/banca_pos/escolher_banca.jsf

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o aluno **QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA** foi aprovado(a) na QUALIFICAÇÃO de DISSERTAÇÃO em LETRAS/PROFLETRAS - Rio Tinto - MESTRADO PROFISSIONAL do Curso de MESTRADO, no dia 17 de Abril de 2023 às 09:00, no(a) meet.google.com/dix-wsft-kda, UFPB, cuja banca examinadora fora constituída pelos professores:

Doutor (a) CARLA ALECSANDRA DE MELO BONIFACIO
(Presidente)

Doutor (a) ERIVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO
(Interno)

Doutor (a) SAVIO ROBERTO FONSECA DE FREITAS
(Interno)

A sua DISSERTAÇÃO intitulou-se:

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO: A LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Esta declaração não exclui o aluno de efetuar as mudanças sugeridas pela banca nem vale como outorga de grau de MESTRADO, de acordo com o definido na Resolução 079/2013-CONSEPE.

João Pessoa, 17 de Abril de 2023.

JOAO WANDEMBERG GONCALVES MACIEL
VICE-COORDENADOR(A) DO PROGRAMA EM LETRAS EM REDE NACIONAL- UFPB

SIGAA | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPB / Cooperação UFRN - Copyright © 2006-2023 | producao_sigaa-3.sigaa-3 | 23.4.3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Entrada em 17/04/2023

DECLARAÇÃO Nº 01/2023 - PROFLETRAS (11.01.35.06)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2023 12:37)
JOAO WANDEMBERG GONCALVES MACIEL
COORDENADOR DE CURSO
1716297

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2023**, documento (espécie): **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **17/04/2023** e o código de verificação:
ca3fccc9433

ANEXO B - CARTA DE ANUÊNCIA

ESCOLA MANUEL DE BASTOS TIGRE
 ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
 DEC. 16.905 D O 09/09/1993 E-109 012
 Av Palmares S/N
 Paratibe - Paulista - PE


PERNAMBUCO
 GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ESCOLA MANUEL DE BASTOS TIGRE - Ensino Fundamental e Médio
 Estabelecimento

Endereço: Avenida Palmares, S/N - Paratibe

Cidade: Paulista

UF: PE

Autorização de Funcionamento: Dec. 16.905

D.O de 09/09/1993

Cadastro Escolar: 109.012

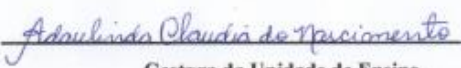
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que o projeto de pesquisa intitulado "AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO: O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL", a ser desenvolvido pela mestranda Queite Diniz dos Santos da Silva, professora efetiva dessa instituição, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Alecsandra de Melo Bonifácio, do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, com a participação dos (as) alunos (as) do Projeto Travessia do Ensino Fundamental será realizado nesta Instituição de Ensino.

O objetivo geral do estudo é analisar como uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião e voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social. E como objetivos específicos: averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade; planejar um caminho interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade; implementar a lei 10639/03 com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos; elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e construção de discursos antirracistas.

Esta Instituição está ciente de sua corresponsabilidade no desenvolvimento desse estudo, do cuidado desse estudo em não oferecer riscos e desconforto aos participantes, de que as observações e resultados ficarão à disposição da Universidade para outros estudos e do cuidado e respeito da confidencialidade das informações e do sigilo na identificação dos estudantes.

Paulista, 28 de abril de 2023


Gestora da Unidade de Ensino

Adenilda Claudina de Nascimento
 Gestora
 Mat. 177.140-0



ANEXO C - PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FOCO: O ENSINO DE LEITURA DO ARTIGO DE OPINIÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DISCURSIVO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Pesquisador: QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69485223.6.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Aplicadas e Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.136.542

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras do Centro de Ciências Aplicadas e Educação/UFPB. No ambiente de ensino-aprendizagem, enquanto profissional de educação, as observações e as reflexões se ampliam diante dos comportamentos dos estudantes nas relações étnico-raciais dentro do ambiente escolar. Percepções de ofensas, apelidos, xingamentos, piadas, músicas com letras pejorativas, referência aos corpos, aos cabelos crespos e ao tom da pele dos alunos, tornam-se mais fortes, mais dolorosos levando a uma ação e reação a fim de amenizar tal constrangimento. Muito desse comportamento vem do que é presenciado na coletividade pela falta de valorização e representação adequada do povo negro nos espaços sociais de prestígio.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar como uma proposta de ensino de leitura, na perspectiva crítico-discursiva, tendo como suporte o gênero discursivo artigo de opinião e

voltado à reflexão das relações étnico-raciais, pode contribuir com a ampliação do conhecimento, da argumentação, do empoderamento discursivo para transformação social.

Objetivo Secundário: Averiguar de que maneira os alunos compreendem, interagem, interpretam e associam a história negra às relações étnico-raciais na coletividade; Planejar um caminho

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.136.542

interventivo a partir da averiguação da compreensão, da interação, da interpretação e da associação da história negra às relações étnico-raciais na coletividade; Implementar a lei 10639/03 com ações para o ensino da leitura por abordagem crítico-discursiva, a partir do gênero discursivo artigo de opinião, com a temática das relações étnico-raciais e análise final dos resultados obtidos; Elaborar uma proposta de caderno pedagógico para ensino da leitura crítico-discursiva acerca das relações étnico-raciais, que potencializem a implementação da lei 10.639/03 para além de atividades aplicadas na semana da Consciência Negra e construção de discursos antirracistas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram devidamente considerados pela pesquisadora.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo de relevância social e científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A proposta de pesquisa está em conformidade com os aspectos éticos do sistema CEP/CONEP.

Recomendações:

Nada a registrar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando parecer anterior (nº 6.063.675), conforme atendimento das pendências referidas, recomendamos a aprovação da proposta pelo colegiado deste CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES BASICAS DO PROJETO 2134960.pdf	31/05/2023 10:57:37		Aceito
TCLE / Termos de	telecorrigido.pdf	31/05/2023	QUEITE DINIZ DOS	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7751 Fax: (83)3216-7751 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB**



Continuação do Parecer: 6.136.542

Assentimento / Justificativa de Ausência	telecorrigido.pdf	10:56:55	SANTOS DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto corrigido.pdf	31/05/2023 10:56:14	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaraçãodeaprovaçaoQualificacao.pdf	31/05/2023 10:55:30	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosito.pdf	05/05/2023 19:13:04	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/05/2023 19:38:19	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	04/05/2023 19:36:02	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Outros	CARTA.pdf	04/05/2023 19:25:55	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Outros	TALE.pdf	04/05/2023 19:25:04	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/05/2023 19:24:13	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	04/05/2023 19:23:39	QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 22 de Junho de 2023

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO D - ARTIGO FOCO DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL

Burrice é o racismo

MARIELLE FRANCO

São muitos os diagnósticos que apontam a situação do negro em nosso país. Somos mais de 54% da população do Brasil. Ou seja, mais de cem milhões de brasileiros e estamos na base da pirâmide social. Tal situação não é por acaso, é fruto de um desenvolvimento civilizatório que foi capaz de desumanizar e objetificar o corpo negro.

Transformações ímpares na história da humanidade foram obtidas com as idas e vindas de negros, de uma margem a outra do oceano, pelos portos negreiros da África Ocidental e Central para as Américas e a Europa. Esses corpos foram e ainda são objetos de pilhagem. O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias.

Por outro lado, números irrisórios de cientistas negros, de escritores negros, de executivos negros, de apresentadores negros, de editores negros, de legisladores negros... É bom lembrar que negros fazem parte do tal "povo brasileiro". Ou será que insistir em afirmar conceito tão geral seja uma tentativa de invisibilizar esse quadro?

"Preto fedido". Quem nunca ouviu essa ex-

pressão? Sem dúvida, a maioria dos brasileiros. Neste sentido, a referência que o secretário de Educação do município do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin, faz à atriz Taís Araújo, há poucos dias, ao chamá-la de "linda e cheirosa", é o antagonismo que legitima o xingamento. Talvez pelo fato de ela ser a negra-exceção, a negra que rompeu a barreira da invisibilidade e é bem-sucedida profissionalmente.

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, favelas e periferias designadas como moradias

Enquanto mulher negra, tenho a obrigação de lembrar alguns capítulos da nossa História — que parecem passar providencialmente despercebidos pelos defensores do "povo brasileiro". O corpo da pessoa negra já foi provedor de lucros aos escravocratas, por longos períodos históricos. As mulheres negras, para além do trabalho, tinham que servir aos homens brancos. A muitas negras cabia ainda, principalmente após a

proibição do tráfico internacional de mão de obra escrava, o papel de "reprodutoras", para a ampliação e a recomposição da população de escravos.

Os abusos, açoitamentos e mutilações, aos quais os escravos estavam sujeitos, quando se tratava de mulheres negras, eram cruelmente requintados por toda forma de coerção sexual. As consequências desta violência não foram a mestiçagem difundida hoje como um "produto nacional", mas a vulnerabilização do corpo da mulher negra, que continua exposta a todo tipo de agressão ética, moral ou sexual. Ou seja, mestiçagem e democracia racial são concepções ancoradas na prática da violência contra as pessoas negras, principalmente as mulheres.

O conceito ilusório de "povo brasileiro" ainda não desapareceu. Mas, no que depender do povo preto desse Brasil, irá. Vamos surpreender o tácito acordo do poder. Seremos firmes, pessoas ativas, que chegam desafinando o coro dos contentes. Burrice é querer lutar contra isso. A chegada da mulher negra na institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo. ●

Marielle Franco é vereadora (PSOL) no Rio

ANEXO E - ARTIGO DE OPINIÃO DA 1ª OFICINA**LEITURA E COMPREENSÃO TEXTUAL
GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO****Opinião - A importância da leitura para a formação do cidadão**

30/10/2014 10:38 | Rodrigo Moraes*
Compartilhar:

É de suma importância nos dias de hoje na formação do cidadão, a leitura. O dia 29/10 é o dia nacional do livro, mas essa comemoração não deveria ser apenas nacional e sim no mundo todo, de uma forma contagiante, onde todos pudessem ressaltar a importância de ler.

A leitura é essencial para adquirirmos mais conhecimento. Estamos sendo bombardeados de informações instantâneas através da internet, mas vale ressaltar que o conhecimento é para sempre e as informações são passageiras, muitas vezes não acrescentam nada.

Precisamos refletir sobre essa questão da informação x conhecimento. Através da informação você é manipulado se não tiver o conhecimento. Devemos tomar mais consciência da importância de uma boa leitura, pois somente ela pode nos permitir o conhecimento.

Do que adianta o governo incentivar o seu povo a chegar à universidade, se lá atrás, não mostraram a ele, que é essencial a cada etapa da vida estar aberto ao conhecimento?

Infelizmente, muitas vezes esse cidadão chega à universidade despreparado, acreditando que ele consegue desenvolver tudo, mas não consegue, pois só consegue através de uma máquina que permite a ele copiar, colar e somente alterar.

É primordial analisar os fatores que impedem apresentar caminhos de renovação e qualificação. A leitura sempre teve um papel social de grande interferência na sociedade, como pesquisa educacional e a evolução da leitura na sociedade diante dos problemas sociais, políticos e econômicos.

A leitura tem por finalidade levar a outros mundos possíveis, seja através da literatura ou das revistas e livros. Poder nos entreter ao mesmo tempo em que favorece a reflexão sobre a realidade ou a fuga de dificuldade que enfrentamos em nosso cotidiano. Além disso, desperta sonhos, curiosidades e ativa a criatividade.

*Rodrigo Moraes é líder de bancada do PSC

https://www.al.sp.gov.br/noticia/?30/10/2014/opiniaao_a_importancia_da_leitura_para_a_formacao_d_o_cidadao

ANEXO F - TEXTO SUPORTE DA 2ª OFICINA

Artigo de Opinião

O que é um artigo de opinião:

Um artigo de opinião é um **texto opinativo**. Nesse tipo de artigo, o autor apresenta seu ponto de vista e sua opinião sobre um assunto, ou seja, o texto reflete as impressões pessoais de quem o escreve.

O artigo de opinião se caracteriza por ser um **texto argumentativo**, ou seja, ao escrever, o autor demonstra quais são as razões que o levam a ter aquela opinião. Isso é feito com o objetivo de convencer o leitor do seu ponto de vista.

Os artigos de opinião são encontrados principalmente nos meios de comunicação, como jornais, revistas e nas redes sociais e são publicados normalmente por jornalistas ou colunistas.

Estrutura do artigo de opinião

A estrutura de um artigo de opinião é simples, formada por três partes principais: introdução, desenvolvimento e conclusão.

- **Introdução:** é o início do texto, momento em que o autor apresenta e contextualiza o assunto que vai discutir.
- **Desenvolvimento:** é a parte central do artigo. Nos parágrafos seguintes o escritor pode abordar aspectos variados sobre assunto, apresentando e defendendo sua opinião. Ele usa de argumentação e apresenta justificativas para convencer o leitor. É a parte mais longa do texto.
- **Conclusão:** no fim do texto o autor faz uma conclusão do raciocínio apresentado ao leitor. É importante apresentar possíveis soluções para a questão debatida no texto.

Como começar um artigo de opinião?

Como vimos, o artigo de opinião deve ser iniciado pela introdução, ou seja, pela apresentação do tema que vai ser discutido no texto.

Mas, antes de começar a escrever, é bom estar bem informado sobre o assunto escolhido. Para facilitar, veja algumas dicas:

- **Estude sobre o assunto** que você deseja discutir, conheça bem o tema. Quanto mais informação tiver, mais fácil será escrever.
- Leia diferentes opiniões que já foram dadas sobre o assunto, mesmo opiniões contrárias às suas.
- Pense nas possíveis dúvidas ou críticas do leitor para respondê-las ao longo do texto;
- Use fontes confiáveis e apresente dados sobre o assunto.

Características de um artigo de opinião

As principais características de um artigo de opinião são:

- Em geral, os temas abordados são assuntos bem atuais ou polêmicos;
- É comum que sejam escritos na primeira ou na terceira pessoa;
- Uso de títulos atraentes para chamar a atenção do leitor;
- A argumentação apresentada é direcionada a convencer o leitor;
- Uso de linguagem objetiva e de fácil compreensão;
- O artigo é assinado pelo escritor.

Os tipos de argumentação em um texto

Há várias formas de se argumentar em um texto. Abaixo explicamos os três principais tipos de argumentação utilizados:

- **Argumento de autoridade:** é quando o autor do texto utiliza alguma frase, citação ou ideia de outra pessoa ou instituição de pesquisa, que ajude a embasar e fundamentar a opinião defendida;
- **Argumento de comprovação:** é o tipo de argumento que utiliza dados, estatística e notícias que ajudem a comprovar a veracidade da opinião defendida no texto;
- **Argumento por raciocínio lógico:** é quando o autor do texto encontra um ponto lógico, que deixa óbvio e claro o porquê de defender aquele ponto de vista.

Exemplo de artigo de opinião que apresenta o ponto de vista de quem o escreve

Todo artigo de opinião apresenta o ponto de vista (a opinião) de quem o escreve. Neste exemplo, altos funcionários africanos da Organização das Nações Unidas (ONU) assinam um artigo com duras críticas à violência policial contra populações negras.

Título: Protestos “Black lives matter” e outras manifestações contra o racismo sistêmico e a brutalidade policial

Tema: racismo e violência policial

Como líderes africanos nas Nações Unidas, as últimas semanas de protestos pelo assassinato de George Floyd sob custódia policial deixaram-nos indignados com a injustiça da prática do racismo que continua difundida em nosso país anfitrião e em todo o mundo.

Jamais haverá palavras para descrever o profundo trauma e o sofrimento intergeracional que resultaram da injustiça racial perpetrada ao longo dos séculos, particularmente contra pessoas de ascendência africana. Apenas condenar expressões e atos de racismo não é suficiente.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou que “precisamos alçar a voz contra todas as expressões de racismo e casos de comportamento racista”. Após o assassinato do senhor George Floyd, o grito ‘Black Lives Matter’ [Vidas de pessoas negras importam] que ecoou nos Estados Unidos e em todo o mundo é mais do que um slogan. Realmente, eles não são apenas importantes mas são essenciais para o cumprimento de nossa dignidade humana comum.

Trecho de artigo de opinião assinado por vários altos funcionários africanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Publicado em *ONU News*, 15/06/2020.

Fonte: <https://www.significados.com.br/exemplos-de-artigo-de-opinioao/>

ANEXO G - ARTIGO DE OPINIÃO DA 3ª OFICINA

Artigo: Brasil e o sistema racista

"O conceito de raça é usado para segregar e oprimir uma população que, ainda hoje, é invisibilizada, tendo os direitos humanos violados"

Correio Braziliense
postado em 11/07/2020 04:14



A morte do povo preto não pode continuar passando despercebida. Mas o que esperar de uma sociedade racializada? O genocídio da população não branca transforma em estatísticas vidas que se perderam sem chance de defesa. Ser negro é marcador social. E quem é negro sente na pele a dor de ser negro em um país onde o racismo prevalece. A Lei nº 7.716, de 1989, de autoria do deputado Carlos Alberto de Oliveira, daí ser mais conhecida como Lei Caó, criminaliza o racismo e possibilita ferramentas que poderiam mudar o cenário de violência atual. Mas o que faz uma lei valer é o uso. Ela precisa ser popularizada, trabalhada nas escolas e nas bases para que os jovens tenham conhecimento dela e se apropriem de seus efeitos. Até quando uma mãe preta vai chorar?

Há uma hierarquização, uma sociedade hegemônica que alimenta as desigualdades sociais, omitindo da população preta o acesso aos seus direitos, deixando-a à margem, em situação de risco e vulnerabilidade social. Naturalizando, diariamente, a morte dos jovens negros, que continuam tombando diante de um quadro generalizado de violência e opressão.

Não podemos ficar omissos frente a tantas atrocidades. Precisamos desconstruir as estruturas excludentes que se retroalimentam e mantêm a desigualdade, a apartação social e nos insere em uma inclusão perversa, matando irmãos nossos, tirando-nos a liberdade de ser quem somos, de construir nossa identidade e vivê-la de forma plena. A sociedade questiona a legitimidade de nossas ações, cultura e etnia, não levando em conta que o Brasil é o segundo país do mundo em população negra. Uma população que é de luta, resistência, mas que, infelizmente, ainda hoje perde vidas em razão de desigualdades e injustiça.

O conceito de raça é usado para segregar e oprimir uma população que, ainda hoje, é invisibilizada, tendo os direitos humanos violados. O racismo estrutural simbolicamente mantém o povo preto no tronco. Sem voz e anestesiado pelo sofrimento psíquico, leva com ele as dores de ser negro em um país patriarcal, machista, racista e classista. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 diz que somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. E que a prática do racismo constitui crime inafiançável. Direitos que não são respeitados. Há no Brasil uma coisificação. Negros e negras deixam de ser vistos como pessoas e são tratados como coisas, deixando à mostra uma sociedade cruel e desumana adoecida por padrões e valores deturpados que julgam e condenam pessoas por sua cor, raça e classe.

As mulheres negras lutam contra machismo, racismo e exclusão. Há diferença enorme nas construções sociais de ser mulher e ser mulher negra. Existe uma desigualdade histórica que privilegia a população branca em detrimento da não branca. A nossa sociedade embasa comportamentos racistas e discriminatórios que se perpetuam e seguem ceifando vidas

inocentes.

Precisamos lutar por uma sociedade mais justa, que se organiza no sentido de superar as injustiças sociais. A luta antirracista é de todos nós. Precisamos nos indignar e deixar claro para a sociedade que não admitimos racismo, não toleramos, e nada nem ninguém vai nos silenciar.

Nós, brasileiros, somos descendentes, sim, de povos africanos, e reconhecer nossa ancestralidade é passo importante para termos o direito à cidadania e lutarmos por políticas afirmativas. É inconcebível que, em pleno século 21, continuemos ignorantes em relação à cultura, etnia e tradições do povo preto. Ser negro transcende a cor. A ignorância gera preconceito racial que se manifesta de forma violenta, como os assassinatos dos jovens negros e a destruição das casas religiosas tentando tirar do negro a identidade. A exclusão viola o principal direito humano, que é o direito à vida, e coloca a população não branca em uma realidade de terror e sofrimento, em que se tornam apenas dados estatísticos.

E todas essas situações reais de lutas e sofrimento são naturalizadas socialmente, impedindo a população negra de ter acesso a direitos humanos fundamentados, instituídos e efetivados. Para que haja mudança, lutemos por um Brasil melhor, sem racismo e com igualdade plena. Esse é nosso compromisso. E nossa esperança.

*Membros da Comissão da Igualdade Racial da OAB-DF

Fonte:

ANEXO H - ARTIGO DE OPINIÃO DA 4ª OFICINA**A triste realidade do preconceito racial nos esportes**Autor: **Fernanda Letícia de Souza***

25 de janeiro de 2021



Casos de atitudes de ódio motivadas pelo preconceito racial são rotina em muitas localidades. O que historicamente deveria ter ficado no passado, com a abolição da escravidão, ressurgiu com força cada vez maior atualmente. O racismo é um problema estrutural da sociedade brasileira e se engana quem acha que a educação tem sido suficiente para mitigar o preconceito. A polarização da vida social brasileira nos últimos tempos trouxe à tona a manifestação do racismo em sua forma mais cruel.

Até mesmo o esporte, que é constantemente palco de manifestações de combate ao preconceito racial e fábrica de ídolos de pele negra, tem visto um crescimento alarmante de casos de racismo. Somente em 2019, os casos de injúria racial no esporte brasileiro cresceram a ponto de atingir o maior índice em cinco anos. Estes dados são do futebol, mas sabemos que as atitudes acontecem em outras modalidades esportivas.

Os atos vão desde ofensas verbais como chamar o outro de macaco, atitudes depreciativas como atirar bananas para dentro do campo na direção de jogadores da raça negra e até atos mais graves como a depredação de bens pessoais em razão da cor da pele. E as atitudes racistas não ficam restritas às torcidas e às arquibancadas, como muitos podem pensar, e acontecem também dentro de quadra ou campo, entre atletas, jogadores e companheiros de equipe.

Há ainda quem minimize o impacto de atitudes como estas nos gramados brasileiros. Recentemente, isso ficou bem claro na fala do consagrado técnico Vanderlei Luxemburgo, que alegou não concordar que provocações como chamar o outro de macaco para desestabilizá-lo emocionalmente deva ser considerado racismo. E completou dizendo que racismo puro seria apenas o que ocorreu no polêmico caso de assassinato de George Floyd por policiais americanos.

Absurdo e talvez irônico que, num país com uma das maiores populações negras do mundo (ficando atrás somente da Nigéria) e, principalmente, no campo dos esportes onde o atleta negro se destaca de forma natural, atitudes como estas ainda aconteçam e sejam toleradas.

Basta analisarmos a genética, que comprova que pessoas da raça negra possuem um percentual maior de células musculares de contração rápida – aquelas responsáveis pela velocidade, potência e explosão muscular – para concluirmos que a raça que se considera tão superior por possuir a pele branca, é, na verdade, bem inferior na maioria das modalidades esportivas. Além disso, um rápido levantamento dos maiores atletas do passado e da atualidade nos traz nomes como Muhamad Ali, Pelé, Michael Jordan, Usain Bolt e Lebron James, todos, coincidentemente ou não, pertencentes a raça considerada “inferior” por aqueles que se sentem no direito de praticar atos de racismo.

Técnicos, torcedores e amantes do esporte devem as maiores conquistas de seus clubes e times, seja no futebol, no basquete ou em qualquer modalidade esportiva, a atletas negros. Prova de que a cor da pele não determina nada, a não ser uma considerável vantagem nos esportes.

Fonte: <https://www.uninter.com/noticias/a-triste-realidade-do-preconceito-racial-nos-esportes>

* **Fernanda Letícia de Souza** é especialista em Fisiologia do exercício e prescrição do exercício físico, é professora da área de Linguagens Cultural e Corporal nos cursos de licenciatura e bacharelado em **Educação Física** da **Uninter**.

* **Foto** principal: jogadores do Liverpool em protesto contra o racismo.

Créditos do Fotógrafo: **Twitter Liverpool/Reprodução**

Tags: esportes e racismo, luta antiracista, preconceito racial, Uninter, vidas negras

ANEXO I – DECLARAÇÃO AO ENGENHO MASSANGANA 5ª OFICINA



GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA



ESCOLA MANUEL DE BASTOS TIGRE

Ensino Fundamental e Médio

Dec. 16.905, D.O 09/09/93 – E – 109.012

Avenida Palmares, S/N – Paratibe – Paulista/PE

Fone: (81) 3181 2735.

DECLARAÇÃO

ESCOLA MANUEL DE BASTOS TIGRE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
DEC. 16.905 D.O 09/09/1993 E-109.012
Av Palmares S/N
Paratibe - Paulista - PE

Declaramos para os devidos fins que a Professora QUEITE DINIZ DOS SANTOS DA SILVA, matrícula: 262512-1 é professora regente, regularmente lotada em nossa Unidade Escolar que integra à GRE METROPOLITANA NORTE. Para essa aula de campo a professora será acompanhada por 10 alunos de turma de correção de Fluxo do Ensino Fundamental.

Paulista, 09 novembro de 2023.

Ivanice Maria da Silva Souza

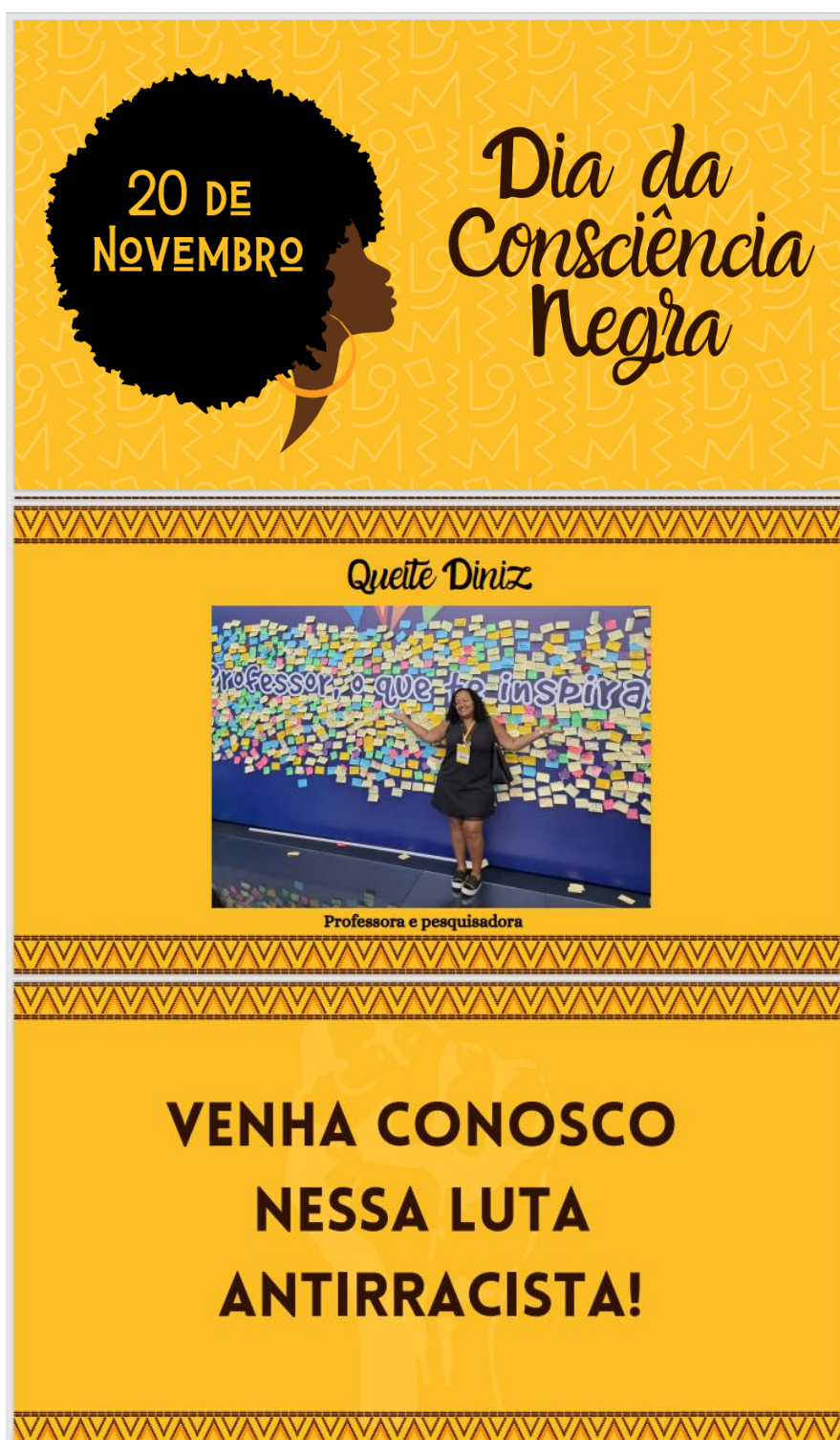
Gestor Escolar

Ivanice Maria da Silva Souza

Secretária Escolar

Mat. 301.171-2

ANEXO J – 6ª OFICINA PALESTRA



20 DE
NOVEMBRO

Dia da
Consciência
Negra

Quete Diniz



Professora e pesquisadora

**VENHA CONOSCO
NESSA LUTA
ANTIRRACISTA!**

ANEXO K – ARTIGO DE OPINIÃO DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA FINAL**ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança**

23 março 2021

Jan Jarab e Marlova Jovchelovitch Noletto

Legenda: Foto: Wilson Dias/Abr

O peso da herança de discriminação racial — incluindo a colonização e o genocídio de povos indígenas nas Américas, o tráfico transatlântico, a escravização das pessoas afrodescendentes e a segregação racial— geram efeitos até hoje nas oportunidades e na garantia dos direitos humanos no mundo. O Brasil não é exceção: o país viveu um histórico de colonização e tráfico de pessoas escravizadas intenso, o que se reflete em uma população composta por mais de 50% de afrodescendentes e 305 povos indígenas. Esses grupos acumulam uma série de vulnerabilidades em decorrência do racismo e demandam atenção específica do poder público, da sociedade civil e de organizações internacionais.

O ano de 2020, lamentavelmente, mostrou com crueldade os impactos do racismo. Enfrentamos uma pandemia e uma crise sanitária com efeitos devastadores para as populações em situação mais vulnerável, como bem lembrou a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet. Ao mesmo tempo, observamos o debate sobre racismo sendo recolocado na agenda global, a partir do assassinato de George Floyd por policiais nos Estados Unidos.

No Brasil, o assassinato do João Alberto Freitas às vésperas do Dia da Consciência Negra evidenciou mais uma vez a situação do racismo, sobretudo do racismo institucional. De acordo com o Atlas da Violência de 2020, 75,7% das pessoas assassinadas são negras. Jovens negros periféricos estão entre as principais vítimas de homicídio. Jovens indígenas enfrentam estigmatização e discriminação ao saírem de suas aldeias para acessar serviços públicos de educação superior ou empregos e, frequentemente, têm seu pertencimento étnico-racial questionado.

Os desafios acumulados por causa do racismo são muitos: desigualdades no acesso à saúde, à educação de qualidade, a um trabalho digno, à moradia adequada, à terra, além do efeito desproporcional de pobreza, insegurança alimentar, criminalização e insegurança pública. A pandemia da COVID-19 ressaltou essas diferenças significativas de acesso a direitos humanos entre grupos raciais marginalizados, demonstrando o impacto do racismo, principalmente para pessoas afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, os mais afetados negativamente neste momento de crise sanitária.

Uma pesquisa feita pelos institutos Data Favela e Locomotiva no início deste ano mostrou que 67% dos moradores de favelas são negros. Como a maioria dos serviços de saúde de mais qualidade fica localizada nos bairros mais centrais das cidades, essa população tem acesso limitado a tais serviços, colocando essas pessoas em maior risco, visto que não recebem o tratamento adequado para a doença.

O ressurgimento de grupos neonazistas e supremacistas brancos tem encontrado na internet uma nova fronteira para disseminar discurso de ódio e discriminação racial. As novas tecnologias possibilitam que esses conteúdos se disseminem com muita rapidez, sem que haja ainda ferramentas adequadas para combater esse fenômeno. Todos esses casos demonstram o quanto o enfrentamento ao racismo permanece um desafio atual e dinâmico, que não diz respeito somente às populações que sofrem diretamente seus efeitos negativos, mas sim a todas as pessoas.

Nesse contexto, a juventude no Brasil e no mundo tem exercido um papel importante, principalmente pelo protagonismo nas redes sociais e outras ferramentas que potencializam sua mobilização e discurso. Jovens indígenas atuando em redes, ou mesmo de forma independente, têm se engajado na afirmação da diversidade da identidade indígena, reiterando e reivindicando seus direitos humanos, principalmente o direito à terra e ao meio ambiente e à participação política.

A juventude negra, também em coletivos ou de forma independente, tem fomentando a discussão sobre a incidência política, educação, violência policial, ao passo que incrementa o espaço cívico para debates plurais e abertos sobre o racismo estrutural e institucional. As juventudes indígenas, negras, ciganas, de ascendência asiática têm se envolvido na conscientização e proposta de uma postura antirracista nos mais diversos espaços: cultura, meio digital, saúde, educação, meio ambiente e, principalmente, na luta por direitos humanos.

O enfrentamento ao racismo pode ter uma nova fase a partir de agora, com todas as lições deixadas pela pandemia de COVID-19. Esta nova fase deve incluir cada vez mais ações estruturais e programáticas, que incidam na raiz das desigualdades raciais. Exemplo disso é a formação de uma comissão de 20 juristas negras e negros, na Câmara dos Deputados, instalada oficialmente em 21 de janeiro deste ano, para examinar a legislação brasileira sobre racismo.

A criação de mais espaços de participação diversa e popular – especialmente para jovens – é imprescindível para ampliar o espaço cívico, garantir a visibilidade das populações e possibilitar o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas. O empoderamento e o envolvimento das novas gerações na tomada de decisões importantes para a sociedade é um sopro de esperança com grande potencial para gerar mudanças no presente, mas também para reconstruirmos um futuro melhor, onde ninguém seja deixado para trás.

23 março 2021

Por **Jan Jarab**, representante da ONU Direitos Humanos na América do Sul, e **Marlova Jovchelovitch Noleto**, diretora e representante da UNESCO no Brasil e Coordenadora Residente a.i. da ONU no Brasil.

Fonte: ARTIGO: Os desafios do racismo e um sopro de esperança | As Nações Unidas no Brasil
<https://brasil.un.org/pt-br>

ANEXO L – LEI 10.639/2003**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.**Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO M – LEI 12.288/10

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.Vigência(Vide Decreto nº 8.136, de 2013)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

Art. 5º Para a consecução dos objetivos desta Lei, é instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), conforme estabelecido no Título III.

TÍTULO II

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DO DIREITO À SAÚDE

Art. 6º O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.

§ 1º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.

§ 2º O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Art. 7º O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:

I - ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS;

II - produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;

III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

I - a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;

II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;

IV - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

Parágrafo único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

CAPÍTULO II

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA Seção I

, AO ESPORTE E AO LAZER

Disposições Gerais

Art. 9º A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Art. 10. Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

I - promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;

II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;

III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;

IV - implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

Seção II

Da Educação

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

III - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;

IV - estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

Art. 14. O poder público estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.

Art. 15. O poder público adotará programas de ação afirmativa.

Art. 16. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade e de educação, acompanhará e avaliará os programas de que trata esta Seção.

Seção III

Da Cultura

Art. 17. O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 18. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado.

Parágrafo único. A preservação dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, tombados nos termos do § 5º do art. 216 da Constituição Federal, receberá especial atenção do poder público.

Art. 19. O poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 20. O poder público garantirá o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira, nos termos do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O poder público buscará garantir, por meio dos atos normativos necessários, a preservação dos elementos formadores tradicionais da capoeira nas suas relações internacionais.

Seção IV

Do Esporte e Lazer

Art. 21. O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

Art. 22. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

§ 2º É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.

CAPÍTULO III

DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA E AO LIVRE EXERCÍCIO DOS CULTOS RELIGIOSOS

Art. 23. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas;

IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;

V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;

VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões;

VII - o acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões;

VIII - a comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.

Art. 25. É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.

Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:

I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas;

II - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas;

III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO À TERRA E À MORADIA ADEQUADA

Seção I

Do Acesso à Terra

Art. 27. O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo.

Art. 28. Para incentivar o desenvolvimento das atividades produtivas da população negra no campo, o poder público promoverá ações para viabilizar e ampliar o seu acesso ao financiamento agrícola.

Art. 29. Serão assegurados à população negra a assistência técnica rural, a simplificação do acesso ao crédito agrícola e o fortalecimento da infraestrutura de logística para a comercialização da produção.

Art. 30. O poder público promoverá a educação e a orientação profissional agrícola para os trabalhadores negros e as comunidades negras rurais.

Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.

Art. 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Art. 34. Os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade étnica.

Seção II

Da Moradia

Art. 35. O poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.

Parágrafo único. O direito à moradia adequada, para os efeitos desta Lei, inclui não apenas o provimento habitacional, mas também a garantia da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários associados à função habitacional, bem como a assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação em área urbana.

Art. 36. Os programas, projetos e outras ações governamentais realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), regulado pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, devem considerar as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estimularão e facilitarão a participação de organizações e movimentos representativos da população negra na composição dos conselhos constituídos para fins de aplicação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Art. 37. Os agentes financeiros, públicos ou privados, promoverão ações para viabilizar o acesso da população negra aos financiamentos habitacionais.

CAPÍTULO V

DO TRABALHO

Art. 38. A implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho será de responsabilidade do poder público, observando-se:

I - o instituído neste Estatuto;

II - os compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965;

III - os compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção nº 111, de 1958, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da discriminação no emprego e na profissão;

IV - os demais compromissos formalmente assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional.

Art. 39. O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do

setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

§ 1º A igualdade de oportunidades será lograda mediante a adoção de políticas e programas de formação profissional, de emprego e de geração de renda voltados para a população negra.

§ 2º As ações visando a promover a igualdade de oportunidades na esfera da administração pública far-se-ão por meio de normas estabelecidas ou a serem estabelecidas em legislação específica e em seus regulamentos.

§ 3º O poder público estimulará, por meio de incentivos, a adoção de iguais medidas pelo setor privado.

§ 4º As ações de que trata o **caput** deste artigo assegurarão o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários.

§ 5º Será assegurado o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres negras.

§ 6º O poder público promoverá campanhas de sensibilização contra a marginalização da mulher negra no trabalho artístico e cultural.

§ 7º O poder público promoverá ações com o objetivo de elevar a escolaridade e a qualificação profissional nos setores da economia que contem com alto índice de ocupação por trabalhadores negros de baixa escolarização.

§ 8º Os registros administrativos direcionados a órgãos e entidades da Administração Pública, a empregadores privados e a trabalhadores que lhes sejam subordinados conterão campos destinados a identificar o segmento étnico e racial a que pertence o trabalhador retratado no respectivo documento, com utilização do critério da autotclassificação em grupos previamente delimitados. (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

§ 9º Sem prejuízo de extensão obrigatória a outros documentos ou registros de mesma natureza identificados em regulamento, aplica-se o disposto no § 8º deste artigo a: (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

I - formulários de admissão e demissão no emprego; (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

II - formulários de acidente de trabalho; (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

III - instrumentos de registro do Sistema Nacional de Emprego (Sine), ou de estrutura que venha a suceder-lhe em suas finalidades; (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

IV - Relação Anual de Informações Sociais (Rais), ou outro documento criado posteriormente com conteúdo e propósitos a ela assemelhados; (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

V - documentos, inclusive os disponibilizados em meio eletrônico, destinados à inscrição de segurados e dependentes no Regime Geral de Previdência Social; (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

VI - questionários de pesquisas levadas a termo pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por órgão ou entidade posteriormente incumbida das atribuições imputadas a essa autarquia. (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

Art. 40. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu financiamento.

Art. 41. As ações de emprego e renda, promovidas por meio de financiamento para constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e de programas de geração de renda, contemplarão o estímulo à promoção de empresários negros.

Parágrafo único. O poder público estimulará as atividades voltadas ao turismo étnico com enfoque nos locais, monumentos e cidades que retratem a cultura, os usos e os costumes da população negra.

Art. 42. O Poder Executivo federal poderá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

CAPÍTULO VI

DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Art. 43. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do País.

Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.

Parágrafo único. A exigência disposta no **caput** não se aplica aos filmes e programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados.

Art. 45. Aplica-se à produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas o disposto no art. 44.

Art. 46. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

§ 1º Os órgãos e entidades de que trata este artigo incluirão, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

§ 2º Entende-se por prática de iguais oportunidades de emprego o conjunto de medidas sistemáticas executadas com a finalidade de garantir a diversidade étnica, de sexo e de idade na equipe vinculada ao projeto ou serviço contratado.

§ 3º A autoridade contratante poderá, se considerar necessário para garantir a prática de iguais oportunidades de emprego, requerer auditoria por órgão do poder público federal.

§ 4º A exigência disposta no **caput** não se aplica às produções publicitárias quando abordarem especificidades de grupos étnicos determinados.

TÍTULO III

DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

(SINAPIR)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 47. É instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do Sinapir mediante adesão.

§ 2º O poder público federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a participar do Sinapir.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 48. São objetivos do Sinapir:

I - promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas;

II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra;

III - descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais;

IV - articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica;

V - garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 49. O Poder Executivo federal elaborará plano nacional de promoção da igualdade racial contendo as metas, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

§ 1º A elaboração, implementação, coordenação, avaliação e acompanhamento da PNPIR, bem como a organização, articulação e coordenação do Sinapir, serão efetivados pelo órgão responsável pela política de promoção da igualdade étnica em âmbito nacional. (Vide Lei nº 12.990, de 2014)

§ 2º É o Poder Executivo federal autorizado a instituir fórum intergovernamental de promoção da igualdade étnica, a ser coordenado pelo órgão responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnica, com o objetivo de implementar estratégias que visem à incorporação da política nacional de promoção da igualdade étnica nas ações governamentais de Estados e Municípios.

§ 3º As diretrizes das políticas nacional e regional de promoção da igualdade étnica serão elaboradas por órgão colegiado que assegure a participação da sociedade civil.

§ 4º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará, a cada 5 (cinco) anos, pesquisa destinada a identificar o percentual de ocupação por parte de segmentos étnicos e raciais no âmbito do setor público, a fim de obter subsídios direcionados à implementação da PNPIR. (Incluído pela Lei nº 14.553, de 2023)

Art. 50. Os Poderes Executivos estaduais, distrital e municipais, no âmbito das respectivas esferas de competência, poderão instituir conselhos de promoção da igualdade étnica, de caráter permanente e consultivo, compostos por igual número de representantes de órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas da população negra.

Parágrafo único. O Poder Executivo priorizará o repasse dos recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei aos Estados, Distrito Federal e Municípios que tenham criado conselhos de promoção da igualdade étnica.

CAPÍTULO IV

DAS OUVIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA

Art. 51. O poder público federal instituirá, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial, para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.

Art. 52. É assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, para a garantia do cumprimento de seus direitos.

Parágrafo único. O Estado assegurará atenção às mulheres negras em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica.

Art. 53. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra.

Parágrafo único. O Estado implementará ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social.

Art. 54. O Estado adotará medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra, observado, no que couber, o disposto na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Art. 55. Para a apreciação judicial das lesões e das ameaças de lesão aos interesses da população negra decorrentes de situações de desigualdade étnica, recorrer-se-á, entre outros instrumentos, à ação civil pública, disciplinada na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

CAPÍTULO V

DO FINANCIAMENTO DAS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Art. 56. Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa a que se refere o inciso VII do art. 4º desta Lei e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, especialmente no que tange a:

I - promoção da igualdade de oportunidades em educação, emprego e moradia;

II - financiamento de pesquisas, nas áreas de educação, saúde e emprego, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população negra;

III - incentivo à criação de programas e veículos de comunicação destinados à divulgação de matérias relacionadas aos interesses da população negra;

IV - incentivo à criação e à manutenção de microempresas administradas por pessoas autodeclaradas negras;

V - iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior;

VI - apoio a programas e projetos dos governos estaduais, distrital e municipais e de entidades da sociedade civil voltados para a promoção da igualdade de oportunidades para a população negra;

VII - apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras.

§ 1º O Poder Executivo federal é autorizado a adotar medidas que garantam, em cada exercício, a transparência na alocação e na execução dos recursos necessários ao financiamento das ações previstas neste Estatuto, explicitando, entre outros, a proporção dos recursos orçamentários destinados aos programas de promoção da igualdade, especialmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento agrário, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer.

§ 2º Durante os 5 (cinco) primeiros anos, a contar do exercício subsequente à publicação deste Estatuto, os órgãos do Poder Executivo federal que desenvolvem políticas e programas nas áreas referidas no § 1º deste artigo discriminarão em seus orçamentos anuais a participação nos programas de ação afirmativa referidos no inciso VII do art. 4º desta Lei.

§ 3º O Poder Executivo é autorizado a adotar as medidas necessárias para a adequada implementação do disposto neste artigo, podendo estabelecer patamares de participação crescente dos programas de ação afirmativa nos orçamentos anuais a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 4º O órgão colegiado do Poder Executivo federal responsável pela promoção da igualdade racial acompanhará e avaliará a programação das ações referidas neste artigo nas propostas orçamentárias da União.

Art. 57. Sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignados nos orçamentos fiscal e da seguridade social para financiamento das ações de que trata o art. 56:

I - transferências voluntárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - doações voluntárias de particulares;

III - doações de empresas privadas e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais;

IV - doações voluntárias de fundos nacionais ou internacionais;

V - doações de Estados estrangeiros, por meio de convênios, tratados e acordos internacionais.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. As medidas instituídas nesta Lei não excluem outras em prol da população negra que tenham sido ou venham a ser adotadas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 59. O Poder Executivo federal criará instrumentos para aferir a eficácia social das medidas previstas nesta Lei e efetuará seu monitoramento constante, com a emissão e a divulgação de relatórios periódicos, inclusive pela rede mundial de computadores.

Art. 60. Os arts. 3º e 4º da Lei nº 7.716, de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.” (NR)

“Art. 4º

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:

I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores;

II - impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional;

III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário.

§ 2º Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.” (NR)

Art. 61. Os arts. 3º e 4º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no art. 2º e nos dispositivos legais que tipificam os crimes resultantes de preconceito de etnia, raça ou cor, as infrações do disposto nesta Lei são passíveis das seguintes cominações:

.....” (NR)

“Art. 4º O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre:

.....” (NR)

Art. 62. O art. 13 da Lei no 7.347, de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 13.

§ 1º

§ 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o **caput** e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente.” (NR)

Art. 63. O § 1º do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado.

.....” (NR)

Art. 64. O § 3º do art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 20.

§ 3º

III - a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.

.....” (NR)

Art. 65. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.
Brasília, 20 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Eloi Ferreira de Araújo

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.7.2010